



DESC

DIREITO, ECONOMIA &
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito FACAMP

VOLUME 2 | Nº 2 | Jul/Dez 2019

EXPEDIENTE



Revista DESC – Direito, Economia e Sociedade Contemporânea

Volume 2, número 2, jul/dez de 2019

ISSN: 2596-0318

Código DOI: <https://doi.org/10.33389/desc.v2n2.2019>

PUBLICAÇÃO DAS FACULDADES DE CAMPINAS – FACAMP

Endereço: Rua Alan Turing, nº 805 Barão Geraldo - Campinas - SP Caixa Postal 6016 Cep: 13083-898

Telefones: 0800 770 7872 / (19) 3754 8500

João Manuel Cardoso de Mello
Diretor Geral da FACAMP

EDITORIA DA REVISTA DESC

José Antonio Siqueira Pontes
Editor-chefe
jose.pontes@facamp.com.br

Celso Naoto Kashiura Jr.
Editor-chefe-adjunto
celso.kashiura@facamp.com.br

Antonio Roberto Sanches Jr.
Secretário executivo
antonio.junior@facamp.com.br

CONSELHO EXECUTIVO

Alaôr Caffé Alves
Faculdades de Campinas

Angela Rita Franco Donaggio
Faculdades de Campinas / FGV-SP

Bernardina Ferreira Furtado Abrão
Faculdades de Campinas

Cristiano Pereira Garcia
Faculdades de Campinas

Fauzi Hassan Choukr
Faculdades de Campinas

Karin Klempp Franco
Faculdades de Campinas

Jânia Maria Lopes Saldanha
Universidade Federal de Santa Maria

Lígia Paula Pires Pinto Sica
Faculdades de Campinas / FGV-SP

Marcelo de Azevedo Granato
Faculdades de Campinas

Oswaldo Akamine Jr.
Faculdades de Campinas

Reinaldo de Francisco Fernandes
Faculdades de Campinas

DIAGRAMAÇÃO

FACAMP
CAPA: A Justiça, de Alfredo Ceschiatti, 1961, Praça dos Três Poderes em Brasília, em frente ao Superior Tribunal Federal.

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Levi
Università Degli Studi di Modena e Reggio Emilia/Itália

Alessia Magliacane
Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales/França

Alessandra Devulsky da Silva Tisescu
Université du Québec à Montréal/Canadá

Anna Tzanaki
Lund University/Suécia

Carlos Eduardo Adriano Japiassú
Universidade Estácio de Sá/RJ

Fabrizio Bertini Pasquot Polido
Universidade Federal de Minas Gerais/MG

Felipe Calderón Valencia
Universidad de Medellín/Colômbia

Francesco Pallante
Università degli Studi di Torino/Itália

Francesco Rubino
Université Paris Nanterre/França

James Cavallaro
Stanford Law School/EUA

Jan Kleinheisterkamp
London School of Economics/Reino Unido

Jan Peter Schmidt
Max Planck Institut/Alemanha

Juan Luis Gomes Colomer
Universidad Jaume I/Espanha

Lucila de Almeida
University of Helsinki/Finlândia,
European University Institute/Itália

Luigi Ferrajoli
Università degli Studi Roma Tre/Italia

Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo
Faculdades de Campinas/SP

Manuel A. Gómez
Florida International University College of Law/EUA

Michael Lowy
Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales/França

Michelangelo Bovero
Università degli Studi di Torino/Itália

Miguel Martínez Muñoz
Universidad Pontificia Comillas/Espanha

Natalia Gaspar Pérez
Universidad Autonoma de Puebla BUAP/México

Newton de Menezes Albuquerque
Universidade de Fortaleza/CE

Pasquale Bronzo
Universidade La Sapienza/Itália

Pierre Mousseron
Université de Montpellier/França

Rui Cunha Martins
Universidade de Coimbra/Portugal

Rui Dias
Universidade de Coimbra/Portugal

FECHAMENTO DA EDIÇÃO:

10/02/2020

PÁGINA WEB E CONTATO:

revista.desc@facamp.com.br
<http://desc.facamp.com.br>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

FOREWORD

PRÉSENTATION

PRESENTAZIONE

ARTIGOS

A IMPORTÂNCIA DA DIVERSIDADE DE GÊNERO NOS
CONSELHOS PARA A PROMOÇÃO DA RESPONSABILIDADE
SOCIAL CORPORATIVA

Alexandre di Miceli e Angela Donaggio

11

TRADUÇÃO

JUSTIÇA SOCIAL E LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO
INTERNACIONAL

Alain Supiot

44

DOSSIÊ TEMÁTICO

**THE SPREADING OF A COUNTER-CULTURE:
THE EXAMPLE OF THE FRENCH BACK-TO-THE-LAND
MOVEMENT (1968-2018)**
Paolo Stuppia

67

**IL TAGLIO E LA SCHEGGIA:
DUE RIFLESSIONI SU ARTE E POTERE**
Jean-Marc Lachaud e Alessia J. Magliacane

77

**POUR UNE POLITIQUE DU COMMUN DU PEUPLE:
CONFÉRENCE À LA SORBONNE LE 16 OCTOBRE 2018**
Jacques Bidet

96

**DEMOCRAZIA COSTITUZIONALE: DESTINO DI UN
MODELLO TEORICO E DELLE SUE TRADUZIONI POSITIVE**
Fabrizio Cattaneo

110

**AUX ORIGINES DE LA CRITIQUE POSTMODERNE:
IMAGINAIRES COLLECTIFS DE 1967-69**
Simon Ridley

127

**MARXISMO, ECOLOGIA E COSTITUZIONE: UNA
DIBATTITO SUL “PIANETA SFINITO”**
Francesco Rubino

146

APRESENTAÇÃO

O Conselho Editorial da Revista **DESC - Direito, Economia e Sociedade Contemporânea**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da **FACAMP** conclui o volume de 2019 com os textos:

- *A importância da diversidade de gênero nos conselhos para a promoção da responsabilidade social corporativa*, de **Alexandre Di Miceli e Angela Donaggio**.
- *Justiça social e liberalização do comércio internacional*, de **Alain Supiot**, na seção de traduções.

Além desses, demos ênfase ao Dossiê Temático sobre **“O futuro das constituições e das convenções internacionais em face do desenvolvimento econômico e social”** com mais seis textos neste segundo volume DESC de 2019, a saber:

- The spreading of a counter-culture: the example of the french back-to-the-land movement (1968-2018) - **Paolo Stuppia**.
- Il taglio e la scheggia: due riflessioni su arte e potere - **Jean-Marc Lachaud e Alessia J. Magliacane**.
- Pour une politique du commun du peuple: conférence à la Sorbonne le 16 octobre 2018 - **Jacques Bidet**.
- Democrazia costituzionale: destino di un modello teorico e delle sue traduzioni positive - **Fabrizio Cattaneo**.
- Aux origines de la critique postmoderne: imaginaires collectifs de 1967-69 - **Simon Ridley**.
- Marxismo, ecologia e costituzione: una dibattito sul “pianeta finito” - **Francesco Rubino**.

A conclusão do Dossiê Temático 2019 é mais um fruto da colaboração entre os editores DESC e os editores-associados da Classi Edizioni <https://www.classiedizioni.com>, em parceria com a *Revista Sovrastrutture*. Não é unicamente o sinal concreto de um desenvolvimento tão agradável quanto profícuo de uma parceria acadêmica, política e intelectual. É também uma oportunidade de tornar mais profunda a análise, mais articuladas as propostas interpretativas e mais radicais os termos teóricos e políticos de uma visão progressista e alternativa das relações sociais e ecológicas, no plano da imaginação de um futuro que seja utopicamente concreto.

A nossa utopia define a visão de um futuro alternativo que é hoje (e já há muito tempo) uma contra- estrutura do nosso presente assimétrico, desigual e profundamente injusto, quer se trate de justiça social pelo pensamento jurídico ou pelo equilíbrio ambiental, pela ecologia política e pela igualdade de gênero.

Mais do que ser um desafio, a parceria entre as nossas revistas e os nossos projetos editoriais é um prazer ativo que, nesses tempos terríveis, ainda nos orgulhamos de chamar de política.

Fevereiro de 2020

Dra. Alessia Magliacane

Editora-associada da DESC. École des Hautes Etudes en Sciences Sociales - EHESS/França

Dr. Francesco Rubino

Editor-associado da DESC. Professor na Université Paris Nanterre/França

Dr. José Antonio Siqueira Pontes

Editor-chefe da DESC. Professor no Curso de Direito das Faculdades de Campinas - FACAMP

FOREWORD

The Editorial Board of the **DESC Review - Law, Economics and Contemporary Society**, the **FACAMP** Postgraduate Program in Law publication, concludes the 2019's volume with the following texts:

- *A importância da diversidade de gênero nos conselhos para a promoção da responsabilidade social corporativa* - **Alexandre Di Miceli & Angela Donaggio**.
- *Justiça social e liberalização do comércio internacional* - **Alain Supiot**, in the translation section

Furthermore, the volume brings the second part of the *Thematic Dossier about "The Future of Constitutions and international Conventions faced with economic and social development"* with other six papers:

- The spreading of a counter-culture: the example of the french back-to-the-land movement (1968-2018) - **Paolo Stuppia**.
- Il taglio e la scheggia: due riflessioni su arte e potere - **Jean-Marc Lachaud & Alessia J. Magliacane**.
- Pour une politique du commun du peuple: conférence à la Sorbonne le 16 octobre 2018 - **Jacques Bidet**.
- Democrazia costituzionale: destino di un modello teorico e delle sue traduzioni positive - **Fabrizio Cattaneo**.
- Aux origines de la critique postmoderne: imaginaires collectifs de 1967-69 - **Simon Ridley**.
- Marxismo, ecologia e costituzione: una dibattito sul "pianeta sfinito" - **Francesco Rubino**.

The conclusion of the *Thematic Dossier* 2019 is another fruit of the collaboration between the DESC editors and the associate editors of *Classi Edizioni* <https://www.classiedizioni.com>, in partnership with the *Sovrastrutture* Review. It is not only the concrete sign of a development so pleasant as fruitful of an academic, political and intellectual partnership. It is also an opportunity to make deeper the analysis, more articulated the interpretative proposals and more radical the theoretical and political terms of a progressive and alternative vision of social and ecological relations, in the imagination of a future that could be utopically concrete.

Our utopia defines the vision of an alternative future that is today (and has been for a long time) a counter-structure of our asymmetrical, unequal and profoundly unfair present, whether to achieve social justice through legal thinking or environmental balance, political ecology and gender equality.

More than being a challenge, the partnership between our journals and our editorial projects is an active pleasure that, in these terrible times, we are still proud to call politics.

February 2020.

Alessia Magliacane, Phd.

Professor at École des Hautes Etudes en Sciences Sociales/France), DESC Review Associate-editor.

Francesco Rubino, Phd.

Professor at Université Paris Nanterre/France, DESC Review Associate-editor.

José Antonio Siqueira Pontes, Phd.

Professor at Faculdades de Campinas-FACAMP Law School. DESC Review publisher.

PRÉSENTATION

L'équipe éditoriale de la Revue **DESC - Droit, Economie et Société Contemporaine**, revue du programme Master **FACAMP** - école du droit, publie le seconde volume de 2019 préparé avec la collaboration des rédacteurs associés.

Deux articles ouvrent le volume:

- *A importância da diversidade de gênero nos conselhos para a promoção da responsabilidade social corporativa* - **Alexandre Di Miceli** et **Angela Donaggio**.
- *Justiça social e liberalização do comércio internacional* - **Alain Supiot**, dans la section traduction.

En outre, nous avons mis l'accent sur le Dossier Thématique concernant "L'avenir des constitutions et des conventions internationales face au développement économique et social" avec six articles:

- The spreading of a counter-culture: the example of the french back-to-the-land movement (1968-2018) - **Paolo Stuppia**.
- Il taglio e la scheggia: due riflessioni su arte e potere - **Jean-Marc Lachaud** et **Alessia J. Magliacane**.
- Pour une politique du commun du peuple: conférence à la Sorbonne le 16 octobre 2018 - **Jacques Bidet**.
- Democrazia costituzionale: destino di un modello teorico e delle sue traduzioni positive - **Fabrizio Cattaneo**.
- Aux origines de la critique postmoderne: imaginaires collectifs de 1967-69 - **Simon Ridley**.
- Marxismo, ecologia e costituzione: una dibattito sul "pianeta sfinito" - **Francesco Rubino**.

La conclusion du Dossier Thématique 2019 est un autre fruit de la collaboration entre les rédacteurs de la DESC et les rédacteurs associés de Classi Edizioni <https://www.classiedizioni.com>, en partenariat avec la *Revue Sovrastrutture*. Ce n'est pas seulement le signe concret d'une évolution aussi agréable que fructueuse d'un rapprochement académique, politique et intellectuel. C'est aussi l'occasion de faire une analyse plus approfondie, plus articulée des propositions interprétatives et plus radicales des termes théoriques et politiques d'une vision progressiste et alternative des relations sociales et écologiques, dans l'imagination d'un avenir qui soit utopiquement concret.

Notre utopie définit la vision d'un avenir alternatif qui est aujourd'hui (et depuis longtemps) une contre-structure de notre présent asymétrique, inégal et profondément injuste, que ce soit la justice sociale par la pensée juridique ou l'équilibre environnemental par l'écologie politique.

Plus qu'un défi, la collaboration entre nos recherches et nos projets éditoriaux est un plaisir actif que, en ces temps terribles, nous sommes encore fiers d'appeler de politique.

Février 2020.

Alessia Magliacane, Phd.

Professeure dans l'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales/EHESS/France), Rédactrice associée du Revue DESC.

Francesco Rubino, Phd.

Professeur dans l'Université Paris Nanterre/France, Rédacteur associé du Revue DESC.

José Antonio Siqueira Pontes, Phd.

Professeur dans la Faculdades de Campinas-Facamp école du droit. Rédacteur en chef de la Revue DESC.

PRESENTAZIONE

L'equipe editoriale della Rivista **DESC - Diritto, economia e società contemporanea**, rivista del programma post-laurea in diritto della **FACAMP** pubblica il suo secondo volume di 2019 preparato con la collaborazione di redattori associati.

Due articoli aprono il volume:

- *A importância da diversidade de gênero nos conselhos para a promoção da responsabilidade social corporativa* - **Alexandre Di Miceli e Angela Donaggio**.
- *Justiça social e liberalização do comércio internacional* - **Alain Supiot**, nella sezione traduzione.

Oltre a questi due contributi iniziali, abbiamo continuato la nostra investigazione del dossier tematico su “Il futuro delle Costituzioni e delle convenzioni internazionali di fronte allo sviluppo economico e sociale” con altri sei testi in questo secondo volume DESC del 2019, che sono i seguenti:

- The spreading of a counter-culture: the example of the french back-to-the-land movement (1968-2018) - **Paolo Stuppia**.
- Il taglio e la scheggia: due riflessioni su arte e potere - **Jean-Marc Lachaud e Alessia J. Magliacane**.
- Pour une politique du commun du peuple: conférence à la Sorbonne le 16 octobre 2018 - **Jacques Bidet**.
- Democrazia costituzionale: destino di un modello teorico e delle sue traduzioni positive - **Fabrizio Cattaneo**.
- Aux origines de la critique postmoderne: imaginaires collectifs de 1967-69 - **Simon Ridley**.
- Marxismo, ecologia e costituzione: una dibattito sul “pianeta sfinito” - **Francesco Rubino**.

La conclusione del Dossier Tematico 2019 è frutto della collaborazione tra i redattori della DESC e i redattori associati di Classi Edizioni <https://www.classiedizioni.com>, in collaborazione con la *Rivista Sovrastrutture*. Non è solo il segno concreto di uno sviluppo tanto piacevole quanto fecondo di una affinità accademica, politica e intellettuale. È anche l'occasione per approfondire l'analisi, articolare le proposte interpretative e radicalizzare i termini teorici e politici di una visione progressiva e alternativa delle relazioni sociali ed ecologiche, sul piano dell'immaginazione di un futuro che possa essere utopicamente concreto.

La nostra utopia definisce la visione di un futuro alternativo che è oggi (ed è stata per lungo tempo) una controstruttura del nostro presente asimmetrico, disuguale e profondamente ingiusto, che si tratti di giustizia sociale per il pensiero giuridico o di equilibrio ambientale, per l'ecologia politica e l'uguaglianza di genere.

Più che una sfida, la collaborazione tra le nostre Riviste e i nostri progetti editoriali è un piacere attivo che, in questi tempi terribili, siamo ancora orgogliosi di chiamare politica.

Febbraio 2020.

Alessia Magliacane, Phd.

Professoressa all'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales/EHESS/France), Redattoressa Associata della Rivista DESC.

Francesco Rubino, Phd.

Professore all'Université Paris Nanterre/France, Redattore associato della Rivista DESC.

José Antonio Siqueira Pontes, Phd.

Professore alla Scuola di diritto della Faculdades de Campinas-Facamp. Capo Redattore della Rivista DESC

ARTIGOS

DESC
DIREITO, ECONOMIA &
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A IMPORTÂNCIA DA DIVERSIDADE DE GÊNERO NOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

THE IMPORTANCE OF GENDER DIVERSITY ON BOARDS OF
DIRECTORS FOR FOSTERING CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY

DESC
DIREITO, ECONOMIA &
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A IMPORTÂNCIA DA DIVERSIDADE DE GÊNERO NOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

THE IMPORTANCE OF GENDER DIVERSITY ON BOARDS OF DIRECTORS FOR FOSTERING CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY

Alexandre di Miceli da Silveira

Fecap - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado

alexandre.miceli@fecap.br

<http://lattes.cnpq.br/4773608871754250>

<https://orcid.org/0000-0002-4864-9429>

Angela Rita Franco Donaggio

FACAMP - Faculdades de Campinas

angela.donaggio@facamp.com.br

<http://lattes.cnpq.br/1360509413646936>

Resumo: Este artigo analisa o impacto da diversidade de gênero nos conselhos de administração sobre a responsabilidade social corporativa por meio da consolidação de sua literatura. Esta questão é relevante por abordar temas caros aos direitos humanos, tais como o empoderamento feminino e seus impactos para a promoção de um ambiente social mais justo e mais responsável do ponto de vista ambiental. A análise agregada de dezenas de trabalhos empíricos mostra que a maior diversidade de gênero nos conselhos está relacionada a diversos impactos positivos, tais como: melhores indicadores de responsabilidade social corporativa, melhor reputação ética e social, maior conformidade às leis e normas, e melhor qualidade dos relatórios divulgados pelas empresas. A conclusão geral deste trabalho é que a diversidade de gênero na alta gestão deve ser vista como prioridade por dois motivos principais. De um lado, por contribuir diretamente com os Princípios de Empoderamento das Mulheres da ONU. Do outro, por contribuir indiretamente para a promoção dos Princípios do Pacto Global, particularmente para aqueles relacionados ao meio ambiente e ao combate à corrupção.

Palavras-chave: Diversidade de Gênero, Conselho de Administração, Responsabilidade Social Corporativa, Princípios de Empoderamento das Mulheres da ONU, Pacto Global da ONU.

Abstract: We analyze the impact of board gender diversity on corporate social responsibility through the consolidation of its literature. This subject is relevant because it addresses human rights issues such as women's empowerment and its impacts to the promotion of fairness and sustainability in the business world. Our aggregate analysis of dozens of empirical studies shows that greater gender diversity on boards is related to several positive impacts, such as: higher ratings of corporate social responsibility, better ethical and social reputation, stronger compliance with laws and regulations, and better quality of companies' reports. Our general conclusion is that board gender diversity must be seen as a priority for two main reasons. On the one hand, for directly contributing to the UN Women's Empowerment Principles. On the other hand, for indirectly fostering the Global Compact Principles, particularly those related to the environment and anti-corruption practices.

Keywords: Gender Diversity, Board of Directors, Corporate Social Responsibility, UN Women's Empowerment Principles, UN Global Compact.

Introdução

A igualdade de gênero é considerada prioridade pela ONU na persecução de uma sociedade mais justa e desenvolvida. Por este motivo, foi instituída a ONU Mulheres em 2010, entidade para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Dentre suas diversas iniciativas¹, destacam-se os Princípios de Empoderamento das Mulheres, sendo o primeiro deles “estabelecer liderança corporativa sensível à igualdade de gênero, no mais alto nível”.²

A ínfima participação de mulheres em cargos de liderança nas empresas é realidade em todo o mundo³ e a situação se mostra estagnada em países como o Brasil.⁴ Como resultado, diversas iniciativas têm sido adotadas a fim de aumentar a Diversidade de Gênero nos Conselhos de Administração (“DGC”) das companhias. Algumas dessas iniciativas são voluntárias, enquanto

1 Dentre as diversas iniciativas da ONU quanto ao tema, pode-se citar a “Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher Declaração” (1995), o Pacto Global, as Metas do Milênio, “Committee on the Elimination of Discrimination against Women” (CEDAW), os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos, e diversos relatórios, como UN Doc. A/HRC/4/35, A/HRC/8/5 e A/RES/66/288. Esses documentos apresentam a importância do empoderamento das mulheres, da eliminação de estereótipos de gênero e de qualquer forma de discriminação, como a exclusão de certas ocupações, tais como os cargos de liderança e alta gestão, ocupações estas que impactam fortemente a sociedade na qual estão inseridas.

2 THE GLOBAL COMPACT. Women's Empowerment Principles, the UN Global Compact and the Guiding Principles on Business and Human Rights – explanatory note. Disponível em: https://www.unglobalcompact.org/docs/issues_doc/development/WEPs%2C_UNGC%2C_Guiding_Principles_on_Business_and_Human_Rights_Explanatory_Note.pdf. Acesso em: 29 abr. 2017. Ver também as iniciativas “The Gender Dimension of Business and Human Rights: Introducing the Women's Empowerment Principles – Equality means Business”, “Companies Leading the Way”, “Companies Leading the Way: Putting the Principles into Practice”.

3 Ver THE CORPORATE GENDER GAP REPORT. World Economic Forum, Genebra, 2010, WOMEN MATTER 2013: gender diversity in top management: moving corporate culture, moving boundaries. McKinsey & Company, 2013, SANDBERG (2013).

4 Com base em pesquisa empírica que analisou mais de 800 companhias listadas durante 15 anos, SILVEIRA et al. (2013) demonstram que a participação de mulheres nos conselhos de administração, diretorias executivas e conselhos fiscais está estagnada.

outras são resultado de ações afirmativas, prática apoiada pela ONU⁵ e já implantada em diversos países.⁶

Outra evidência do aumento da relevância do tema foi o desenvolvimento de uma linha de pesquisa nos últimos anos dedicada a investigar os impactos da DGC sobre as decisões empresariais e o desempenho das companhias. Os primeiros estudos sobre a DGC se concentraram em seus potenciais benefícios financeiros⁷. Mais recentemente, outros passaram a se concentrar nos benefícios não-financeiros decorrentes do aumento da proporção das mulheres nos cargos de alta gestão.

Nesse sentido, este artigo busca contribuir para essa área de pesquisa, de forma a expandir o chamado “business case” no que se refere à maior DGC das companhias e seus benefícios não econômicos.⁸ Especificamente, este trabalho revisa e consolida a literatura recente de pesquisas empíricas que analisam a relação entre a DGC e o desempenho⁹ de “Responsabilidade Social Corporativa” (“RSC”) em diferentes países.¹⁰

Como se verá adiante, essa literatura mostra que uma maior DGC (concretizada pelo respeito aos direitos humanos e a não discriminação no ambiente de trabalho – dois princípios do Pacto Global), impacta positivamente outros princípios do Pacto, relacionados à proteção ao meio ambiente e a práticas anticorrupção.

Sob uma perspectiva mais ampla, este trabalho procura contribuir para o debate na medida em que mostra que a própria DGC pode atuar como uma via de mão dupla em relação aos Princípios de Empoderamento Feminino e do Pacto Global. Os resultados consolidados apresentados neste artigo também demonstram que a DGC ocasiona outros impactos positivos

5 UN Doc. A/RES/66/288: “237. (...) We support prioritizing measures to promote gender equality and women’s empowerment in all spheres of our societies, including the removal of barriers to their full and equal participation in decision-making and management at all levels, and we emphasize the impact of setting specific targets and implementing temporary measures, as appropriate, for substantially increasing the number of women in leadership positions, with the aim of achieving gender parity.”

6 A pressão para aumentar a DGC vem não apenas das partes interessadas, mas também dos formuladores de políticas. Desde o exemplo pioneiro da Noruega no início dos anos 2000, mais de uma dúzia de países, incluindo França, Alemanha e Itália, aprovaram legislações para estabelecer quotas para mulheres nos conselhos de administração.

7 Existe uma literatura vasta que examina a relação entre DGC e desempenho financeiro. Os resultados até agora são mistos. Alguns artigos encontram efeitos positivos, tais como Campbell e Mínguez-Vera (2008), Dezsö e Ross (2012), e Terjesen et al. (2015), enquanto outros encontram resultados tanto positivos quanto negativos (Adams e Ferreira, 2009; Matsa and Miller, 2013). Para uma revisão desta literatura, ver Terjesen et al., (2009) e Post e Byron, (2015).

8 É importante enfatizar que, em geral, os desempenhos social e econômico são relacionados. Por exemplo, muitos trabalhos verificaram que companhias que apresentam práticas mais éticas tendem a apresentar efeitos positivos quanto à lucratividade e avaliação de mercado (ex: Fischer e Khoury, 2007; Choi e Jung, 2008; Donker, Poff e Zahir, 2008; e Blazovich e Smith, 2011). Adicionalmente, estudos meta-analíticos concluíram que a RSC contribui para um melhor desempenho financeiro (ex: Wood, 2010; e Lu, Chau, Wang e Pan, 2014). Outros estudos concluíram que a desempenho social corporativo é positivamente associado a resultados importantes, tais como compromisso organizacional (Rayton, Brammer, and Millington, 2015), satisfação dos funcionários (Bauman e Skitka, 2012), e satisfação das partes interessadas (Carroll, 1999).

9 O conceito de desempenho das práticas de RSC abarca questões como: iniciativas de RSC, reputação ética e social, nível de cumprimento das leis e normas, e integridade e transparência de relatórios financeiros e não-financeiros.

10 Neste artigo, será utilizado o termo Responsabilidade Social Corporativa (“RSC”) para descrever todas as atividades das empresas que envolvam as partes interessadas, o respeito às leis, normas, direitos humanos e meio ambiente. Segundo a própria ONU, muitos termos surgiram nos últimos anos para descrever o mesmo fenômeno que consiste nas atividades de responsabilidade social e ambiental das empresas, tais como os termos responsabilidade corporativa, cidadania corporativa, sustentabilidade corporativa e responsabilidade social corporativa. Disponível em: <https://business.un.org/en/documents/csr>. Acesso em 29 abr. 2017.

do ponto de vista social e ambiental, incluindo o maior respeito às partes interessadas, melhor prestação de contas e outras iniciativas de RSC.

A igualdade de gênero e o empoderamento feminino são imperativos morais de justiça social que independem de justificativas utilitaristas. Apesar disso, muitas companhias e lideranças ainda se orientam apenas por essa ótica.¹¹ Também por isso, pretende-se sintetizar as evidências que relacionam uma maior presença de mulheres nos conselhos de administração aos resultados positivos não-financeiros.¹²

Atingir a paridade de gênero nos conselhos de administração é um dos grandes desafios que as companhias devem enfrentar no século XXI. Logo, este artigo busca contribuir com “igualdade entre os gêneros mediante a promoção de estudos da mulher e a utilização dos resultados de estudos e pesquisas sobre gênero em todos os campos, inclusive o econômico, o científico e o tecnológico”.¹³

O presente trabalho é dividido da seguinte forma. A próxima seção aborda o racional, isto é, as questões que fundamentam a visão de que ter mais mulheres nos conselhos pode levar a melhores decisões do ponto de vista ético e social. A seção 2 explica as métricas utilizadas para se chegar a um constructo complexo e multidimensional de RSC. As seções 3, 4 e 5 apresentam, respectivamente, os resultados de estudos que relacionam a DGC a (i) medidas gerais e específicas de RSC; (ii) reputação ética e social e (iii) conformidade às leis e qualidade de relatórios financeiros e não-financeiros.

1. Por que maior Diversidade de Gênero nos Conselhos pode levar a um melhor desempenho de Responsabilidade Social Corporativa?

A literatura ressalta possíveis explicações sobre porque mais mulheres nos âmbitos decisórios poderia levar a um melhor desempenho quanto à RSC, mas é importante destacar que não há consenso na literatura acerca da existência de diferenças permanentes, essenciais ou biologicamente determinadas entre mulheres e homens.

11 Ver SEIERSTAD (2015) e HILLMAN (2015, p. 105), que faz uma crítica importante – e pouco observada – sobre as pesquisas desta linha: “*Can or should we expect to find a financial performance result of boardroom diversity? And if we don't, can we argue there is no “business case” for diversity in the boardroom?... Looking for a financial performance relationship could be more difficult due to a lack of understanding of potential biases on the part of analysts, institutional and other investors, not to mention lenders. In other words, could financial performance be negatively biased by these groups' perception that women in the boardroom will hurt the future prospects of the firm?*”.

12 Vale destacar três ressalvas. Em primeiro lugar, embora a grande maioria dos artigos pesquisados tenham encontrado um impacto positivo da DGC no desempenho de RSC das empresas, alguns trabalhos encontraram relações nulas ou negativas (e.g. Rodriguez-Dominguez et al., 2009, Lorenzo e Garcia-Sánchez, 2010, Rao et al., 2012). Em segundo lugar, como ocorre em todos os campos, os artigos publicados tendem a ser enviesados para aqueles que encontraram resultados estatisticamente significativos (estudos que não encontraram resultados significativos são menos propensos a serem aceitos para publicação). Terceiro, considerando que a DGC não é exógena, a identificação de causalidade torna-se muito difícil e os estudos não são conclusivos quanto a inferência causal da maior proporção de DGC para melhores resultados sociais. Como resultado, embora a maioria dos estudos tenha tentado minimizar as preocupações quanto à endogeneidade (recorrendo a diferentes especificações econométricas, verificações de robustez, variáveis alternativas, etc.), os resultados devem ser interpretados como associações positivas entre DGC e desempenho social.

13 Conforme item 175, “e” da Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Pequim, 1995.

Também não há consenso sobre qual fator – dentre biológicos, psicológicos e culturais – seria determinante ou teria maior impacto na definição das características e atitudes individuais, provenientes da interação entre esses fatores e do contexto social.¹⁴

Considerando todas as ressalvas, foram elencadas e classificadas algumas das características dos âmbitos individual e social que podem estar relacionadas aos impactos positivos da DGC no desempenho de RSC.

1.1. Características de âmbito individual

Diversas pesquisas investigam características de âmbito individual geralmente associadas às mulheres que podem ter relação com questões biológicas e psicológicas. Quanto ao aspecto biológico, pesquisas na área de neurociência tais como KANSAKU et al., 2000 verificam que as mulheres usam os dois lados do cérebro em seu processo decisório. Segundo estudos de DAILY et al. (2000), ROSE (2007) e HILLMAN (2015), isso sugere que o processo decisório das mulheres tenderia a abordar um maior espectro de implicações para diversas partes interessadas. Dessa forma, mais mulheres nos conselhos de administração pode levar a um melhor desempenho não-financeiro em virtude de as mulheres serem mais propensas a considerar um maior espectro de interesses em seu processo decisório, tais como os impactos de suas decisões nos stakeholders e no meio-ambiente.

Quanto ao aspecto psicológico, ressalta-se a importância da empatia¹⁵ para justificar o porquê mais mulheres nos conselhos impacta positivamente iniciativas de RSC. A literatura de psicologia demonstra com diversas evidências, tais como as abordadas por EISENBERG e MILLER (1987) e STURMER et al. (2005), que a empatia não é apenas um “sentimento”, mas também um preditor da propensão de alguém oferecer auxílio a outra pessoa quando confrontado com um pedido real de ajuda. Além disso, HATCH e STEPHEN (2015) também mostram fortes evidências de que as mulheres exibem níveis médios de identidade moral internalizada¹⁶ mais altos do que os apresentados pelos homens. O trabalho de ADAMS e FUNK (2012) mostra que as mulheres enfatizam mais valores transcendentais do que os homens, enquanto GROYSBERG E BELL (2013) mostram que as mulheres demonstram maior interesse em filantropia e serviços à comunidade. Já MARQUIS e LEE (2013) apresentam evidências que as mulheres contribuem mais para caridade.

Considerando os resultados dessas pesquisas, os maiores níveis de empatia e de

14 Por exemplo, as características do nível social podem refletir sobre as características do nível individual. Como resultado, os estereótipos (aqui elencados como características atribuídas no nível social) podem influenciar os comportamentos individuais, criando ciclos que resultam em profecias auto-realizáveis.

15 Sturmer et al. (2005) define empathy as the emotional response, including feelings of compassion and concern, in order to help people in need.

16 A medida em que uma pessoa percebe um conjunto de traços morais como sendo profundamente enraizados em seu autoconceito.

identidade moral internalizada tenderiam a levar as mulheres a apresentarem uma maior sensibilidade a práticas de RSC e a políticas ambientais, conforme afirmam os estudos de NIELSEN e HUSE (2010), DIAMANTOPOULOS et al., (2003), MAINIERI et al., (1997) e DAVIDSON e FREUDENBURG (1996). Ainda, segundo ZHANG et al. (2012), as mulheres se preocupariam mais com as necessidades dos stakeholders, dando força ao argumento de que mais mulheres nos conselhos leva a melhores resultados não-financeiros.

1.2. Características de âmbito social

As características de âmbito social são aquelas relacionadas ao que a sociedade considera como sendo “desejáveis” para serem apresentadas por mulheres e homens, características tidas por femininas ou masculinas. Estudos de KOHLBERG (1981) mostram que a socialização de gênero ocorrida na infância tenderia a levar às diferenças percebidas entre as atitudes de homens e mulheres. Nesse sentido, GILLIGAN (1982) afirma que tais características são consequência de um processo de socialização de gênero instigado durante a infância na relação entre pais e filhos. Além disso, também são resultado das diferentes formas de socialização de mulheres e homens, de acordo com LA TAILLE (2002). Assim, conforme mostra DAWSON (1997), mulheres e homens aprendem a desempenhar diferentes papéis em virtude de seu sexo, apresentando valores e preocupações que formam sua personalidade feminina ou masculina na infância.

Com o passar do tempo, conforme GILLIGAN (1982), homens e mulheres passam a ser associados, respectivamente, a éticas diferentes: a ética da justiça e a ética do cuidado, respectivamente. Essa diferenciação pode ser responsável pelo fato das mulheres apresentarem reações mais fortes de cuidado e empatia do que os homens.

Os papéis geralmente atribuídos a cada gênero (“gender roles”) envolvem dois tipos de julgamento ou crença, de acordo com EAGLY (2009): um descritivo (ex: a sociedade determina quais são as características “típicas” de cada gênero) e um prescritivo (ex: a sociedade indica quais são as características admiráveis a serem apresentadas por cada gênero em uma cultura específica). Conforme WOOD e EAGLY (2009), essas crenças ou julgamentos podem atuar tanto como normas sociais (enraizadas nas expectativas dos outros) quanto como disposições pessoais (enraizadas nas identidades individuais de gênero).¹⁷

A construção de gênero está relacionada aos estereótipos de gênero que são generalizações baseadas no sexo que sugerem quais características devem ser apresentadas por um grupo inteiro.¹⁸ Assim, os indivíduos, a sociedade e todo tipo de organização tendem

17 Essas crenças culturais, em conjunto com seu enfoque cognitivo, mentalidade e visão de mundo, são determinantes importantes de como os gestores administram suas empresas (GALASKIEWICZ, 1991).

18 Pesquisas recentes como a de BIEL et al. (2017) mostram como os estereótipos de gênero começam a interferir na percepção das meninas em idades tão tenras como 5 a 6 anos de idade, que acabam por influenciar os interesses das meninas. Sobre como estereótipos de gênero prejudicam as mulheres na área das ciências e na liderança, ver RIDGEWAY (2009) e REUBEN et al. (2014, 2012).

a criar expectativas quanto a características e comportamentos a serem apresentados por mulheres e homens.¹⁹ Um exemplo de crença baseada em estereótipos de gênero é a pressão consideravelmente maior que as mulheres sentem para agir de forma mais cuidadosa e sensível do que os homens, especialmente em situações de dilema ou conflito, conforme apresentam MASON e MUDRACK (1996).

Como resultado, as mulheres tendem a sentir uma maior responsabilidade de: utilizar a ética do cuidado (ex: buscar o bem-estar dos outros e evitar causar mal), conforme assevera GILLIGAN (1982); criar e manter relações recíprocas e sustentáveis, de acordo com SLOTE (2007); e serem guiadas a buscar um fim comum em suas ações, conforme CARLSON (1972).

Os argumentos da literatura da psicologia ganham cada vez mais força com as pesquisas empíricas recentes. Diversas pesquisas mostram que as mulheres: i) são mais alinhadas aos interesses dos stakeholders (BEUTEL e MARINI, 1995, e KODINSKY et al., 2010); ii) tendem a adotar atitudes éticas mais restritas e a realizar mais julgamentos éticos no ambiente de trabalho (FERRELL e SKINNER, 1988; AKAH, 1989; BERNARDI e ARNOLD, 1997; WEEKS et al. 1999; LOE et al., 2000; VALENTINE e RITTENBURG, 2004; SIMGA-MUGAN et al. 2005; LUND, 2008; IBRAHIM e ANGELIDIS, 2009); iii) têm uma maior conexão com princípios éticos, apresentando maior adesão a eles (ISIDRO e SOBRAL, 2015); são mais propensas a usar seu poder na organização para endereçar questões relacionadas à responsabilidade social (ARLOW, 1991; JAFFEE e HYDE, 2000; BACKHAUS et al., 2002; O'FALLON e BUTTERFIELD, 2005; ADAMS e FUNK, 2012); v) apresentam uma maior probabilidade de se posicionar contra comportamentos antiéticos (MIETHE e ROTHSCCHILD, 1994, VERMEIR e BAN KENHOVE, 2008) e de se tornarem responsáveis por canais de denúncia (“whistle-blowers”) (ROTHSCCHILD e MIETHE, 1999).²⁰

As pesquisas que verificam diferenças no estilo de liderança também mostram a influência dos estereótipos de gênero: mulheres são consideradas mais participativas e democráticas (MASON e MUDRACK, 1996; BEN-AMAR et al., 2015; RUDMAN e GLICK, 2001; EAGLY et al., 2003; EAGLY e JOHNSON, 1990), bem como mais colaborativas que os homens (KONRAD et al., 2008). A teoria de liderança do papel social (EAGLY e CARLI, 2007; EAGLY e JOHNSON, 1990; EAGLY et al., 1995), por exemplo, descreve que as líderes mulheres têm maior probabilidade de se preocupar com pessoas e cuidar de seu bem-estar, enquanto líderes homens têm maior probabilidade de serem guiados por metas financeiras, tendo como foco a perseguição de conquistas pessoais (CARLSON, 1972).

Adicionalmente, os estereótipos de gênero podem levar a diferentes expectativas

19 Gêneros diferentes, portanto, respondem a diferentes normas, atitudes, crenças e perspectivas (PELLED et al. 1999).

20 Além disso, meta-análises apoiam esses resultados por apresentarem evidências pequenas, mas consistentes, de diferenças entre homens e mulheres quanto à orientação moral (JAFFEE e HYDE, 2000) e atitudes éticas (BORKOWSKI e UGRAS, 1998).

sobre os papéis de homens e mulheres no conselho de administração.²¹ Muitas pesquisas apresentam evidências empíricas sobre essa questão. PETERSON e PHILPOT (2007) mostram que há maior probabilidade de mulheres participarem do comitê de relações públicas, por exemplo. BILIMORIA e PIDERIT (1994), SHRADER et al. (1997), WILLIAMS (2003) e ZELECHOWSKI e BILIMORIA (2006) mostram que há uma maior probabilidade de mulheres atuarem em áreas de RSC e de se sentirem mais confortáveis com iniciativas comunitárias.²² De forma complementar, BETZ et al. (1989) e BERNARDI e ARNOLD (1997) mostram evidências de que os homens se sentem mais confortáveis com atividades lucrativas. Como resultado, é possível que mulheres sejam nomeadas para os conselhos em função de um estereótipo de que mulheres são mais sensíveis, conforme afirmam BURGESS e THARENOU (2002), tornando-se então uma profecia autorrealizável.

De qualquer forma, a inserção de mulheres nos conselhos de administração pode ser de muita valia particularmente por aportarem aos conselhos experiências não-tradicionais e de diferentes áreas. Nesse sentido, HILLMAN et al. (2002) e SINGH et al. (2008) mostram que, em comparação com seus pares, há uma maior probabilidade de mulheres possuírem diplomas superiores e TERJESEN et al., (2009) mostram que elas têm uma menor probabilidade de terem experiência em negócios. Por sua vez, essa perspectiva diferente pode ajudar os conselhos de administração a considerarem as implicações de decisões estratégicas em uma maior gama de partes interessadas, conforme se verá nos resultados apresentados nas próximas seções.

1.3. Fatores que podem afetar a relação entre a Diversidade de Gênero nos Conselhos e a Responsabilidade Social Corporativa

O impacto positivo a DGC proporcionam no desempenho de atividades de RSC pode variar conforme organizações e países. Isso quer dizer que, a depender do contexto (de países ou de companhias), o impacto da DGC na RSC pode ser mais ou menos positivo, conforme verificado por algumas pesquisas descritas a seguir.

No que se refere às organizações, mais especificamente às companhias, a distribuição interna de poder no conselho pode influenciar o impacto das mulheres quanto a um melhor desempenho social da companhia. Por um lado, FINKELSTEIN (1992) e FINKELSTEIN e MOONEY (2003) mostram que conselheiros poderosos podem controlar o processo decisório do órgão de tal forma que seja muito difícil que outras vozes, tais como as de conselheiras, sejam ouvidas. Por outro lado, se o poder relativo dos conselheiros é mais equilibrado, há maior

21 Mulheres e homens que não adequam seu comportamento aos estereótipos de gênero agem contrariamente às convenções sociais e, portanto, podem sofrer preconceito. Logo, os comportamentos geralmente associados aos homens, como a tomada de risco mais elevado e a assunção de desafios, são admirados nos homens, porém considerados negativos para as mulheres (GUTER e MORASH, 1982; EAGLY e KARAU, 2002; HEILMAN e CHEN, 2005; AGARS, 2004; RYAN e HASLAM, 2005).

22 As pesquisas mostram que as conselheiras são mais interessadas em atividades filantrópicas e de serviço comunitário e possuem uma propensão maior de atuar junto à comunidade do que seus pares (HILLMAN et al., 2002; SINGH et al., 2008).

probabilidade de todas as vozes do conselho contribuam de fato nas deliberações do processo decisório. Nesse sentido, BYRON E POST (2016) verificam que a relação entre a presença de mulheres nos conselhos e o desempenho social é maior em contextos nos quais a distribuição interna do conselho é mais equilibrada.

No que se refere às diferenças entre países, evidências empíricas tais como (DALTON e DALTON (2010), HARRIGAN (1981) e WRIGHT et al. (1995) mostram que a relação entre a participação de mulheres nos conselhos e a RSC é mais forte em países em que há maior igualdade de gênero. Assim, em contextos com maior igualdade de gênero, há maior probabilidade de que as mulheres nos conselhos possuam a experiência, o prestígio, a estrutura e o poder patrimonial que lhe garantem voz no conselho. Por outro lado, conforme mostram GLICK e FISKE (1999), os países com maior desigualdade de gênero (na educação, economia, saúde e política), os homens tendem a explorar seu status elevado exercendo, por exemplo, mais voz e poder no processo decisório. Assim, a situação de (des)igualdade de gênero prevalente no país se caracteriza por ser um tipo de instituição informal²³ que modera o impacto da DGC no desempenho da RSC.

Por fim, existem evidências de que o impacto das mulheres nos conselhos quanto à RSC é maior em países com maior proteção aos acionistas, conforme mostram BYRON e POST (2016). Os conselhos de administração das companhias desses países podem ser mais motivados a aproveitar os recursos trazidos pelas conselheiras. Nesse sentido, companhias de países com maior proteção de acionistas provavelmente motivarão seus conselhos de administração a buscar informações e valores divergentes de seus membros de forma a considerar e integrar seus conhecimentos.

2. Evidências Empíricas de Pesquisas Recentes

Antes de apresentar as evidências sobre o impacto da diversidade de gênero nas atividades de RSC, é importante discutir como este complexo e multidimensional constructo – que abrange uma variedade de questões sociais – costuma ser definido e mensurado.

De acordo com WOOD (1991), Responsabilidade Social Corporativa (RSC) refere-se à forma que uma companhia atende as expectativas de desempenho de seus principais stakeholders. Não existe até o momento um consenso na literatura sobre como a RSC deve ser medida. A maioria dos estudos tem operacionalizado este conceito em três categorias de medição distintas.

A primeira categoria é baseada em resultados observáveis resultantes de iniciativas de

²³ Instituições informais, tais como estereótipos e ideologias, influenciam o comportamento e o processo cognitivo tanto dos atores sociais internos à uma companhia quanto aos externos (AGUILERA e JACKSON, 2003).

RSC. Esta categoria, por sua vez, é subdividida em métricas gerais e específicas de RSC. As métricas gerais (ou multidimensionais) são baseadas em ratings preparados por terceiros visando capturar a ampla gama de impactos econômicos, sociais e ambientais causados pelas empresas. Classificações como os índices KLD, MSCI ESG, VIGEO e FTSE ESG, entre outras, são as fontes mais comuns dessas medidas de RSC direcionadas a múltiplos stakeholders.²⁴ Por exemplo, o KLD é o índice holístico mais aceito e amplamente utilizado na pesquisa social corporativa desde sua criação em 1991.²⁵ O índice fornece classificações anuais de responsabilidade ambiental e social corporativa, e de governança para mais de 3.000 companhias de capital aberto. Ele é dividido em quatro dimensões principais: comunidade, produtos, funcionários e meio ambiente. Para cada dimensão, o KLD classifica as empresas em duas subdimensões com base nos seus “pontos fortes” ou “fortalezas” e “pontos de atenção” ou “preocupações”. Por exemplo, é considerado um “ponto forte” ou “fortaleza” uma companhia apresentar um forte programa de prevenção da poluição ou usar materiais reciclados substancialmente. Por outro lado, produzir produtos químicos agrícolas (como pesticidas) ou ter suas receitas provenientes de combustíveis fósseis são considerados “pontos de atenção” ou “preocupações”. Em geral, as subdimensões de fortalezas correlacionam-se mais fortemente com as “boas práticas”, enquanto as subdimensões de preocupações estão associadas a práticas relacionadas a “causar ou permitir danos”.

Por outro lado, as métricas específicas (ou unidimensionais) envolvem indicadores não-financeiros únicos, tais como: contribuições filantrópicas; iniciativas de sustentabilidade; práticas de negócios ambientalmente responsáveis (e.g. redução de emissões nocivas, uso de combustíveis alternativos, atividades de reciclagem); adoção e abrangência de códigos de ética; e existência de comitê de conselho dedicado à ética ou responsabilidade social.

A segunda categoria de mensuração da RSC é fundamentada em indicadores de reputação ética e social da companhia em relação aos seus stakeholders. A reputação da companhia engloba seu comportamento ético real e observado, bem como as percepções externas sobre sua conduta refletidas em notícias e em outros relatórios públicos. É geralmente mensurada em pesquisa social por meio da inclusão da companhia em rankings de empresas mais admiradas ou mais éticas (e.g. Fortune Corporate Reputation Index). Outra forma utilizada para medir a reputação utiliza o rastreamento das notícias, relatórios e reivindicações das partes interessadas relacionadas com a conduta das empresas. Um exemplo é o Índice de Reputação EthicalQuote desenvolvido pela Covalence, que congrega informações acerca de 50 critérios relacionados a RSC e ambiental, incluindo: desempenho ambiental; condições de trabalho dignas; direitos humanos; responsabilidade do produto, entre outros.²⁶ Ao analisar comportamentos éticos

24 O site <http://www.csrhub.com/> resume a maioria dos ratings ambientais, sociais e de governança.

25 Para mais informações sobre o índice KLD, suas qualidades e limitações, ver Chatterji et al. (2009).

26 Para mais informações sobre o Covalence EthicalQuote, vide <http://www.ethicalquote.com/>.

materializados na quantidade de notícias positivas e negativas, este índice de reputação ética é construído de forma a refletir o comportamento observado da empresa.

A terceira categoria de mensuração de RSC tem por base indicadores de integridade, precisão e transparência de relatórios. Estes estudos costumam analisar se as companhias: i) cumprem as leis e regulamentos (e.g. apresentando menor incidência de fraudes corporativas e de mercado de capitais); ii) fornecem melhores relatórios financeiros (e.g. oferecendo demonstrações financeiras mais precisas e qualidade superior das receitas); e, iii) respondem às demandas dos stakeholders, divulgando voluntariamente seus impactos sociais e ambientais. A Tabela 1, no fim do artigo, resume as três categorias de mensuração de RSC descritas nesta seção, incluindo suas subcategorias e indicadores utilizados pela literatura.²⁷

3. Impacto Positivo da Diversidade de Gênero nos Conselhos de Administração em Iniciativas de Responsabilidade Social Corporativa

3.1. Medidas Gerais de Responsabilidade Social Corporativa

Um dos primeiros estudos sobre o impacto da diversidade de gênero em classificações de RSE é de 2004. WEBB (2004) dividiu as companhias em dois grupos usando o Índice KLD: uma amostra com companhias “socialmente responsáveis” contendo 394 companhias e outra correspondente de companhias “não socialmente responsáveis” (do mesmo setor e porte aproximado). A autora observou que as companhias socialmente responsáveis tinham uma porcentagem significativamente maior de mulheres no conselho de administração (13%) do que os conselhos de companhias não socialmente responsáveis (8%).

Outro estudo que chama a atenção é o de BEAR et al. (2010). Neste artigo, foram analisadas duas questões: o impacto da DGC em atividades de RSC e a relação entre RSC e reputação corporativa. Para tanto, os autores utilizaram uma amostra com 51 companhias da área da saúde. Os autores concluíram que o número de mulheres no conselho é significativamente associado com as classificações de “fortalezas” ou “pontos fortes” do Índice KLD. Mais do que isso, a RSC da companhia se eleva na medida que aumenta o número de conselheiras. Segundo os autores, os resultados sugerem que as contribuições das mulheres ao conselho na área da RSC têm maior probabilidade de serem consideradas quando deixarem de ser mero simbolismo (“tokenismo”).²⁸ Em suma, a DGC parece desempenhar um papel importante no aumento da reputação corporativa, contribuindo para a RSC da empresa.

²⁷ Ela apresenta, ainda, a lista de artigos (detalhados nas subseções seguintes) que fornecem apoio empírico para o argumento de que a diversidade de gênero conduz a melhores resultados de RSC.

²⁸ O conceito de simbolismo (ou o conhecido termo “tokenism”) visa traduzir uma prática de fazer um esforço superficial ou simbólico de forma a recrutar um pequeno número de pessoas provenientes de grupos subrepresentados para dar a aparência de igualdade sexual, racial (entre outras) dentro de uma força de trabalho ou grupo, transformando essas pessoas em troféus, símbolos de uma diversidade que, na verdade, não existe.

Do mesmo ano, o artigo de NIELSEN e HUSE (2010) construiu um índice de “controle estratégico do conselho”. Esse índice mensura o envolvimento do conselho de administração em decisões relativas a: (1) responsabilidade social corporativa; (2) recursos humanos; (3) qualidade do produto; e (4) saúde, meio ambiente e segurança. Os autores analisaram 201 companhias norueguesas e descobriram que a proporção de conselheiras está positivamente associada ao controle estratégico do conselho. Eles também concluíram que os efeitos positivos das conselheiras quanto à eficácia do conselho são resultado – ao menos parcialmente – de uma melhora nas atividades de desenvolvimento do conselho²⁹ e também de uma redução do nível de conflito interno do órgão. Para os autores, esses resultados estão relacionados a diferentes estilos de liderança e perspectiva mais abrangente das mulheres acerca das diferentes partes interessadas.³⁰

Outro artigo, MALLIN e MICHELON (2011), investigou a relação entre a reputação do conselho e o desempenho social corporativo. As autoras analisaram uma amostra de 176 companhias da lista “Best Corporate Citizens” de 2005 a 2007, na qual a DGC foi um dos atributos utilizados para medir a reputação do conselho. O trabalho mostrou que a proporção de conselheiras está associada positivamente ao desempenho social das companhias medido pelo Índice KLD quanto às classificações sociais e ambientais. Esses resultados são ainda mais fortes para os indicadores específicos relacionados à comunidade, aos funcionários e aos direitos humanos.

Com base em outra amostra, ZHANG (2012) analisou 475 companhias listadas em bolsa de valores elencadas na lista Fortune 500 entre os anos de 2007 e 2008. Seus resultados apontam que DGC está positivamente relacionada ao desempenho social das companhias medido pelo Índice KLD. A autora foi além e distinguiu os aspectos institucionais e técnicos subjacentes ao índice KLD. O aspecto institucional reflete a resposta da companhia às pressões institucionais e envolve ações voltadas à comunidade e meio ambiente, enquanto o aspecto técnico trata do relacionamento da companhia com as partes interessadas essenciais para as operações comerciais (funcionários, consumidores e acionistas). O resultado mostra que uma maior proporção de mulheres em conselhos de administração está associada a melhores classificações de KLD em ambos os aspectos institucional e técnico. Dessa forma, ter mais mulheres nos conselhos melhora a proteção de diferentes partes interessadas.

No que se refere à diversidade em geral, os autores HAFSI e TURGUT (2013) construíram duas medidas de diversidade de conselhos: a “diversidade demográfica” e a “diversidade estrutural”. Enquanto a primeira mede a diversidade dos membros dentro de um determinado conselho (tendo por base gênero, idade, etnia, experiência e propriedade acionária), a segunda

29 As atividades de desenvolvimento do conselho envolvem avaliação do conselho, programas de desenvolvimento do conselho, introdução de novos membros e etc.

30 Ver NIELSEN e HUSE (2010, p. 136 e 143).

mede a diversidade entre conselhos de diferentes companhias (tendo por base o tamanho do conselho, a independência dos membros, dualidade de liderança e a participação acionária dos conselheiros). Com base nessas medidas, os autores analisaram 95 companhias da lista S&P 500 e verificaram que (i) a diversidade demográfica dos conselhos é fator determinante do desempenho social das companhias, e (ii) essa relação é moderada pela diversidade estrutural dos conselhos. Os resultados indicaram claramente que a inclusão de conselheiras resulta em um melhor desempenho social para a empresa.³¹

De forma a testar uma hipótese diferente, BOULOUTA (2013) investigou o impacto da DGC em atividades de RSC relacionando-o à literatura feminista e às teorias do papel social e estereótipos que mostram que a “ética do cuidado” e a empatia tendem a provocar uma resposta mais forte em mulheres, evitando causar prejuízos a terceiros.³² Além disso, a autora utilizou as classificações do KLD que são divididas em “pontos fortes” e em práticas “prejudiciais”, conforme mencionado na seção anterior. Consolidando esses temas, a hipótese da autora é de que uma maior DGC influenciaria as métricas de RSC de forma a evitar práticas prejudiciais a terceiros. O artigo investigou 126 companhias da lista S&P 500 durante cinco anos e o resultado comprovou a hipótese. Especificamente, uma maior DGC exerce forte influência sobre as métricas de RSC no que tange às práticas prejudiciais. Dessa forma, conselhos com maior DGC tendem a ser mais relevantes na prevenção de danos a terceiros.

Outras duas pesquisas recentes merecem destaque por tratarem do impacto da DGC em medidas multidimensionais de RSC. Na primeira, SUNDARASEN et al. (2016) entrevistaram 450 companhias listadas na “Bursa Malaysia” durante dois anos (2011-2012). Os autores descobriram que a presença de mulheres nos conselhos é a única variável – dentre um índice composto por 28 itens – que afeta positivamente o nível de iniciativas de RSC das empresas.³³

A segunda pesquisa utilizou um método chamado de meta-análise.³⁴ BYRON e POST (2016) investigaram os resultados agregados de dezenas de estudos que relacionaram a DGC à RSC, e combinaram os resultados de 84 estudos contendo uma amostra de 26.710 companhias de mais de 20 países. As autoras encontraram dois resultados principais. O primeiro foi de que a relação entre DGC e o desempenho social corporativo é geralmente positiva. Especificamente, a média do efeito que relaciona a DGC ao desempenho social é aproximadamente cinco vezes maior do que a média que associa a DGC ao desempenho financeiro. Esse resultado se deve ao

31 De acordo com HAFSI e TURGUT (2013, p. 474): “(...) in social matters most firms are beginners and boards are unclear about what behavior is best. Women in such a case can be seen as providing the sensitivity and guidance that makes the difference in CSP [Corporate Social Performance]. This is a clear vindication of the idea that gender diversity breeds better sensitivity to social issues”.

32 Conforme apresentado na seção 1 deste artigo. Ver Gilligan (1982), Eagly (2009) e Slote (2007).

33 Conforme SUNDARASEN et al. (2016, p. 35), “board composition in an emerging market is relatively ineffective in improving CSR [Corporate Social Responsibility] initiatives, with the exception of women on board”.

34 O método da meta-análise é uma pesquisa quantitativa agregando resultados de pesquisas quantitativas anteriores de forma a buscar encontrar uma verdade comum e subjacente por meio de uma média estatística dos resultados dos estudos individuais.

conselho de administração ter mais controle em relação as atividades de RSC – que se relacionam ao desempenho social – do que ao desempenho financeiro. O segundo é ainda mais interessante. Mostra que a relação entre DGC e desempenho social corporativo é ainda mais positiva em contextos nacionais que apresentam maior proteção dos acionistas e maior equidade de gênero, conforme apresentado na seção 1.3. Assim, a DGC pode ter diferentes impactos a depender do contexto, que pode permitir ou não a influência das conselheiras no processo decisório.

3.2. Medidas Específicas de Responsabilidade Social Corporativa

Um dos primeiros estudos que investigou o impacto da DGC em relação à medidas unidimensionais de RSC é o de WILLIAMS (2003). Ele analisou a potencial influência de conselheiras sobre atividades filantrópicas das empresas utilizando uma amostra de 185 companhias dos EUA de 1991 a 1994. Seus resultados mostram que as companhias com maior DGC se engajam mais em atividades filantrópicas do que outras companhias. Os resultados são ainda mais fortes para atividades relacionadas ao serviço comunitário e às artes.

Vale destacar a pesquisa de POST et al. (2011) que investigou o impacto da composição do conselho na responsabilidade ambiental. Para tanto, utiliza dados de 78 companhias químicas e de eletrônicos da lista Fortune 1000 do ano de 2007. O resultado principal do estudo foi descobrir que as companhias cujos conselhos eram compostos por três ou mais mulheres recebiam classificações melhores quanto à responsabilidade ambiental. Esses resultados corroboram a teoria da massa crítica para a qual mulheres e minorias raciais ou étnicas terão impacto nas decisões do conselho quando passarem de “troféus”, ou simbolismo, para uma minoria relevante do órgão.

Outro artigo sobre responsabilidade ambiental é o de WALLS et al. (2012) que investigou a relação entre governança corporativa e desempenho ambiental. A pesquisa é extensa, pois utilizou dados de 313 companhias da lista S&P 500 pertencentes a 29 setores ao longo de oito anos, totalizando 2.002 observações. Duas conclusões se destacam. A primeira mostra que o desempenho ambiental foi pior em companhias com menos mulheres nos conselhos. A segunda verifica que, nas companhias com maior DGC, havia menos fatores de preocupação ambiental, especialmente quando de propriedade concentrada e participação de investidores institucionais.

Vale destacar, ainda, quatro artigos recentes que fornecem mais evidências sobre o impacto da DGC em indicadores específicos de RSC. O artigo de GARCIA-SANCHEZ et al. (2015) investigou a relação entre o conselho e os códigos de ética em 12 países. Após analisar 760 companhias listadas durante seis anos (totalizando 5.380 observações), o artigo mostra que as companhias com maior DGC implementam os códigos de ética mais desenvolvidos. Quanto maior o número de mulheres e de membros independentes no conselho, maior o nível de escopo do código de ética implementado. Para os autores, os resultados indicam que as conselheiras

e os independentes são mais sensíveis a demandas éticas, além de mais preocupados com a conformidade e a satisfação de partes interessadas.

A segunda pesquisa de 2015 também aborda questões éticas. ISIDRO e SOBRAL (2015) realizaram estudo transversal sobre os impactos diretos e indiretos da DGC sobre o valor da empresa, a ética e a conformidade, investigando 922 companhias de 16 países europeus de 2010 a 2012. As autoras concluíram que a presença de mulheres no conselho está positivamente relacionada ao desempenho financeiro (com base no retorno sobre ativos e retorno sobre vendas) e à conformidade ética e social que, por sua vez, está positivamente relacionada ao valor da empresa. Os resultados sugerem existir um efeito indireto da DGC sobre o valor da empresa resultante de um maior nível de conformidade, algo que não é capturado pelas análises de desempenho financeiro.³⁵

A terceira pesquisa, de GLASS et al. (2015), investiga o efeito da presença de mulheres na alta administração das empresas sobre a sustentabilidade ambiental, utilizando uma extensa base de dados contendo todas companhias da lista Fortune 500 durante o período de dez anos (de 2001 a 2010). O artigo apresenta quatro resultados principais: (i) empresas com mais mulheres na alta administração são mais eficazes na persecução de estratégias favoráveis ao meio ambiente; (ii) a DGC está relacionada a um efeito positivo pequeno na probabilidade da companhia apoiar iniciativas ambientais favoráveis; (iii) companhias cujas conselheiras atuam em mais de um conselho apresentam práticas ambientais mais fortes; (iv) companhias com maior DGC cujos presidentes são homens têm maior probabilidade de ter um histórico ambiental sólido.

Ainda em relação ao meio ambiente, POST et al. (2015) investigaram como a DGC impacta o desempenho ambiental das empresas por meio da formação de alianças sustentáveis, tais como alianças de energia renovável. O artigo utilizou a população das 36 companhias que compõem o setor de petróleo e gás dos EUA durante cinco anos. O resultado principal mostrou que, quanto maior a DGC, maior a probabilidade de a companhia formar alianças de sustentabilidade que, por sua vez, contribuem positivamente para o desempenho ambiental das companhias.

4. Impacto Positivo da Diversidade de Gênero nos Conselhos de Administração em Relação à Reputação Ética e Social

A influência da DGC também é investigada em sua relação com a reputação ética e social das companhias. Um dos primeiros estudos neste tema é o BERNARDI et al. (2006) que analisou o impacto da DGC na reputação ética. Investigando todas as companhias da lista Fortune

³⁵ Os autores também observam que não há diferença estatística entre a proporção de conselheiras em países com leis de quotas sem sanções, e países que possuem apenas iniciativas voluntárias. Segundo os autores, esse resultado sugere que a lei de quotas sem sanção não tem efeito no aumento da diversidade de gênero nos conselhos de administração.

500, os autores observaram que uma maior DGC está positivamente associada à companhia compor a lista das mais éticas, “*Ethisphere Magazine’s World’s Most Ethical Companies*”. As companhias dessa lista apresentavam uma representação média significativamente maior de conselheiras (18,5% contra 14,1%).

Outro estudo acerca do tema é BRAMMER et al. (2009) que analisou os dados acerca da reputação de 199 companhias britânicas usando a pesquisa “Britain’s admired companies” da “Management Today”, publicação que emprega metodologia semelhante à da conhecida lista das mais admiradas da Revista Fortune (“World’s Most Admired Companies”). Sua principal conclusão é a de que existe um efeito reputacional associado à DGC, mas que depende do setor de atuação da companhia, especificamente naqueles próximos ao consumidor final.

A pesquisa de ZHANG et al. (2013) analisou o impacto da DGC em medidas de RSC relacionadas à reputação utilizando a lista das mais admiradas da Fortune, “*World’s Most Admired Companies*”. Com dados das 516 maiores companhias listadas dos EUA, abrangendo 64 setores diferentes, os autores descobriram uma forte relação entre uma maior DGC e uma melhor reputação de RSC (dentro do mesmo setor). O estudo também revelou que as mulheres, entre todos os tipos de conselheiros, tiveram o maior efeito sobre a reputação de RSC. Para os autores, estruturar um conselho com base nesses resultados pode ser abordagem eficaz para melhorar a legitimidade moral de uma empresa.

Também foi conduzida uma análise cross-country sobre reputação corporativa. BASELGA-PASCUAL et al. (2014) realizaram uma extensa análise empírica, de 2005 a 2010, utilizando uma amostra de 43 grandes instituições financeiras listadas de 13 países: Austrália, Alemanha, Bermudas, Brasil, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido, Suíça e Taiwan. Após conduzirem diferentes análises, os autores encontraram fortes evidências de que a reputação ética das instituições financeiras está positivamente associada à DGC. Esses resultados corroboram com o argumento de que uma supervisão mais rigorosa do conselho melhora a reputação ética das instituições financeiras.

Por fim, a pesquisa de PERSONS (2015) congregou dez características de governança corporativa das 50 companhias mais admiradas do mundo (*World’s Most Admired Companies* da Revista Fortune) e comparou com as características de seus pares não admirados. Sua principal conclusão mostra que as companhias admiradas têm um percentual maior de conselheiras, entre outros atributos de governança corporativa.

5. Impacto Positivo da Diversidade de Gênero no Conselho quanto à Integridade das Companhias e Transparência de Relatórios

5.1. Conformidade às Leis e Normas

Destacam-se três estudos recentes na linha de pesquisa sobre a relação da DGC e a conformidade das empresas às leis e normas. O primeiro deles tem como enfoque a DGC em relação a fraudes no mercado de capitais. CUMMING et al. (2012) foi o primeiro a analisar empiricamente o impacto da DGC em um amplo espectro de fraudes no mercado de valores mobiliários. O artigo analisou 1422 casos de fraude cometidos em 742 companhias durante o período de dez anos (de 2001 a 2010). Os casos analisados envolvem ações ilegais de recompra de ações, reporte de lucros inflacionados, invenção de ativos, desfalque de acionistas, manipulação de preço de ações e etc. Os autores encontraram fortes evidências de que a importância da DGC quanto à mitigação de fraudes de mercado reside no próprio mecanismo da diversidade. Especificamente, os autores observaram que, a partir da percentagem média de conselheiras (13,2%), um aumento de um desvio padrão na proporção de conselheiras (9,1%) está associado a uma redução de 14,6% na probabilidade de fraude. A presença de conselheiras também é mais eficaz para mitigar tanto a presença de fraudes quanto a sua gravidade. Segundo esse estudo, a porcentagem ideal de mulheres nos conselhos de administração a fim de minimizar fraudes de valores mobiliários é de 50%.³⁶

Outro estudo muito importante com esta temática foi publicado em 2013. STEFFENSMEIER et al. (2013) investigaram 83 crimes corporativos graves dos EUA de 2002 a 2009, incluindo manipulação contábil, esquemas Ponzi, *insider trading* e etc. O artigo concluiu que as mulheres estavam ausentes dos principais grupos criminosos em todos os casos. Quando havia sua participação, elas exerciam papéis muito menores e recebiam um lucro substancialmente menor – quando recebiam algum lucro.³⁷ Os autores verificaram que os grupos compostos 100% por homens representavam quase $\frac{3}{4}$ de todos os crimes corporativos e nenhum caso envolveu um grupo composto 100% por mulheres. A pesquisa revelou, ainda, que todas as fraudes executadas individualmente foram perpetradas por homens³⁸ e a grande maioria dos criminosos corporativos eram do sexo masculino (91%). Esses 9% de mulheres está bem abaixo da ocupação da alta gestão (15%) e de gerência média (50%) nos EUA.

Por fim, o artigo de SCARLAT et al. (2015) foi o primeiro a documentar que a cultura ética da empresa – medida pela lucratividade de informações privilegiadas utilizadas pelos funcionários – depende do gênero dos principais executivos da companhia. Os autores investigaram companhias norte-americanas que passaram por transição de seus executivos

36 CUMMING et al. (2012) asseveram o seguinte: “we find evidence that board of directors’ gender diversity facilitates improved corporate governance, insofar as that the likelihood and severity of securities fraud is mitigated, implying that regulators and policymakers should consider the worldwide call for more gender-diverse boards”.

37 Em um forte contraste com os homens, os autores encontraram que mais da metade das mulheres envolvidas nos crimes não ganhou lucro algum (56%) ou se beneficiaram muito pouco (8%). A disparidade entre o lucro de homens e mulheres se manteve também nos poucos casos em que mulheres ocupavam posições de destaque nos crimes.

38 Apenas três mulheres (8%) foram líderes dos grupos, sendo que duas delas exerceram a liderança em conjunto com seus maridos.

principais (presidentes e diretores financeiros) de 2003 a 2011. Foram analisados os dados de 86 companhias cujos cargos eram ocupados por homens e passaram a ser ocupados por mulheres e 1.276 companhias nas quais essa transição ocorreu apenas entre homens. A principal conclusão é a de que há uma diminuição significativa na lucratividade do *insider trading* quando o cargo deixa de ser ocupado por um homem e passa para uma mulher (em comparação com transições entre homens). Para reforçar seus resultados, os autores também investigaram o contrário, o que ocorre com a lucratividade do *insider trading* quando o cargo deixa de ser ocupado por uma mulher e volta a ser ocupado por um homem.³⁹ Nestes casos, houve uma reversão impressionante: os lucros provenientes de *insider trading* voltaram a ser significativamente mais altos após a volta de um homem para os cargos. Para os autores, esses resultados evidenciam que as executivas mudam a cultura corporativa da organização por meio de um tom mais ético.

5.2. Impactos Positivos da Diversidade de Gênero no Conselho na Qualidade dos Relatórios Financeiros

O primeiro estudo que relaciona a diversidade de gênero na alta gestão e a qualidade das informações financeiras foi publicado em 2008 por KRISHNAN e PARSONS (2008). Controlando por porte e setor das companhias, os autores examinaram diversas medidas de “qualidade dos lucros”⁴⁰ de 353 companhias da lista Fortune 500, de 1996 a 2000. Os autores dividiram as companhias com base na diversidade de gênero da alta gestão: alta diversidade (companhias com 14,3% a 38,3% de mulheres) e baixa diversidade (companhias com 0% a 5,1% de mulheres). Então, verificaram se a prevalência de mulheres na alta gestão predizia a qualidade dos lucros reportados. O principal resultado mostrou que companhias com mais mulheres na alta gestão são mais rentáveis e têm maior retorno das ações após as ofertas públicas iniciais. Esse resultado positivo não foi criado pela “administração de lucros”⁴¹, ao contrário, a “qualidade dos lucros” é positivamente associada à diversidade de gênero na alta administração. A pesquisa de LABELLE et al. (2010) também chega a resultados semelhantes, que corroboram com a ideia de que a diversidade de gênero tem efeitos na cultura organizacional tornando-a avessa a práticas negativas, tais como a “administração de lucros”.⁴²

O estudo de GUL et al. (2011) investigou se a DGC em companhias listadas nos EUA as torna mais transparentes e incentiva a incorporação de informações sobre o preço da ação. Após a análise de 5.021 observações durante sete anos (de 2001 a 2007), os autores descobriram que

39 Durante o período analisado, das 86 companhias da amostra que tiveram seus cargos de presidência ou diretoria financeira ocupados primeiro por homens e depois por mulheres, 24 delas trocaram novamente de executivos e voltaram a ter homens na presidência e diretoria financeira.

40 A qualidade dos lucros é o grau em que os lucros relatados capturam a realidade econômica da empresa, considerada boa prática.

41 A administração dos lucros, considerada má prática, envolve a seleção de estimativas contábeis que resultam em relatórios financeiros vantajosos para a empresa (ou seus gestores) à custa de partes interessadas externas.

42 Segundo LABELLE et al. (2010, p. 348): “(...) firms should go beyond affirmative action not only by increasing diversity in the boardrooms and among employees, but also by developing corporate diversity management policies as part of the organizational culture”.

os preços das ações de companhias com maior DGC refletem mais informações. Ainda, a maior DGC melhora o “nível de informação”⁴³ do preço das ações por meio de: i) maior divulgação pública das grandes companhias e ii) maior estímulo à coleta de informações das pequenas empresas. O aumento da divulgação pública acaba protegendo investidores desinformados e aumentando a confiança destes no mercado. Para os autores, uma maior DGC melhora a qualidade da informação por meio de um melhor monitoramento, atuando como mecanismo de governança corporativa.

Também de 2011 é a pesquisa de SRINIDHI et al. (2011) que investigou a relação entre DGC e a qualidade dos lucros. Os autores analisaram 2.480 observações de companhias listadas nos EUA ao longo de sete anos (de 2001 a 2007) e concluíram que aquelas com maior DGC exibiam melhor qualidade dos lucros em virtude da melhora de supervisão do conselho. Além disso, os autores observaram que companhias com maior DGC, especialmente com a presença de mulheres no comitê de auditoria, apresentaram melhores práticas de prestação de informações financeiras, tendo o potencial de aumentar a confiança do investidor nos relatórios financeiros.

Utilizando uma abordagem diferente acerca dos relatórios financeiros, ABBOTT et al. (2012) investigaram a relação entre a DGC e a qualidade dos relatórios financeiros analisando se DGC reduz a reapresentação de relatórios utilizando uma amostra de 278 companhias listadas nos EUA ao longo de cinco anos. Após diversos testes, a conclusão é que há uma forte associação entre a presença de ao menos uma mulher no conselho e uma menor probabilidade de reapresentação de relatórios. Para os autores, os resultados empíricos são consistentes com o argumento de que ao menos uma mulher no conselho contribui para o órgão manter a independência mental, diminui o pensamento de grupo (“groupthink”) e aumenta a capacidade do conselho monitorar os relatórios financeiros.

Por fim, o estudo de HO et al. (2015) investigou se há relação entre o gênero de quem ocupa a presidência da empresa, sua liderança ética e conservadorismo contábil usando um amplo conjunto de dados de 13.206 observações nos EUA de 1996 a 2008. Sua principal conclusão foi a de que as companhias com presidentas reportaram seus lucros de forma mais conservadora. Esta associação é mais forte em companhias expostas a altos riscos contenciosos e de aquisição. Segundo os autores, os resultados destacam os benefícios da diversidade de gênero para a integridade dos relatórios financeiros, evitando distorções fraudulentas.

5.3. Impactos Positivos da Diversidade de Gênero no Conselho na Qualidade dos Relatórios Não-Financeiros

Além do impacto positivo na qualidade de relatórios financeiros, uma linha de pesquisa

43 O conceito de “nível de informação” ou “informatividade” (“informativeness”) relaciona-se com os atuais retornos das ações e as mudanças nos lucros futuros. Quanto mais conteúdo existe nas informações sobre ganhos futuros, mais informação é possível sobre as mudanças nos lucros futuros.

recente passou a investigar o impacto da maior DGC na qualidade de relatórios não-financeiros, principalmente nos de sustentabilidade.

Uma das pesquisas pioneiras é a de CIOCIRLAN e PETTERSSON (2012) que analisaram 94 companhias dos EUA no ano de 2008. As autoras concluíram que as companhias com maior DGC tendem a apresentar uma maior preocupação com as mudanças climáticas.

Também de 2012, o estudo de FODIO e OBA (2012) é um dos poucos com dados de mercados emergentes. Os autores investigaram iniciativas de RSC relacionadas ao meio ambiente, à filantropia estratégica e ao desenvolvimento comunitário de 16 grandes companhias da Nigéria, de 2005 a 2007. A principal conclusão foi que a presença de mulheres e a sua proporção no conselho exercem um impacto positivo significativo na divulgação de informação ambientais da empresa. Com resultados similares, RAO et al. (2012) verificaram a existência de uma relação positiva significativa entre a DGC e a extensão da informação ambiental, analisando amostra de 100 companhias listadas australianas.

Indo além de relatórios ambientais, FRIAS-ACEITUNO et al. (2013) realizaram uma extensa análise acerca da qualidade de informações não financeiras de 568 companhias de 15 países, de 2008 a 2010. Os autores concluíram que a DGC é um dos fatores mais importantes para a transparência das informações econômicas, sociais e ambientais consolidadas em um relatório integrado. Este efeito é observado em companhias com diversos modelos de governança, tais como anglo-saxão, germânico e latino.

Do mesmo ano, SETÓ-PAMIES (2013) analisou uma pesquisa cross-country com empresas de 22 países para verificar a relação entre conselheiras e RSC. Utilizando dados de 94 grandes companhias da lista *Global 100 Most Sustainable Corporations* de 2011, a autora verificou que as companhias com maior DGC são socialmente mais responsáveis em relação a uma ampla gama de práticas de sustentabilidade. Sua descoberta sugere que maior DGC tem um papel relevante na condução de práticas de RSC.

Também quanto a relação entre DGC e sustentabilidade, FERNANDEZ-FEIJOO et al. (2014) analisaram cerca de 2.400 observações de 22 países e chegaram a duas constatações principais. Em primeiro lugar, os níveis de transparência de RSC são mais elevados em países cuja presença de mulheres nos conselhos contava com, ao menos, três mulheres. Em segundo lugar, os países com maior igualdade de gênero têm mais companhias cujos conselhos são compostos por, ao menos, três mulheres. Seus resultados amparam o argumento de que o nível dos relatórios de RSC tende a ser melhor em países cujos conselhos são compostos por, pelo menos, três mulheres.

Por fim, dois trabalhos recentes fornecem mais evidências sobre o impacto positivo da DGC em relação à divulgação voluntária acerca de questões ambientais. O primeiro estudo,

de LIAO et al. (2014), analisou os dados de 329 companhias listadas do Reino Unido e sua principal conclusão é que há uma forte associação positiva entre a DGC e a propensão de companhias divulgarem voluntariamente informações sobre emissão de gás de efeito estufa (“GHG”). O segundo estudo, de BEN-AMAR et al. (2015), analisou 541 observações de companhias listadas canadenses de 2004 a 2008. Os autores descobriram que a probabilidade de divulgação voluntária de mudanças climáticas (acerca da emissão de GHG) aumenta junto com o aumento da porcentagem de mulheres nos conselhos. Os resultados também apoiam a teoria da massa crítica, pois descobriram a necessidade de ao menos duas conselheiras para verificarem a influência positiva nas divulgações de mudança climática.

Conclusões

Este trabalho buscou revisar e consolidar os principais resultados da literatura que investiga o impacto da maior diversidade de gênero nos conselhos sobre as iniciativas de responsabilidade social corporativa. A análise agregada de dezenas de trabalhos empíricos mostra que a maior diversidade de gênero nos conselhos está relacionada a diversos impactos positivos, tais como: melhores indicadores de responsabilidade social corporativa, melhor reputação ética e social, maior conformidade às leis e normas, e melhor qualidade dos relatórios divulgados pelas empresas.

A ONU, por meio de diversas iniciativas, tais como o Pacto Global e os Princípios de Empoderamento Feminino, estimula o maior empoderamento feminino em cargos de liderança das companhias. Nesse sentido, buscou-se oferecer subsídios para corroborar o argumento de que a diversidade de gênero nos conselhos atua como uma via de mão dupla em relação a outras importantes prioridades de direitos humanos, tais como respeito aos funcionários, meio ambiente e partes interessadas em geral.

Em suma, companhias com mais mulheres nos conselhos apresentam melhores práticas de responsabilidade social e ambiental corporativa, têm menor incidência de fraudes corporativas e do mercado de capitais, respeitam mais as partes interessadas e o meio ambiente, e prestam contas de forma voluntária.

Como conclusão geral, constata-se que a diversidade de gênero na alta gestão deve ser vista como prioridade por dois motivos principais. De um lado, por contribuir diretamente com os Princípios de Empoderamento das Mulheres da ONU. Do outro, por contribuir indiretamente para a promoção dos Princípios do Pacto Global, particularmente para aqueles relacionados ao meio ambiente e ao combate à corrupção.

Tabela 1. Medidas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e Evidências Empíricas do Impacto Positivo da Diversidade de Gênero nos Conselhos de Administração (DGC).

Constructo	Categoria de Medida	Subcategoria de medida	Indicadores	Evidências Empíricas da Diversidade de Gênero nos Conselhos
Responsabilidade Social Corporativa (RSC)	Iniciativas de RSC	Medidas Gerais de RSC	Rankings multidimensionais elaborados por terceiros, tais como KLD, MSCI ESG, VIGEO e FTSE ESG	Webb (2004) Bear et al. (2010) Nielsen e Huse (2010) Mallin e Michelin (2011) Zhang et al. (2012) Boulouta et al. (2013) Hafsi e Turgut (2013) Byron e Post (2016) Sundarasan et al. (2016)
		Medidas Específicas de RSC	- Filantropia e Doações - Iniciativas de Sustentabilidade - Desempenho Ambiental Corporativo - Existência e Abrangência do Código de Ética - Outros impactos específicos em partes interessadas	Williams (2003) Post et al. (2011) Walls et al. (2012) Garcia-Sanchez et al. (2015) Glass et al. (2015) Isidro e Sobral (2015) Post et al. (2015)
	Reputação Ética e Social	Medidas de Reputação Ética e Social	- Lista das Companhias Mais Éticas - Lista das Companhias Mais Admiradas - Rankings de Reputação Corporativa	Bernardi et al. (2009) Brammer et al. (2009) Bear et al. (2010) Zhang et al. (2013) Baselga-Pascual et al. (2014) Persons (2015)
	Integridade da Companhia e Transparência dos Relatórios	Conformidade às leis e normas	- Menor Incidência de Fraudes Corporativas - Menor Incidência de Fraudes no Mercado de Capitais	Cumming et al. (2012) Steffensmeier et al. (2013) Scarlat et al. (2015)
		Relatórios Financeiros	- Conservadorismo Contábil - Qualidade dos Lucros - Acurácia dos Relatórios Financeiros	Krishnan e Parsons (2008) Labelle et al. (2010) Gul et al. (2011) Srinidhi et al. (2011) Abbott et al. (2012) Ho et al. (2015)
		Relatórios Não Financeiros	- Divulgação Voluntária de Questões Ambientais - Atenção a Demandas de Partes Interessadas - Abrangência das Divulgações Sociais	Ciocirlan e Pettersson (2012) Fodio e Oba (2012) Rao et al. (2012) Frias-Aceituno et al. (2013) Setó-Pamies (2013) Fernandez-Feijoo et al. (2014) Liao et al. (2014) Ben-Amar et al. (2015)

Referências.

- ABBOTT, L., PARKER, S., PRESLEY, T. (2012). Female Board Presence and the Likelihood of Financial Restatement. *Accounting Horizons* 26(4), 607–629.
- ADAMS, R., FUNK, P. (2012). Beyond the glass ceiling: Does gender matter? *Management Science*, 58(2), 219–235.
- AGARS, M. D. (2004). Reconsidering the impact of gender stereotypes on the advancement of women in organizations. *Psychology of Women Quarterly*, 28, 103–111.
- AGUILERA, R., JACKSON, G. (2003). The cross-national diversity of corporate governance: Dimensions and determinants, *Academy of Management Journal*, 28: 447-465.
- AKAAH, I. P. (1989). Differences in research ethics judgments between male and female. *Journal of Business Ethics*, 8(5), 375–381.
- ARLOW, P. (1991). Personal characteristics in college students' evaluations of business ethics and corporate social responsibility. *Journal of Business Ethics*, 10: 63-69.
- BACKHAUS, K. B., STONE, B. A., HEINER, K. (2002). Exploring the relationship between corporate social performance and employer attractiveness. *Business & Society*, 41(3), 292-318.
- BAUMAN, C. W., SKITKA, L. J. (2012). Corporate social responsibility as a source of employee satisfaction. *Research in Organizational Behavior*, 32, 63-86.
- BASELGA-PASCUAL, L., TRUJILLO-PONCE, A., VÄHÄMAA, E., VÄHÄMAA, S. (2014). Ethical Reputation of Financial Institutions: Do Board Characteristics Matter? *Journal of Business Ethics*, 1-22.
- BEAR, S., RAHMAN, N., POST, C. (2010). The impact of board diversity and gender composition on corporate social responsibility and firm reputation. *Journal of Business Ethics*, 97, 207–221.
- BEN-AMAR, W., CHANG, M., & MCILKENNY, P. (2015). Board gender diversity and corporate response to sustainability initiatives: Evidence from the carbon disclosure project. *Journal of Business Ethics*, 1-15.
- BERNARDI, R., BOSCO, S., & VASSILL, K. (2006). Does female representation on boards of directors associate with fortune's 100 'best companies' list? *Business and Society*, 45, 235–248.
- BERNARDI, R., ARNOLD, D. (1997), "An examination of moral development within public accounting by gender, staff level, and firm", *Contemporary Accounting Research*, Vol. 14 No. 4, pp. 653-668.
- BETZ, M., O'CONNELL, L. SHEPARD, J. (1989), "Gender differences in proclivity for unethical behavior", *Journal of Business Ethics*, Vol. 8 No. 5, pp. 321-324.
- BEUTEL, A., MARINI, M. (1995). Gender and Values. *American Sociological Review* 60:436–48.
- BIAN, Lin, LESLIE, Sarah-Jane, CIMPIAN, Andrei (2017). Gender stereotypes about intellectual ability emerge early and influence children's interests. *Science* 355, 389 – 391.
- BILIMORIA, D., PIDERIT, S. (1994) Board committee membership: Effects of sex-based bias, *Academy of Management Journal*, 37(6):1453–77.
- BLAZOVICH, J. L., SMITH, L. M. (2011). Ethical corporate citizenship: Does it pay? *Research on Professional Responsibility and Ethics in Accounting*, 15, 127–163.
- BORKOWSKI, S. C., UGRAS, Y. J. (1998). Business students and ethics: A meta-analysis. *Journal of Business Ethics*, 17(11), 1117-1127.
- BOULOUTA, I. (2013). Hidden Connections: The Link Between Board Gender Diversity and Corporate Social Performance. *Journal of Business Ethics*. 113: 185-197.

- BRAMMER, S., MILLINGTON, A., & PAVELIN, S. (2009). Corporate reputation and women on the board. *British Journal of Management*, 20(1): 17-29.
- BURGESS, Z., THARENOU, P. (2002). Women board directors: Characteristics of the few. *Journal of Business Ethics*, 37(1), 39-49.
- BURGESS, Z., FALLON, B. 2003. A longitudinal study of women directors in Australia, *Women in Management Review*, 18: 359-368.
- BYRON, K., POST, C. (2016). Women on Board of Directors and Corporate Social Performance: A Meta-Analysis. *Corporate Governance: An International Review*. Forthcoming. DOI: 10.1111/corg.12165
- CARLSON, R. (1972). Understanding women: Implications for personality theory and research. *Journal of Social Issues*, 28: 17-32.
- CARROLL, A. B. (1999). Corporate social responsibility: Evolution of a definitional construct, *Business & Society*, 38: 268-95.
- CHOI, T. H., JUNG, J. (2008). Ethical commitment, financial performance, and valuation: An empirical investigation of Korean companies. *Journal of Business Ethics*, 81, 447-463.
- CIOCIRLAN, C., PETTERSSON, C. (2012). Does workforce diversity matter in the fight against climate change? An analysis of fortune 500 companies. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 19, 47-62.
- CUMMING, D., LEUNG, T., RUI, O. (2012). Gender diversity and securities fraud. Working paper available at <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2154934>
- DALTON, D. R., DALTON, C. M. (2010). Women and corporate boards of directors: The promise of increased, and substantive, participation in the post Sarbanes-Oxley era, *Business Horizons*, 53: 257-268.
- DAILY, C. M., CERTO, S. T., DALTON, D. R. (2000). The future of corporate women: Progress toward the executive suite and the boardroom? In R. J. Burke & M. C. Mattis (Eds.), *Women on corporate boards of directors: International challenges and opportunities* (pp. 11-23). The Netherlands: Kluwer Academic Publishers.
- DAVIDSON, D., FREUDENBURG, W. (1996). Gender and environmental risk concerns: A review and analysis of available literature. *Environment and Behavior*, 28(3), 302-339.
- DAWSON, L. M. (1997). Ethical differences between men and women in the sales profession. *Journal of Business Ethics*, 16: 1143-1152.
- DIAMANTOPOULOS, A., SCHLEGELMILCH, B., SINKOVICS, R., BOHLEN, G. (2003). Can socio-demographics still play a role in profiling green consumers? A review of the evidence and an empirical investigation. *Journal of Business Research* 56: 465-480.
- DONKER, H., POFF, D., ZAHIR, S. (2008). Corporate values, codes of ethics, and firm performance: A look at the Canadian context. *Journal of Business Ethics*, 82, 527-537.
- EAGLY, A. (2009). The his and hers of prosocial behavior: An examination of the social psychology of gender. *American Psychologist*, 64, 644-658.
- _____, CARLI, L. (2007). *Through the labyrinth: The truth about how women become leaders*. Boston: Harvard Business Press.
- _____, KARAU, S. (2002). Role congruity theory of prejudice toward female leaders. *Psychological Review*, 109, 573-598.

- _____, KARAU, S., MAKHIJANI, M. (1995). Gender and the effectiveness of leaders: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 117: 125-145.
- _____, JOHNSON, B. (1990). Gender and leadership style: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 108: 233-256.
- _____, JOHANNESSEN-SCHMIDT, M., VAN ENGEN, M. (2003). Transformational, transactional, and laissez-faire leadership styles: A meta-analysis comparing women and men. *Psychological Bulletin*, 129(4), 569–591.
- EISENBERG, N., MILLER, P. A. (1987). Empathy and prosocial behavior. *Psychological Bulletin*, 101, 91–119.
- FERNANDEZ-FEIJOO, B., ROMERO, S., RUIZ-BLANCO, S. (2014). Women on boards: Do they affect sustainability reporting? *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 21: 351–64.
- FERRELL, O. C., SKINNER, J. S. (1988). Ethical behavior and bureaucratic structure in marketing research organizations. *Journal of Marketing Research*, 25, 103–109.
- FINKELSTEIN, S. (1992). Power in top management teams: Dimensions, measurement, and validation, *Academy of Management Journal*, 35: 505-538.
- _____, MOONEY, A. C. (2003). Not the usual suspects: How to use board process to make boards better, *Academy of Management Perspectives*, 17: 101-113.
- FISCHER, K., KHOURY, N. (2007). The impact of ethical ratings on Canadian security performance: Portfolio management and corporate governance implications. *The Quarterly Review of Economics and Finance*, 47, 40–54.
- FODIO, M. I., OBA, V. C. (2012). Boards' gender mix and extent of environmental responsibility information disclosure in Nigeria: An empirical study. *European Journal of Business and Management*, 4(14), 163–169.
- FRIAS-ACEITUNO, J. V., RODRIGUEZ-ARIZA, L., & GARCIA-SÁNCHEZ, I. M. (2013). The role of the board in the dissemination of integrated corporate social reporting. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 20: 219–33.
- GALASKIEWICZ, J. (1991). Making corporate actors accountable: Institution-building in Minneapolis–St. Paul. In W. W. Powell & P. J. DiMaggio (Eds.), *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: University of Chicago Press.
- GARCIA-SANCHEZ, I., RODRIGUEZ-DOMINGUEZ, L., FRIAS-ACEITUNO, J. (2015). Board of directors and ethics codes in different corporate governance systems. *Journal of Business Ethics*. 131: 681-698.
- GILLIGAN, C. (1982). *In a different voice: Psychological theory and women's development*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- GLASS, C., COOK, A., INGERSOLL, A. R. (2015). Do women leaders promote sustainability? Analyzing the effect of corporate governance composition on environmental performance, *Business Strategy and the Environment*. DOI:10.1002/bse.1879.
- GLICK, P., FISKE, S. T. (1999). Gender, power dynamics, and social interaction. In M. M. Ferree, J. Lorber and B. B. Hess (Eds.), *Revisioning gender*, Vol. 5: 365-398. Oxford, England: AltaMira Press.
- GROYSBERG, B., BELL, D. (2013). Dysfunction in the boardroom. *Harvard Business Review*, 91(6), 89–97.

- GUL, F., SRINIDHI, B., & NG, A. (2011). Does board gender diversity improve the informativeness of stock prices? *Journal of Accounting and Economics*. 51: 314–338.
- GUTEK, B. A., MORASCH, B. (1982). Sex ratios, sex-role spillover and sexual harassment of women at work. *Journal of Social Issues*, 38, 55–74.
- HAFSI, T., TURGUT, G. (2013). Boardroom diversity and its effect on social performance: Conceptualization and empirical evidence. *Journal of Business Ethics*, 112(3), 463–479.
- HATCH, C., STEPHEN, S. (2015). Gender Effects on Perceptions of Individual and Corporate Social Responsibility. *Journal of Applied Business and Economics*. 17(3): 63-71.
- HARRIGAN, K. R. (1981). Numbers and positions of women elected to corporate boards, *Academy of Management Journal*, 24: 619-625.
- HEILMAN, M., CHEN, J. (2005). Same behavior, different consequences: Reactions to men's and women's altruistic citizenship behavior. *Journal of Applied Psychology*, 90, 431–441.
- HILLMAN, A. (2015). Board diversity: Beginning to unpeel the onion. *Corporate Governance: An International Review*. 23(2): 104-107.
- HILLMAN, A. J., CANNELLA, A. A., Jr., HARRIS, I. C. (2002). Women and racial minorities in the boardroom: How do directors differ? *Journal of Management*, 28: 747-763.
- HO, S., LI, A., TAM, K., ZHANG, F. (2015). CEO Gender, Ethical Leadership, and Accounting Conservatism. *Journal of Business Ethics*. 127: 351-370.
- IBRAHIM, N., ANGELIDIS, J. (2009). The relative importance of ethics as a selection criterion for entry-level public accountants: Does gender make a difference? *Journal of Business Ethics*, 85, 49–58.
- ISIDRO, H., SOBRAL, M. (2015). The Effects of Women on Corporate Boards on Firm Value, Financial Performance and Ethical and Social Compliance. *Journal of Business Ethics*. 132: 1-19.
- JAIN, T., JAMALI, D. (2016). Looking Inside the Black Box: The Effect of Corporate Governance on Corporate Social Responsibility. *Corporate Governance*. Forthcoming. DOI:10.1111/corg.12154.
- JAFFEE, S., HYDE, S. (2000). Gender differences in moral orientation: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 126(5), 703–726.
- KANSAKU, K., YAMAURA, A., KITAZAWA, S. (2000). Sex differences in lateralization revealed in the posterior language areas. *Cerebral Cortex*, 10: 866–872.
- KODINSKY, R., TIMOTHY M., DANIEL S., HENKEL, E. (2010). Attitudes about Corporate Social Responsibility: Business Student Predictors. *Journal of Business Ethics* 91:167–81.
- KOHLBERG, L. (1981). The philosophy of moral development moral stages and the idea of justice. Harper & Row.
- KONRAD, A. M., KRAMER, V., ERKUT, S. (2008) Critical mass: The impact of three or more women on corporate boards, *Organizational Dynamics*, 37(2): 145–64.
- KRISHNAN, G., PARSONS, L. (2008). Getting to the Bottom Line: An Exploration of Gender and Earnings Quality. *Journal of Business Ethics* 78, 65–76.
- LA TAILLE, Y. de. (2002). Vergonha, a ferida moral. 2. ed. Petrópolis: Vozes.
- LABELLE, R., GARGOURI, R., & FRANCOEUR, C. (2010). Ethics, diversity management, and financial reporting quality. *Journal of Business Ethics*, 93(2), 335–353.
- LIAO, L., LUO, L., TANG, Q. (2014). Gender diversity, board independence, environmental committee and greenhouse gas disclosure. *British Accounting Review*. 49: 409-424.

- LOE, T., FERRELL, L., MANSFIELD, P. (2000). A Review of Empirical Studies Assessing Ethical Decision Making in Business. *Journal of Business Ethics* 25:185–204.
- LU, W., CHAU, K. W., WANG, H., PAN, W. (2014). A decade's debate on the nexus between corporate social and corporate financial performance: a critical review of empirical studies 2002–2011. *Journal of Cleaner Production*, 79, 195–206.
- LUND, D. B. (2008). Gender differences in ethics judgment of marketing professionals in the United States. *Journal of Business Ethics*, 77(4), 501–515.
- MAINIERI, T., BARNETT, E., VALDERO, T., UNIPAN, J., OSKAMP, S. (1997), “Green buying: The influence of environmental concern on consumer behavior”, *The Journal of Social Psychology*, Vol. 137 No. 2, pp. 189–204.
- MALLIN, C., MICHELON, G. (2011). Board reputation attributes and corporate social performance: An empirical investigation of the U.S. Best Corporate Citizens. *Accounting and Business Research*, 41(2), 119–144.
- MARQUIS, C., LEE, M. (2013). Who is governing whom? Executives, governance, and the structure of generosity in large U.S. firms. *Strategic Management Journal*, 34(4), 483–497.
- MASON, E. S., MUDRACK, P. E. (1996). Gender and ethical orientation: A test of gender and occupational socialization theories. *Journal of Business Ethics*, 15: 599–604.
- MATTINGLY, J.E., BERMAN S.L. (2006). Measurement of corporate social action. *Business & Society* 45(1): 20–46.
- MCKINSEY & COMPANY (2013). *Women Matter 2013: gender diversity in top management: moving corporate culture, moving boundaries*.
- MIETHE, T. D., ROTHCHILD, J. (1994). Whistleblowing and the control of organizational misconduct. *Sociological Inquiry*, 64(3), 322–347.
- NIELSEN, S., HUSE, M. (2010). The contribution of women on boards of directors: Going beyond the surface. *Corporate Governance: An International Review*, 18(2), 136–148.
- O’FALLON, M., BUTTERFIELD, K. (2005). A Review of the Empirical Ethical Decision-Making Literature: 1996–2003. *Journal of Business Ethics* 59:375–413.
- PELLED, L. H., EISENHARDT, K. M., XIN, K. R. (1999). Exploring the black box: An analysis of work group diversity, conflict, and performance. *Administrative Science Quarterly*, 44(1), 1–28.
- PETERSON, C., PHILPOT, J. (2007). Women’s roles on U.S. Fortune 500 boards: Director expertise and committee memberships. *Journal of Business Ethics*, 72(2), 177–196.
- PERSONS, O. (2015). Corporate Governance Characteristics of Most Admired Companies. *International Journal of Business and Social Science*. 6(3): 11–18.
- POST, C., RAHMAN, N., RUBOW, E. (2011). Green governance: Boards’ of directors composition and environmental corporate social responsibility. *Business and Society*, 50(1), 189–223.
- POST, C., BYRON, K. (2015). Women on boards and firm financial performance: A meta-analysis. *Academy of Management Journal*, 58(5), 1546–1571.
- POST, C., RAHMAN, N., MCQUILLEN, C. (2015). From Board Composition to Corporate Environmental Performance Through Sustainability-Themed Alliances. *Journal of Business Ethics*. 130:423–435.

- RAO, K. K., TILT, C. A., LESTER, L. H. (2012). Corporate governance and environmental reporting: An Australian study. *Corporate Governance*, 12(2), 143–163.
- RAGINS, B., SUNDSTROM, E. (1989). Gender and power in organizations: A longitudinal perspective, *Psychological Bulletin*, 105: 51-88.
- RAYTON, B. A., BRAMMER, S. J., MILLINGTON, A. I. (2015). Corporate social performance and the psychological contract. *Group & Organization Management*, 40(3), 353-377.
- REUBEN, E., SAPIENZA, P., ZINGALES, L. (2014). How stereotypes impair women's careers in science. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 111(12), 4403-4408.
- REUBEN, E., REY-BIEL, P., SAPIENZA, P., ZINGALES, L. (2012). The emergence of male leadership in competitive environments. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 83(1), 111-117.
- RIDGEWAY, C. L. 2001. The emergence of status beliefs: From structural inequality to legitimizing ideology. In J. T. Jost and B. Major (Eds.), *The psychology of legitimacy: Emerging perspectives on ideology, justice, and intergroup relation*: 257-277. Cambridge, MA: Cambridge University Press.
- _____. (2009). Framed before we know it: How gender shapes social relations, *Gender & Society*, 23: 145-160.
- _____, SMITH-LOVIN, L. (1999). The gender system and interaction, *Annual Review of Sociology*, 25: 191-126.
- ROSE, C. (2007). Does female board representation influence firm performance? The danish evidence. *Corporate Governance*, 15(2), 404–413.
- ROTHSCHILD, J., MIETHE, T. D. (1999). Whistle-blower disclosures and management retaliation: The battle to control information about organizational corruption. *Work & Occupations*, 26(1), 107–128.
- RUDMAN, L. A., GLICK, P. (2001). Prescriptive gender stereotypes and backlash toward agentic women. *Journal of Social Issues*, 57(4), 743–762.
- RUDMAN, L. A., GLICK, P. (2012). *Social psychology of gender*. New York: Guilford Press.
- RYAN, M., HASLAM, S. (2005) The glass cliff: Evidence that women are over-represented in precarious leadership positions, *British Journal of Management*, 16: 81–90.
- SANDBERG, Sheryl. *Lean In: women, work and the will to lead*. US: Alfred A. Knopf, 2013.
- SEIERSTAD, C. (2015). Beyond the Business Case: The Need for Both Utility and Justice Rationales for Increasing the Share of Women on Boards. *Corporate Governance: An International Review*. 23: 1-16.
- SETÓ-PAMIES, D. (2013). The relationship between women directors and corporate social responsibility. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*. 22: 334-345.
- SCARLAT, E., SHIELDS, K., CLACHER, I. (2015). CEO and CFO Gender, Corporate Culture and Firm-Wide Insider Trading. Working paper available at <http://www.econ.upf.edu/docs/seminars/scarlat.pdf>
- SHRADER, C., BLACKBURN, V., ILES, P. (1997) Women in management and firm value: An exploratory study, *Journal of Managerial Issues*, 9: 355–72.
- SILVEIRA, A. M., DONAGGIO, A. R. F., SICA, L. P. P, RAMOS, L. O. (2013). Women's participation in senior management positions: gender social relations, law and corporate governance. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2508929.
- SIMGA-MUGAN, C., DALY, B. A., ONKAL, D., KAVUT, L. (2005). The influence of nationality and gender on ethical sensitivity: An application of the issue-contingent model. *Journal of Business Ethics*, 57(2), 139–159.

- SLOTE, M. (2007). *The ethics of care and empathy*. New York: Routledge.
- SINGH, V., TERJESEN, S., VINNICOMBE, S. (2008). Newly appointed directors in the boardroom: How do women and men differ. *European Management Journal*. 26(1): 48–58.
- SRINIDHI, B., GUL, F., TSUI, J. (2011). Female directors and earnings quality. *Contemporary Accounting Research*, 28(5), 1610–1644.
- STEFFENSMEIER, D., SCHWARTZ, J., ROCHE, M. (2013). Gender and Twenty-First-Century Corporate Crime: Female Involvement and the Gender Gap in Enron-Era Corporate Frauds. *American Sociological Review*. 78(3): 448-476.
- STURMER, S., SNYDER, M., OMOTO, A. M. (2005). Prosocial emotions and helping: The moderating role of group membership. *Journal of Personality and Social Psychology*, 88(3), 532–546.
- SUNDARASEN, S., JE-YEN T., RAJANGAM, N. (2016). Board Composition and Corporate Social Responsibility in an Emerging Market. *Corporate Governance*. 16(1): 35-53. DOI 10.1108/CG-05-2015-0059
- TERJESEN, S., SEALY, R. SINGH, V. (2009). Women directors on corporate boards: A review and research agenda. *Corporate Governance: An International Review*. 17: 320-337.
- THE CORPORATE GENDER GAP REPORT. World Economic Forum, Geneva, 2010.
- TORCHIA, M., CALABRÒ, A., HUSE, M. (2011). Women directors on corporate boards: From tokenism to critical mass. *Journal of Business Ethics*, 102: 299–317.
- VALENTINE, S. R., RITTENBURG, T. L. (2004). Spanish and American business professionals' ethical evaluations in global situations. *Journal of Business Ethics*, 51(1), 1–14.
- VERMEIR, I., VAN KENHOVE, P. (2008). Gender differences in double standards. *Journal of Business Ethics*, 81(2), 281–295.
- WALLS, J., BERRONE, P., PHAN, P. (2012). Corporate governance and environmental performance: Is there really a link? *Strategic Management Journal*, 33: 885–913.
- WEEKS, W. A., MOORE, C. W., MCKINNEY, J. A., LONGENECKER, J. G. (1999). The effects of gender and career stage on ethical judgment. *Journal of Business Ethics*, 20(4), 301–313.
- WEBB, E. (2004). An examination of socially responsible firms' board structure. *Journal of Management and Governance*, 8(3), 255–277.
- WILLIAMS, R. (2003). Women on corporate boards of directors and their influence on corporate philanthropy. *Journal of Business Ethics*, 42(1): 1-10.
- WOOD, D. J. (1991). Corporate social performance revisited. *Academy of Management Review*, 16, 691–718.
- _____. (2010). Measuring corporate social performance: A review, *International Journal of Management Reviews*, 12: 50–84.
- _____, EAGLY, A. H. (2009). Gender identity. In M. R. Leary & R. H. Hoyle (Eds.), *Handbook of individual differences in social behavior* (pp. 109–125). New York: Guilford Press.
- WORLD BANK GROUP (2015). *Women, Business and the Law 2016: Getting to Equal*. Washington, DC: World Bank.
- WRIGHT, E. O., BAXTER, J., BIRKELUND, G. E. 1995. The gender gap in workplace authority: A cross-national study, *American Sociological Review*, 60: 407-435.
- ZELECHOWSKI, D., BILIMORIA, D. (2006). Characteristics of CEOs and boards with women inside

directors. *Corporate Board: Roles, Duties and Composition*, 2(2), 14–21.

ZHANG, L. (2012). Board demographic diversity, independence, and corporate social performance. *Corporate Governance*. 12: 686–700.

ZHANG, J., ZHU, H., DING, H. (2013). Board composition and corporate social responsibility: An empirical investigation in the post Sarbanes-Oxley era. *Journal of Business Ethics*, 114(3), 381–392.

SOBRE O AUTOR:

Alexandre di Miceli da Silveira

Prof. Dr. Alexandre Di Miceli da Silveira é palestrante internacional, consultor, professor, pesquisador e articulista dedicado integralmente à governança corporativa e ética empresarial desde 2000. É doutor e mestre em Administração de Empresas pela FEA-USP, com pós-doutorados pelas Universidades de Louvain (Bélgica) e Cornell (Estados Unidos), e temporada na Universidade de Harvard em 2015.

Professor do Mestrado da Fecsp, Fundador da Direção Consultoria e Educação Executiva, é autor dos principais livros-texto sobre ética empresarial e governança no país, incluindo “The Virtuous Barrel: How to Transform Corporate Scandals into Good Businesses via Behavioral Ethics”, “Ética Empresarial na Prática: Soluções para a Governança e Gestão no Século XXI”, “Governança Corporativa no Brasil e no Mundo” (finalista do Prêmio Jabuti 2010) e “Governança Corporativa: o Essencial para Líderes”.

É consultor e palestrante da International Finance Corporation (IFC, membro do Grupo Banco Mundial) em projetos internacionais relacionados à ética, gestão e governança, e é Professor dos cursos para Conselheiros de Administração do IBGC desde 2005.

Foi consultor da OCDE, professor da USP durante dez anos e vice-presidente da Sociedade Brasileira de Finanças. Autor de mais de 50 trabalhos científicos sobre governança, foi agraciado com dezenas de prêmios, incluindo o Prêmio “Personalidade do Ano” 2018 concedido pela Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento do Paraná, prêmios IBGC Academia nos anos de 2014, 2013, 2011, 2009 e 2003, e o Revelação em Finanças do IBEF 2006.

SOBRE A AUTORA:**Angela Rita Franco Donaggio**

Doutora em Direito Comercial pela Universidade de São Paulo (FD-USP), aprovada cum laude, Mestra em Direito dos Negócios e Desenvolvimento Econômico e Social por FGV Direito SP e Bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Visiting Researcher em Harvard Law School e Visiting Professor em Cornell Law School.

Professora do curso para conselheiros de administração do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e professora de pós-graduação da FGV e da FACAMP. Pesquisadora da FGV Direito SP e integrante do Grupo de Estudos em Direito, Gênero e Identidade. Professora Assistente em Direito Comercial (PAE) da Universidade de São Paulo - USP (2013).

Em 2014 ganhou o Prêmio IBGC Itaú Academia. Em 2013 ganhou o 9º Prêmio ANBIMA-Casa das Garças de Mercado de Capitais como melhor projeto de tese de doutorado (ANBIMA/IEPE/CdG). Entre 2009 e 2011 foi pesquisadora-bolsista da Direito GV, recebendo por duas vezes a Bolsa-mérito Mario Henrique Simonsen concedida devido a excepcional desempenho acadêmico, potencial para inovação científica e contribuição efetiva para com as atividades acadêmicas da DIREITO GV.

Autora da tese “Regulação e Autorregulação no Mercado de Valores Mobiliários: O caso dos segmentos especiais de listagem da BM&FBovespa” (2016) e do livro “Governança Corporativa e Novo Mercado: Proteção ao investidor e falhas no marco-regulatório” (Saraiva, 2012).

Coautora dos livros: “A Sociedade Anônima e a Democracia na América do Sul: Regulação e Governança Corporativa” (FGV Direito SP, 2016); “Estado, Empresa e Liberdade: Textos em homenagem ao Professor Antonio Angarita” (Quartier Latin, 2016); “A Regulação Brasileira do Mercado de Capitais” (Saraiva, 2015); “Mercado de capitais Brasileiro II - Doutrina, Cases & Materiais” (Quartier Latin, 2015); “Corporate Governance in Emerging Markets” (Springer, 2014); “Governança Corporativa e Ofertas Públicas Iniciais no Brasil” (Direito GV, 2013); “Estado e empresa: uma relação imbricada” (Direito GV, 2013); “Empresas Familiares: Governança Corporativa, Governança Familiar e Governança Jurídica” (Saraiva, 2010); “Direito Societário: Estratégias Societárias, Planejamento Tributário e Sucessório” (Saraiva, 2009). Coautora do “Women in Business Leadership Boost ESG Performance: Existing Body of Evidence Makes Compelling Case” (International Finance Corporation, 2019), do “Modelo de Regimento Interno do Conselho de Administração do IBGC” (IBGC, 2008) e do “OECD Country Report - The Role of Institutional Investors in Promoting Corporate Governance in Brazil” (OECD, 2007).

TRADUÇÃO

DESC
DIREITO, ECONOMIA &
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

JUSTIÇA SOCIAL E LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

DESC
DIREITO, ECONOMIA &
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

JUSTIÇA SOCIAL E LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL^{1*}

Alain Supiot

Professor emérito do Collège de France
Presidente de honra do Institut d'études avancées de Nantes
<https://www.college-de-france.fr/site/alain-supiot>

“‘Civilizar’, no sentido moderno do termo, significa ensinar as pessoas a trabalhar para que possam comprar, trocar e gastar”: esta expressa declaração do presidente da Câmara de Comércio de Lyon data do final do século XIX e se inscreve no contexto da empresa colonial.² Ela poderia servir hoje como um lema para a liberalização do comércio internacional em que estão envolvidos, por vontade ou por força, quase todos os Estados do planeta. Essa definição de “civilização” certamente inspiraria o humor cáustico de Antonio Marzal. Não que ele duvidasse das benesses do trabalho, do comércio e da troca, mas ele percebeu claramente a inclinação messiânica que envolve a pretensão moderna de sujeitar o mundo a uma racionalidade econômica pura e universal. Ele foi capaz, ainda, de descrever o processo de racionalização imposto à cultura pela civilização industrial: “a cultura foi esvaziada (secularizada) de qualquer elemento não formalizável ou diretamente racionalizável, ao mesmo tempo que (...) foi substituída (ressacralizada) pelo mito onipresente e onipotente da ciência naqueles dentre os elementos fortes da cultura que mais resistem a desaparecer sem protestar”.³ Hoje, a globalização tomou o lugar da colonização como horizonte do messianismo ocidental, mas ela continua imbuída da mesma ambição “civilizadora” consistente em “ensinar às pessoas a trabalhar para poder comprar, trocar e gastar” (inclusive aos domingos!). E, hoje como ontem, esse messianismo enfrenta resistências decorrentes de um princípio que não se encontra nas regras que organizaram e implementaram a liberalização do comércio internacional: o princípio de justiça social.

O contraste entre as evoluções respectivas do direito comercial e do direito social é revelador dessas resistências. Enquanto o primeiro se internacionalizou, o segundo continua essencialmente uma questão nacional. Mas não se pode dizer que ele não foi afetado pela

1 * Este texto é a versão francesa de uma contribuição redigida em 2007 e publicada em espanhol em homenagem à memória do professor Antonio Marzal (*Actualidad de la justicia social: liber amicorum em homenaje a Antonio Marzal*. Barcelona: Bosch, 2008). Ele desdobra uma breve intervenção oral feita durante o Congresso Mundial da Sociedade Internacional de Direito do Trabalho e da Seguridade Social, que ocorreu em Paris, em setembro de 2006, cujo objetivo era comentar o relatório geral do professor Lance Compa sobre o tema “Liberalização do comércio e direito do trabalho”. [Publicado em *Droit social*, nº 2, fevereiro de 2009, p. 131-141. Traduzido por Celso N. Kashiura Jr., José César de Magalhães Jr. e Oswaldo Akamine Jr., como parte das atividades do grupo de pesquisa “Interfaces entre direito, Estado e economia”. Registramos nossos agradecimentos ao autor e à editora Dalloz, pela autorização para publicação, e, em especial, a Camila Perruso pelo inestimável suporte.]

2 Citado por WESSELING, H. *Le partage de l'Afrique*. Paris: Denoël, 1996 (reeditado por Folio-Gallimard, 2002, p. 169).

3 MARZAL, A. *Análisis político de la empresa: razón dominante y modelos de empresa*. Barcelona: Ariel, 1983, p. 11.

liberalização do comércio. Muito ao contrário, ele é o palco de uma tensão entre duas tendências opostas. De um lado, o direito do trabalho limita a pressão pelo rebaixamento das condições de trabalho operadas por essa liberalização. Mas, por outro lado, ele se desfaz pouco a pouco sob essa pressão e não pode mais garantir um estatuto decente para todos aqueles que vivem do trabalho. Como se sabe, isso se traduz, em termos macroeconômicos, em uma ruptura da ligação entre a produtividade do trabalho e sua remuneração e na atribuição dos ganhos de produtividade aos rentistas e aos especuladores.⁴ Na senda do mundo do trabalho, essa erosão se exprime pela ampliação da desigualdade de renda e de estatuto e, sobretudo, em um aumento espetacular do trabalho indecente, que espalha por todos os lugares suas diferentes facetas: nos países ricos, no incremento do número de trabalhadores pobres que não obtêm de seus empregos meios para uma vida digna; na adoção da precariedade como modo estrutural de gestão dos “recursos humanos”; na ampliação do setor informal nos países pobres, onde faixas inteiras da população se esforçam para sobreviver na maior indigência e sem qualquer segurança física ou econômica. Conforme as conclusões que a *Comissão mundial sobre a dimensão social da mundialização* publicou em 2004 sob a égide da OIT, “para uma vasta maioria das mulheres e dos homens, a mundialização não correspondeu às suas aspirações, simples e legítimas, a um trabalho decente e a um futuro melhor para suas crianças”.⁵

Essa constatação apenas traduz ao nível dos fatos a espetacular reversão ocorrida no plano dos princípios jurídicos que regem a organização do comércio internacional nos últimos 20 anos. A liberalização do comércio foi erigida como um fim em si mesmo, em detrimento dos objetivos de justiça social fixados no momento imediato após a Segunda Guerra Mundial. Isso resulta em uma esquizofrenia normativa, donde só se pode sair devolvendo à justiça social seu posto de princípio fundante das trocas comerciais em escala internacional.

I. A inversão de meios e fins

É forçoso reconhecer que a tentativa de refundar o comércio internacional sob o princípio de justiça social, operada após a Segunda Guerra Mundial, falhou (A) e que a liberalização do comércio procedeu de uma dogmática de competição universal, que conduz a uma ordem jurídica esquizofrênica que justapõe normas de inspiração radicalmente opostas (B).

A – O objetivo de justiça social no comércio internacional

Ao final da Segunda Guerra Mundial, os dirigentes dos países livres tinham adquirido consciência da imperiosa necessidade de construir uma ordem internacional fundada sob

4 Sobre esse movimento de deflação salarial, veja-se GRÉAU, J.L. *L'avenir du capitalisme*. Paris: Gallimard, 2005, p. 75 e seguintes.

5 COMISSÃO MUNDIAL SOBRE A DIMENSÃO SOCIAL DA MUNDIALIZAÇÃO. *Créer des opportunités pour tous*. Genebra: OIT, 2004, p. XI. No mesmo sentido, LEE, E.; VIVARELLI, M. Les conséquences sociales de la mondialisation dans les pays en développement. *Revue internationale du travail*, Paris, v. 145, n. 3, 2008, p. 191-210.

o princípio da dignidade humana e de submeter as regras do comércio internacional a esse princípio. A primeira declaração internacional que assim se referia à dignidade é a de Filadélfia, adotada em 10 de maio de 1944 e integrada depois à Constituição da Organização Internacional do Trabalho. Evocando as terríveis provações pelas quais o mundo acabara de passar, o artigo II dessa declaração começa por repetir, palavra a palavra, a primeira alínea da Constituição da OIT adotada em 1919, segundo a qual “um país perene somente pode ser estável sobre a base da justiça social”. Mas enquanto a Constituição de 1919 deu a esse novo princípio de justiça apenas uma lista de exemplos concretos (limitação à duração da jornada de trabalho, combate ao desemprego e às doenças profissionais etc.), a Declaração de Filadélfia oferece uma definição coerente e compreensível: “todos os seres humanos de qualquer raça, crença ou sexo, têm o direito de assegurar o bem-estar material e o desenvolvimento espiritual dentro da liberdade e da dignidade, da tranquilidade econômica e com as mesmas possibilidades”.

Essa definição foi bastante inovadora e, certamente, permanece profética, de muitas maneiras. Em primeiro lugar, ela inovou por seu conteúdo, integralmente marcado pela vontade de romper com o cientificismo e o darwinismo social. Primeira declaração internacional a se referir ao princípio da dignidade, a Declaração de Filadélfia esclareceu seu teor ao ligar o progresso material ao desenvolvimento espiritual. O homem não pode ser reduzido nem ao seu corpo nem ao seu espírito, porque é a unidade dessas duas dimensões que é sua característica específica e que deve ser respeitada, qualquer que sejam sua raça, seu sexo ou suas crenças. Igualmente notável é o objeto do direito assim proclamado, que não se situa sob o registro do ter, mas no do agir: é um “direito buscar” seu progresso material e seu desenvolvimento espiritual, isto é, um direito do trabalhador ao seu desenvolvimento como ser humano. Aqui, não lidamos com um ser programável, mas com um sujeito livre ao qual é preciso garantir as condições de usar de sua liberdade. Tais condições são a igualdade de oportunidades e a segurança econômica, que realmente colocam os homens em posição de agir e, assim, complementam sua capacidade jurídica (fundada sobre a liberdade e a igualdade formais) com uma capacidade de fato. A noção de segurança econômica, aqui, merece especial atenção, porque seu campo de aplicação é muito mais vasto que o da segurança social, que constitui apenas um dos aspectos. Ela cobre as condições mínimas sem as quais não é possível empreender uma atividade econômica (da segurança física e alimentar à segurança jurídica e monetária) e essa segurança, sem a qual não há liberdade econômica, depende sempre da intervenção das instituições públicas.

Em segundo lugar, embora essa definição de justiça social se apresente como a afirmação de um *direito* individual, os três parágrafos que se referem a ele qualificam sua realização como “*principal objetivo* de qualquer política nacional ou internacional”. Duas ideias novas aparecem aqui. A primeira é que os direitos universais só têm sentido na medida em que estão inscritos

em um quadro institucional que lhes permita a realização. Em outras palavras, de nada adianta proclamar tais direitos subjetivos na ausência de um direito objetivo que assim se imponha tanto aos indivíduos quanto aos Estados e às organizações internacionais. A justiça social não se reduz a uma distribuição de direitos individuais porque a busca de sua realização dá sentido ao agir de todos. A segunda novidade é propor o direito não como um limite a não ser cruzado, mas como um objetivo a alcançar, como um horizonte que é preciso visar. Essa noção de finalidade, que figura no próprio título da Declaração de Filadélfia, conheceria, meio século mais tarde, uma fortuna jurídica singular com a ascensão de um “direito regulatório”, cuja característica essencial consiste justamente em submeter a liberdade de agir à realização de certos objetivos. A inovação é tão notável que ela leva a Declaração a estabelecer as bases normativas de um procedimento de avaliação permanente da eficácia social da regulação econômica: “quaisquer planos ou medidas, no terreno nacional ou internacional, máxime os de caráter econômico e financeiro, devem ser considerados sob esse ponto de vista e somente aceitos, quando favorecerem, e não entravarem, a realização desse objetivo principal” e “compete à Organização Internacional do Trabalho apreciar, no domínio internacional, tendo em vista tal objetivo, todos os programas de ação e medidas de caráter econômico e financeiro” (art. II-d).

B – A dogmática da competição universal

Essa hierarquia de meios e de fins foi totalmente derrubada depois de trinta anos. Hoje, o objetivo atribuído ao Estado no nível internacional é o da livre circulação de capitais, de mercadorias e de serviços, assim como o reconhecimento universal dos direitos de propriedade intelectual. As normas sociais só são admitidas na medida em que não pareçam possuir natureza obstaculizante para o alcance dessa finalidade. Testemunha dessa queda, a declaração relativa aos direitos e princípios fundamentais do trabalho adotada em 1998 pela OIT, conclui: “as normas do trabalho não deveriam utilizar-se com fins comerciais protecionistas e (...) nada na presente declaração e seu seguimento poderá invocar-se nem utilizar-se de outro modo com esses fins; ademais, não deveria de modo algum colocar-se em questão a vantagem comparativa de qualquer país sobre a base da presente declaração e seu seguimento”. Isso significa que o livre comércio é um princípio superior à proteção dos trabalhadores e que os direitos, mesmo os fundamentais, devem ceder face às necessidades da competição de todos os homens em todos os países do mundo.

Se a competição econômica é tornada a finalidade última da ordem jurídica, assim é em razão da adesão ao dogma segundo o qual o crescimento da produção e do comércio é um fim em si, e que esse fim não pode ser alcançado senão pela implementação da concorrência generalizada entre todos os países. É pela exposição desse dogma que se abre o acordo de Marraquexe estabelecendo a Organização Mundial do Comércio (OMC). Segundo o primeiro

parágrafo do preâmbulo desse acordo, as relações entre os Estados no domínio comercial devem “ser orientadas tendo em vista a melhoria dos níveis de vida, a realização do pleno emprego e um aumento acentuado e constante dos rendimentos reais e da demanda efetiva, bem como o desenvolvimento da produção e do comércio de mercadorias e serviços”. O contraste com a Declaração de Filadélfia é impressionante. O aumento de indicadores econômicos quantitativos (taxa de emprego, aumento acentuado e constante (sic) de renda e da demanda), e “o desenvolvimento da produção e do comércio de mercadorias e serviços” são tratados aqui como fins em si. Os seres humanos desapareceram da lista de objetivos atribuídos à economia e ao comércio, e com eles toda a referência à sua liberdade, à sua dignidade, à sua segurança econômica e à sua vida espiritual. O contraste não é menor quanto ao método de realização desses objetivos. Segundo o parágrafo três do preâmbulo, essa realização implica “a conclusão de acordos recíprocos e mutuamente vantajosos tendo em vista a redução substancial dos direitos aduaneiros e de outros entraves ao comércio, bem como a eliminação do tratamento discriminatório nas relações comerciais internacionais”. Onde a Declaração de Filadélfia considera as regras comerciais como um meio pelo qual a eficácia deveria ser avaliada tendo em vista os objetivos de dignidade e de segurança econômica atribuídos aos Estados, o acordo da OMC viu desaparecer toda a hierarquização de meios e fins. Não há nenhuma obrigação de avaliar a eficácia real da generalização da livre circulação de capitais e de mercadorias na escala mundial em vista dos objetivos do nível de vida, da taxa de emprego ou de renda. Um elo necessário parece unir a melhora dos indicadores econômicos e o desmantelamento das fronteiras comerciais. O efeito benéfico dele é postulado pelo acordo como uma verdade evidente nela mesma, tornando inútil todo o exame dos efeitos reais do desmantelamento das fronteiras comerciais.

Nessa nova dogmática, a implantação da concorrência se tornou o objetivo e os homens, um simples meio de alcançá-lo. Já não se trata de se perguntar se uma competição comercial ampliou os efeitos benéficos sobre as condições de vida e de trabalho, mas, ao contrário, trata-se de se perguntar se as regras sociais não impedem essa competição. Ela deve ser exercida integralmente, tanto entre os homens quanto entre as empresas e os Estados, que devem todos cultivar sua “vantagem comparativa”.⁶ Assim, numa recente comunicação relativa a seu plano de ação “Legislar Melhor”,⁷ a Comissão Europeia parte do princípio de que “o ambiente regulatório da União Europeia” tem por objetivo “promover a competitividade na Europa”, por inferir que “as novas iniciativas legislativas devem ser objeto de uma avaliação de impacto”, destinada a

6 Sobre a palavra de ordem gerencial inspirada em Ricardo, v. PORTER, M. *The competitive advantage of nations*. Nova Iorque: Free Press–McMillan, 1990, traduzido para o francês: *L'avantage concurrentiel des nations*. Paris: Interéditions, 1993. Ver também a crítica de GALBRAITH, J.K. *The predator State*. Nova Iorque: Free Press, 2008, p. 69 e seguintes.

7 Comunicação *Résultat de l'examen des propositions législatives en instance devant le législateur*, COM (2005) 462 final. [Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/TXT/?uri=CELEX:52005DC0462>].

verificar se são essencialmente inclinadas a “contribuir com a competitividade”. Apresentando essa comunicação, o vice-presidente do Parlamento europeu explicou que a Comissão havia começado a elaborar, para esse fim, “normas para a nova legislação de avaliação de custos induzidos”. Essas “metanormas” serão elaboradas segundo uma “metodologia” baseada na “análise e conhecimentos científicos que alimentam os estudos de impacto graças a uma rede externa de especialistas”.⁸ Um filtro normativo “científico” será, assim, colocado previamente à deliberação parlamentar, evitando que os deputados cheguem a conhecer projetos de normas jurídicas prejudiciais à competitividade das empresas. A comunicação contém uma primeira lista de 68 projetos de diretivas retirados sob esse fundamento, dos quais, por exemplo, aquele que impõe o repouso dominical para os transportadores rodoviários.

Uma ordem jurídica que, assim, coloca os bens em uma posição superior aos homens não pode ser sustentável. A constituição de sujeitos deve preceder a definição de suas relações com as coisas, para poder dar significado a suas ações.⁹ Um direito que põe abaixo essa antiga hierarquia entre ser, ter e agir, é um direito que agride os homens e que os encoraja a agredir o direito.

A maneira pela qual ele agride os homens se apresenta, por exemplo, na relevância hoje atribuída ao princípio da livre circulação: ele tende a ser absoluto para os capitais, geral para as mercadorias e nulo para os homens, se forem pobres. Essa diferença de tratamento se encontra nas regras que regem a livre circulação de mercadorias: é proibido ter em conta a maneira pela qual elas foram fabricadas quando se trata de proteger os trabalhadores que as fabricaram,¹⁰ mas é obrigatório ter em conta quando se trata de defender a propriedade intelectual.¹¹ É o mesmo com a segurança: a segurança monetária ou a segurança dos negócios figuram como imperativos categóricos, enquanto a segurança econômica dos homens, quer se trate de segurança de emprego ou de segurança social, é acaloradamente denunciada como um obstáculo à competitividade.

Posto, assim, a serviço das coisas, o direito não pode ser respeitado pelos homens. Essa perda de legitimidade pode ser vista de cima a baixo na escala social. Embaixo, onde vigoram as formas mais extremadas de insegurança econômica e de fragilização da dignidade

8 Parlamento europeu. Discurso de Günter VERHEUGEN (Speech/05/541) de 27 de setembro de 2005.

9 Tal é a ordem lógica da exposição das *Institutas de Gaio* “Omne autem ius quo utimur vel ad personas pertinet, vel ad res, vel ad actiones. Sed prius videamus de personis” (“todos os direitos que usamos se referem a pessoas, coisas e ações. Vejamos, inicialmente, os que concernem às pessoas”). V. GAIUS. *Institutas*. Trad. fr. J. Reinach. Paris: Les Belles-lettres, 1991, I-8, p. 2.

10 As restrições à livre circulação de mercadorias previstas pelas regras do comércio internacional só podem ser fundadas sobre as características dos produtos finalizados importados e não sobre os processos de produção ou de fabricação. (Para uma apresentação geral dessa regra, v. CARREAU, D.; JULLIARD, P. *Droit international économique*. Paris: Dalloz, 2003, n. 711, p. 244 e seguintes. E para sua crítica, v. HOWSE, R.; REGAN, D. The product/process distinction – an illusory basis for disciplining “unilateralism” in trade policy. *European journal of international law*. Florença, v. 11, n. 2, 2000, p. 249-289.

11 Esse é o significado do acordo sobre os *Aspects des droits de propriété intellectuelle qui touchent au commerce* (ADPIC-TRIPS, em inglês) anexados ao acordo de Marraquexe. Esse acordo tem por efeito organizar os fluxos financeiros dos países pobres para os países ricos, através da implantação de um sistema mundial de arrecadação compulsória de *royalties* aos titulares de direitos de propriedade intelectual e da destruição de produtos que tenham sido fabricados infringindo-os.

das pessoas, assiste-se a um aumento espetacular de infrações e da violência, que suscita, em resposta, uma inflação de medidas penais e de segurança. No topo, onde tomam assento os guardiões da dogmática econômica, os direitos nacionais do trabalho são tratados como “produtos legislativos”, tornando necessário organizar a concorrência para eliminar os menos aptos a responder às expectativas dos investidores.¹² Tratando o direito não como o quadro normativo no qual se inscreve a competição econômica, mas como um dos objetos dessa competição, essa doutrina repudia toda ideia de justiça social e faz da luta de todos contra todos o único princípio normativo universal. Fazendo assim prevalecer as relações de força sobre as relações de direito, esse darwinismo normativo substitui o liberalismo econômico por um anarco-capitalismo destruidor das bases institucionais da economia de mercado.

II. Uma ordem jurídica esquizofrênica

O sistema jurídico no qual se implanta o processo de globalização parece hoje sofrer de *esquizofrenia normativa*. Ao invés de ligar as dimensões econômicas e sociais desse processo, ele as dissocia justapondo dois tipos de normas que essencialmente se ignoram e em muitos aspectos se contradizem.

A – A fraqueza das regras sociais

No polo das normas internacionais do trabalho, as convenções da OIT adquiriram uma inegável legitimidade e são invocadas em toda parte. Mas elas padecem de duas fraquezas. A primeira é seu caráter pouco vinculante. As convenções da OIT são numerosas, mas sua força vinculatória é duplamente limitada pelo *self-service* normativo que elas autorizam (os Estados-membros dessa organização são livres para escolher o que ratificar) e pela ausência de um verdadeiro recurso jurisdicional que permita sancionar sua violação.¹³ Esse *self-service* normativo e essa falta de sanções efetivas são ainda mais manifestas no caso de compromissos voluntários subscritos pelas empresas sob o título de “responsabilidade social”, que se refere frequentemente a certas normas da OIT, cuidadosamente selecionadas.

A segunda fraqueza das normas internacionais do trabalho é a de serem eventualmente desconectadas da realidade das situações locais, sobretudo porque a maioria delas visa apenas o trabalho assalariado, isto é, uma forma de trabalho que permanece minoritária em diversos países, a começar pelos mais povoados. A Declaração da OIT, adotada, em 1998,

12 Cf. o programa “Doing Business”, desenvolvido pelo Banco Mundial: <http://www.doingbusiness.org/ExploreTopics/HiringFiringWorkers/CompareAll.aspx>. O Banco retoma aqui uma metodologia desenvolvida por economistas das universidades de Harvard e de Yale: BOTERO, J.; DJANKOV, S.; LA PORTA, R.; LOPEZ-DE-SILANES, F.; SCHLEIFER, A. The regulation of labor. *The quarterly journal of economics*, Cambridge, v. 119, n. 4, nov. 2004, p. 1339–1382. V., nesse ponto: SUPLOT, A. Le droit du travail bradé sur le “marché des normes”. *Droit social*, Paris, n. 12, 2005, p. 1087.

13 Cf. para uma apresentação recente dos mecanismos de controle de aplicação das normas da OIT: SERVAIS, J.M. *Normes internationales du travail*. Paris: LGDJ, 2004, n. 983 e seguintes, p. 257 e seguintes.

para solenemente lembrar a todos os Estados os *princípios e direitos fundamentais* do trabalho que eles são chamados a respeitar, não menciona a segurança física ou mental, algo que ainda é um dos princípios fundadores do direito do trabalho e cuja prioridade é atestada por todos os estudos sobre todas as formas de trabalho no mundo. Por outro lado, essa declaração vaticina uma “abolição efetiva do trabalho infantil” (art. 2-c), que desconsidera o papel do trabalho na educação das crianças e ignora soberbamente a formulação bem mais pertinente e “universalizável” contida na Carta Africana de Direitos e do Bem-Estar da Criança, de 1990: “A criança é protegida de toda forma de exploração econômica e do exercício de um trabalho que comporte perigo provável ou risco de perturbar sua educação ou que comprometa sua saúde ou seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social” (art. 15-1).

Geralmente, as normas internacionais do trabalho sofrem o prejuízo de serem concebidas como normas “sociais” e de verem sua dimensão econômica ignorada. Assegurar a todos um trabalho decente é uma condição do que hoje é chamado desenvolvimento sustentável. Isso requer homens e mulheres capazes de criar o novo, de formar adequadamente as novas gerações e de atender às necessidades de doentes e idosos. Essa dimensão é mascarada pela oposição, tipicamente ocidental, entre o econômico e o social, algo que leva à compreensão das normas trabalhistas apenas como limites, e até mesmo como entraves, ao livre jogo da economia de mercado, ao passo que, na verdade, elas são uma de suas condições de existência.

B – A incidência social das regras do comércio

Ao contrário das normas trabalhistas, as *normas internacionais do comércio* são muito vinculantes. Não é mais uma questão de *soft law*, mas de *dura lex*. Os acordos comerciais multilaterais anexados ao acordo de Marraquexe são considerados como parte integrante e são obrigatórios a todos os membros da Organização Mundial do Comércio. Assim, a adesão à OMC não apenas obriga os Estados a abrir suas fronteiras comerciais e financeiras, mas ela os submete à jurisdição de um órgão regulador de litígios que pode lhes condenar, em caso de violação dessa obrigação, a medidas pesadas de retaliação.

Além disso, a liberalização dos mercados de capitais e de mercadorias deu lugar à expansão das *normas sociais implícitas* que frequentemente têm sentido oposto às normas da OIT. Assim, os planos de ajuste estrutural, aos quais o Fundo Monetário Internacional subordina a concessão de seus créditos, em princípio, não têm por objeto impor um certo padrão de direito do trabalho ou de proteção social no país demandante. Mas, na prática, elas ditam a política dos Estados nesse domínio e seus efeitos sociais desastrosos são, hoje, denunciados frequentemente. Da mesma forma, as normas internacionais de contabilidade, que devem ser respeitadas pelas empresas que buscam abertura de capital, determinam as políticas sociais dessas empresas mais fortemente do que qualquer convenção da OIT. Elaboradas por autoridades

privadas internacionais, essas normas foram reformadas nos últimos vinte anos, de uma forma que incentiva os dirigentes de empresas a sacrificar o “recurso humano” no altar da “criação de valores mobiliários”.¹⁴ De uma maneira geral, os novos modos de governança, pública ou privada, fazem muito uso de indicadores quantitativos, que são assim os veículos técnicos de uma normatividade disfarçada, que dá uma face técnica e objetiva a escolhas valorativas que são, assim, subtraídas ao debate democrático.¹⁵ A incidência de normas do comércio internacional sobre o trabalho não-assalariado é ainda mais considerável, já que essas normas formam o núcleo duro do que se chama de direito do trabalho autônomo. Muitos exemplos recentes, como o da criação de frangos na África central¹⁶ ou a cultura de algodão nos países do Sahel,¹⁷ mostraram como a abertura de fronteiras aos produtos industriais de baixo custo e de qualidade medíocre poderiam arruinar em pouco tempo as chances de desenvolvimento de uma produção local e vir a engrossar as fileiras de candidatos à emigração para os países europeus. As normas do comércio internacional agem, então, como normas sociais por tabela, que permitem ou que proíbem parcelas inteiras da população de um país de viver decentemente de seu trabalho, em contradição patente com os princípios e os objetivos proclamados pela OIT.

Uma das manifestações mais visíveis da incidência social da liberalização do comércio é a migração de uma crescente multidão de pessoas que não encontram mais em seus países meios de viver decentemente de seu trabalho. Essa migração é, em boa parte, ilegal, já que, na ordem jurídica internacional contemporânea, a livre circulação é reservada às coisas e proibida aos homens. Por um lado, a abertura irrestrita das fronteiras aos produtos provenientes de países de níveis econômicos diferentes arruína as condições de vida e de trabalho de milhões de homens e mulheres, tanto nos países do Norte, atingidos pelas “deslocalizações”, como nos países do Sul, cuja agricultura e artesanato não suportam importações maciças de produtos de baixo custo. Nos países muito pobres, para pagar o custo social da liberalização e assegurar um mínimo de subsistência àqueles privados de trabalho, pessoas tentam emigrar para países mais ricos, onde se reivindica a proibição desse movimento e o fechamento das fronteiras para a imigração. Um sistema que condena assim massas humanas inteiras à miséria e concentra riquezas colossais nas mãos de um número muito pequeno de “vencedores” não pode ser um sistema estável, em que cada um fique pacientemente em seu canto. Desse ponto de vista, é irrealista pensar que

14 Cf. JUBÉ, S. *Droit social et normalisation comptable*. Tese, Universidade de Nantes, 2008.

15 Por exemplo, indexar as políticas públicas à maximização da taxa de emprego incentiva a considerar qualquer trabalho como emprego e, por conseguinte, conduz à desregulamentação do mercado de trabalho. Sobre esse tema, v. SALAIS, Robert. “Acerca de la utilización acertada (y desacertada) de los indicadores en la acción pública”. In: REYNAUD, E.; SUPLOT, A. (orgs.). *Protección social y trabajo decente: nuevas perspectivas para las normas internacionales de trabajo*. Madrid: La Lay, 2006.

16 V. dossiê publicado sobre o assunto por um coletivo de ONGs, “Exportations de poulets: l’Europe plume l’Afrique” (www.agirici.org/HTML/PDF/Campagnes/Poulets/poulets_print.pdf).

17 Cf. MIROUDOT, S. Quel avenir pour l’initiative sectorielle en faveur du coton après l’échec de Cancún? *Mémoire Science Po*, Paris, mar. 2004.

se possa controlar o problema da imigração clandestina por meio da construção de muros e não pela regularização de todos aqueles que conseguem atravessá-los.¹⁸ Confiar na “seleção natural” daqueles que conseguem escapar do arame farpado ou do afogamento para saber quem terá o direito de trabalhar na Europa não é mais satisfatório que confiar no mercado para classificar os imigrantes autorizados a trabalhar,¹⁹ e saquear os escassos recursos humanos de trabalhadores qualificados do Sul através de uma política de “imigração seletiva”. Na França, a controversa criação de um “Ministério de Imigração, Integração, Identidade Nacional e Co-desenvolvimento”, em 2007, simboliza essa nova orientação política que combina, de um lado, o ingresso de trabalhadores estrangeiros, permitindo evitar aumentos de salário em certos setores da economia²⁰ e, de outro, um número suficiente de deportações na fronteira para satisfazer a xenofobia engendrada por essa concorrência salarial. As causas profundas das migrações não decorrem do direito social ou do direito penal, mas, sim, da desorganização mundial do comércio. Para uma imensa maioria dos habitantes dos países chamados “em desenvolvimento”, mas também para a massa crescente de trabalhadores precários dos países “desenvolvidos”, o único direito social que vale seria um direito do comércio internacional que lhes permitisse viver decentemente de seu trabalho. A longo prazo, será difícil escapar de revisões dolorosas e não renunciar ao mito de um mercado sem fronteiras para voltar à ideia sobre a qual a Comunidade Europeia foi fundada, mas que hoje é repudiada: aquela de grandes mercados regionais protegidos por fronteiras comuns e dotados de uma política econômica que lhes permita regular suas trocas com seus vizinhos, em um sentido que reduza as pressões migratórias e possibilite, concomitantemente, a instauração da livre circulação de trabalhadores.

III. Os caminhos de uma renovação normativa

Coloca-se, então, a questão de conceber normas que, reestabelecendo a hierarquia entre meios e fins, submetam a circulação de mercadorias e capitais à busca de uma melhora efetiva do destino dos homens.

A. Vincular regras sociais e comerciais

A resposta aparentemente mais simples a essa questão consiste em estabelecer um

18 Estima-se que entre 1995 e 2006, 7.000 latino-americanos morreram tentando atravessar ilegalmente a fronteira com os EUA, mesmo antes deste país decidir construir um muro de 3.200 km ao longo de sua fronteira com o México. Apenas no correr do mês de agosto de 2006, 4772 africanos chegaram às Canárias, um volume maior que todo o ano de 2005, e 600 corpos de pessoas afogadas tinham sido resgatados desde o início do ano. Durante o primeiro semestre de 2006, 10.000 pessoas chegaram à ilha italiana de Lampedusa, contra apenas 6.900 no ano anterior.

19 Como fez a chamada lei Sarkozy-II, de 24 de julho de 2006, na França, reservando essa autorização para aqueles que conseguem encontrar um emprego “com uma remuneração superior a um limite determinado por decreto”: vide Ceseda, art. L 311-11. Essa lei visa reabrir as fronteiras para uma imigração “seletiva” de trabalhadores qualificados, enquanto endurece as condições para a reunificação familiar e a imigração de povoamento.

20 Sobre o caso da construção civil: JUNIN, N. *Chantier interdit au public. Enquête parmi les travailleurs du bâtiment*. Paris: La Découverte, 2008.

vínculo entre regras sociais e regras comerciais por meio da introdução de uma *cláusula social* nos acordos comerciais.²¹ Essa cláusula consiste em permitir que um país subordine a abertura de suas fronteiras comerciais ao respeito ao direito fundamental do homem ao trabalho por seus parceiros comerciais. O destino da cláusula social em direito positivo é, como se sabe, paradoxal: formalmente rejeitada no âmbito da OMC, ela prospera no âmbito das uniões aduaneiras regionais e dos acordos de comércio bilaterais. Esse paradoxo provavelmente surpreende aqueles que creem sinceramente no valor universal do livre comércio e na verdade científica dos princípios fundadores da OMC. É, porém, facilmente explicável desde que se tenha em conta a natureza dogmática desses princípios. Uma vez que exprimem não uma verdade econômica inscrita na natureza, mas crenças largamente desconectadas da realidade, é tanto mais difícil implementá-los quanto mais nos aproximamos deles. Por isso, não é surpreendente que essa implementação obrigue, em graus diversos, a redescobrir o caráter artificial da distinção entre as dimensões econômica e social das atividades humanas e a vincular juridicamente tais dimensões. Compreende-se, assim, que os Estados que, na OMC, rejeitaram todas as regras limitadoras da concorrência internacional dos trabalhadores e da vantagem comparativa dos baixos salários²² aceitem, em muitos casos, a introdução de uma cláusula social nos acordos comerciais em nível regional ou bilateral.

Essas cláusulas proliferam nos tratados bilaterais de comércio que se difundiram após o impasse das negociações multilaterais conduzidas no âmbito da OMC.²³ Elas frequentemente limitam-se a um compromisso de cada país fazer respeitar as normas trabalhistas nacionais e são geralmente acompanhadas por procedimentos de resolução de conflitos resultantes de sua aplicação.²⁴ No mais, as regras internas de cada país podem subordinar a ratificação desses acordos a um estudo de seu impacto sobre o emprego e os direitos dos trabalhadores.²⁵

21 Para uma síntese atualizada do debate sobre a cláusula social, v. MOREAU, M.A. *Normes sociales, droit du travail et mondialisation*. Paris: Dalloz, 2006, p. 190 e seguintes.

22 Cf. a declaração ministerial adotada em Singapura em dezembro de 1996: “Consideramos que o crescimento econômico e o desenvolvimento promovidos por um incremento nas trocas comerciais e uma maior liberalização do comércio contribuem para a promoção dessas normas [fundamentais do trabalho]. Rejeitamos o uso de normas trabalhistas para fins protecionistas e convimos que a vantagem comparativa dos países, em particular dos países em desenvolvimento com baixos salários, não deve ser questionada.”

23 Os vários acordos internacionais assim celebrados pelos Estados Unidos podem ser consultados no site oficial do *Office of United States Trade Representatives* (<http://www.ustr.gov>). Para um estudo desses acordos, v. ALSTON, P. “Core labour standards” and the transformation of the international labour rights regime. *The european journal of international law*, Florença, v. 15, n. 3, 2004, p. 457-521. BURTLESS, G. Workers’ rights, labor standards and global trade. *The Brookings review*, Washington, v. 19, n. 4, 2001, p. 10-13. CHARNOVITZ, S. The labor trade dimension of the emerging free trade area of the americas. In: ALSTON, P. (ed.). *Labour rights as human rights*. Oxford: OUP, 2005, p. 143-176. HEPPLE, B. *Labour law and global trade*. Londres: Hart, 2005. GATTO, A. The integration of social rights concerns in the external relations of the European Union. In: BURCA, G.; DE WITTE, B. (orgs.). *Social rights in Europe*. Oxford: OUP, 2005, p. 339-365. DOUMBIA-HENRY, C.; GRAVEL, E. Accords de libre-échange et droits des travailleurs: évolution récente. *Revue internationale du travail*, Genebra, v. 145, n. 3, 2006, p. 211 e seguintes.

24 Cf., por exemplo, as disposições do capítulo 8 do acordo entre Estados Unidos e Chile, que institui um procedimento de análise das falhas desses países em fazer respeitar o direito do trabalho em seus territórios (art. 18.7) e prevê um mecanismo de cooperação entre as duas partes para a efetivação da declaração de 1998 da OIT (art. 18.5). Ademais, para um exemplo mais atual, o acordo celebrado em 1º de abril de 2007 entre EUA e Coreia do Sul, no qual esses dois países se comprometem a fazer respeitar suas legislações trabalhistas e ambientais e a estabelecer mecanismos que permitam fortalecer sua cooperação nesses domínios.

25 V., nesse sentido, a seção 2102 (c) do *Trade Act of 2002* (Public Law 107-210) adotado pelos Estados Unidos.

As cláusulas sociais introduzidas nos sistemas de preferências comerciais generalizadas^{26*} são mais exigentes. Esses sistemas consistem em oferecer aos países em desenvolvimento um acesso privilegiado ao mercado interno por meio de sua adesão a certas regras em matéria trabalhista, ambiental ou de combate à corrupção.²⁷ A União Europeia reformulou os diferentes dispositivos adotados com essa finalidade num regulamento único adotado em 2005.²⁸ Sob o signo do desenvolvimento sustentável, esse regulamento oferece preferências tarifárias aos “países vulneráveis” que tenham ratificado e implementado uma lista de convenções internacionais relativas aos direitos humanos e dos trabalhadores,²⁹ ao meio ambiente e aos princípios da “boa governança”. A combinação dessas três dimensões (social, ecológica e institucional) num mesmo instrumento deve ser destacada, pois esclarece vários pontos cegos da dogmática econômica. Essa dogmática crê que o trabalho e a natureza são realmente “produtos” suscetíveis de troca mercantil, ainda que não possam ser tratados como tais senão por meio de ficções jurídicas e de instituições estáveis e confiáveis que em conjunto autorizam e canalizam essa mercantilização. A noção de desenvolvimento sustentável é, nesse contexto, bem-vinda, na medida em que permite lembrar os riscos sociais, ecológicos e políticos aos quais somos expostos por essa dogmática. Mas os sistemas de preferência generalizada, além de terem seu alcance prático ainda muito limitado, apresentam o inconveniente de ter por base uma definição unilateral de desenvolvimento. Uma parte forte impõe o respeito a regras às quais ela mesma não necessariamente se vincula a uma parte fraca, regras cuja formulação não procede dos saberes e da experiência das populações às quais se destinam. A experiência das cláusulas sociais mostra, portanto, os limites de uma abordagem que se limita a vincular normas sociais e comerciais existentes sem colocar em questão o conteúdo dessas normas.

B. Colocar a liberalização do comércio a serviço da justiça social

Outra via possível, retomando o espírito da Declaração de Filadélfia, seria submeter o conteúdo das normas internacionais ao princípio da justiça social e admitir a livre circulação de capitais e de mercadorias apenas na medida em que efetivamente favoreça o exercício por todos os seres humanos do “direito de assegurar o bem-estar material e o desenvolvimento espiritual dentro da liberdade e da dignidade, da tranquilidade econômica e com as mesmas

26 * NT: O sistema de preferências comerciais generalizadas é um instrumento da União Europeia por meio do qual o acesso ao mercado comunitário é facilitado, com redução parcial ou integral de tarifas aduaneiras, sem reciprocidade, para certos produtos de certos países considerados em desenvolvimento. Atualmente, o sistema é regido pelo Regulamento UE nº 978 de 2012, disponível em: <http://data.europa.eu/eli/reg/2012/978/oj>

27 Cf. MOREAU, M. Op. cit., p. 209 e seguintes.

28 Regulamento (CE) nº 980/2005 de 27 de junho de 2005. V. DISPERSYN, M. Un nouveau cadre pour la dimension sociale dans le système de préférences généralisées de la Communauté. In: DAUGAREILH, I. (org.). *Mondialisation, travail et droits fondamentaux*. Bruxelas-Paris: Bruylant-LGDJ, 2005, p. 153 e seguintes.

29 V. regulamento (CE) nº 980/2005, anexo III, parte A. Trata-se de convenções que dão força normativa aos direitos e princípios fundamentais abrangidos na Declaração da OIT de 1998 (trabalho forçado, trabalho infantil, igualdade homem/mulher, organização e negociação coletiva).

possibilidades”. Nessa perspectiva, a liberalização do comércio não é mais um fim em si, mas apenas um dos meios possíveis de buscar esse objetivo de justiça social. Não mais se trata de articular as normas econômicas e sociais existentes, mas de “consider[á-las] sob esse ponto de vista e somente aceit[á-las], quando favorecerem, e não entravarem, a realização desse objetivo principal”. Essa exigência se aplica tanto às normas comerciais, cujos efeitos sociais devem ser levados em consideração, quanto às normas sociais, que devem ter em conta a internacionalização da atividade econômica e a solidariedade objetiva que atualmente liga os trabalhadores em todo o mundo.

1. Adotar regras comerciais socialmente responsáveis

Explorar a dimensão social do direito comercial é, sem dúvida, uma das tarefas mais urgentes para a qual deveria se voltar a doutrina “trabalhista”. A política de liberalização do comércio internacional é, de fato, acompanhada por reformas profundas no direito comercial, cujo impacto sobre a segurança, ou, mais precisamente, sobre a insegurança econômica dos trabalhadores é considerável. O que há de comum nessas reformas é a prevalência de uma representação puramente quantitativa e financeira da atividade econômica, em detrimento de se considerar as pessoas e as coisas envolvidas nessa atividade. Essa desconexão quanto às realidades concretas está em ação em três áreas chaves: o direito societário, o direito contábil^{30*} e o direito da concorrência. Seria necessário discuti-las para avaliar essas reformas à luz dos objetivos do trabalho decente para todos.

Nesse sentido, as reformas do direito societário realizadas ao longo de vinte anos em nome da *corporate governance* consistiram em identificar a empresa com seus acionistas e em substituir a liberdade de empreender pela liberdade de investir como princípio básico do direito comercial. É característica dessa evolução, na França, a lei Strauss-Kahn, que, rompendo com um interdito secular, permitiu que as sociedades recomprem suas próprias ações.³¹ Como observa Jean-Luc Gréau, essas recompras de ações rompem o fundamento lógico da distribuição de dividendos pelas corporações: “O direito de receber dividendos provém do fato de que os compradores iniciais, ao subscreverem as ações emitidas, subvencionaram a empresa ao renunciar a qualquer forma de reembolso do capital. *Os direitos dos acionistas são indissociáveis de sua renúncia explícita ao capital subscrito*. Ora, se a empresa aceita recomprar as ações das mãos dos seus acionistas, esse fundamento é rompido; em razão do preço acordado para a recompra, é ela que subvenciona a si mesma”.³² Reduzida à condição de centro de lucro,

30 * NT: Na prática jurídica francesa, o direito contábil (*droit comptable*) é considerado, especialmente a partir da década de 1970, uma área técnica autônoma ou relativamente autônoma. No direito brasileiro, o regramento da produção da contabilidade empresarial está, em sua maior parte, inserido no conjunto mais abrangente do direito societário.

31 Lei nº 98-546 de 2 de julho de 1998, que contém diversas disposições de ordem econômica e financeira, art. 41; disposições hoje codificadas nos artigos L 225-206 e seguintes do Código Comercial.

32 GRÉAU, J.L. *L'avenir du capitalisme*. Paris: Gallimard, 2005, p. 175 (grifos do autor).

a empresa perde a capacidade de empreender, isto é, de projetar-se a longo prazo e de assentar sua rentabilidade sobre bases humanas e materiais sólidas. Indexar o direito societário à figura do empreendedor, mais do que às figuras do rentista ou do especulador, levaria a subordinar o direito dos acionistas de participar da direção da empresa a um real engajamento quanto a servir a seus interesses de longo prazo. Liberadas da ditadura do rendimento a curto prazo, as empresas se mostram efetivamente mais comprometidas em preservar e desenvolver as competências e a criatividade de seu pessoal, o único “recurso” verdadeiramente criador de valor.

Da mesma forma, deve-se avaliar e reconsiderar as reformas do direito contábil realizadas durante as últimas duas décadas. Fundadas sobre o princípio do *fair value* e elaboradas fora de todo o processo democrático, essas reformas visaram satisfazer as expectativas dos acionistas e incrementar a valorização de mercado das empresas, em detrimento de uma estimativa prudente de seus ativos e passivos. Abriu-se assim um fosso entre a imagem contábil da empresa e a sua situação real. O caso *Enron* mostrou os riscos catastróficos ensejados por essa desconexão progressiva entre a imagem contábil e os fatos. Esse caso deveria conduzir a um questionamento das bases intelectuais das reformas realizadas e um restauro da função primária das normas contábeis, que é a de chamar a empresa às suas responsabilidades perante todos os seus colaboradores públicos e privados e não a de avaliar sua rentabilidade financeira a curto prazo.³³

As reformas do direito concorrencial visaram dismantelar todas as regras que levavam em consideração a natureza peculiar de certos produtos ou serviços, bem como as desigualdades econômicas entre os países colocados em competição. Com isso, a concorrência, ao invés de exercer-se entre empresas submetidas às mesmas regras do jogo, é exercida entre países, numa corrida ao menor custo social, fiscal e ambiental. Novamente, uma abordagem não dogmática que avalie os reais efeitos ecológicos e sociais dessas reformas permitiria repensar a livre concorrência como simples instrumento de política econômica, cuja utilização deve depender de sua capacidade de melhorar efetivamente o destino da maioria.

De uma maneira geral, praticamente só na Europa a liberalização do comércio adquiriu esse valor dogmático. Seus dirigentes nela vislumbram a expressão das leis da história e da economia que se impõem a todos e que reduzem os Estados a uma função de *acompanhamento* (palavra fetiche das políticas sociais europeias) de sua implementação. Os Estados Unidos e os grandes países emergentes, como a China e a Índia, ao contrário, vislumbram um jogo (econômico e político) em que cada um deve apostar segundo as cartas que tem em mãos e cujas regras só devem ser observadas na medida em que não sejam prejudiciais aos interesses nacionais.³⁴ Essa

33 Cf. JUBÉ, J. Op. cit.

34 O modo como a Índia recusou os acordos TRIPS para desenvolver uma poderosa indústria farmacêutica é um bom exemplo desse pragmatismo (v. CHAISSE, J. *Ensuring the conformity of domestic law with World Trade Organisation law: India as a case study*. Nova Deli: French research institutes in India, 2005). Ao menos nesse sentido, o país se mantém fiel a Gandhi, que claramente notou que a abertura descontrolada do mercado indiano aos produtos industrializados britânicos condenaria milhões de indianos ao exílio e à

diferença tem razões constitucionais. A livre circulação de capitais e de mercadorias é a pedra fundamental dos tratados de fundação da União Europeia, portanto não há de surpreender que os dirigentes europeus tenham nela uma crença verdadeira, enquanto seus homólogos chineses e indianos se contentam em dela servirem-se em benefício de seus interesses.

2. *Propor as bases de uma cidadania social internacional*

Dar à justiça social um lugar central no processo de liberalização do comércio obriga, em segundo lugar, a *adaptar o direito do trabalho às novas formas de organização das empresas*. O direito do trabalho não poderá servir à realização do objetivo do trabalho decente para todos se ficar cristalizado nas formas herdadas da era fordista ou se, ao contrário, for reduzido a uma técnica de exploração do “recurso humano”. Foram desenvolvidos, ao longo dos últimos quinze anos, numerosos trabalhos sobre o futuro do direito do trabalho que, aliás, ressaltam a necessidade de direitos sociais vinculados às pessoas, não apenas aos trabalhadores.³⁵ É reconfortante que parceiros sociais e os poderes públicos venham se apropriando, hoje em dia, dessa perspectiva sob terminologias diversas no plano nacional.³⁶ Embora proceda de uma inspiração aparentemente próxima (combinar liberdade e segurança), a promoção de uma política de “flexiseguridade” pela Comissão europeia³⁷ segue, na verdade, pela via exatamente inversa, que consiste em considerar os homens como um “capital humano” cuja “empregabilidade” deve ser garantida para responder em tempo real às exigências de “criação de valor” que se exprimem nos mercados financeiros. Basta comparar termo a termo os conceitos utilizados nessas duas abordagens (liberdade/flexibilidade – capacidade/empregabilidade – situação profissional/capital humano) para notar o que as separa: num caso, o ponto de partida é a criatividade dos homens e conjugam-se esforços para construir um direito e uma economia que lhes permitam exprimi-la e satisfazer suas necessidades; no outro, o ponto de partida é a suposta infalibilidade do mercado e conjugam-se esforços para fornecer às empresas um “recurso” humano que responda às suas exigências.

No que diz respeito às normas internacionais do trabalho, o esforço de renovação se limitou à adoção da Declaração dos direitos e princípios fundamentais do trabalho de 1998, sem pôr em causa a ideia de que o estatuto do trabalho, diversamente do estatuto dos capitais e das mercadorias, é um assunto puramente nacional, que concerne à soberania dos Estados.

miséria. Mas Gandhi também estava preocupado em estabelecer uma solidariedade entre os trabalhadores ingleses do setor têxtil e os camponeses indianos, o que continua a ser uma abordagem de vanguarda.

35 Cf., para um panorama desses trabalhos: GAUDU, F. La sécurité sociale professionnelle: un seul lit pour deux rêves? *Droit social*, Paris, n. 4, 2007, p. 393. SUPLOT, A. Lectures étrangères sur le devenir du droit social. *Droit social*, Paris, n. 11, 2005, p. 1001-1007.

36 Cf., no caso francês, o relatório *La sécurisation des parcours professionnels* do Conselho Econômico e Social, apresentado por E. ARNOULT-BRILL (Paris: Journaux officiels, 2007). [Disponível em https://www.lecese.fr/sites/default/files/pdf/Avis/2007/2007_12_edith_arnault_Brill.pdf]

37 Comunicado da Comissão Europeia de 27 de junho de 2007: *Towards common principles of flexicurity: more and better jobs through flexibility and security*. [Disponível em <http://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=2756>]

Assim, permaneceram à sombra os problemas oriundos das solidariedades objetivas que, numa economia aberta, ligam os destinos dos trabalhadores de nacionalidades e países diferentes. Essa solidariedade passiva resulta da liberdade de circulação de capitais e de mercadorias de que gozam as empresas e que em toda parte as incita a exercer uma pressão pelo rebaixamento das remunerações e das condições de trabalho. Ela não poderá se transformar em solidariedade ativa enquanto persistir uma diferença de escala entre os direitos das empresas, que são exercidos no plano internacional, e os direitos dos trabalhadores, que permanecem encerrados na jaula do plano dos direitos nacionais.

Um dos meios de reduzir essa diferença de escala entre direitos econômicos internacionais e direitos sociais nacionais é instituir uma *cidadania social internacional*, que seria o corolário da livre circulação de capitais e de mercadorias. Teorizada notadamente por Thomas Humphrey Marshall depois da Segunda Guerra Mundial,³⁸ a cidadania social engloba todos os direitos e deveres garantidores de uma vida digna a todos os membros de uma determinada sociedade. Sua invenção correspondeu à redescoberta da dimensão física da dignidade humana, ignorada pelas primeiras etapas da democracia. Conjugando-se com a cidadania civil (que garante os direitos e liberdades individuais, especialmente no plano econômico) e a liberdade política (que garante os direitos e as liberdades públicas), ela forma o tripé institucional sobre o qual repousa a economia de mercado numa sociedade democrática. Contudo, ela foi concebida, tal como os direitos sociais que engloba, no plano dos Estados nacionais e a questão que agora se coloca é a do conteúdo que ela poderia adquirir no plano internacional.³⁹

a) No plano individual, a cidadania social internacional levaria a vincular direitos à condição de trabalhador, independentemente da nacionalidade e do local de residência. Esses direitos não se reduzem aos direitos fundamentais do Homem ao trabalho enumerados na Declaração da OIT de 1998, mas englobam todos os componentes do trabalho decente. A efetivação do objetivo do trabalho decente no plano internacional é demasiado imperiosa para ser abandonada à *soft law* e demasiado complexa ou diversificada para ser objeto de uma convenção da OIT do tipo tradicional. Ela exige a invenção de normas internacionais de um novo tipo, que combine, de um lado, a firmeza e a generalidade de princípios diretores que se imponham a todos os Estados membros da OIT e, de outro lado, dispositivos de efetivação que levem em consideração a diversidade de situações e de saberes locais. Retomando as proposições emitidas no domínio da proteção social,⁴⁰ a Conferência Internacional do Trabalho engajou-se nesse sentido, ao colocar em estudo um dispositivo que combina um acordo-quadro (que poderia

38 MARSHALL, T.H.; BOTTOMORE, T. *Citizenship and social class*. Londres: Pluto, 1992.

39 Nesse sentido, v: MAILLARD, S. *L'émergence de la citoyenneté sociale européenne*. Aix-en-Provence: PUAM, 2008.

40 Cf. JAVILLIER, J.C.; RÉGENT, S.; REYNAUD, E. Protection sociale et travail décent: nouvelles perspectives pour les normes internationales du travail. *Semaine sociale Lamy*, Paris, n. 1272, set. 2006.

ser adotado por ela) que estabeleça os princípios gerais do trabalho decente e acordos nacionais que implementem tais princípios.⁴¹ Negociados entre OIT, Estados membros e outros parceiros internacionais (instituições financeiras internacionais, bancos de desenvolvimento etc.), esses acordos nacionais estabeleceriam objetivos de trabalho decente fundados na experiência e na representação das populações locais e forneceria aos Estados signatários uma ajuda técnica e financeira para realizá-los.

A cidadania social internacional agrega aos direitos individuais inerentes à noção de trabalho decente os direitos e as liberdades especificamente vinculados à mobilidade internacional. Aqui, o direito comunitário mostra o caminho, na medida em que não restringe a livre circulação às mercadorias e aos capitais, mas a estende aos trabalhadores. O vínculo assim estabelecido entre a livre circulação das coisas e a livre circulação dos homens se inscreve na perspectiva de um grande mercado regional e das virtudes pacificadoras atribuídas ao comércio. Essas virtudes não podem ser exercidas se um país é obrigado a abrir suas fronteiras aos produtos estrangeiros enquanto proíbe seus nacionais de sair para se formar e trabalhar no exterior. Toda a agenda bilateral ou multilateral de liberalização do comércio deveria, portanto, comportar um capítulo relativo à livre circulação de trabalhadores que leve em conta os interesses de todos os países participantes. Mais do que um direito de imigração, condenado a misturar a invocação dos direitos humanos e o tráfico de trabalhadores estrangeiros, seria necessário um verdadeiro direito negociado de migrações, isto é, um direito que leve em consideração a situação a longo prazo dos países “prestadores” e dos países “consumidores” de mão-de-obra.⁴² Essa mudança de perspectiva permitiria escapar ao ponto de vista unilateral que caracteriza o direito de imigração e ter uma visão coerente de todas as facetas do fenômeno migratório: o trabalho, mas também a educação, a habitação, a saúde, a vida familiar ou os rendimentos.

Nesse contexto, seria possível fazer da livre circulação de trabalhadores um dos atributos da cidadania social internacional. Não ao modo dogmático da atual livre circulação de capitais e de mercadorias, que apaga as fronteiras, mas, pelo contrário, negociando a sua abertura relativa, tanto para homens quanto para coisas. A edificação de muros nas fronteiras dos países ricos não tem outro efeito senão incitar aqueles que conseguem cruzá-las a se instalar de maneira duradoura nesses países com suas famílias, enquanto uma livre circulação controlada lhes permitiria manter contatos próximos com seus países de origem e acabaria por favorecer a reinstalação nesses países de trabalhadores formados e qualificados.

A ideia de cidadania social internacional levaria, em segundo lugar, à admissão da

41 Cf. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Renforcement de la capacite de l'OIT d'appuyer les efforts déployés par ses membres pour atteindre ses objectifs dans le cadre de la mondialisation*. Genebra, BIT, relatório V, 96ª sessão, p. 22 e seguintes. (Disponível em: <http://www.ilo.org/public/french/standards/relm/ilc/ilc96/pdf/rep-v.pdf>).

42 Cf. entrevista sobre a política francesa de imigração (com R. Filali Meknassi e O.O. Sidibé), *Droit social*, Paris, n. 3, 2007, p. 268 e seguintes.

exportabilidade das prestações sociais. Sabe-se que, no plano comunitário europeu, “o trabalhador assalariado ou não assalariado sujeito à legislação de um Estado-membro tem direito, em relação aos membros da sua família que residam no território de outro Estado-membro, às prestações familiares previstas na legislação do primeiro Estado, como se todos residissem no território deste Estado”.⁴³ A extensão dessa regra às nacionalidades extracomunitárias surge como solução de bom senso quando se compreende o fenômeno migratório em sua globalidade. Ao invés de induzir o trabalhador imigrado a trazer sua família para a Europa – pois este é o resultado da requisição de residência, com todos os problemas de habitação e de educação suscitados por essa migração familiar –, ele teria a liberdade de manter a família nos países de origem, em que o benefício financeiro dessas prestações seria infinitamente maior em vista das diferenças de custo de vida. Ao invés de alimentar o fluxo migratório Sul-Norte, aumentar-se-ia o fluxo financeiro Norte-Sul criado pelo trabalho do migrante.

b) No plano coletivo, no entanto, a cidadania social internacional importaria o reconhecimento de direitos e deveres novos, quer para os trabalhadores, quer para as empresas.

A Declaração da OIT de 1998 deu um passo nesse sentido ao incluir “a liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva” na lista de “princípios e direitos fundamentais do trabalho”. As disposições do art. 28 da carta de direitos fundamentais da União Europeia, adotada em Nice, em 2000, são mais completas e mais explícitas: “Os trabalhadores e as entidades patronais, ou as respectivas organizações, têm, de acordo com o direito comunitário e as legislações e práticas nacionais, o direito de negociar e de celebrar convenções coletivas, aos níveis apropriados, bem como de recorrer, em caso de conflito de interesses, a ações coletivas para a defesa dos seus interesses, incluindo a greve.” Esses textos consagram direitos coletivos em termos que não se limitam ao plano nacional, de modo que os direitos de se organizar, de negociar e de agir coletivamente aparecem como elementos legítimos da cidadania internacional. Mas são declarações privadas, até o presente, de força imperativa. No plano comunitário, a representação coletiva nas empresas transnacionais e a negociação coletiva europeia receberam uma base jurídica, mas não a greve e a ação coletiva, que permanecem, em princípio, da alçada exclusiva dos Estados e que, ademais, a jurisprudência mais recente do TJCE entende submetidas à liberdade de recorrer à terceirização internacional ou à deslocalização.⁴⁴ Resulta que a liberdade sindical e o direito de greve permanecem confinados

43 Regulamento CEE nº 1408/71, art. 73.

44 TJCE, 6 de dezembro de 2007, processo C-438/05 (Viking) e TJCE, 18 de dezembro de 2007, processo C-341/05 (Laval), que subordinam o direito de ação coletiva à liberdade de estabelecimento e de prestação de serviço, não obstante a exclusão expressa do direito de greve das competências comunitárias pelo art. 137 do tratado. Sobre esses casos, v. CHAUMETTE, P. Les actions collectives syndicales dans le maillage des libertés communautaires des entreprises. *Droit social*, Paris, n. 2, 2008, p. 210-220. ROBIN-OLIVIER, S.; PATAUT, E., Europe sociale ou Europe économique? (à propos des arrêts Viking et Laval). *Revue de droit du travail*, Paris, fev. 2008, p. 80-88. TEYSSIE, B. Esquisse du droit communautaire des conflits collectifs. *JCP La semaine juridique – social*, Paris, fev. 2008, p. 15. SUPLOT, A. L’Europe gagnée par “l’économie communautaire de marché”, *Revue du MAUSS permanente*, Paris, 30 jan. 2008 (disponível em: <http://www.journaldumauss.net/spip.php?article283>).

nos limites dos quais a liberdade de empreender se emancipou.

Um tal desequilíbrio entre sindicatos e grandes empresas torna o direito de greve altamente ineficaz. Antes de tudo, porque a massa crescente de trabalhadores precários não pode fazer greve. Além disso, porque a greve não tem sentido senão no face a face entre um empregador claramente identificável e uma coletividade de trabalhadores sob suas ordens. Ora, hoje, essa relação binária muitas vezes falta. As coletividades de trabalho são fragmentadas pela subcontratação, pela terceirização e pelo trabalho temporário. O empregador muitas vezes não é quem realmente decide e quem toma de fato as decisões pode escapar de sua responsabilidade e se esconder atrás da cortina das diferentes sociedades sob sua dependência econômica. Desse modo, a greve tende a se tornar a arma dos fortes, ao passo que os fracos são dela privados. Os pilotos da Air France podem fazer greve, mas não os carregadores terceirizados de Roissy, atingidos por decretos de requisição.^{4546*} As tensões resultantes da exploração do trabalho, não mais podendo ser manifestas no campo social, acabam expressas em bases identitárias. Daqueles abandonados pela representação e pela ação coletiva provêm os grandes batalhões para as associações religiosas e étnicas que atualmente florescem.

Este seria um vasto canteiro de obras, que Antonio Marzal ajudou a abrir com seus últimos trabalhos.⁴⁷ Sobre o direito de greve, por exemplo, seria possível admitir que, no setor privado, ele suspenda os contratos precários e, no setor público, não se imponham restrições à greve senão aos trabalhadores sob estatuto público. Mais amplamente, conviria explorar as formas de ação coletiva ternárias, que mobilizam tanto consumidores quanto investidores e são uma arma adaptada às formas atuais de exercício da liberdade de empreender. E, nesse sentido, abrir amplamente a paleta de ações coletivas internacionais, que podem exprimir a solidariedade entre trabalhadores dos países do Norte e dos países do Sul.

c) A cidadania social internacional tem, por fim, vocação para aplicar-se às empresas que gozam da livre circulação internacional de capitais e de mercadorias. Sabe-se que certas empresas nessa condição, para prevenir o risco de ter sua imagem manchada pela violação dos direitos fundamentais daqueles que trabalham direta ou indiretamente para elas, reclamam

45 A requisição foi utilizada em outubro de 2005 para interromper uma greve desses assalariados, cujo objeto era uma melhora da remuneração e das condições de trabalho. Eles foram “convidados” a retornar ao trabalho, sob pena de seis meses de prisão e 10.000 euros de multa. Desse modo, obrigação de continuidade do serviço que se impõe aos trabalhadores precários e terceirizados é muito mais forte do que aquela imposta aos funcionários. Para justificar sua decisão, o prefeito de Seine Saint-Denis destacou o “elevado risco terrorista” num período de Plano Vigipirate. Na verdade, são privações de direitos sociais constitucionais desse gênero que elevam o risco de terrorismo, vez que forçam os interessados a abandonar o registro sindical pelo registro religioso e identitário. Um ano depois, o mesmo prefeito proibiu o acesso de carregadores de confissão muçulmana a certas zonas sensíveis (Conselho de Estado, 23 de fevereiro de 2007, nº 299208). O vínculo entre insegurança do estatuto profissional e insegurança pública é aqui evidente.

46 * NT: O decreto de requisição (*arrêté de réquisition*) é um mandado emitido por autoridade administrativa. No caso, trata-se de mandado para retorno ao trabalho emitida pelo prefeito (*préfet*) da localidade. O plano Vigipirate (*vigilance et protection des installations contre les risques d'attentats terroristes à l'explosif*) é um dispositivo de exceção, criado em 1978, que permite a mobilização extraordinária da polícia e das forças armadas francesas para combate ao terrorismo.

47 V. MARZAL, A. (ed.). *La huelga hoy en el derecho social comparado*. Barcelona: J.M. Bosch, 2005.

princípios de responsabilidade social.⁴⁸ Essa responsabilidade é mais *marketing* do que direito; as empresas envolvidas insistem no caráter voluntário, e não coercitivo, dos compromissos que assumem. É duvidoso, porém, que esse caráter puramente voluntário sirva para protegê-las contra medidas jurisdicionais, na medida em que muitas ordens jurídicas nacionais reconhecem a regra *Tu patere legem quam ipse fecisti*, que permite aos juízes atribuir obrigatoriedade aos compromissos unilaterais. Noutras palavras, a responsabilidade social, que é ainda hoje apenas um sintoma da vertigem institucional que toma as empresas recentemente emancipadas da ordem dos Estados nacionais, pode amanhã tornar-se um dos elementos de uma cidadania internacional. Essa *cidadania das empresas* estabeleceria, em correspondência com os novos direitos e liberdades de que as empresas gozam na cena internacional, obrigações em matéria de exploração de recursos humanos e naturais.

Dentre as obrigações que lhes poderiam ser impostas, um lugar de destaque deve ser dado àquelas que decorrem diretamente da declaração universal dos direitos humanos, em especial dos direitos econômicos e sociais proclamados em seus artigos 22 a 25 (segurança social, igualdade de tratamento, trabalho que permita viver dignamente, liberdade sindical, limitação da jornada de trabalho). A tais direitos corresponde o dever de contribuir por imposto ou por contribuições sociais com os mecanismos de solidariedade que condicionam seu exercício.⁴⁹ Esse dever é certamente parte da cidadania internacional das empresas, de modo que, quando elas usam a livre circulação de capitais e de mercadorias para escapar de sua obrigação de contribuir com os sistemas nacionais de solidariedade, elas não apenas abusam de sua liberdade (tal como uma empresa que recorre à falsificação para não pagar os direitos de propriedade intelectual), mas violam os direitos humanos. Assim, a referência à cidadania internacional das empresas permitiria caracterizar as situações nas quais uma empresa abusa das liberdades que lhe são reconhecidas por tratados de comércio. Quando, por exemplo, uma empresa europeia investe na China para fabricar produtos destinados ao mercado chinês, esse uso da liberdade de circulação de capitais serve ao emprego e à produção de bens úteis aos habitantes daquele país, em conformidade com os objetivos fixados pela Declaração de Filadélfia. Quando, ao contrário, esse investimento visa fabricar produtos destinados à reimportação para a Europa, sem pagar os salários e as contribuições sociais e fiscais ali em vigor, configura-se um abuso da liberdade de circulação de mercadorias e um atentado aos direitos humanos. Nessa hipótese, a Europa deveria poder submeter essas reimportações ao pagamento de taxas equivalentes ao montante

48 Para um panorama recente, com numerosas indicações bibliográficas, v. BERNIS, T. et al. *Responsabilités des entreprises et corégulation*. Bruxelas: Bruylant, 2007.

49 Esse dever está explicitamente formulado na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem de 1948 (art. 35: toda pessoa está obrigada a cooperar com o Estado e com a coletividade na assistência e previdência sociais, de acordo com as suas possibilidades e com as circunstâncias; art. 36: toda pessoa tem o dever de pagar os impostos estabelecidos pela lei para a manutenção dos serviços públicos).

dos encargos sociais dos quais a empresa buscou escapar. Vê-se por esse exemplo o que poderia significar um retorno ao espírito da Declaração de Filadélfia: certamente não a abolição da liberalização do comércio internacional, mas uma liberalização temperada e controlada, que serve à melhora, e não à degradação, do destino da maioria.

DOSSIÊ TEMÁTICO

DESC
DIREITO, ECONOMIA &
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

**THE SPREADING OF A COUNTER-
CULTURE: the example of the french
back-to-the-land movement
(1968-2018)**

DESC
DIREITO, ECONOMIA &
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

THE SPREADING OF A COUNTER-CULTURE: the example of the french back-to-the-land movement (1968-2018)

Paolo Stuppia

Chercheur associé, département de sociologie de l'Université Paris Nanterre.

paolo.stuppia@yahoo.fr

Abstract: This article studies the 60s-70s counterculture, taking the example of the French back-to-the-land movement that spread after the May 1968 revolt. It is based on an ongoing ethnographic research started in 2008 in the Pyrenees. After having outlined an atlas of the French back-to-the-land phenomenon, my aim is to analyze its reasons and persistences, 50 years after first people moved to the countryside to live in intentional communities. Some of the areas invested by those people still preserve the original counter-cultural spirit of the 60s-70s, attracting until today « new settlers » trying to live differently from the rest of the society, defend nature and re-create sustainable communities.

Keywords: May 1968, urban exodus, community lifestyle.

Resumo: Este artigo estuda a contracultura dos anos 60-70, tomando o exemplo do movimento francês de volta à terra que se espalhou após a revolta de maio de 1968. Baseia-se em uma pesquisa etnográfica em andamento iniciada em 2008 nos Pirineus. Depois de esboçar um atlas do fenômeno francês de volta à terra, meu objetivo é analisar suas razões e persistências, 50 anos depois que as primeiras pessoas se mudaram para o campo para viver em comunidades intencionais. Algumas das áreas investidas por essas pessoas ainda preservam o espírito contracultural original dos anos 60-70, atraindo até hoje “novos colonos” que tentam viver de forma diferente do resto da sociedade, defender a natureza e recriar comunidades sustentáveis.

Palavras-chave: Maio de 1968, êxodo urbano, vida em comunidade.

Introduction

The month of May 2018 celebrated the anniversary of the French 1968 movement, and its iconic narratives: Sorbonne University and Odeon Theater were occupied, barricades appeared in the streets of the Latin Quarter in Paris, around 9 millions of French workers were on strike... And hundred of intentional rural communities were established just after the failure of this revolt. Why, in the aftermath of May 1968, thousands of young city dwellers abandoned everything to join the countryside, ploughing fields or breeding goats, and became “back-to-the-landers” (“*néo-ruraux*” in French)? What has happened to the movement? What has become of those radicals, 50 years later?

To try to answer these questions, I will share some results of an ongoing ethnographic research (combining archives, oral histories and observations, both participative and non-participative) started in 2008 in the Pyrenees, more particularly in the Ariège county. My aim is to analyze as well the original motivations of « *néo-ruraux* » and the persistence of the phenomenon, 50 years after 1968. In Ariège county, the original counter-cultural spirit of the 60s-70s seems to be mostly preserved, attracting until today « new settlers » trying to live differently from the rest of the society, defend nature and re-create new sustainable communities.

In a first part, I distinguish - at least - three different backgrounds of the french back-to-the-land movement; in a second part, I outline a general « atlas » of this atypical phenomenon, from the end of the 60s till now; in a third part, finally, I analyze Ariège county’s case.

I. Backgrounds

French back-to-the-land movement results from at least three different backgrounds.

a. The long history of community-based utopias around the world

This background of the 60s-70s back-to-the-land phenomenon includes all those previous religious, philosophical, and political experiences carried out for centuries around the world, designed by American sociologists by the expression “intentional communities”. Some examples: the “socialist utopias” of the 18th and 19th Century in the USA (Owen’s New Harmony, Cabet’s Icarias, etc.); the French anarchist “milieux libres” (beginnings of the XXth Century) ; more recently, the syncretic religious and anti-war *Ark Communities*, established at the end of the 1940s by the Italian philosopher Lanza del Vasto on the model of Gandhi’s Ashrams in India.

b. The Bay area “counter-culture” of the 60s

Inspired by Theodore Rozak’s classical definition (*The making of a counter-culture*, Anchor, 1968), I want to design more particularly two groups not really linked at that start,

that joined progressively around 1965-1966: San Francisco hippies and radical students of the Bay Area. Like the “counter-culture”, rural community-based utopias were developed step by step: first, the phenomenon was urban and/or nomadic, then it became progressively rural. They got the focus more towards self-fashioning (including spirituality) and a radical ecological commitment: we can call it the “transforming by example” – following French historian Anne Lombard (*Le mouvement hippie aux États-Unis*, Casterman, 1972, p. 42) – because they tried, going-back to the nature, to show the rest of the society the concrete possibility of building alternative relations between the humans themselves and between the humans and the rest of the-eco system. Hence, this frame was later imported in Europe.

c. The 1968 French protests

French 1968 must be considered not as the single month of May’s protests, but as a series of three main upheavals taking part from the beginning of the 60s to the middle of the 70s:

1. economic and educational upheavals. In a decade characterized by economic growth and a low unemployment rate, middle-upper class French students started to develop a fear of “social demotion”, explaining, in the opinion of number of sociologists, their revolts. Additionally – that’s very important for the back-to-the-land phenomenon – France was touched by a second massive “rural exodus” from the countryside to the towns. Indeed, the 60s achieved the transition from a subsistence farming and a fragmented peasant property to the mechanization and the extensive farming, aligning french agriculture to the requirements of the “consumer society”;
2. cultural upheavals. French youth were massively concerned by societal and sexual problems shared by the “baby boom” generation all around the – western, and partially eastern – world, especially the persistence of traditional social structures (men’s power and religion in particular), the birth control (the pill was authorized in France in 1967), and the sexual liberation.
3. Political upheavals. In a global context of decolonization, American imperialism, fascist regimes and the Vietnam war were largely criticized. But the Soviet model was not spared, and some radical groups were created on the left of the Communist Party, one of the most important parties of France at that time. We call them the “leftists groups” (“gauchistes”): maoist, trotskyist, or more anarchy-oriented (like *Enragés* and *Situationnists*).

These three different backgrounds are useful to outline an « atlas » of the back-to-the-land movement in France.

II. An « atlas » of the French back-to-the-land movement after 1968

A short quote of a book (*L'aventure hippie*, Éditions du Lézard, 1995) written by journalists and researchers Jean-Pierre Boyxou and Pierre Dealnnoy in the middle of 90s gives the fundamental elements of the « atlas ».

Summer of 1968. Like hangovers, the days after the failed [May] revolution leave a bitter taste. Hundreds of young people left the towns for the “desert region” of the South of France, to find an abandoned home or village where living together, and “differently” (p. 17).

a. Where did they go?

Mainly to the South of France, in the regions most touched by the rural exodus : the Pyrenees (Ariège county), the Cévennes (Ardèche county) and the Alps (Alpes de Haute-Provence county) but also in the center of the country and in the North-East. In general, we can say that those experiences were located on the two “empty diagonals” (meaning the less populated regions) crossing the country, the first from the North-East to the South-West, the second from the South-West to the South-East (except the coast and the urban areas), as we can see on these two graphics (the second is about the location of the most important communes in 1971 according to underground journal *Cas community*, February 1974, p. 4).

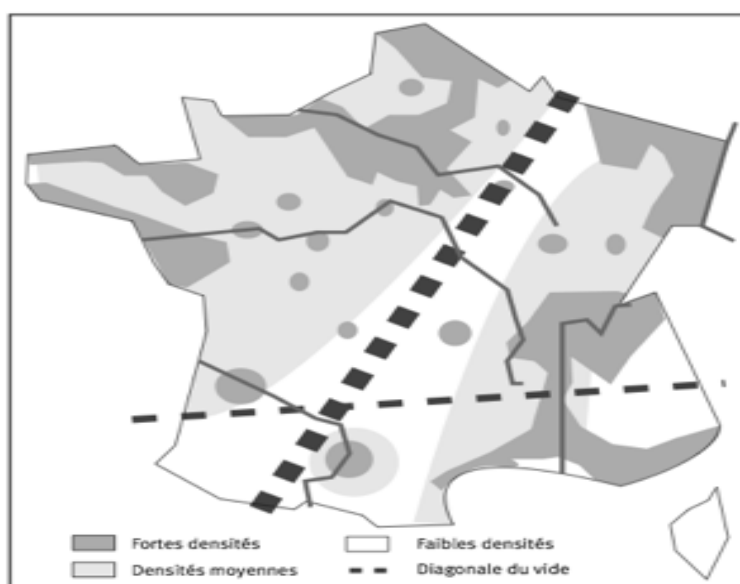


Fig.1-2

The two empty diagonals and the location of most important french communes in 1971
(source: private collection)

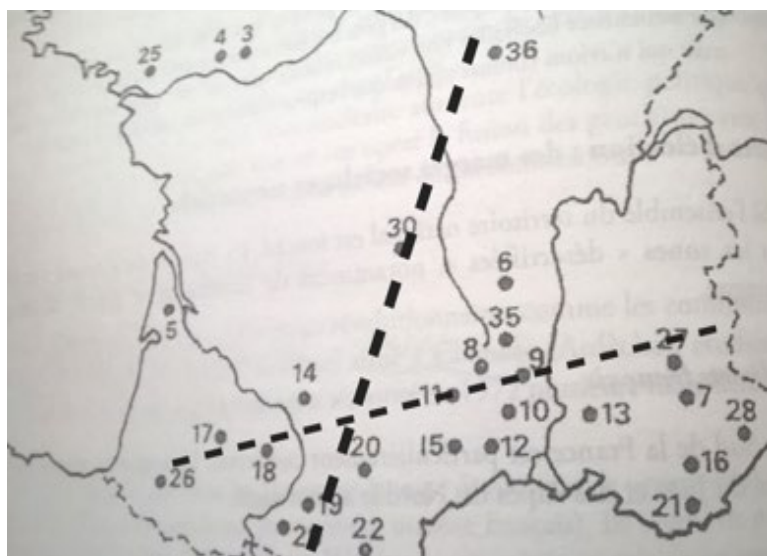
b. When and how many?

The first French rural communes were established one year before May 1968, in Ardèche and Ariège counties. However, most of these experiences were founded after May: we don't know exactly the number, but, according to the testimony of journalists Pol-Roger Droit and Antoine Gallien, in 1972, there were around 500 communes, with different styles, hosting “more

than 5 thousand people in the winter and between 30 and 40 thousand in the summer” (*La chasse au bonheur*, Calmann-Lévy, 1972, p.14). The year 1972 is also important because, according to 80s-90s scholars, it has been the most active period of the movement. They generally used the image of a “wave of settlement” growing between 1968 and 1972, then decreasing quickly: sociologist Bernard Lacroix mentioned for example that 95% of these experiences failed before 1975 (*L’utopie communautaire*, Presses Universitaires de France, 1981).

c. Why, or better how did they go from the street barricades in May 1968 to a “revolution in the garden” after this social movement?

For a long time, sociologists explained the “utopian counter-exodus” of the 70s by the



“hangovers of May” and the fear of “social demotion”. Gérard Mauger analyzed, for example, the transition from a “political leftism” to a “counter-cultural leftism” in a book of 1977 then in an article of 1999, by the deception of the “may generation” for the traditional politics, and by the fear of the middle-upper class students to get a lower social status once they graduate, in the context of a “new mass university” delivering more titles than available positions on the job market. After May, rural communes became a mean – amongst others (underground press, drug use, “hippie trail” to India etc.) – to withdraw *temporarily* from “the system” and its main symbol: the “towns”. Why “temporarily”? Because in this vision, after having played, for some months (or years), the rule of “inexperienced alternative peasants”, those “back-to-the-landers” were confronted to the economic and/or practical problems of community lifestyle and to the conflicts with the local population, triggering a failure of these experiences: a majority of individuals returned to the towns and re-integrated the “system” they tried to escape without social “demotion”, while persons who decided to stay in the countryside, living in a more traditional family frame, became a sort of “new rural bourgeoisie”. They got grants from the State to develop mainly touristic activities (equestrian centers, potteries, basketries, etc.) or

organic agriculture, integrating in that way the parish economy. They also invested the local political parties, and some of them became mayors of their villages in the late 70s.

To summarize, as well the relationships with the local population and their utopia “changed”: those families of “neo-rurals are looking now for a “green”, “healthy” and “authentic” lifestyle”, as sociologists Hervieu and Léger wrote in a book of 1979 (*Le retour à la nature*, Seuil, 1979, p.98). The subtitle of their book is very interesting: “at the end of the forest... (there is always) the State”. The sense of this sentence is double. First sense: it’s impossible to escape the “system”; second sense: the State has found a satisfying arrangement, giving grants, to control the leftovers of a potentially explosive social movement.

Some recent studies published since the noughties emphasize two main limits:

1. the focus on a single “generation”, led by students stemmed from the middle-upper social classes. Julie Pagis, in her PHD dissertation published in 2014, insist on the existence of “micro-units of generation” with different social origins and destinies;
2. the focus on a single “wave of arrivals”. 50 years later, the presence of various others “waves of arrivals” can be attested, as I already showed in my Master dissertation of 2008 about Ariège County and Catherine Rouvière has shown more recently in her PHD dissertation about the Cévennes (Ardèche county), published in 2015.

In other words, in the past ten years, new perspectives have emerged to analyze the French back-to-the-land movement of the 70s. I will share some of my own results in a third and final part.

III. The case of Ariège: opening new hypothesis about the movement

This specific case brings answers to three fundamental questions.

a. Have community-based back-to-the-land utopias really disappeared?

A first wave of back-to-the-landers arrived in Ariège between 1967 and 1973. They generally lived in intentional agricultural communes, established in the valleys and hills near the town of Foix. However, a new – and massive – wave, composed both by individual and collective projects, arrived in that county – especially on the mountains and the hills of the Couserans, near Saint-Girons – between 1975 and 1977, followed by many others until today. Far from disappearing, intentional community-based utopias, in various forms, seem to be multiplying, and that’s the first important result contesting the 70s-early 80s sociological mainstream. Some examples:

1. The Commune of *La Maraude*, established in 1984 in the village of Arrout. They have both agricultural / direct sale activities and host children from unprivileged Toulouse area in the school holidays. This commune is composed by 4 “senior members”, belonging to the 68

generation, and two which are younger (they joined in the noughties). The trajectories of the 4 “seniors” seem to confirm Julie Pagis’ analysis about the diversity of social origins of the 1968 protesters: Jean-Pierre is the son of modest craftsmen of Lille’s region (North of France). He was married with Françoise, daughter of catholic industrial workers of the same region, when they arrived in the Pyrenees. They had both lived in a Communist Kibboutz in Israel and in an *Ark Community* in France. Evelyne, daughter of Italian immigrants of the Paris suburbs was the first of her family to finish her studies. The fourth “senior” member, Bergère, joined the project in 1986. Daughter of a rural policeman who died when she was 14, she came to Paris alone to work as a servant in a rich family. The protests of May 1968 changed her life: she took part in the Odeon Theater occupation, and never returned to her employee family after this experience.

2. The rural squat of *Le Palmier*, an ancient paper mill at the town exit of Saint-Girons, occupied in 2012. It hosted a dozen of anarchists, all belonging to the more recent “waves of arrivals” in the region. They organized political and cultural events (concerts, debates), before their eviction by the riot police in 2017.

3. An ecological village (“*éco-village*”, in French) of yurts and huts established in 1992 by the members of the Saint-Girons-based association “*Le Mille Pattes*” around the ruins of a medieval Cathar castle near Durban-sur-Arize, on the hills-side. In 2008, at the moment of my visiting, 6 dwellers – both belonging to the 1968 wave or to the more recent ones – tried to cultivate lands and breed sheep.

4. Final example, the “communitarian valley” of La Crouzette, near Biert, established at the end of the 80s. This network of inhabitants of the same valley – generally arrived between the second half of the 70s and the 90s – share the same “counter-cultural values” and act for a new, well-balanced and sustainable community. They try to help each other and exchange products without money or bartering: the logic is more gift-oriented. In the 90s, it was composed by around 100 members, including children, considering themselves like to be a tribe. This original project was shaped on the model of the Canadian intentional communes, as one of the founders, Yves, explains during an interview I realized in 2008:

in 1987, I visited a commune around L’Anse-Saint-Jean, in Québec. They had a lot of space, around 200 hectares they bought collectively [...], but not a single house where they all lived together. Just some common spaces to work. So, when I returned [in my valley], we discussed it and said “why not?”. [...] I think that most [...] french communes failed because people worked all day together, lived all the day in the same farm, and finally a lot of problems emerged : in my opinion, it is linked to the catholic idea of the “monastery”, all is in common, but finally you cannot have a private space for you. In North-America, it is different, it’s a more “protestant” conception: they share a same ideal, the same means of production but they are not crammed together in the same little space”.

b. How to explain that persistence?

To explain the persistence of community-based back-to-the-land utopias, rather than the mainstream sociological French vision associating the “hangovers of may” and the “fear of social demotion”, we could use a perspective in terms of “career”, following the interactionist’s school analysis (in particular the classical article of H. S.Becker, “Notes on the Concept of Commitment”, originally published in 1960). We could complete this perspective with more recent works about the existence of three different “life spheres”, following social movement sociologists Florence Passy and Marco Giugni. These scholars explains that the maintenance of a political commitment isn’t possible without a certain coherence with the two other life spheres, the work and the private relations. Combining these two perspectives, we can observe that the chances to pursue a “communitarian career” increase with the gain of everyday symbolic “side bets” they make on the production, the reproduction and the commitment, giving a coherence between their three “life spheres”. When they start to “loose” one or more “side bets”, the coherence of the “life-spheres” is affected and their “career” had more chances to stop.

c. How to explain the consecutive “wave of arrivals” in the Pyrenees?

Although back-to-the-landers have revitalize that region, reversing the rural exodus, they preserve a certain distance with the locals and aren’t really integrated. Why? We could use another classic sociological concept, that one of the “significant others”. The back-to-the-landers seems have built, there, a solid network of “significant others” trying to promote new arrivals and preserve the original logic of the “transforming by example” they imported from the USA in the early 70s. In that way, they preserve their distance with the local population.

The best moment to observe it is the open-air market of Saint-Girons, every Saturday. The market is a weekly “meeting point” for all the people who live in the region: when “locals” arrive generally early in the morning and just buy products, “neo rurals” arrive late and prefer drinking some chai, playing music or discuss with the “significant others” they know.

A little story about that, as a conclusion of the article: during one of my surveys, after having observed the market for 3 or 4 hours, I just would buy some goat cheese from Marc, a very committed producer (belonging to the “68 generation”) nowadays retired. He always had some leaflets about Palestine on his table, ecology and he also sold, in addition of his cheese production, Chiapas coffee in solidarity with Zapatista movement in Mexico. When I arrived, he was discussing back-to-the-landers movement with two other people. He invited me to join. The problem was that a lot of customers, including tourists, stood in the line, and the most impatient went away 5 or 10 minutes after. As a sociologist, I was very interested by this inversion of the capitalist “Customer first” trade practice. But, by this little story, we can also observe the importance of the radical political commitment for Ariège’s back-to-the-landers,

even those belonging to the “68 generation”. Here, they generally refused to integrate political parties and generally didn’t participate in the council of their village. They prefer to continue to act in solidarity with the third world, against nuclear business, for the environmental justice... Showing that “at the end of the forest, there is not always the State”, as Danièle Léger and Bertrand Hervieu wrote in 1979. They seem instead to follow the hummingbird’s logic, a native American Indian legend first reported by Pierre Rahbi (one of the pioneers of the ecology in France) mentioned by most of the people I interviewed to describe their utopic commitment and their place in the society:

One day a terrible fire broke out in a forest. Frightened, all the animals fled their homes, except for one little hummingbird. The hummingbird swooped into the stream for a few drops of water and went back to the forest to put out the fire. Then it went back to the stream again, again, and again. All the other animals watched in disbelief: “Your wings will burn, your beak is too small, and one drop at a time you’ll never put out the fire!” The hummingbird, without skipping a beat, looked back and said, “I am doing what I can”.

Bibliographic references

- BECKER, H. S. **Notes on the Concept of Commitment**, 1960.
- BOYXOU, J-P; DEALNNOY, P. **L’aventure hippie**, Éditions du Léopard, 1995.
- DROIT, P-R; GALLIEN, A. **La chasse au bonheur**, Calmann-Lévy, 1972.
- HERVIEU and LÉGER. **Le retour à la nature**, Seuil, 1979.
- LACROIX, B. **L’utopie communautaire**, Presses Universitaires de France, 1981.
- LOMBARD, A. **Le mouvement hippie aux États-Unis**, Casterman, 1972.
- ROZAK’S, T. **The making of a counter-culture**, Anchor, 1968.

SOBRE O AUTOR:

Paolo Stuppia

Pesquisador Associado do Departamento de Sociologia, Universidade Paris Nanterre. Publicou, recentemente, “A extrema esquerda na França: entre as duas guerras mundiais até o presente” (2019).

IL TAGLIO E LA SCHEGGIA. DUE RIFLESSIONI SU ARTE E POTERE

THE CUT AND THE SLIP. TWO REFLECTIONS ON ART AND POWER

DESC
DIREITO, ECONOMIA &
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

IL TAGLIO E LA SCHEGGIA. DUE RIFLESSIONI SU ARTE E POTERE

THE CUT AND THE SLIP. TWO REFLECTIONS ON ART AND POWER

Jean-Marc Lachaud

Università di Paris 1 Panthéon-Sorbonne.
jmlchd@club-internet.fr

Alessia J. Magliacane

Centre Georg Simmel, École des hautes études en sciences sociales
alessiamagliacane@gmail.com
lattes.cnpq.br/3133745443378153

Riassunto: Questo articolo esamina il rapporto tra arte e potere, sollevando la questione di come l'arte sia collocata nell'ambiente sociale come meccanismo non solo per l'intrattenimento, ma anche per chiarire le condizioni politiche e sociali che permeano una data società. Da questa prospettiva, l'arte si pone come uno strumento attraverso il quale si chiariscono le relazioni sociali e, come tale, incoraggia la trasformazione sociale. D'altra parte, l'apprensione dell'arte da parte del capitalismo, come ancora un altro meccanismo per ottenere profitti, dissipa questa essenza dell'arte e stabilisce una tensione tra queste due forze, in modo che, da un lato, l'arte, nella sua essenza, possa essere verificata. resistere al capitale e, d'altra parte, rivestire il capitale dell'arte con una veste di prodotto, proprio per renderlo più - e semplicemente - un meccanismo per realizzare un profitto.

Parole-chiavi: Arte, potere, capitalismo, trasformazione sociale.

Abstract: This article examines the relationship between art and power, raising the question of how art is placed in the social environment as a mechanism not only for entertainment, but also for the elucidation of political and social conditions that permeate a given society. . From this perspective, art stands as an instrument through which social relations are clarified and, as such, encourages social transformation. On the other hand, the apprehension of art by capitalism, as yet another mechanism for achieving profits, dissipates this essence of art and establishes a tension between these two forces, so that, on the one hand, art, in its essence, can be verified, resisting capital and, on the other, capital cladding art with a product garment, precisely to make it more - and simply - a mechanism for making a profit.

Keywords: Art, power, capitalism, social transformation.

I

Exigeons l'impossible !

Le utopie emancipatrici del XX secolo, come la barca dell'amore del *pré-voyant*¹ Vladimir V. Maïakovski, si sono schiantate tragicamente «contro l'esistenza quotidiana». Ma osservando gli spasmi che agitano il mondo d'oggi, constatiamo che anche l'ideologia della *fine* della Storia (formulata da Francis Fukuyama poco dopo il crollo del Muro di Berlino²) sia di fatto relegata all'immondizia della Storia (che continua a seguire, inesorabile e brutale, il suo corso!). Se diciamo che il capitalismo costituisce un orizzonte insuperabile, finiamo coll'essere costantemente smentiti dallo stato di crisi generale di un sistema la cui logica infernale è proprio quella di condurre alla catastrofe (economica, sociale, ecologica e culturale) su scala ormai planetaria. In un contesto di tale violenza, per lo meno dal punto di vista di chi non possiede ormai più nulla e non ha niente da perdere, risorgono, su scala locale e globale, molteplici forme di resistenza e di lotta, lungo uno spettro che va dall'indignazione all'insurrezione, rianimati da quel *Principio Speranza* di cui parlava tempo fa Ernest Bloch.³ In altre parole, constatiamo che il desiderio di emancipazione, tanto sul piano individuale quanto su quello collettivo, non si è né prosciugato né addomesticato, anche se ormai non si intonano più i «lendemain qui chantent», bisogna trovare una nuova dimensione alla formula «un autre monde est possible»⁴. Chi, pur su fronti diversi, rifiuta l'ordine prestabilito, si tiene ancora e nonostante tutto (e al di là delle sconfitte che martellano con un ritmo incessante e ossessivo la memoria dei *vinti della Storia* di Walter Benjamin) a quello che Daniel Bensaïd considerava come un «*pari obligé, bien qu'incertain, sur le possible*»⁵.

Le ragioni della rivolta non mancano e queste risuonano di nuovo nel campo artistico e letterario, anche se per alcuni anni non era più di moda evocare le relazioni (sebbene ancora difficili e tortuose) tra arte e politica. Così Denis Sieffert, in un articolo apparso su *Politis*, parlando di quei molti appartenenti al mondo dell'arte (e non solo), che volentieri assumono un atteggiamento da ribelle, aveva ragione a mettere in guardia contro l'effetto di banalizzazione dei media «*de transformer la rébellion en produit de consommation courante*»⁶. D'altronde, Constanzo Preve osservava ironicamente che davanti a certe *facili* rivolte dell'arte contemporanea, all'interno del capitalismo «post-borghese», quando «tutto è possibile perché

1 Nel significato dato da Alain JOUFFROY nel suo libro *Les pré-voyants*. Bruxelles: La Connaissance, 1974.

2 Fr. Fukuyama, *La Fin de l'Histoire et le dernier homme*, trad. D.-A. Canal, Paris: Flammarion, 1992.

3 E. Bloch, *Le Principe Espérance* (1954-1959), tre tomi, trad. Fr. Wuilmart, Paris: Gallimard, 1976-1991.

4 Come rivendicano gli altermondialisti (ma anche, con rabbia salvifica, per esempio, la cantante rapper Keny Arkana nel video documentario girato in Brasile, Mali, Messico e in Francia nel 2006, e, ripreso dai manifestanti di Parigi e Montréal, la canzone *On lâche rien* d'HK e i saltimbanchi).

5 D. Bensaïd, *Le Pari mélancolique*. Paris: Fayard, 1997, p. 14.

6 D. Sieffert, «La larme du mineur de fond», *Politis*, n° 1213-1215, 26 juillet-29 août 2012, p. 3.

ormai tutto è senza importanza», una «riunione di vecchi professori di latino che si incontrano per un colloquio su Seneca e Quintiliano è paradossalmente molto più anticapitalista»⁷. Non ci sembra dunque inutile, prima di evocare (nel senso doppio della parola di *far apparire* e di *narrare*) la dimensione emancipatrice dell'arte (con le «promesse di libertà» che essa incarna secondo Olivier Revault d'Allonnes⁸), contraddire alcune idee preconcepite sull'arte. E cioè: che l'arte non è *per natura* trasgressiva o sovversiva (la storia dell'arte dimostra come sia stata spesso complice del potere); che l'arte non può pretendere (a causa della sua *singularità*) concretamente di trasformare il mondo⁹; e che la potenza critica dell'arte non è *inalterabile* (o invulnerabile) nelle società liberali-libertarie, le 'mutineries' dell'arte possono essere *digerite*, se non addirittura sollecitate¹⁰!

“L'Histoire n'a pas fini de se mettre en histoires”, assicura Jacques Rancière¹¹. Gli artisti, a partire dei materiali tratti dal mondo reale, trasformandoli fino a farne sgorgare la forma dell'opera d'arte (nella liberazione della forma, come scriveva Adorno, è racchiusa la liberazione della società)¹², producono altrettante e originali realtà (le opere) che s'impongono, e si oppongono, all'*organizzazione* della società. Senza obbedire a qualsiasi tipo di imperativo («toute licence» deve essere accordata all'arte, proclamavano André Breton, Diego Rivera et Trotsky¹³) e sforzandosi di sfuggire ad ogni progetto di assoggettamento, l'arte rompe con la realtà empirica attraverso la sua propria logica e la sua *coerenza di senso*. Contro le basi della dominazione totale e contro le false rappresentazioni dell'ideologia affermativa, Adorno scriveva nella sua *Teoria estetica*, rimasta incompiuta, che l'arte è l'*altro* della situazione concreta, ed è tanto libera quanto quest'ultima proibisce ai vivi di esserlo¹⁴. Denunciatrice (poiché come spiegava Bloch: è la determinazione negativa di ciò che suscita costantemente l'opposto della possibile cosa che speriamo¹⁵), l'arte è inoltre un appello all'immaginazione, che per Fredric

7 C. Preve, *Histoire critique du marxisme*, trad. B. Eychart, Paris: Armand Colin, 2011, p. 250. Se quest'osservazione merita di essere presa in considerazione e discussa, allo stesso tempo non siamo obbligati a condividere la stessa critica aggressiva di Piero Manzoni («[...] un pauvre type peut mettre en boîte sa propre “merde d'artiste” et exposer son produit scatologique raffiné, croyant peut-être violer les “conventions” bourgeoises») su cui poggia, come è risaputo, il suo ragionamento.

8 O. Revault d'Allonnes, *La création artistique et les promesses de la liberté*, Klincksieck, 1973.

9 Ne *La dimension esthétique* (1977, trad. D. Coste, Paris, Le Seuil, 1979, p. 45), H. Marcuse scriveva che se l'arte «non può cambiare il mondo», nondimeno può «contribuire a cambiare la coscienza e le pulsioni di coloro che potrebbero cambiarlo».

10 Nathalie Heinich, ne *Le triple jeu de l'art contemporain* (Paris: Minuit, 1998), mostra che le istituzioni culturali e il mercato dell'arte non esitano ad incoraggiare scandalose deviazioni artistiche. Se, nelle nostre società, non è tuttavia esclusa ogni censura (politica, economica, giudiziaria ...) (su questo aspetto si veda Agnès TRICOIRE, *Petit traité de la liberté de création*. Paris: La Découverte, 2011), in altri contesti, i rischi che gli artisti si assumono sono di tutt'altra natura (opere distrutte, messe al bando ed artisti aggrediti o minacciati di morte, per esempio, da gruppi salafiti in Tunisia, o imprigionati come le tre componenti del gruppo punk Pussy Riot in Russia...).

11 J. Rancière, «Sens et figures de l'histoire» (1996), in *Figures de l'Histoire*, Paris, Presses Universitaires de France, 2012, p. 84.

12 Th. W. Adorno, *Théorie esthétique* (publicata a titolo postumo nel 1969), trad. M. Jimenez et E. Kaufholz, Paris: Klincksieck, 1974, p. 337.

13 A. Breton, D. Rivera e Trotsky, *Pour un art révolutionnaire indépendant* (1938), in Trotsky, *Littérature et révolution*, trad. P. Franck, Cl. Ligny et J.-J. Marie, Paris: UGE, 1974, p. 492-500.

14 Th. W. Adorno, *Théorie esthétique*, op. cit., p. 344.

15 E. Bloch, «Sur les contradictions propres au désir d'utopie», intervista radiofonica tra Adorno e Bloch animata da Horst Krüger

Jameson non può che essere un fattore salvifico di stimolazione di uno slancio utopico¹⁶, coi indicando non tanto ciò che è irrealizzabile ma ciò che (ancora) non è stato *realizzato*.

Noi non crediamo che la missione dell'arte sia illuminare le masse rivelando loro la *verità* della loro realtà tangibile (in che modo l'artista sarebbe infatti un *Maître* che interpella gli *ignoranti?*)¹⁷, che abbia cioè il dovere di contribuire alla loro presa di coscienza, di consentire di decidere sulla mobilitazione e sull'azione (l'arte può certamente sostenere, accompagnare, persino stimolare le lotte). Alla stregua del paradosso di Hume, o del salto biologia / cultura, sfida di ogni teoria della complessità, non è possibile passare dalla visione di uno spettacolo alla comprensione del mondo e dalla comprensione intellettuale alla decisione di agire, senza alcuna soluzione di continuità, sottolinea a giusta ragione Jacques Rancière¹⁸. O senza l'impiego della categoria delle mediazioni, osservava Franco Fortini nella sua *Verifica dei poteri*.

Un'arte dimostrativa (o della prova *luminosa*) non è finalmente votata al fallimento? Ma non sta a noi neanche indicare la futilità e l'inutilità di un'arte *impegnata e militante* (la storia di quest'arte, dell'agit-prop degli anni 1920-1930 all'arte radicale della decade degli anni 1960-1970 è ricca), ma semplicemente, attirare l'attenzione sui limiti di un'arte volontaristica – un'arte, diremo, animata da volontà di potenza o di un'autonomia dell'arte – che sostituisce l'azione politica¹⁹. Rifiutando le posizioni di Jean-Paul Sartre, ma anche la teoria brechtiana, Adorno osservava che l'arte non propone alternative, perché il suo compito è di resistere, con la forma e nient'altro, contro il corso del mondo che continua a minacciare l'uomo²⁰. Se accettiamo questa formulazione adorniana, se l'arte non traccia “alternative”, è perché essa ci incoraggia a scarabocchiare (modestamente ma ardentemente) possibili vie di fuga (attraverso un acuto gioco di passaggi e derive). Lungi dal trovarci al fianco di coloro che pensano l'arte come un supplemento (o appendice) dell'anima o come puro *divertissement*, o che ne promuovono il potere di illusione, di seduzione, che si trasforma dunque nel suo opposto, ci sembra indispensabile porre in modo diverso e stimolante la questione dell'*efficacia* profonda

(1964), trad. Chr. David, *Theodor W. Adorno et Ernst Bloch*, opera collettiva coordinata da Max Blechman e Michaël Löwy, *Europe*, n° 949, 2008, p. 54.

16 Fr. Jameson, *Archéologies du futur. Le désir nommé utopie* (tomo 1, 2005), trad. N. Vieillescazes et F. Ollier, Paris: Max Milo, 2007, p. 26. Notiamo, incidentalmente, che sarebbe interessante, al di là delle tesi sviluppate da Adorno e Horkheimer (che rimangono peraltro sempre attuali anche nel contesto attuale), sondare una probabile dimensione critica di alcuni prodotti della *Kulturindustrie*. A titolo di esempio, Valérie Cossy, Fabienne Malbois, Lorena Parisi e Sylvia Ricci Lempen (« Imaginaires collectifs et reconfiguration du féminisme », *Nouvelles Questions Féministes*, volume 28, n° 1, 2009, p. 6), osservano da un punto di vista femminista che le serie televisive, anche se combinano «dei tratti conservatori e progressisti» mettono tuttavia in scena «delle relazioni uomo-donna, o solo tra donne che non corrispondono più agli schemi tradizionali (si vedano *Ally Mc Beal*, *The L World*, *Desperate Housewives*...)».

17 Si veda J. Rancière, *Le Maître ignorant : Cinq leçons sur l'émancipation intellectuelle*. Paris: Fayard 1987.

18 J. Rancière, *Le spectateur émancipé*. Paris: La Fabrique, 2008, p. 74.

19 In *Art / Politique. Le devenir autre* (Besançon, La Maison chauffante, 2011), Claude Amey ritorna su delle questioni essenziali: l'autonomia dell'arte, la distinzione tra il campo estetico e il campo politico, l'emergenza di pratiche politiche subculturali. Rinviamo ugualmente ai due libri collettivi che abbiamo coordinato con Olivier NEVEUX, *Changer l'art. Transformer la société* (Paris: L'Harmattan, 2009) e *Une esthétique de l'outrage ?* (Paris: L'Harmattan, 2012).

20 Th. W. Adorno, « Engagement » (1962), in *Notes sur la littérature*, trad. S. Muller, Paris: Flammarion, 1984, p. 289.

dell'arte, per esaminare, ancora e ancora, ciò che Alain Badiou definisce la *capacità* dell'arte.

Allora, l'opera d'arte è in grado di emancipare nella misura in cui ci fa scoprire le fessure, gli interstizi, ci fa aprire le crepe, per utilizzare le espressioni di John Holloway, della trama del sistema-mondo («L'ouverture de brèches est l'ouverture d'un monde qui se présente lui-même comme clos»²¹). Nelle *lignes de fuite* (così come le concepiva Adorno), nelle profondità delle quali l'esperienza estetica è in grado di farci precipitare, ripesciamo allora, come pescatori di perle, immagini e situazioni sconcertanti, e il momento della negazione (del «Grande Rifiuto» marcusiano²²) incontra quello dell'attesa di un futuro *eretico* (simile ad un gatto racchiuso in una scatola, vivo e morto). In questo elogio della (funzione di) perturbazione (anche attraverso il perturbante freudiano) ritroviamo la funzione dell'arte di elaborare nuovi orizzonti di libertà come urgenza all'aspirazione dell'emancipazione umana (recuperando la distinzione del giovane Marx della *Questione ebraica*) e non solo politica.²³ La forza della *forma* discordante, contestataria e utopica rafforza la «soggettività liberatrice»²⁴, la sua sensibilità infuocata.

“Susciter en tous domaines la venue d'une INTERRUPTION” è ciò che esige Michel Butel²⁵; e questo, per aprire all'infinito i molteplici mondi à venir. L'arte, come sostiene Bloch, sprigionando le libertine e libertarie *immagini-desideri*, fa apparire, come una fessura, o una piega, nel cuore del nostro reale, il *fattore verità* (in un senso derridiano), ovvero ciò che manca, che non è ancora al suo posto (e che forse non sarà mai lì). La razionalità estetica sfida così la razionalità strumentale dominante, indicando ciò che è inaccettabile e armeggiando con ciò che è desiderabile. Le strade trasversali districate dall'arte accentuano le faglie (e le contraddizioni) che scavano la realtà banale. E, secondo Marcuse, instaurano, a tentoni e nonostante il rischio di fallire ad ogni passo, “le forme di comunicazione” che tentano di minare la presa opprimente sulla mente e sul corpo dell'uomo, del linguaggio e delle immagini consolidate – linguaggio e immagini per lungo tempo mezzi di dominazione, indottrinamento e inganno²⁶. Quando l'arte ci offre un'autentica esperienza di scarto, libera e (re)attiva la nostra capacità di immaginare. Attraverso un spostamento determinato e una riconfigurazione così prodotti, può dispiegarsi allora un'energia desiderante produttiva²⁷. L'arte, ‘polemizzando’ con il Reale, invita a

21 J. Holloway, *Crack Capitalism* (2010), trad. J. Chatroussat, Paris: Libertalia, 2012. Prendiamo in prestito queste espressioni in campo estetico senza tuttavia condividere la tesi politica dell'autore che consiste a «cambiare il mondo senza prendere il potere».

22 H. Marcuse, «Préface», dans *Vers la libération* (1969), trad. J.-B. Grasset, Paris: Minuit, 1969, p. 11-12.

23 Una «émancipation sans visée finale (ou seulement celle de nous apprendre à nous émanciper sans visée finale, au risque d'effets aléatoires [...]), sinon celle de ‘faire’ encore quelque chose, contre toute idée de la ‘fin’, sans rien formuler de définitif ! », come osserva Christian Ruby in «La ‘résistance’ dans les arts contemporains», *EspacesTemps.net* (<http://espacestemps.net/document341.html>).

24 H. Marcuse, *La dimension esthétique*, op. cit., p. 19.

25 M. Butel, «L'interruption», *L'Impossible*, n° 6, 2012, p. 5.

26 H. Marcuse, *Contre-révolution et révolte* (1972), trad. D. Coste, Paris: Seuil, 1973, p. 106.

27 Nel senso di Gilles Deleuze e Félix Guattari (*Capitalisme et schizophrénie*, tome 1 *L'Anti-Œdipe*, Paris: Minuit, 1972, p. 352), del desiderio come «de l'ordre de la production» in cui «toute production est à la fois désirante et sociale».

liberarci dai limiti agghiaccianti della vita ordinaria, invita a scontrarci (non senza dubbi e talvolta preoccupazioni) con l'inquietante, lo stravagante, il fantastico, il bizzarro, l'insolito... L'individuo sperimenta così, in risonanza con il principio rimbaudiano, la tentazione di être autre dans un autre monde.

Di fronte all'étrangeté dell'opera d'arte, l'osservatore (come spettatore) è incoraggiato a vivere un'esperienza singolare. L'esperienza estetica, che lo porta in paesi strani e stranieri dove si instaurano connessioni inusitate, insospettate e inaspettate, che gli consentono non certo di scappare, ma al contrario di imbattersi in quel (suo) mondo (sempre più) amministrato. Quest'esperienza perturbatrice / perturbante contribuisce all'arricchimento di ciò che Philippe Corcuff definisce «*bricolage de soi*»²⁸, come ciò che è capace di spingere l'individuo a spezzare le catene pesanti della vita quotidiana controllata, appiattita e amministrata per indulgere nella vertigine di ciò che Daniel Bensaïd chiama «le sens du virtuel»²⁹. Esiste per davvero qualcosa di profetico nell'arte (per Löwy, la profezia è pensata in questi termini da Bensaïd: come un'anticipazione condizionale che tenta di scongiurare il peggio, e tiene aperto il fascio delle possibilità³⁰), quando impone uno choc che, simile a ciò che viene vissuto dagli *innamorati abbracciati sull'ala del turbine intelligente*, produce un effetto liberatorio, risalente, senza dubbio, al primo grande critico della modernità, quel Baudelaire che perfettamente descrive la vita *mondana*: dove “mondano” vuol dire “dentro il mondo” urbanizzato, cioè regolato dalle leggi del profitto, delle merci e della loro diuturna esposizione.

Le turbolenza e il turbamento provocati da questa “rêverie éveillée” in azione (e le cui scosse, apertamente o più carsicamente, agiranno oltre il momento dell'incontro), ampliano l'esperienza vissuta esaltando l'aspirazione ad avvicinarsi qui e ora a coste imbattute. Negli strappi e negli interstizi che vengono così moltiplicati, *fomentati*, si rispanzano eventi e avventure disparate, in cui e attraverso cui il principio di piacere viene riabilitato per colpire duramente il principio di realtà. L'arte, per la sua presenza dissonante nel mondo, crea l'adorniano chaos all'interno dell'ordine³¹. Questo lavoro di ricostruzione, che mostra tutta la sua profondità durante l'esperienza estetica negli abissi di ciò che viene rivelato e condiviso a livello del sensibile³², appartiene senza dubbio a una «poétique de la rupture» che, per Leyla Mansour³³,

28 Ph. Corcuff, *Marx XXI^e siècle*, Paris: Textuel, 2012, p. 97. Segnaliamo, peraltro, che l'autore, senza trascurare l'indispensabile azione collettiva, insiste sul fatto che lo stesso Marx era attaccato alla figura dell'individualità, sia come supporto per la critica del capitalismo sia come orizzonte di emancipazione sociale.

29 D. Bensaïd, *La discordance des temps*, Paris: Editions de la Passion, 1995, p. 207-219 (ripreso in *Une radicalité joyeusement mélancolique* (1992-2006), opera concepita da Philippe Corcuff, Paris, Textuel, 2010).

30 M. Löwy, «Un communiste hérétique», in *Daniel Bensaïd, l'intempestif*, opera collettiva coordinata da François Sabado, Paris: La découverte, 2012, p. 27. L'autore considera in effetti che per Daniel Bensaïd, la profezia è presente in tutte le grandi avventure umane, amorose, estetiche, e rivoluzionarie.

31 Th. W. Adorno, *Minima Moralia* (1944-1947), trad. E. Kaufholz et J.-R. Ladmiral, Paris: Payot, 1980, p. 207.

32 Sul punto J. Rancière, *Le partage du sensible*. Paris: La Fabrique, 2000.

33 L. Mansour, *Corps de Guerre. Poétique de la rupture*. Paris: L'Harmattan, 2012, p. 30.

nelle rovine del presente³⁴, ingaggia ciascuno di noi: *Sauve-toi du formé et du quantifiable. Expose-toi à l'inégal, à l'hétérogénéité de l'incomparable* (che, se da un lato, non vuol dire che il vissuto sia *dimenticato* o *sconfitto*, dall'altro, neppure implica in maniera ineluttabile che questa invenzione del futuro sia necessariamente realizzabile). L'apertura sui *possibles-impossibles*, scriveva Henri Lefebvre, è sempre ipotetica.

Per le sue dimensioni critiche e anticipatrici, l'arte partecipa allora della lotta contro il fatalismo e la rassegnazione. Costruendo realtà licenziose, facendoci tremare di desideri fugaci e intempestivi, l'arte nutre ciò che Antonio Negri definisce come un "eccesso di essere", una dismisura³⁵. L'arte confonde le linee di separazione che configurano il campo consensuale del dato materiale³⁶, scrive Rancière, e questo banchetto a cui invita non è solo estetico; è anche politico, nel senso che fa svanire l'ordine della piatezza che è "sempre stata legata al potere", come afferma Radovan Ivsic³⁷. Esibendo le sue innumerevoli potenzialità, in incandescenti contrappunti, trasportandoci verso attraenti forme di distese di vita, l'arte non possiede, nella forte visione di Pierre Naville, il potere di forzare l'"organizzazione del pessimismo"?³⁸.

II

L'arte come il ritorno del superato

Come leggiamo nelle *Tesi di sociologia dell'arte*, pubblicate nei *Parva aesthetica* di Adorno, la raccolta di saggi scritti dopo l'esilio californiano, dal 58 al 67, e in originale col titolo che è già manifesto politico: *Onhe Leitbild*, contro cioè quell'immagine-guida dal timbro vagamente militare (contro cui Adorno si scagliava già nella sua critica alla struttura rigida della performance jazzistica degli anni '30)³⁹, una sociologia dell'arte dovrebbe domandarsi non come l'arte sta nella società, come essa operi, o che influenza sociale eserciti, piuttosto come la società si *oggettivizza* nelle opere d'arte.

Il termine "mediazione" usato da Adorno nella sua *Introduzione alla sociologia della musica* (1962) non è sinonimo di comunicazione, cioè della relazione tra la cosa e coloro verso i quali è portata, ma è la mediazione hegeliana, *nella* cosa stessa. Ovvero il modo in cui gli elementi strutturali, le posizioni, le ideologie, e quant'altro si vuole di sociale, si affermano nell'opera

34 A condizione di considerare le rovine come i pezzi di un gioco di costruzione senza regole prestabilite. A partire da questi frammenti di resti di realtà, possiamo sognare e costruire altri paesaggi.

35 T. Negri, *Art et multitude*. Paris: atelier / EPEL, 2005, p. 90.

36 J. Rancière, *Le spectateur émancipé*, op. cit., p. 85.

37 R. Ivsic, « Eternel voleur des énergies... », Préface à Pierre Mabille, *Thérèse de Lisieux* (1937), Paris Le Sagittaire, 1975, p. 102.

38 P. Naville, « Mieux et moins bien » (1927), in *La Révolution et les intellectuels*. Paris: Gallimard, 1975, p. 116.

39 A partire dall'articolo *Firewall to jazz*, Adorno anticipa così le posizioni radicali del *free jazz* contro la "jazz music" portate avanti in perfetta linea con la critica estetica del filosofo di Francoforte, nella rifondazione della *black music*, da Ornette Coleman, Charles Mingus, Max Roach, Miles Davies, ecc. Per un approfondimento, A.J. Magliacane, *To blue*. Firenze: Classi, 2017, e F. Rubino, *Corpi neri. Gramsci e il jazz*. Firenze: Classi, 2015.

d'arte. L'opera d'arte non è qualcosa di sconosciuto o irrazionale, che solo l'esperienza vissuta dell'arte può misurare nei suoi effetti, secondo la *Kunsterlebnis* sibermanniana, che la riduce in un fascio di stimoli o di riflessi, applicando un modello che si adatta in larga misura ai mass-media, che sono appunto calcolati in vista dell'effetto, e modellati secondo gli effetti presuntivi che rispondono cioè agli obiettivi ideologici dei programmatori; no, l'opera d'arte autentica è autonoma, cioè ha una sua legge immanente, determinabile oggettivamente come *contenuto sociale immanente*. Per esempio, è il rapporto di Beethoven con l'autonomia, la libertà e la soggettività borghesi presenti fin dentro il suo procedimento compositivo. Questo contenuto sociale, anche inconscio, è un fermento dell'effetto, di quelle relazioni più profonde fra arte e società che si *crystallizzano* – direbbe Benjamin – nell'opera d'arte stessa.

Per dirla diversamente, il “contenuto di verità” dell'opera d'arte non si esaurisce nella soggettività, ma è dovuto a un'oggettivazione di un elemento eterogeneo – tanto dei materiali come dei procedimenti oltre che della soggettività – altrimenti quel processo che l'arte è si svolge nel proprio *vuoto*. Questo contrasto con la sfera della cosa diventa produttivo e l'opera diventa autentica quando si oggettivizza in ciò che l'opera consuma in sé, andando ben oltre il soggetto di cui essa sempre necessita in qualità di esecutore. Questo contrasto immanente mette in gioco l'elemento di *irriducibilità*, ovvero quella molteplicità qualitativa che si oppone ad ogni principio di unità dell'Arte, compresa l'unità dei generi artistici.

L'industria culturale si caratterizzerebbe invece proprio per questo effetto di *valorizzazione* che riduce l'autonomia tanto della cosiddetta arte “alta” – che con la speculazione sull'effetto perde di serietà – tanto di quella bassa, la quale, nella misura in cui è espressione della cultura popolare, perderebbe quell'indomabile opposizione che le derivava dal fatto di sfuggire alla totalità del controllo sociale con “l'incivilimento che l'addomestica”. Per questo, nelle bozze della *Dialettica dell'Illuminismo*, l'espressione originaria Cultura di massa è stata poi sostituita da Industria culturale: per sottolineare l'irriducibilità del sistema integrato, dall'alto, dell'industria culturale col fenomeno di una cultura spontanea delle masse, che assume dunque i caratteri di un'arte popolare. Un sistema, quello dell'industria culturale, che, essendo a priori una tecnica di *distribuzione* e di *riproduzione* meccanica nella produzione di beni materiali – più affine dunque al commercio, cioè alla circolazione del capitale da cui trae origine, rispetto al processo di produzione tecnologico-razionale –, rimane sempre esterno al suo oggetto, senza curarsi di ciò che la materialità di una tecnica extrartistica comporta per la forma intra-artistica, e per la legge formale dell'autonomia estetica.

All'esterno di questa ingannevole differenza tra arte e industria, che è in realtà una convergenza, si situano solo le figure dell'Avanguardia come figure del non-vero, che si prendono in carico l'assoluto negativo, cioè che permettono di vedere, nella sua totalità, la

inconciliabilità del mondo, e all'interno dei rapporti sociali esistenti la “coazione forzata” all'identità del soggetto come una non-coscienza infelice (da qui la grandezza di Freud, per Adorno, come si legge nella relazione davanti alla società psicanalitica nel '47 di San Francisco, di tenere come irrimediabilmente scissa la cosa).

Se infatti la *cultura* si definisce per sfuggire alla sua quantificazione sociale, per essere cioè quello stato di cose che, nella sua accezione più vera, “non si è mai limitato ad obbedire agli uomini”, ma “ha anche sempre elevato una *protesta* contro le condizioni irrigidite” dell'esistenza, nell'industria culturale, i prodotti “non sono *anche* merci, ma sono, ormai, merci da cima in fondo”. Uno spostamento qualitativamente tale da provocare fenomeni assolutamente nuovi. Alla fine l'industria culturale non ha più bisogno di proseguire ovunque direttamente il profitto. Quell'interesse si è oggettivato nella sua stessa ideologia. Le merci culturali possono anche emanciparsi dall'obbligo di essere vendute: in quanto merci, cioè in quanto “accordo a-critico generale”, ciascun prodotto dell'industria culturale è “la *réclame* di se stesso”.

Questo fenomeno qualitativamente nuovo, scrive Guy Debord 20 anni dopo *Dialettica dell'Illuminismo*, nel '69, è lo spettacolo: “lo spettacolo è il capitale a un tale grado di accumulazione che diviene immagine”.

Lo spettacolo è una *formazione di compromesso* – diremmo – tra cultura popolare e industria culturale di massa che azzerà la coscienza di classe, o qualsiasi contenuto politico attivo, in modo da operare, nei termini di Adorno, una funzione di mascheramento, da oscurare il *dolore* pur mostrandolo, da esibire la sofferenza facendo tuttavia in modo che l'individuo non ne soffra. Da procurare, tramite la dipendenza e l'asservimento, che l'industria culturale predispona col sentimento confortante che il mondo sia ordinato nel modo che essa suggerisce – esemplificativa è la rubrica astrologica del *Los Angeles Time*, per cui finanche le stelle vengono scomodate pur di apportare una soluzione, rigorosamente bi-fasica, ai falsi problemi imposti dalla banalità del quotidiano – un soddisfacimento sostitutivo che, in quanto tale, è alimentato da un senso di colpa costante poiché maschera l'insoddisfazione profonda dell'economia psichica delle masse (il *plus de jouir* lacaniano): “defrauda gli uomini della felicità di cui spaccia il simulacro.”

L'ordine stabilito, finanche *nella* storia naturale⁴⁰, la freccia in avanti, è la falsa tradizione che sorge contemporaneamente alla società borghese che di suo non può che sguazzare nella falsa ricchezza, direbbe ancora Adorno misurandosi con i processi del modernismo e, più in generale, con la condizione di precarietà della cultura. E ancora: Parodia della catarsi e quindi del tragico, direbbe.⁴¹ Perché, dal punto di vista estetico, si tratta del fatto che tutto si presenta come *stile*: l'industria culturale cerca e produce l'effetto per l'effetto, e in questo senso

40 E. Bloch, *Filosofia del Rinascimento*. Bologna: Il Mulino, 1997.

41 T.W. Adorno, *Parva aesthetica. Saggi 1958-1967*. Milano: Mimesis, 2001. In particolare i saggi *Sulla tradizione e Proposta di non conciliazione*.

lo stile “sarebbe allora da riservarsi alla mediocrità”⁴². L’industria culturale non si adatta alla massa, come sappiamo, ma la produce come mediocrità, mediante la soluzione dello stile come strumento di identificazione di ogni singolo soggetto. Si tratta di una logica del prorompente che costringe a rivedere il concetto stesso di Avanguardia.

Una delle caratteristiche del chiamato capitalismo tardivo è la tendenza ad attenuare fino a fare scomparire dalle sue espressioni ideologiche ogni possibilità di utilizzare la categoria della *mediazione*, e così facendo, la dimensione e il senso del movimento storico. Ora, il legame tra le neo-avanguardie e l’ordine borghese-capitalistico diviene organico ed esplicito laddove, per l’avanguardia storica, esso era solo indiretto e implicito. Per parafrasare il poeta italiano che protestava insieme agli operai e agli studenti nelle città dell’autunno caldo del 1969: il salto storico tra l’avanguardia del 1905-30 e quella dei nostri giorni corrisponde al salto da una fase *aperta* dell’espressione (e della lotta sociale) verso una fase *chiusa*⁴³. Se non si cade nell’errore di legare immediatamente – col rischio di sottostare all’inevitabile risvolto magico e misticheggiante – praxis e teoria (secondo la ben nota critica formulata dal filosofo ungherese, Georg Lukács, alle avanguardie, storiche come artistiche), bisogna riconoscere che il discorso poetico e artistico è diverso dal discorso pratico-politico, ma anche che il primo non negherà né distruggerà nulla *in se*, in quanto discorso poetico e artistico le sue negazioni si ricompongono sempre nella forma, nell’inevitabile “opera”. *Altro* è dunque il potere di negazione e di rinascita che è di ogni opera d’arte, la cui *capacità* (come la chiama Badiou) o *efficacia* perturbatrice delle ideologie dominanti non risiede nella contestazione del banale – nella misura in cui continua a posizionarsi permanentemente in funzione di contestazione, di negazione («ad alimentarsi di attualità» dice Fortini) in una realtà sociale il cui habitat culturale è quello del capitalismo avanzato, che finisce sempre e in fin dei conti a non lasciare nessun margine alla “rivolta” degli artisti e degli scrittori) –, né risiede solamente nel potere di spezzare gli schemi formali ormai inadatti, ma nel carattere di profonda *inattualità* e di *caducità* inevitabile da cui non sfuggono nemmeno le opere *aperte* o *interrotte* o *informali*, poiché la formalità è costitutiva del loro stesso “etymon”, della loro stessa natura che è quella di essere dei grandi *morfemi*. In questo senso, anche la più umile e profane delle opere d’arti appare, grazie alla sua propria *conclusione*, come un artificio «carico di valori» che fa sempre allusione a un possibile che non solo non è mai identico al possibile *ad venire* del politico ma che sovente gli è *intempestivo*. Uno dei paradossi dell’Avanguardia, scriveva nel ’68 Franco Fortini, sarebbe allora quello di non accettare l’incarnazione, di rifiutare quello che viene chiamato il «compromesso» che è, invece, e molto semplicemente, così come Benjamin l’aveva anticipato nelle sue *flâneries* e nei

42 T.W. Adorno, *Abuso del Barocco*, in *Parva aesthetica*, op. cit.

43 F. Fortini, *Verifica dei poteri. Scritti di critica e di istituzioni letterarie*. Torino: Einaudi, 1989.

suoi *passages de Paris*, alla scoperta dei suoi «oggetti» per fondare un'estetica materialista, l'opera nella sua oggettività.

Bisogna svegliare – leggiamo nel testo di Lenin *Per cominciare* – la “passione per le rivelazioni politiche” (dopo aver suscitato, nella classe operaia della Russia zarista, la passione per le rivelazioni “economiche”). Ma sembra che quest'ultime, chiuse nel mondo della fabbrica, che condivide la stessa lingua del Capitale, per la determinazione in ultima istanza ricadano nella dialettica del riconoscimento e assorbano l'impeto vitale dei lavoratori: produrre di meno o in condizioni migliori, significa pur sempre produrre se stessi come *sintomo* del sistema.⁴⁴ Per questo abbiamo bisogno, oggi come altrove, di una lingua che viene dal di fuori, in grado di riunire, trasportare e indirizzare la classe *in se* nella classe *per se*. Le *rivelazioni* sono forme, percettibili ai nostri sensi, forme riconoscibili, già esistenti, e quindi, le vecchie forme della tattica che si dissolvono nella forma assente, ma già presente, della *strategia* (per recuperare un'altra importante categoria analitica leniniana).

La triade progressista della dialettica benjaminiana si sviluppa infatti tra le rovine, i detriti, i residui in quanto Storia, da una parte; il soffio o vento divino in quanto Destino, o, in altri termini la vocazione messianica della *classe* proletaria, dall'altra; e il soggetto rivoluzionario, ovvero l'Angelo della Storia, cioè l'Avanguardia. Ugualmente per Antonio Gramsci: il Partito non può essere l'Intellettuale organico se non è Avanguardia, e la lotta per l'egemonia consiste giustamente nella *tensione* tra queste tre istanze: cultura popolare, industria culturale (o nazional popolare in termini gramsciani) e avanguardie.

Se ricordiamo infatti il '68, è perché c'è una congiuntura tra questi tre poli che è di tipo progressista. È il problema strutturale dell'arte: la *hard question* su come fare un'analisi strutturale delle forme artistiche e quindi porre il problema delle *rivoluzioni* artistiche e delle *evoluzioni* artistiche – un problema sia di forma, sia di funzione, sia di struttura. In tutte e tre le dimensioni influiscono le evoluzioni sociali e tecnologiche. Il grande critico Renato Barilli utilizza l'immagine del pendolo, in quanto “questa fedeltà di lungo periodo a un quadro di cultura materiale-tecnologica dominante non implica che si proceda di pari passo, con piccoli apporti lungo la medesima linea; al contrario la ricerca adotta un sistema ondulatorio, va avanti con risolutezza in una medesima direzione per un tempo preciso (un decennio?), ne esaurisce tutte le possibilità, ma poi intraprende un movimento di segno contrario, proprio come vuole il fenomeno fisico del pendolo”⁴⁵. In effetti, ritornando alla precedente oscillazione di pendolo all'indietro, quella della decade 1954-64, mescolando le risorse visive dell'arte d'avanguardia con il repertorio delle immagini popolari, la Pop Art appariva desiderosa di abolire le distinzioni

44 Sull'impossibile dialettica *désir/jouissance* a causa del discorso del Capitalista, si veda il mio A.J. MAGLIACANE, *Class consciousness and Psychoanalysis*. Paris: Classi, 2017.

45 R. Barilli, *Prima e dopo il 2000. La ricerca artistica 1970-2005*. Milano: Feltrinelli, 2006, p. 10.

fra arte “alta”, ossia quella che, secondo la nota distinzione introdotta da Clement Greenberg nel 1939 in *Avanguardia e Kitsch*, si esprimeva in forme autonome e irrelate da ogni connotazione sociale, e arte “bassa”, ossia popolare e kitsch.

Il recupero dell’arte popolare avveniva però sempre rintracciandovi le possibilità di una cosciente rielaborazione pittorica, che ne tradiva la propria origine colta e da dove ne scaturiva l’ironia. La selezione e la modificazione dell’immagine rispondevano a rigorosi criteri compositivi, confermando la capacità della Pop Art “d’introdurre un problema formale a partire da immagini che non ponevano di per sé uno specifico problema di forma”⁴⁶. Se il moderno linguaggio pubblicitario era sorto negli anni Venti e Trenta grazie alle complesse risorse visive del costruttivismo e del Bauhaus, la Pop Art attingeva invece alla banalità di una pubblicità ormai datata, ravvisando però in essa alcuni tratti essenziali del modernismo.

Era il primo segno di ribellione, non opposizione, che si installava dunque in una zona intermedia, che non venne poi né assorbita dalla cultura di massa né restò avanguardia vera e propria. La rimozione di quella critica sociale che aveva caratterizzato le avanguardie storiche come il dada e il surrealismo, e la perdita dell’autonomia estetica difesa dal modernismo, condussero all’assimilazione nell’industria delle merci, portando progressivamente ma rapidamente a quel fenomeno che è stato definito come “ripetizione vuota”⁴⁷. Pertanto, la parificazione del valore artistico e del valore di scambio – che si compirà nell’arco di tempo che passa dalle prime serigrafie warholiane del 1962 alle scatole di Brillo tre anni dopo – porterà al divorzio tra “ideazione e realizzazione”, tra originalità, autorialità e diritto d’autore (James Harvey pittore espressionista che disegnò il logo per la Brillo Box non era più autore di quanto non sarà la schiera di artigiani e pittori che realizzeranno le costose opere di un Jeff Koons o di un Maurizio Cattelan). Lo sviluppo dell’arte contemporanea avviata con le Brillo Boxes di Warhol e proseguito con il minimalismo, con l’arte concettuale (quell’esplosione o volatizzazione di forme che si registra nella congiuntura del 68), e poi con il pluralismo degli anni Settanta e Ottanta, ebbe una conseguenza cruciale.

Secondo Arthur Danto⁴⁸, la distinzione tra arte e non arte non si colloca più sul piano visivo, ma filosofico: è la teoria dell’arte che collocava l’oggetto all’interno del mondo dell’arte, e che lo difendeva dal rischio di ritornare all’oggetto reale. Ciò che ebbe termine intorno alla metà degli anni ’60 non fu dunque la produzione artistica, che anzi è sempre più incrementata, ma ciò che andava esaurendosi era una certa narrazione foriera di nuove scoperte e nuove *infrazioni*. Da allora, ciò che conta è il modo in cui di volta in volta stili e

46 A. Del Puppo, *L’arte contemporanea. Il secondo Novecento*. Torino: Einaudi, 2013.

47 G. Di Giacomo, *Fuori dagli schemi. Estetica e arti figurative dal Novecento a oggi*. Roma – Bari: Laterza, 2015.

48 Si veda A. Danto, *Andy Warhol*. Torino: Einaudi, 2010, e, dello stesso autore, *Oltre il Brillo Box. Il mondo dell’arte dopo la fine della storia*. Milano: Marinotti, 2010.

modelli già disponibili sono impiegati.

La pittura pop ebbe almeno il merito di tenere in vita, forse per l'ultima volta, la convenzionale ripartizione in generi, come il ritratto o la natura morta. Nella sua più ampia accezione lo “stile” pop si esaurì nell'estetica *camp* della messinscena, che spesso assunse le forme del travestitismo, alimentando una forma di storicismo istrionico (vedi la mostra intitolata *Transformer* del 1974 che raccolse al museo di Lucerna una compagine di *performers* adusi all'azione *en travesti*: da Urs Luthi al nostro Luigi Ontani).

Insomma una seconda infanzia (degli oggetti).

Una condizione come sempre anticipata da Adorno nel '63: se il Barocco “è stato l'ultimo stile possente ed esemplare registrato dalla storia dell'arte”, la Contemporaneità, o è ricerca del superamento di ogni stile possibile, o è costruzione inautentica di uno stile corrispondente non più ad un'epoca, a una cultura o *Weltanschauung*, ma ad un soggetto, ad un autore. Il *kitsch* e, nel *kitsch*, la stessa cultura di massa, non è uno stile, ma il fatto che tutto assume il carattere dello stile.

Da Koons e Steinbach a Halley e Armleder, i protagonisti della stagione neo-Pop e neo-Op non si esimono sia dalla scelta delle “buone cose di pessimo gusto”, sia dall'uso di una scala cromatica di tinte cacofoniche; entrano infatti, con modalità specifiche, in quella che è stata definita sul piano della pratica artistica come *simulazione* (in questo sorretti dalle teorie di Barthes, Derrida e Baudrillard).

Lo stesso vale per il caso ambiguo dell'Iperrealismo, quel fenomeno sorto e sospeso e rimasto aperto agli inizi dei '70 fino ai giorni nostri, definito “combattimento per un'immagine”, che era proprio il tentativo di proseguire linearmente la stagione pop, ma estendendola al panorama urbano e il connesso universo consumista. Si fa riferimento qui alla pratica dell'*appropriazione*, cioè dell'assimilazione critica dei codici visivi, per svelarne il foucaltiano discorso d'autorità (pratica inaugurata con la mostra *Pictures* del 1977, che si tenne a New York). La teoria dell'arte giungeva così a coincidere con una serie di teorie della rappresentazione, mentre la pratica artistica si identificava nella comprensione e nella critica dei modi e significati simbolici delle rappresentazioni sociali, preferendo un approccio strategico, piuttosto che ideologico, capace di perturbare e reindirizzare i flussi di significato da dentro il sistema, e di distanziarsi dal *medium* (attraverso i metodi storici del collage o del fotomontaggio dada e surrealista, il *détournement* situazionista, aggiornandoli alla luce delle pratiche critiche dell'arte concettuale).

Si andava così recuperando quel tanto di aura – la presenza dell'assenza, che, come scrive Adorno, in epoca di industria culturale la conserva putrefatta, come alone fumogeno – atta a stabilire una specie di contro-narrazione.⁴⁹

49 In termini moderni, post-psicanalitici, possiamo dire che da un lato c'è l'oggetto del desiderio, e dall'altro, l'immaginario artistico.

Dunque il movimento del pendolo disegna un taglio (lo squarcio del soggetto bucato dal desiderio), e il taglio è anche una *soglia*. Inutile evocare qui Baudelare come figura che resta sulla soglia tra Moderno e Premoderno in Benjamin, ma anche, soprattutto la città di Parigi, scelta dal filosofo per il suo carattere allegorico: di passaggio e di soglia tra due mondi (a differenza della Londra capitalista, già ultramoderna e metropolitana, e di una Berlino premoderna, agreste e provinciale). Parigi è *in mezzo*, ovvero duplicata come tagliata in due e come metonimia del tutto: Parigi è il luogo in cui come nel linguaggio del sogno, arcaico e moderno, lato infantile di desiderio e lato adulto di volontà appaiono ambigualmente compenetrati: “è aperta alla folla variopinta, ma teme la massa anonima; si dà alla tecnica e ai nuovi materiali, ma ne dissimula artisticamente le forme con ogni tipo di camuffamento arcaico; anela alla merce e alla moda, ma le rinchiude nell’*intérieur* onirico dei *passages*; accetta le macchine, ma nelle esposizioni universali le inserisce in contesti archeologici ed esotici da *luna park*”⁵⁰. Come scrive Benjamin: “Le immagini in cui il nuovo si compenetra col vecchio sono immagini ideali, in cui la collettività cerca di eliminare o di trasfigurare l’imperfezione del prodotto sociale, come pure i difetti del sistema produttivo sociale”⁵¹. Il primo spettacolo, dopo quello offerto-vissuto nella metamorfosi della città in metropoli, è l’illuminazione artificiale delle vetrine, che fanno del primo piano degli edifici un’ininterrotta galleria di offerte. Il desiderio di meravigliare e di essere stupiti è più che legittimo. *It is a happiness to wonder*, è una gioia meravigliarsi; ma anche *it is a happiness to dream*, è una gioia sognare. Il capitolo del “Salon” dedicato da Baudelaire al paesaggio termina, non a caso, con un richiamo alla meraviglia tecnica del momento, il diorama: “Vorrei ardentemente essere condotto di nuovo verso il diorama, la cui magia brutale ed enorme sa impormi un’utile illusione. Preferisco contemplare certi scenari teatrali, ove trovo, espressi con la sapienza dell’arte e concentrati in figura tragica, i miei sogni più cari.”

Insomma, la *Paris, capital du XIX^e siècle*, esprime l’ambiguità con cui la classe borghese sembra al tempo stesso (ancora) accettare e rifiutare, a livello inconscio, il destino del progresso e del dominio planetario che la società capitalista le ha riservato, poiché ne comprende sia il lato umano e emancipatorio sia il lato disumano e distruttivo. Un unico processo conduce al modernismo e alla cultura proletaria. Da un lato, il feticismo delle merci, dall’altro l’avanguardia. La città delle avanguardie è soprattutto nelle aree della città dove sorgono industrie chimiche

Ma che ne è dell’oggetto? È forse lo stesso nell’avanguardia? Oppure cambierebbe la sua *funzione*? La sua *struttura*? La sua *forma*? Ciò che è estremamente interessante della dialettica in esame – che è quella benjaminiana – è che questa non contempla solamente due poli, la struttura e la funzione, ma anche un terzo polo fondamentale che è la forma. Ciò che implica ancora una volta, in termini moderni, che l’oggetto dell’arte deve essere articolato con l’oggetto della psicanalisi. Per un approfondimento, rinviamo al nostro A.J. Magliacane, *Quell’oscura causa del desiderio*. Firenze: Classi, 2018.

⁵⁰ Si veda la voce *Città*, in *Costellazioni. Le parole di Walter Benjamin*, a cura di A. Pinotti. Torino: Einaudi, 2018, ma anche A.J. Magliacane, *La donna tagliata in due: tra stereotipo e paradigma*, in *Sovrastrutture* 24/2019. Nonché A.J. Magliacane, *La donna tagliata in due. La città di notte e il corpo immaginario*. Firenze: Classi, 2016.

⁵¹ W. Benjamin, *I “passages” di Parigi*. Torino: Einaudi, 2000, p. 7.

e tessili, chiamate di “città finte / simulate”: in francese *Fau(x)bourgs*. Qui ritroviamo anche gli asili nido, i teatri di strada, si svolgono dibattiti pubblici, si assiste alle proiezioni di film, si vendono elettrodomestici, si aprono biblioteche, si commercia la prostituzione, pornografia; e qui vivono immigrati, esiliati, leader politici comunisti e socialisti.

In queste città coesistono morte e vita, perché la morte, vista come inorganica, ha un fascino sessuale: le merci costruiscono il desiderio. Di qui la necessità della *Traumdeutung* benjaminiana, l’interpretazione critica del sogno effettuata dal materialista storico, che ribalti in dialettica rivoluzionaria l’ambiguità borghese.

Qui si potrebbe fare una digressione che va dal Perturbante come *ritorno del superato*, nella bellissima applicazione critica di Francesco Orlando, alla letteratura come categoria del particolare negli studi di Hans Mayer sui *diversi intenzionali o esistenziali*⁵², in quanto “modelli di superamento dei limiti” (Bloch), alla *dicotomia del mondo proustiano* come “ricerca di uno spazio che contraddica l’altro e che sembra respingerlo: il contrasto fra il luogo presente e la memoria”⁵³.

Come avverte scrupolosamente proprio il Freud di *Das Unheimlich*, quel *che cosa* si crede, o si opina, non può costituire un rimorso, trattandosi di credenze che nel corso della lunga evoluzione sociale, dalla magia alla civiltà scientifica, non sono mai state dimenticate, ancor meno rimosse: piuttosto *superate*, così da poter sempre ritrovare “apparenze di conferma”. Quindi, sottolinea giustamente Orlando, non si tratta di contrapporre un inconscio rimosso alla coscienza, ma, nella piena coscienza, credenze ufficiali e credenze solo razionalmente represses (da qui lo studio sugli oggetti desueti e la letteratura sovranaturale come “formazioni di compromesso”)⁵⁴.

“In altre parole, il processo stesso dell’illuminismo, e la definizione freudiana del sinistro presuppone la labilità permanente di un tale superamento, la *reversibilità* che cova in seno al processo dell’illuminismo: ossia la concezione freudiana della civiltà”⁵⁵.

Di questo *residuo* si alimenta dunque l’arte contemporanea, ovvero l’arte si alimenta della propria morte, del tentativo di superamento della sua forma. Tale contraddizione è l’elemento vitale di tutta l’arte veramente contemporanea, la quale, secondo l’espressione coniata da Marcuse, non vuole più partecipare, essere complice del carattere affermativo della cultura. Ciò è evidente in quel processo di sfrangiamento delle arti di cui ci parla ancora Adorno: si pensi alla musica seriale e all’arte informale, e nella misura in cui si ribella alla dipendenza

52 H. Mayer, *I diversi. La donna, l’ebreo, l’omosessuale: tre aspetti della diversità. Miti, personaggi, destini reali, tra letteratura e storia*. Milano: Garzanti, 1977.

53 G. Macchia, *Tutti gli scritti su Proust*. Torino: Einaudi, 1997, p. 9. L’interruzione del flusso dei giorni quotidiani, la sospensione delle passioni della vita, permetto a Proust di ritrovare la purezza di un altro mondo, nel tempo e nello spazio: quello di una semplice convalescenza, o della vastità emotiva dell’adolescenza...

54 A.J. Magliacane, *Un latrato da un altro pianeta. L’universo dissestato di Philip K. Dick*. Firenze: Classi, 2017.

55 F. Orlando, *Per una teoria freudiana della letteratura*. Torino: Einaudi, 1973, p. 201.

dei materiali dati, ostile a un ideale di armonia che presuppone un *continuum* tra le arti o dei rapporti ordinati all'interno dei generi artistici come garanzia di significato – e il pensiero reazionario arretra di fronte all'idea di una contraddittorietà oggettiva insita nei fenomeni, che possano minacciare il presente o il futuro –, come già aveva fatto il montaggio cinematografico venuto a turbare il significato dell'opera con un'invasione di frammenti della realtà empirica sottratti alla legittimità di senso, o come Schoenberg che risponde al magnate hollywoodiano che dichiara di apprezzare la sua musica seriale, *My music is not lovely*. Tale rifiuto è a sua volta principio di stilizzazione estetica, non fosse altro che per il tramite della sua tecnica.

I procedimenti pittorici, simbolici, cinematografici, musicali, inducono nell'oggetto degli elementi inevitabilmente prestatori di senso, anche quando si vuole che compaia il nudo materiale.

Ma anche questa ribellione è arte e allarga l'arte. Nella speranza che il particolare dell'opera, che è tutto ciò a cui l'opera d'arte è tenuta a rispondere, possa svelarsi come universale.

Riferimenti bibliografici

- ADORNO, T.W. **Parva aesthetica. Saggi 1958-1967**. Milano: Mimesis, 2001.
- _____. **“Engagement” (1962)**, in *Notes sur la littérature*, trad. S. Muller, Paris: Flammarion, 1984.
- _____. **Minima Moralia (1944-1947)**, trad. E. Kaufholz et J.-R. Ladmiral, Paris: Payot, 1980.
- _____. **Théorie esthétique (publicata a titolo postumo nel 1969)**, trad. M. Jimenez et E. Kaufholz, Paris: Klincksieck, 1974.
- BARILLI, R. **Prima e dopo il 2000. La ricerca artistica 1970-2005**. Milano: Feltrinelli, 2006.
- BENJAMIN, W. **I “passages” di Parigi**. Torino: Einaudi, 2000.
- BENSAÏD, D. **La discordance des temps**, Paris: Editions de la Passion, 1995.
- _____. **Le Pari mélancolique**. Paris: Fayard, 1997.
- BLOCH, E. **“Sur les contradictions propres au désir d’utopie”**, intervista radiofonica tra Adorno e Bloch animata da Horst Krüger (1964), trad. Chr. David, Theodor W. Adorno et Ernst Bloch, opera collettiva coordinata da Max Blechman e Michaël Löwy, Europe, n° 949, 2008.
- _____. **Filosofia del Rinascimento**. Bologna: Il Mulino, 1997.
- _____. **Le Principe Espérance (1954-1959)**, tre tomi, trad. Fr. Wuilmart, Paris: Gallimard, 1976-1991.
- _____.; RIVERA e TROTSKY, D. **Pour un art révolutionnaire indépendant (1938)**, in Trotsky, *Littérature et révolution*, trad. P. Franck, Cl. Ligny et J.-J. Marie, Paris: UGE, 1974.
- BUTEL, M. **“L’interruption”, L’Impossible**, n° 6, 2012.
- CORCUFF, Ph. **Marx XXIe siècle**, Paris: Textuel, 2012.
- DANTO, A. **Andy Warhol**. Torino: Einaudi, 2010.

- _____. **Il mondo dell'arte dopo la fine della storia**. Milano: Marinotti, 2010.
- DEL PUPPO, A. **L'arte contemporanea. Il secondo Novecento**. Torino: Einaudi, 2013.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Capitalisme et schizophrénie**, tome 1 *L'Anti-Œdipe*, Paris: Minuit, 1972.
- DI GIACOMO, G. **Fuori dagli schemi. Estetica e arti figurative dal Novecento a oggi**. Roma – Bari: Laterza, 2015.
- FORTINI, F. **Scritti di critica e di istituzioni letterarie**. Torino: Einaudi, 1989.
- FUKUYAMA, Fr. **La Fin de l'Histoire et le dernier homme**, trad. D.-A. Canal, Paris: Flammarion, 1992.
- HOLLOWAY, J. **Crack Capitalism (2010)**, trad. J. Chatroussat, Paris: Libertalia, 2012.
- IVSIC, R. **"Éternel voleur des énergies..."**, Préface à **Pierre Mabilie, Thérèse de Lisieux (1937)**, Paris Le Sagittaire, 1975.
- JAMESON, Fr. **Archéologies du futur. Le désir nommé utopie (tomo 1, 2005)**, trad. N. Vieillescazes et F. Ollier, Paris: Max Milo, 2007.
- JOUFFROY, Alain. **Les pré-voyants**. Bruxelles: La Connaissance, 1974.
- LÖWY, M. **"Un communiste hérétique"** in Daniel Bensaïd, *l'intempestif*, opera collettiva coordinata da François Sabado, Paris: La découverte, 2012.
- MACCHIA, G. **Tutti gli scritti su Proust**. Torino: Einaudi, 1997.
- MAGLIACANE, A. J. **Class consciousness and Psychoanalysis**. Paris: Classi, 2017.
- _____. **La donna tagliata in due. La città di notte e il corpo immaginario**. Firenze: Classi, 2016.
- _____. **La donna tagliata in due: tra stereotipo e paradigma**, in *Sovrastrutture* 24/2019.
- _____. **To blue**. Firenze: Classi, 2017.
- _____. **Un latrato da un altro pianeta. L'universo dissestato di Philip K. Dick**. Firenze: Classi, 2017.
- _____. **Quell'oscura causa del desiderio**. Firenze: Classi, 2018.
- MANSOUR, L. **Corps de Guerre. Poétique de la rupture**. Paris: L'Harmattan, 2012.
- MARCUSE, H. **"Préface"**, dans **Vers la libération (1969)**, trad. J.-B. Grasset, Paris: Minuit, 1969.
- _____. **Contre-révolution et révolte (1972)**, trad. D. Coste, Paris: Seuil, 1973.
- MAYER, H. I diversi. **La donna, l'ebreo, l'omosessuale: tre aspetti della diversità. Miti, personaggi, destini reali, tra letteratura e storia**. Milano: Garzanti, 1977.
- NAVILLE, P. **"Mieux et moins bien" (1927)**, in *La Révolution et les intellectuels*. Paris: Gallimard, 1975.
- NEGRI, T. **Art et multitude**. Paris: atelier / EPEL, 2005.
- ORLANDO, F. **Per una teoria freudiana della letteratura**. Torino: Einaudi, 1973.
- PREVE, C. **Histoire critique du marxisme**, trad. B. Eychart, Paris: Armand Colin, 2011.
- RANCIERE, J. **"Sens et figures de l'histoire" (1996)**, in *Figures de l'Histoire*, Paris, Presses Universitaires de France, 2012.
- _____. **Le Maître ignorant: Cinq leçons sur l'émancipation intellectuelle**. Paris: Fayard 1987.
- RANCIERE, J. **Le partage du sensible**. Paris: La Fabrique, 2000.

_____. **Le spectateur émancipé.** Paris: La Fabrique, 2008.

REVAULT D'ALLONNES, O. **La création artistique et les promesses de la liberté**, Klincksieck, 1973.

RUBINO, F. **Corpi neri. Gramsci e il jazz.** Firenze: Classi, 2015.

SIEFFERT, D. “**La larme du mineur de fond**”, Politis, n° 1213-1215, 26 juillet-29 août, 2012.

SOBRE OS AUTORES:

Jean-Marc Lachaud

(Paris, 1956), filósofo e professor de estética na Universidade de Paris 1 Panthéon-Sorbonne, publicou recentemente *Collage, assemblage et montage*. Vol. 1, *L'art du choc* (2018), *Que peut (malgré tout) l'art?* (2015), *Il marxismo atipico di Walter Benjamin* (2016), *Le Grand Refus de Marcuse* (2015), *Walter Benjamin. Esthétique et politique de l'émancipation* (2014), *Art et aliénation* (2012). Il est membre du Comité de rédaction des revues *Actuel Marx* et *Recherches en esthétique*.

Alessia J. Magliacane

(Nápoles, 1979), vive em Paris, onde é pesquisadora no Centre Georg Simmel e doutora em Direito e Ciências Sociais na École des Etudes etudes en ciências sociais de Paris e em Estética e estudos culturais na Universidade de Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Visiting Professor da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e da UFBA (Universidade Federal de Salvador da Bahia), suas atividades de pesquisa são focadas sobre os aspectos filosóficos da Revolução ao longo das épocas e as lutas das resistências europeias na era contemporânea até hoje. Suas publicações, traduzidas em diferentes idiomas, incluem dentre as principais mais recentes: *Rosa, Lénine et la Révolution* (2019); *Zero. Revolução e crítica da Raison* (2017); *To Blue* (2017) sobre Black music e Black power; *The Imago of Revolution* (2017) sobre consciência de classe e psicanálise; *Sade. The Beijing Conference* (2015), focada na violência revolucionária na literatura e na psicanálise a partir de Sade; *Peggio. La violenza, il Reale* (com Francesco Rubino, 2013) focado no “affaire Moro” em quanto golpe italiano; *Un monde parfait. Géographies de l'Amérique imaginaire* (2013) e *Monstres, fantasmies, dieux, souverains* (2012) sobre a contração simbólica da mente em Sade, Dick, Planck e Bene. Atualmente, ela dirige a editora Classi e é diretora da revista política internacional *Sovrastrutture* e colunista do jornal *Tribuna da Bahia*.

**POUR UNE POLITIQUE DU
COMMUN DU PEUPLE
Conférence à la Sorbonne le
16 octobre 2018**

FOR A COMMON PEOPLE POLICY

Conference at the Sorbonne on October 16, 2018

DESC
DIREITO, ECONOMIA &
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

POUR UNE POLITIQUE DU COMMUN DU PEUPLE

Conférence à la Sorbonne le 16 octobre 2018

FOR A COMMON PEOPLE POLICY
Conference at the Sorbonne on October 16, 2018

Jacques Bidet

Université Paris X
j.bidet@wanadoo.fr

Résumé: Néolibéralisme et crise du marxisme. La question écologique. Structure de classe et Système-monde, tabou structurel et tabou systémique. Capitalistes, compétents et classe populaire, duel triangulaire. Régime d'hégémonie. Etat-monde. Appareils d'État mondiaux. Commun du peuple.

Mots-clés: Néolibéralisme. Crise du marxisme. Écologie. Commun du peuple.

Abstract: Neoliberalism and crisis of Marxism. The ecological question. Class Structure and System-World, Structural Taboo and Systemic Taboo. Capitalists, competent and popular class, triangular duel. Hegemony regime. State-world. Global state apparatus. Common people.

Keywords: Neoliberalism. Crisis of Marxism. Ecology. Common people.

L'émergence du néolibéralisme dans les années 70 du siècle dernier a déclenché, au sein du marxisme, une catastrophe dont il ne s'est pas relevé. Sa faiblesse pratique se manifeste devant la dérive écologique, qui est désormais la question politique centrale. Comment le commun du peuple, auquel s'adressait l'appel «Prolétaires de tous les pays... !», pourrait-il reprendre l'initiative à l'échelle du monde? Tout est à reconstruire. Mais comment?

Je partirai de la crise actuelle du marxisme. Bien sûr le marxisme a toujours été en crise. Il ne s'est développé qu'à travers des crises successives. Mais on peut se demander si celle-ci n'est pas la crise terminale.

Je la situerai à l'approche des années 80 du siècle dernier. Dans la décennie qui précède, aux yeux des marxistes du moins, «le fond de l'air était rouge», dans la convergence de grandes luttes sociales, socialistes, anticoloniales et féministes. Mais au moment où le néolibéralisme vient à s'affirmer à l'échelle mondiale, tout ce qui ressemble à des partis, à des revendications

ou des perspectives «marxistes», sans parler de régimes, semble s'écrouler comme château de carte. Il y a des résistances bien sûr, et des luttes incessantes. Mais il n'y a plus d'*horizon*.

Aujourd'hui pourtant, dans les années que nous vivons, quelque chose semble avoir changé. On a même pu lire voici quelques jours, dans *Le Monde*, «grand journal du soir qui fait autorité», selon l'expression reçue, en première page et en lettres géantes, ce titre de dossier *Le capitalisme va-t-il disparaître?* Les réponses étaient assez floues, certes. Mais la question commence à être posée publiquement. Et la raison en est qu'il devient de plus en plus clair que le capitalisme détruit la nature. En ce sens, l'écologie est venue réveiller le marxisme.

On découvre à cette occasion qu'il existe, dans l'approche de Marx, face à la question écologique, des ressources théoriques et pratiques inexploitées. Le problème, me semble-t-il, est que le marxisme, dans sa version commune – ce que j'appelle le «marxisme commun» – n'est pas vraiment préparé aux tâches qui l'attendent. Non pas parce qu'il serait une doctrine du passé, une théorie tout juste bonne pour le XX^e siècle. Ses carences et ses erreurs, en réalité, sont originaires. Elles concernent, d'une part, sa théorie de la *structure* de classe au sein de l'État-nation moderne et, d'autre part, sa théorie du *Système-monde* moderne. Elles relèvent, en ce sens, tout à la fois du *structurel* et du *systémique*. Ce couple structure/système, ainsi compris, articule toute analyse réaliste de la société moderne.

Ses carences dont je vais parler ne sont pas aisées à identifier, c'est parce qu'elles sont de l'ordre du *tabou*. D'une part, un *tabou structurel*, portant sur la structure de classe. D'autre part, un *tabou systémique*, portant sur le *Système-monde*.

Deux parties donc, l'une sur la structure de classe, l'autre sur le *Système-monde*. Plus une troisième, qui introduit un concept inédit celui de «Nation-monde».

Première partie. La structure moderne de classe et son tabou

Marx, comme on le sait, analyse les rapports de classe comme des rapports d'exploitation et de domination, reliant l'une à l'autre. On est *exploité* lorsque l'on est contraint de travailler gratuitement pour autrui. Plus précisément, lorsqu'un rapport de force à l'échelle sociale contraint à travailler plus longtemps que le temps de travail requis pour la production de ce que l'on consomme. Marx compare trois situations historiques. Dans l'esclavage, la chose est claire. De même aussi dans le servage, où l'on voit distinctement la part du produit qui est destinée au maître. Dans le capitalisme, exploitation reste invisible, puisque le salariat se donne pour un rapport d'échange entre l'employeur et l'employé. Dans les trois cas, on est exploité parce qu'on est contraint à travailler plus longtemps que le temps de travail requis pour la production de ce que l'on consomme. Marx a ainsi élaboré un concept *général* d'exploitation, qui donc est valable pour toute société *particulière*, la nôtre par exemple. Et c'est là précisément que, lors-

qu'on observe le «marxisme commun», une surprise nous attend, sous la forme d'un tabou, un premier tabou: le tabou *structurel*. À condition bien sûr, que nous sachions le discerner.

Voyons donc ce qu'il en est de la structure de classe dans la forme moderne de société, dans le type de société que Marx désigne comme «moderne», ou «bourgeoise». La société moderne s'entend comme celle qui se réfère à un gouvernement sous l'égide de la *raison* commune. Marx a clairement établi que cette «raison», qui se reconnaît dans le discours du «contrat social», ne peut, en réalité, prétendre assurer la coordination rationnelle de la production qu'en se relayant dans ce qu'il appelle les deux «médiations», à savoir le marché et l'organisation. Et il a reconnu que ces deux médiations rationnelles fonctionnent comme des *facteurs de classe* qui s'articulent dans le *rapport moderne de classe*. Mais il n'a pas correctement traité ces questions. On le voit dans la perspective historiciste qui le guide, et va guider ceux qui vont se réclamer de lui: celle d'une voie révolutionnaire conduisant du marché capitaliste à l'organisation socialiste. On en perçoit aujourd'hui les limites. La crise du marxisme, la grande crise actuelle du marxisme commun, se rattache, me semble-t-il, à cette erreur historiciste. Il faut donc reconsidérer l'hypothèse.

L'erreur de Marx dans *Le Capital*, selon mon analyse, tient à ce qu'il définit la classe dominante comme une «classe capitaliste», alors qu'elle se compose en réalité de deux volets, de deux pôles: celui des capitalistes, maîtres du marché, et celui de ceux que je désigne, on verra quel sens, comme les «compétents», maîtres de l'organisation. Le paradoxe est que Marx avait lui-même élaboré les outils conceptuels pour traiter correctement cette question, et que cependant il n'y est pas parvenu. On tentera donc de rectifier, et aussi d'expliquer ce paradoxe.

Parlons d'abord des capitalistes.

Commençons par ce qui est le point fort de Marx en la matière. Il figure au chapitre 5 du Livre 1 du *Capital*. C'est-à-dire au chapitre 7 dans sa version française. En l'occurrence, comme souvent, c'est celle-ci qu'il faut prendre considération, car elle corrige la version allemande dans les intitulés des 2 paragraphes qui constituent ce chapitre. Ce qui en clarifie le sens. Ce point fort reste pourtant inaperçu par le marxisme commun. Il s'exprime dans l'opposition entre la production *en général*, qui est production de valeurs d'usage, et la production *capitaliste*, qui est production de plus-value. Marx entend par là que la logique du capitalisme n'est pas la production de *valeurs d'usage*, qui sont des richesses concrètes, mais la production d'une richesse abstraite, la *plus-value*. Le capitaliste doit certes faire produire des valeurs d'usage pour produire des marchandises, et faire produire et vendre des marchandises s'il veut faire de la plus-value. Mais, en toute rigueur, son objectif est strictement l'obtention d'une plus-value, quelles qu'en soient les conséquences sur les humains et sur la nature. C'est là la thèse *écologique fondatrice* de Marx, par laquelle il pose les fondements de l'écologie politique. Si

Marx n'est pas « productiviste », comme le disent ceux qui n'ont rien compris, c'est parce qu'il déconstruit le concept même de « production ». Les capitalistes produisent n'importe quoi, au prix de n'importe quelle destruction, pourvu que cela leur rapporte de la plus-value. Telle est du moins leur logique propre, pour autant qu'ils sont laissés à eux-mêmes. C'est à partir de là que l'on peut comprendre ce qu'il en est du rapport moderne de classe.

Pour le reste, s'agissant du « capitalisme –, ce terme désignant aujourd'hui ce que Marx appelait « mode de production capitaliste » –, je n'en dirai pas davantage. Car cette théorie du *capitalisme* est ce que Marx a le plus lumineusement élaboré et que la tradition marxiste a le mieux reconnu. Et c'est elle qui se développe aujourd'hui dans l'étude marxiste du néolibéralisme, de la domination du capital financier, de son extractivisme destructeur, etc.

Je ne dirai rien de plus sur les capitalistes. Je me bornerai à *compléter* le tableau de la structure de classe.

Venons-en donc à l'autre pôle de la classe dominante, que je désigne comme celui des « compétents ».

Supposons que ce que je viens de rappeler concernant la logique des capitalistes est exact. Il s'en déduit qu'une classe *dominante* qui ne serait faite que de capitalistes, ne pourrait être une classe *dirigeante* – pour reprendre le couple gramscien classe dominante / classe dirigeante. Elle irait d'emblée au chaos. Mais elle comporte autre volet, un autre pôle: celui que des auteurs comme Foucault et Bourdieu nous ont appris à mieux reconnaître dans les dimensions d'une alternative à l'ordre marchand. Marx l'avait du reste bien établi, mais, on l'a vu, il en a fait un usage *historiciste*, selon une trajectoire qui irait du marché à l'organisation. Ces auteurs, qui sont aussi des héritiers de Marx, ont pour une part rectifié le tableau. Ils ont tenté d'identifier l'autre facteur de classe, en le désignant comme « savoir-pouvoir » ou comme « capital culturel ». Je parle pour ma part de « compétence », en désignant par là, dans l'esprit de Weber, ces modalités de *savoir* qui donnent *autorité*. *Autorité compétente* donc. La classe dominante, donc, rassemble, d'un côté, ceux qui ont des privilèges reconnus de *propriété* sur le marché et, de l'autre, ceux qui ont des privilèges reconnus de *compétence* dans l'organisation sociale. Ces privilèges de compétence sont ceux qui donnent accès aux positions de direction et d'expertise, donc aussi de pratique « experte » à tous les niveaux. C'est dans ces conditions que la classe *dominante* peut être classe *dirigeante*.

C'est là une vaste question, que je n'aborderai que sous l'angle du *tabou*: du tabou structurel d'exploitation. D'une part, les compétents sont bien des *exploiteurs*. Mais non pas dans une perspective de plus-value. Il s'agit d'une exploitation *de statut*. Ils sont, au sein de la société moderne, dans un *rapport de force* qui leur permet de s'assurer, comme naguère les nobles, d'un certain « style de vie » impliqué par l'exercice de l'autorité compétente qui est la leur, et

de se reproduire en position dominante. Bref, si l'on prend l'analyse de Marx au sérieux, il n'y a pas d'*inégalité* sociale, mais seulement des rapports d'*exploitation*. Reconnaissons que cela est fort douloureux pour les compétents. Le marxisme commun ne connaît que «l'*exploitation capitaliste*», celle qui s'accumule à l'infini dans les poches du fameux 1% qui, croit-on, dirige le monde. Voilà le *tabou structurel*, par quoi une domination, soutenue par le déni d'une exploitation, se trouve occultée.

Cela ne signifie pas que l'on met sur le même pied les compétents et les capitalistes. La charge des compétents est d'articuler des moyens adéquats à des fins qui se trouvent, dans le rapport de force sociale, définies comme utiles. Ce qui est utile aux capitalistes, c'est la plus-value. Mais les capitalistes ne sont pas seuls demandeurs au monde. Ils sont entre eux en rapport de concurrence sur le marché pour l'accumulation de plus-value. Les compétents sont entre eux en compétition dans l'organisation, pour l'accumulation de «la gloire», la reconnaissance de leurs compétences, qui est le principe de leur pouvoir. *Ils ne produisent pas pour le profit, ils produisent pour produire*. Pour produire des valeurs d'usage. Mais lesquelles? Et pour qui? Vaste sujet.

Je me limiterai au fait qu'ils n'exercent leur pouvoir de *direction* qu'en s'*expliquant*, et donc toujours en s'exposant. Et qu'en cela ils se distinguent des capitalistes. Ils sont donc dans une moindre distance par rapport au commun du peuple. Ils se situent plutôt dans un rapport de continuum. Par ailleurs, leur pouvoir s'exerce dans des institutions, pensons aux écoles, aux hôpitaux, etc., dont l'invention et la promotion ne sont pas le fait du capital, mais répondent à des exigences populaires qui se sont affirmées dans des luttes séculaires.

S'il est vrai que la classe dominante comporte ainsi un double pôle, celui des capitalistes et celui des compétents, il s'en déduira que la lutte moderne de classe ne se déroule pas simplement sous la forme d'un *duel* entre une classe dominante et une classe populaire, mais qu'elle a aussi un caractère *triangulaire*. Elle est à comprendre comme un «*duel triangulaire*», qui se joue entre deux *classes*, mais entre trois *forces* sociales. Voilà du reste ce que les marxistes ont régulièrement fort bien compris et pratiqué, surtout dans les grands moments révolutionnaires, mais sans pourtant le théoriser, sinon de manière euphémique. De *quoi en effet le marxisme est-il le nom*? Sinon d'une possible alliance entre les compétents et le peuple? Et si quelque chose, dans cette affaire, demeure tabou, c'est parce que cette alliance possible reste néanmoins toujours sous le coup d'une sourde violence, que les compétents voudraient ignorer. Et qu'il convient pourtant que le peuple mette au clair.

J'en viens donc maintenant au «commun du peuple».

C'est-à-dire à la classe que j'appelle «fondamentale», ou classe «populaire». Celle des sans-privileges. Qui n'ont pas de privilèges de propriété sur le marché, ni de privilège de compétence dans l'organisation. Cela ne veut pas dire qu'ils soient sans pouvoir. Ils ont au contraire

un grand pouvoir social et un grand savoir, qui se manifestent dans toutes les œuvres de civilisation propres à la société moderne. Ils ont en effet acquis, et de haute lutte, une certaine emprise sur le marché et sur l'organisation. C'est en ces termes, que selon moi, il faut étudier les luttes politiques, syndicales, et associatives. C'est-à-dire d'une part, en comprenant que les luttes de classe sont toujours des luttes portant sur ces deux *facteurs* de classe, qui se combinent dans le *rapport* moderne de classe. Et en comprenant aussi qu'il n'y a pas de « classe moyenne », mais une classe dominante à deux pôles, qui ne peut dominer que parce qu'elle est aussi *dirigeante*.

En face d'elle, la classe fondamentale, la «classe populaire» au singulier, doit faire son unité. Et cela en dépit de ses divisions, qui sont de deux sortes. D'une part, en diverses «fractions», selon qu'on se trouve défini davantage par des rapports de marché ou des rapports d'organisation. Et, d'autre part, en diverses «strates», qui tiennent à ce que certaines couches ont pu accumuler des *acquis* en matière d'emprise sur le marché et d'emprise sur l'organisation, alors que d'autres en sont plus dépourvues. D'où il résulte que la classe populaire tend, aujourd'hui, devant la montée en puissance du néolibéralisme, à se diviser en un peuple A, assez organisé pour maintenir ses acquis, et un peuple B, pulvérisé, dans lequel on trouve le plus grand nombre de femmes, d'étrangers ou supposés tels et de jeunes, qui s'en trouve dépouillés. C'est là, très abstraitement évoquée, la grammaire requise pour comprendre les luttes modernes de classe.

Conclusion.

Si la structure de classe s'analyse en ces termes, la classe populaire se trouve devant un double impératif stratégique. Travailler à faire *l'unité* entre peuple A et peuple B. Et, à partir de cette position de force, s'engager dans le duel *triangulaire*, où se pose la question de *l'alliance* aux compétents en vue de parvenir à l'hégémonie.

En d'autres termes, nous sommes maintenant en mesure d'énoncer *l'axiome stratégique du commun du peuple*. Maîtriser le marché par l'organisation; et maîtriser l'organisation par la démocratie. Ou encore, maîtriser les capitalistes par l'alliance aux compétents; et maîtriser les compétents par une emprise démocratique.

Deuxième partie. Le Système-monde et le tabou de la nation

Partons de l'État-nation.

Commençons par l'État. L'État, compris, dans la perspective de Marx, comme un rapport social, est le rapport politique entre les classes. «L'Appareil d'État», au sens ordinaire du terme, désigne l'ensemble des institutions dans lesquelles s'exerce un pouvoir d'État: parlement, tribunaux, armée, police, administration. L'Appareil d'État ne se confond donc pas avec l'État au sens de Marx. Il constitue *l'enjeu* de l'affrontement au sein du rapport d'État: un

affrontement qui va déterminer quelle en sera la teneur. L'apport de Gramsci et d'Althusser est d'avoir montré que cet Appareil d'État prend ses racines dans un ensemble d'«appareils d'État» – écrire au pluriel et en minuscules – qu'il faut comprendre, si l'on veut donner sa vraie portée à ce concept, comme l'ensemble des entités économiques et sociales, publiques ou privées, constitutives d'un espace national, en tant qu'elles sont le lieu de la confrontation politique. C'est dans cette bataille générale que va s'établir un «régime d'hégémonie».

L'institution parlementaire constitue un point de repère dans cette bataille générale. On s'attendrait – et c'est plus ou moins ce que le marxisme commun laisse attendre – que l'on trouve à droite les représentants de la classe dominante et à gauche ceux du peuple. En réalité, ce clivage se construit d'abord entre les deux pôles de classe dominante. Pour schématiser à l'extrême, à droite siège le parti-capitaliste et à gauche le parti-compétent. Bien sûr ils sont interpénètrent de multiples façons ; et bien d'autres facteurs interviennent dans cet éventail. Quant au commun du peuple, sa place est également à gauche, pour les raisons que j'ai dites. Si bien qu'il y'a structurellement deux gauches. Une gauche «compétente», élitare. Et une gauche populaire. Mais il y a bien aussi un affrontement entre une droite et une gauche. Tel est le contexte stratégique qui s'impose à une politique du commun du peuple.

Par «régime d'hégémonie», j'entends la relation entre les *trois forces sociales primaires*: deux forces distinctes en haut en haut, puisque la classe dominante comporte deux pôles, et une en bas, la classe fondamentale. Dans l'Ancien Régime, comme l'a montré Foucault, c'est le pôle des compétents qui avait la prévalence, jusqu'à ce que le pôle capitaliste finisse par l'emporter sur lui, dans la seconde moitié du XVIII^e siècle. Le Régime Bourgeois, qui est né de leur alliance, inégale, dominant le commun du peuple, s'est maintenu jusqu'aux années 30 du XX^e siècle, où commence, dans les grands pays du Centre notamment, un intermède significatif : le Régime d'État social, marqué par une alliance du peuple et des compétents. Ce régime s'est lui-même effondré au tournant des années 70-80, quand se sont affaissés, en même temps que les frontières, les espaces économiques nationaux dans lesquels s'était forgée cette alliance. Le Régime Néolibéral qui s'est établi à partir de là ne marque pas seulement un changement de *régime* d'hégémonie, avec le retour en force du pouvoir-capital, sous la forme du capital financier, qui s'est asservi le pouvoir compétent. Il marque aussi l'entrée dans une nouvelle *époque* des temps modernes, où l'on voit apparaître, au-delà du Système-monde, l'inquiétante figure d'un *État-monde*.

Mais commençons par de l'État-nation. Marx a parfaitement élaboré le concept de structure de classe, comme l'articulation d'une infrastructure dite économique et d'une *superstructure* dite politique, juridico-étatique. S'il en est ainsi, quand il parle de structure de classe, il parle toujours de structure *de classe et d'État*. C'est là une abstraction, un concept. Mais ce

concept renvoie à un objet concret, qui ne peut exister que sur un territoire défini. La structure moderne de classe existe ainsi dans l'État-*nation*. Elle ne s'y trouve pas enfermée. C'est l'autre aspect du problème, à considérer en second lieu. Car c'est dans l'État-*nation* que s'affirme la *superstructure* qu'implique une infrastructure capitaliste. L'État-*nation*, en tant qu'entité moderne, s'établit sur un *territoire* défini. C'est le point que Marx n'a pas parfaitement élucidé. Il a théorisé la question de *l'appropriation des moyens de production par une classe*. Mais il n'a pas théorisé au même point *l'appropriation d'un territoire par une communauté*, qui est pourtant l'autre dimension de la «forme moderne de société». Dans les sociétés antérieures, il s'agissait pour les États, à l'aide de leurs Appareils d'État, de contrôler des *populations*, autochtones ou périphériques. Dans les sociétés modernes, il s'agit de l'appropriation de *territoires*. La *modernité* apparaît quand le marché et l'organisation en viennent à prédominer comme forme productive en s'articulant sous l'égide d'un État *territorial*. Or un tel processus historique suppose qu'une *communauté nationale* en vienne à déclarer « ceci est à nous », c'est notre territoire. Et que cette communauté manifeste cette prétention en organisant l'occupation exclusive et la défense militaire de ce territoire. Quant à ce que l'on peut désigner comme la modernité *politique*, celle par laquelle le peuple s'empare de la politique, elle émerge à mesure que le commun du peuple s'implique dans cette prétention collective : dans cette prétention en elle-même *arbitraire*, selon laquelle on déclare « cette terre est à nous », c'est notre patrie, propriété éminente de la nation tout entière. À compter de ce moment, le commun du peuple commence aussi à faire entendre que l'objet de cette commune *propriété éminente* est d'assurer la vie, la prospérité et l'identité de tous les compatriotes. Il acquiert dès lors un certain pouvoir de contraindre en ce sens les dominants. Les habitants du territoire, devenus « compatriotes », commencent à *aimer* leur patrie. Nouvel affect. Nous aimons notre patrie, parce qu'elle est « à nous ». Elle est faite pour nous. Nous l'aimons d'un amour *violent*, parce qu'elle n'est à personne d'autre. Et nous en donnons la preuve en consacrant 5 à 10 % du budget national au projet d'interdire les intrus et d'exterminer les envahisseurs éventuels. Au commencement n'est donc pas, pour reprendre un concept de Freud, *le meurtre du père*, mais *le meurtre du frère*, soigneusement et constamment fomenté dans toutes nos têtes. Ou plutôt le meurtre du *non-frère*, puisqu'à côté de la *liberté* et de *l'égalité*, qui appartiennent aux citoyens en tant qu'ils relèvent de *l'État*, figure nécessairement la *fraternité*, qui est la marque de la *Nation*, le propre des compatriotes, à *l'exclusion* des autres, parce qu'ainsi le veut l'institution de l'État-*nation* sur le sol singulier, et sacré, de la patrie. Le meurtre du non-frère, inhérent à la fondation de la nation moderne, voilà *l'autre tabou* que le marxisme n'a pas élucidé. *Le tabou de l'extermination*. On ne doit pas en parler, sinon par euphémisme. La préméditation du meurtre de l'étranger n'apparaît que sous la forme de l'amour de la patrie.

Ces *États-nations* n'existent ainsi que comme des éléments du *Système-monde*. Ils forment en ce sens un « système », soit une configuration d'une autre nature que la « structure ». J'insiste donc sur la pertinence épistémologique de ce couple primaire, *structure* de classe et *Système-monde*. L'appellation de «Système-monde» s'est imposé dans le vocabulaire théorique de l'analyse de la société globale, notamment à partir du moment où des marxistes sud-américains ont souligné que l'exploitation et la domination n'étaient pas seulement le fait de rapports de classe, mais aussi le rapport entre Centres et Périphéries. Le «Système des nations» est un concept qui relève au contraire de l'analyse commune du politique. Il ne désigne qu'un *aspect* des rapports de domination qui traversent le *Système-monde*. Mais c'est un aspect essentiel, qu'il faut intégrer conceptuellement dans une théorie marxiste de la forme moderne de société. On n'oubliera pas que si la lutte des classes fait des milliers de morts, la lutte entre les nations en fait des millions. La question est, en chaque cas, de savoir quelle est la nature du rapport entre ces deux registres.

Mais je ne parlerai pas ici du *Système-monde*. C'est l'une des questions les mieux connues du public marxiste, à partir de la problématique de l'impérialisme. Elle s'est trouvée relancée, dans les dernières décennies, par les théoriciens de l'Histoire Globale. Ce dont je voudrais parler, c'est de *l'autre* volet de la mondialité, qui concerne une configuration essentielle, celle de *l'État-monde*.

L'affaiblissement de l'État social, dans les années 70-80, la crise du socialisme, la déroute de ce qui s'appelait «communisme», le triomphe de l'individualisme sur les solidarités qui s'étaient mises en place dans l'après-guerre, la primauté de l'instant présent sur les projets à long terme, le doute à l'égard de toute possibilité de vérité, et de toute communication dans le vrai, la déconstruction de vieux schèmes philosophiques humanistes, tout cet ensemble hétéroclite et bariolé, traité de diverses façons, a pu porter le nom de «postmodernité». Les «maîtres à penser» auxquels on collait cette étiquette l'ont notoirement récusé comme vaguement suspecte. Il semble bien en effet que l'on puisse considérer ce terme comme significatif de la montée du néolibéralisme. Mais il n'est pas si facile de faire table rase du passé. Si l'on considère – et c'est là mon hypothèse – que la modernité est cette phase de l'humanité dans laquelle le marché et l'organisation (et les rapports de classe auxquels ils donnent lieu) s'articulent sous l'égide d'un État territorial, cadre des institutions où s'affrontent les cultures politiques modernes, ce processus ne s'est pas éteint. Il a seulement commencé à changer d'échelle, en se transposant sur le territoire *ultime*, qui est celui de la planète. Cela signifie que nous sommes entrés non pas dans une *postmodernité* mais dans une « *ultimodernité* ». Le néolibéralisme est donc le *régime d'hégémonie* qui s'est imposé, pour un temps, *sur le seuil* de cette *Ultimodernité*.

Bref, ce que nous voyons émerger aujourd'hui, c'est un État-monde-de-classe. Les ana-

lyses nécessaires pour s'assurer que cet État monde existe réellement portent évidemment sur deux points cruciaux. D'une part, l'existence de *classes sociales mondiales*. D'autre part, l'existence d'*appareils d'État mondiaux*, appareils d'État de l'État-monde de classe. Si l'on se représente, à la suite de Gramsci et d'Althusser que ces appareils d'État sont aussi bien des institutions privées que des institutions publiques, on ne s'étonnera pas que l'on puisse parler d'État-monde, lorsque l'Appareil d'État-monde par excellence, que représente l'ONU, est si faible. L'État-monde, en réalité, a d'autres facettes, telles que l'OMC, à laquelle toutes les grandes puissances ont adhéré, et dont il leur est difficile de se retirer. Et il existe à travers tout un ensemble d'institutions privées telles que des tribunaux d'arbitrage ou les bourses mondiales, etc.

Ces deux configurations, celle du Système-monde et celle de l'État-monde, s'entrelacent de multiples façons. C'est ainsi que l'ONU, figure de l'État-monde, ne peut intervenir pour y faire la police entre les États, doit faire appel aux forces armées de grandes puissances, lesquelles en tirent évidemment des bénéfices systémiques. Il travaille également à formater les institutions de l'État-monde dans le sens de leurs intérêts privés.

Mais ce n'est pas sur l'État-monde que je voudrais conclure, mais sur la *Nation-monde*, qui est son corrélat à l'ère de l'Ultimodernité. Tout comme la *nation* est le corrélat de *l'État* dans *l'État-nation*. Au terme de cette construction théorique, le concept de Nation-monde, en tant qu'elle constitue notre « patrie ultime », apparaît comme un concept rigoureusement nécessaire, mais qui reste à élucider. Et je n'irai pas au-delà de quelques propositions stratégiques qui me semblent découler des analyses que je vous ai proposées.

Troisième partie. La nation-monde et le commun du peuple

I.

On avancera, en premier lieu, qu'il y a *identité de la lutte sociale et de la lutte écologique*. Si mon analyse est pertinente, la dérive écologique doit être rapportée aux logiques de la classe dominante. Il en découle une ligne politique pour le commun du peuple. D'une part, face à la logique du pouvoir-capital qui est de *produire pour le profit*, quelles qu'en soient les conséquences. D'autre part, à la logique du pouvoir-compétent, qui est de *produire pour produire*. D'une part donc, faire face à l'invention permanente de *nouveaux besoins artificiels et destructeurs* par les capitalistes. De l'autre, faire face à l'embrigadement vers de *nouveaux records* qui manifestent la gloire et assurent le pouvoir des compétents.

II.

On se heurte pourtant d'emblée à ce qui semble être *l'impuissance politique du commun du peuple*. Le commun du peuple est manifestement pris dans une mondialité économique. Mais

il ne semble jouir d'aucune mondialité politique. La production mondialisée est à chaque instant, pour chaque objet (pensons au Smartphone), l'effet de l'interaction d'une multitude de travaux de recherche, d'extraction, de fabrication, de transport qui se déroulent simultanément dans toutes les parties du monde. Elle engage un producteur mondialisé. Or il n'existe aucun parlement mondial, aucun parti *mondial*, aucun syndicat mondial. Mais seulement des institutions politiques *nationales*. Tel est donc *paradoxe* : au mieux, les producteurs-consommateurs *globaux* se trouvent réduits à la condition *provinciale* de citoyens purement *nationaux*. Au mieux...

III.

À ce point, cependant, il faut rappeler ce que j'ai désigné comme *l'axiome stratégique du commun du peuple*, son principe d'alliance-lutte de classe. Si les capitalistes ne sont pas contrôlés, maîtrisés, par un pouvoir compétent, ils nous dirigent vers le chaos. Et si les compétents ne sont pas maîtrisés par un pouvoir populaire, ils ne conduisent vers des records de records.

IV

Dans cette considération, pourtant, il pourrait sembler que l'heure soit venue d'un pouvoir universel des compétents. En effet, manifestement, *l'urgence* absolue est celle d'une *planification écologique*. On pourrait dès lors encore avancer que la tâche d'affronter à l'échelle monde la dérive écologique appartient plutôt aux compétents qu'au commun du peuple.

- 1) On est ainsi conduit à s'interroger sur ce qu'il en est du *parti écologique*. L'expression « parti écologique » est à prendre au sens général où l'on a précédemment parlé de « parti capitaliste », de « parti compétent » et de « parti populaire ». C'est là une tripartition structurelle du champ politique moderne. Qu'en est-il donc des partis écologiques ? Ils ont assez manifestement leur assise sociale dans le monde des compétents. Mais le propre de ce parti est que sa situation structurelle ne peut s'analyser qu'à l'échelle de l'État-monde et de la Nation-monde. Les écologistes appartiennent à une culture technique mondiale. Ils ont le loisir de penser à la fin des temps. On peut penser que c'est parmi eux que seront élaborées des solutions pratiques. Le capital tend à les *asservir*, mais il ne peut pas les *absorber*, car leur logique est d'une autre nature. Avec les technologies du capitalisme, ils peuvent faire aussi tout autre chose. S'organiser entre eux et s'imaginer prendre la tête d'une remise en ordre planétaire.
- 2) Il n'y a cependant aucune raison de penser que le cours de l'histoire conduise, comme spontanément, vers un nouveau régime d'hégémonie, marqué par une union entre le peuple et les compétents dans laquelle les compétents auraient la prévalence. On peut penser que la dérive écologique commence aujourd'hui à atteindre un degré de gravité si évident que les choses les plus compliquées pourraient devenir, comme c'est le cas

en temps de guerre, extrêmement simples, s'agissant du question de vie ou de mort. On peut dès lors se représenter que, dans ces conditions, le peuple disposera des compétences essentielles, et des capacités d'intervention les plus puissantes.

V

Par ailleurs, nous devons considérer la façon dont se construit l'État-monde néolibéral. Il se constitue *au sein de chaque État-nation*, à mesure que les capitalistes parviennent à se donner des constitutions néolibérales. Ce qui fait qu'en définitive nous sommes tous englobés dans la même constitution d'un État-monde néolibéral dont la règle est la loi du marché. En ce sens les thuriféraires néolibéraux des États-nations sont les vrais *citoyens de l'État-monde néolibéral*. Mais, si cela est vrai, l'inverse l'est aussi. C'est au sein de chaque nation par la lutte antilibérale que cette dérive peut se trouver enrayée. Les citoyens du monde ne sont pas les bouffeurs de kérosène qui participent aux grandes conférences internationales, ni même leurs opposants des forums altermondialistes. Ils sont, en chaque lieu, occupés à faire reculer la logique néolibérale.

VI

Dans ces conditions, se pose nécessairement et immédiatement le problème d'une organisation politique du commun du peuple. Une organisation tournée vers l'alliance, et qui attirera certainement une part des compétents, ceux qui trouveront plus intéressant d'être avec le peuple (et bien sûr, si possible, à la tête du peuple plutôt qu'aux bottes des capitalistes. Cette situation ambiguë est classique depuis le début de ce que l'on a appelé le « mouvement ouvrier ». Mais on en connaît les déboires. Ils commencent par la prise du pouvoir de classe par les compétents. Et ils continuent, du fait de leur impuissance structurelle, par le retour en force du pouvoir capital. Si le commun du peuple veut prendre la barre du navire, il doit être capable d'une organisation qui échappe tant aux sortilèges bureaucratiques de la forme-parti qu'aux sortilèges charismatiques de la forme-mouvement, qui sont, les uns et les autres, de nature à mettre en avant le pouvoir compétent. Il n'est d'autre façon d'y échapper que de s'engager sous une forme politique *associative* à partir de *collectifs* ancrés à la base et qui s'arrogent un pouvoir qu'ils feront remonter au sommet. Et cela d'abord dans les espaces locaux et nationaux, parce que c'est à partir de là que les espaces mondiaux pourront être atteints.

VII

Mais l'espace national n'est pas non plus la mesure de l'homme. Il s'agit ici, à l'échelle monde, de lutter contre « produire pour le profit » et contre « produire pour produire ». Produire pour une vie bonne et raisonnable. Cette ambition relève d'une autre culture et d'un autre affect

que l'affect que l'amour de la nation. Le territoire national est un bien commun. La planète est à nous sans doute, à nous tous, c'est notre ultime patrie. Mais elle n'est pas *nôtre*. Elle est en partage entre les vivants. Et ce partage est notre vie même, nous autres de l'espèce humaine. La résistance aux puissances destructrices de la domination ne peut donc se fonder que sur *l'amour de la nation-monde*. Une nation qui n'a pas d'ennemis, mais seulement des partenaires. L'urgence centrale de la planification est une urgence à trouver son bonheur dans la lenteur, l'économie des moyens, l'amour du *végétal*, qui fait le lien, qui assure le métabolisme, pour reprendre l'expression de Marx, entre *l'animal* que nous sommes et le *minéral* dont nous sommes issus et auquel nous retournons.

SOBRE O AUTOR:

Jacques Bidet

Filósofo. Professor emérito da Universidade de Paris X. Diretor honorário da revista *Actuel Marx*. Dentre suas últimas publicações, destacam-se: *Foucault avec Marx* (2014), *Le néolibéralisme: un autre grand récit* (2016), *Eux et Nous: une alternative au populisme de gauche?* (2018).

DESC
DIREITO, ECONOMIA &
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

DEMOCRAZIA COSTITUZIONALE. DESTINO DI UN MODELLO TEORICO E DELLE SUE TRADUZIONI POSITIVE

CONSTITUTIONAL DEMOCRACY. DESTINY OF A THEORETICAL
MODEL AND ITS POSITIVE

DESC
DIREITO, ECONOMIA &
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

DEMOCRAZIA COSTITUZIONALE. DESTINO DI UN MODELLO TEORICO E DELLE SUE TRADUZIONI POSITIVE

CONSTITUTIONAL DEMOCRACY. DESTINY OF A THEORETICAL MODEL AND ITS POSITIVE TRANSLATIONS

Fabrizio Cattaneo

Doutor pela Universidade de Turim

cattaneof74@yahoo.it

<https://orcid.org/0000-0001-9158-3122>

Riassunto: Il saggio si focalizzerà sull'analisi del rapporto tra costituzione e democrazia, innanzitutto sotto un profilo teorico ricostruendo il modello della democrazia costituzionale secondo alcune delle più autorevoli linee di pensiero del costituzionalismo contemporaneo. La natura della democrazia costituzionale è infatti, come si cercherà di argomentare, innanzitutto concettuale, e designa un modello teorico che in parte fornisce elementi per una conoscenza analitica, in parte dà indicazioni normative alle costituzioni democratiche positive dei regimi politici contemporanei e agli embrioni di costituzioni democratiche delle istituzioni politiche sovranazionali come l'Unione Europea e l'Organizzazione delle Nazioni Unite. Il saggio si articolerà in due parti. La prima sarà dedicata alla ricostruzione del modello teorico della democrazia costituzionale, come si è detto seguendo alcune delle più autorevoli linee di pensiero del costituzionalismo contemporaneo: nello specifico ripercorrendo e ricostruendo sommariamente le teorie di Norberto Bobbio e Luigi Ferrajoli. La seconda parte sarà dedicata all'osservazione storico-empirica della 'divaricazione deontica' (Ferrajoli) tra il modello teorico e la realtà, cioè la distanza che si può osservare tra modello teorico e le costituzioni formali e 'materiali' dei regimi politici fondati su tale modello. Senza ovviamente pretendere minimamente un'analisi esaustiva, si tenterà di rintracciare una linea evolutiva (o involutiva?) nell'arco temporale che va dalla nascita delle democrazie costituzionali con costituzione rigida e forma di governo democratica, (sostanzialmente dunque dalla fine della seconda guerra mondiale) ai nostri giorni.

Parole-chiavi: Democrazia, costituzione, modello teorico, vera democrazia

Abstract: The essay will focus on the analysis of the relationship between constitution and democracy, first of all from a theoretical point of view, reconstructing the model of constitutional democracy according to some of the most authoritative lines of thought of contemporary constitutionalism. The nature of constitutional democracy is, in fact, as we will try to argue, above all conceptual, and designates a theoretical model that in part provides elements for an analytical knowledge, in part gives normative indications to the positive democratic constitutions of contemporary political regimes and to the embryos of constitutions democratic institutions of supranational political institutions such as the European Union and the United Nations. The essay will be divided into two parts. The first will be devoted to the reconstruction of the theoretical model of constitutional democracy, as has been said following some of the most authoritative lines of thought of contemporary constitutionalism: specifically, retracing and summarizing the theories of Norberto Bobbio and Luigi Ferrajoli. The second part will be devoted to the historical-empirical observation of the ‘deontic divarication’ (Ferrajoli) between the theoretical model and reality, ie the distance that can be observed between the theoretical model and the formal and ‘material’ constitutions of political regimes founded on this model. Without obviously asking for an exhaustive analysis at all, we will try to trace an evolutionary line (or involution?) In the time span that goes from the birth of constitutional democracies with rigid constitution and democratic form of government (substantially therefore from the end of the Second World War) in our days.

Keywords: Democracy, constitution, theoretical model, true democracy.

Introduzione

Il futuro delle costituzioni, e più nello specifico dei regimi democratici fondati sulle costituzioni, sembra sempre più fosco e aleatorio. Per sviluppare alcune considerazioni su questo tema è necessario premettere un’analisi, innanzitutto sotto un profilo teorico, del rapporto tra la forma di governo democratica – almeno apparentemente considerata da una vasta porzione del mondo come la più desiderabile – e lo stato costituzionale di diritto.

Affrontare il tema del rapporto tra democrazia e costituzione dal punto di vista teorico significa in primo luogo ricostruire il modello della democrazia costituzionale. “Democrazia costituzionale” è una formula che designa empiricamente la maggior parte delle forme di organizzazione politica dei regimi politici contemporanei (almeno occidentali), ma come sottolinea Michelangelo Bovero la natura dell’oggetto designato da questa formula, “non è anzitutto empirica, bensì concettuale: la “democrazia costituzionale” è un modello teorico, un costrutto della ragione”¹.

¹ Cfr M. Bovero, *Decisioni collettive e diritti individuali. Nuove riflessioni su democrazia e costituzione*, introduzione a P. Salazar, *La democrazia costituzionale. Una radiografia teorica*, FCE, Mexico 2005.

La corrente di pensiero moderna e contemporanea che ha di mira la costruzione di tale modello teorico è il costituzionalismo.

Nella prima parte del presente saggio si tenterà una ricostruzione del modello della democrazia costituzionale innanzitutto cercando di fornire una ri-definizione esplicativa il più universalmente condivisibile dei due elementi di cui si compone il modello, costituzione e democrazia; in secondo luogo attraverso l'analisi delle teorie politiche di due autori i cui lavori hanno contribuito in maniera determinante a forgiare teoreticamente il modello della democrazia costituzionale: Norberto Bobbio e Luigi Ferrajoli.

La seconda parte del saggio sarà invece dedicata all'osservazione storico-empirica della “divaricazione deontica” (Ferrajoli) tra il modello teorico e la realtà, cioè la distanza che si può osservare tra il modello teorico e le costituzioni formali e “materiali” dei regimi politici fondati su tale modello. Senza ovviamente pretendere minimamente un'analisi esaustiva, si tenterà di rintracciare una linea evolutiva (o involutiva?) nell'arco temporale che va dalla nascita delle democrazie costituzionali con costituzione rigida e forma di governo democratica, e dunque sostanzialmente dalla fine della seconda guerra mondiale, fino ad oggi.

1. Il modello teorico della democrazia costituzionale

Prima di affrontare l'analisi delle teorie politiche degli autori menzionati in funzione della ricostruzione del modello della democrazia costituzionale è opportuno, come anticipato precedentemente, fornire una ri-definizione esplicativa il più universalmente condivisibile dei due elementi del modello che costituisca la base da cui partire. Iniziamo con ‘costituzione’. Questo termine designa un concetto che ha avuto diverse stratificazioni di significato nella storia del pensiero politico. È possibile individuare tre significati di costituzione: il primo significato dà un'indicazione di *genere*, il secondo e il terzo significato danno un'indicazione di *specie*, aggiungendo al primo significato alcuni elementi specifici. Per il primo significato, valido sin dalle origini della cultura politica occidentale, possiamo risalire alla definizione di Aristotele, il quale nella *Politica* (libro terzo) scrive: “la costituzione [*politèia*] è la struttura che dà origine alla città stabilendo il funzionamento di tutte le cariche e soprattutto dell'autorità sovrana”. Attualizzando, ma non modificando il significato, potremmo dire che la costituzione è quella norma fondamentale (scritta o non scritta) che regola i rapporti di potere nell'ambito dello stato. Tuttavia questo significato generale non è quello che definisce propriamente l'elemento “costituzione” del modello della democrazia costituzionale. Per arrivare alla specificazione del significato di “costituzione” in tale modello è necessario considerare gli slittamenti semantici che il termine ha subito con l'avvento del *costituzionalismo* (cioè di quella corrente di pensiero che, seppur varia al suo interno, vede l'elemento costituzione come elemento specifico da ridefinire in termini di modello analitico e assiologico).

Al di qua delle sue articolazioni interne infatti, questa dottrina ha come elemento caratterizzante la teoria della *limitazione* del potere politico. La costituzione in questa accezione non è solo intesa a regolare il potere politico, ma anche a limitarlo, in modo da evitare che esso diventi assoluto (nel senso precipuo di *legibus solutus*). A questo fine sono stati escogitati vari espedienti, che possono essere riassunti nelle diverse tecniche di suddivisione del potere stesso. In questa prospettiva, si può ridefinire “costituzione” la legge suprema dello stato che regola i rapporti di potere al suo interno attraverso una divisione del potere politico atta alla *limitazione* del potere politico stesso. Si comincia a parlare di “stato costituzionale” con riferimento a questa accezione del termine “costituzione”. Ma non basta. Lo sviluppo della dottrina del costituzionalismo ha portato ad una terza e ultima mutazione di significato congruente con il modello della democrazia costituzionale. Sulla base del fenomeno tardo-moderno delle *costituzioni scritte*, si osserva che esse nascono con le dichiarazioni dei diritti fondamentali di libertà che finiscono poi per ricomprendere in sé. In tali dichiarazioni, “fondamentali” sono appunto designati quei diritti (quella classe o specie di diritti) per la tutela dei quali si richiedono le cosiddette garanzie costituzionali. Perciò da una parte le costituzioni attribuiscono diritti fondamentali, dall’altra regolano i rapporti di potere all’interno dello stato. Ma i due aspetti non possono non essere considerati connessi. La presenza delle dichiarazioni dei diritti nelle “prime parti” delle costituzioni implica teoricamente che gli espedienti tecnici che sono stati studiati e attuati per la regolazione dei rapporti di potere – ovvero le varie tecniche di separazione e/o divisione dei poteri, che originariamente avevano il fine generico di stabilire limiti al potere politico medesimo e far sì che non diventasse assoluto – devono considerarsi finalizzati alla tutela dei diritti fondamentali contro gli eventuali abusi del potere politico². Si giunge così ad una terza definizione di costituzione, coincidente con il significato che ha l’elemento “costituzione” nel modello della democrazia costituzionale: le costituzioni sono documenti scritti – o, più in generale, norme scritte o non scritte identificate come fonti supreme del diritto – in cui è formulata la legge che regola i rapporti di potere all’interno dello stato attraverso una divisione del potere politico atta a limitare il potere stesso *in funzione* della tutela dei diritti fondamentali, conferiti dalla costituzione; e “stati costituzionali” (in una seconda accezione) sono gli stati regolati sulla base di questo tipo di documenti normativi. Questo significato di costituzione ha il suo fondamento teorico nella dottrina giusnaturalistica. I diritti fondamentali che la costituzione conferisce – come emergerà più chiaramente nel paragrafo successivo esaminando il pensiero di Norberto Bobbio su questo tema – costituiscono il fondamento della convivenza politica e sono la fonte di legittimazione del potere politico, il quale, per essere considerato legittimo, deve riconoscerli e proteggerli adeguatamente. Così intesi, dunque, i diritti fondamentali costituiscono quelle che potremmo chiamare le clausole del contratto sociale, cioè di quell’ipotetico contratto

2 Cfr. M. Bovero, *Costituzione e democrazia*, «Teoria politica», X, n. 3, 1994, pp. 5-10.

che secondo la dottrina del giusnaturalismo moderno costituisce e legittima la convivenza civile/politica. Le costituzioni perciò diventano, come argomenta Ferrajoli, “patti sociali in forma scritta, le cui clausole sono i principi e i diritti fondamentali che da “naturali” divengono, grazie alla loro stipulazione, “positivi” e “costituzionali”³.

La caratteristica fondamentale del costituzionalismo è dunque la pretesa normativa della limitazione del potere politico, e lo sviluppo di tale modello è passato attraverso tre fasi di evoluzione del principio del *governo delle leggi*, dove la fase successiva ingloba e sviluppa quella precedente, fino ad arrivare a quella definitiva che abbiamo richiamato precedentemente con la definizione di Ferrajoli. La prima fase è quella del *governo per leges*, e cioè la pretesa normativa, tradotta giuridicamente nei contenuti normativi delle costituzioni, dell’esercizio del potere politico *attraverso* la legge, cioè attraverso norme generali ed astratte. In questo modo il potere politico è limitato in quanto non può arbitrariamente decidere caso per caso. La seconda fase è quella del *governo sub lege*, e cioè la pretesa normativa, tradotta giuridicamente nei contenuti normativi delle costituzioni, della sottomissione del detentore del potere politico alla legge stessa. La terza e conclusiva fase è quella del *governo sub iuribus*, e cioè la pretesa normativa, tradotta giuridicamente nei contenuti normativi delle costituzioni, del dovere di rispettare e rendere effettivi i diritti fondamentali. Tale rapporto tra diritti fondamentali, limitazione del potere politico (attraverso la separazione dei poteri) e la costituzione è già presente nella *dichiarazione dei diritti dell’uomo e del cittadino* del 1789, e precisamente all’articolo 16 che così recita: “ogni società nella quale non sia assicurata la garanzia dei diritti e determinata la separazione dei poteri non ha costituzione”⁴.

Passiamo ora al secondo elemento che costituisce il modello della democrazia costituzionale: la forma di governo democratica. Pur essendo controversa la definizione del concetto di democrazia nel dibattito contemporaneo, ritengo che possa essere isolata una definizione prescrittiva generalmente riconosciuta come valida: “la democrazia è quella forma di organizzazione politica in cui i destinatari delle decisioni collettive hanno egual diritto-potere di partecipare con egual peso alla formazione delle decisioni collettive stesse”. I maggiori autori che si sono occupati della ridefinizione del concetto di democrazia, da Kelsen a Bobbio, partono da questa idea, che si può indicare con il termine greco di *isonomia*⁵. La forma di governo sarà perciò designabile come democrazia là dove le decisioni collettive vengono prese, direttamente o indirettamente, attraverso specifiche procedure, dai destinatari delle decisioni medesime.

3 L. Ferrajoli, *Democrazia e costituzione*, «Ragion pratica», II, n. 3, 1994, p. 234.

4 Sulla storia concettuale della costituzione e del costituzionalismo, cfr. tra gli altri E. Vitale, *Costituzionalismo*, in A. Dorsi (a cura di), *Gli ismi della politica*, Viella, Roma 2010, pp. 117-125.

5 La traduzione corrente di “isonomia” come “eguaglianza di fronte alla legge” è quanto meno riduttiva, se non fuorviante. Isonomia significa letteralmente eguaglianza (*iso*) di legge (*-nomia*), e indica l’egual potere di partecipare al processo di formazione della legge. Cfr. M. Bovero, *Contro il governo dei peggiori*, Laterza, Roma-Bari 2000, pp. 7-9.

Facendo riferimento alle definizioni esplicative di costituzione e democrazia appena proposte, si può dare una definizione generale del modello della democrazia costituzionale usando una formula di Pedro Salazar: la democrazia costituzionale è quella forma di governo in cui il potere politico è insieme *distribuito* e *limitato*⁶. *Distribuito*, in egual misura, a tutti i destinatari delle decisioni del potere medesimo, e *limitato* dal rispetto dei diritti fondamentali costituzionalmente garantiti.

1.1 Bobbio e la democrazia costituzionale: la rivoluzione copernicana della modernità

Per la ricostruzione del modello della democrazia costituzionale nel pensiero di Norberto Bobbio è opportuno partire dalla sua teoria della nascita della modernità giuridica e politica. Bobbio sostiene che la modernità, nell'universo morale e politico-giuridico, è nata con quella che egli chiama, mutuando una celebre espressione kantiana, *rivoluzione copernicana*. Con questa espressione Bobbio intende indicare il cambiamento di prospettiva con cui si guarda al rapporto tra i diritti e i doveri. L'età moderna nasce per Bobbio quando i diritti vengono ad assumere – prima a livello ideale nelle teorie politiche dei giusnaturalisti, poi a livello pratico-politico nelle prime dichiarazioni dei diritti dell'uomo – una priorità logica e assiologica sui doveri, ribaltando la concezione opposta che si era protratta immutata nella storia della cultura e della pratica politica sin dall'antichità classica. Tale rivoluzione capovolge anche il rapporto tra individuo e collettivo, in quanto l'individuo assume una priorità logica e assiologica sul collettivo, con la conseguente nascita della concezione individualistica della società e dello stato.

Bobbio sostiene, basandosi sull'interpretazione teorica del giusnaturalismo moderno, che i *diritti fondamentali* sono le condizioni alle quali l'individuo si vincola al collettivo, ovvero assume l'obbligo di obbedire alle decisioni collettive: sono le clausole del contratto sociale. Ma se i diritti fondamentali assumono il ruolo di clausole del contratto sociale, cioè di condizioni alle quali ci si sottopone all'obbligo politico, è chiaro che il rispetto e la protezione di essi è il limite invalicabile del potere politico medesimo.

I limiti del potere politico derivanti dal rispetto dei diritti fondamentali, come sostiene ad esempio Ferrajoli, sono limiti sostanziali, perché dicono *che cosa* non si deve decidere (perché i diritti stessi non siano violati), ed anche *che cosa* si deve decidere (per renderli effettivi). A questi limiti sostanziali si affiancano i limiti formali, che costituiscono l'elemento “democrazia” del modello della democrazia costituzionale nella teoria bobbiana. Questi limiti sono esclusivamente formali in quanto stabiliscono il *chi* e il *come* delle decisioni collettive, ma nulla dicono sul *che cosa*.

Questi “limiti” si traducono in norme fondamentali di *competenza* e di *procedura* – concernenti il *chi* e il *come* delle decisioni politiche – dei regimi politici democratici.

6 Cfr. P. Salazar, *La democrazia costituzionale: una proposta (globalmente) praticabile?*, «Teoria politica», XIX, n. 2-3, 2003, pp. 109-122.

Secondo l'uso che ne fa Bovero tali regole possono anche essere intese come *condizioni* della democrazia. Egli infatti chiama "condizioni" della democrazia "quei connotati, quegli ingredienti della forma di governo democratica che derivano da una interpretazione corretta della sua natura, del suo fondamento, del suo funzionamento e della sua funzione, e che si debbono tradurre in forma di regole"⁷. Le *condizioni* della democrazia sono dunque le regole di competenza e di procedura. Ma, per Bobbio come per Bovero, così come per Ferrajoli come vedremo più oltre, esse non bastano per rendere effettiva la democrazia. Sono necessarie quelle che Bovero chiama le *precondizioni* della democrazia, e cioè "quegli ingredienti della ricetta complessiva della convivenza politica che non hanno direttamente a che vedere con la democrazia, con la *forma di governo* (nel senso classico) democratica, ma che costituiscono qualche cosa come i suoi "fattori climatici"⁸ senza i quali la democrazia non può sussistere. Ed essi sono in primo luogo i *diritti di libertà*, in secondo luogo alcuni *diritti sociali*. Scrive Bovero "Senza i diritti alla libertà di espressione, alla libertà di associazione, alla libertà di riunione [...], senza, ovviamente, il diritto alla libertà personale (*habeas corpus*), cioè il diritto a non essere arrestati arbitrariamente, qualsiasi gioco che millanti di essere democratico non lo è. Anche se a ciascuno dei cittadini è attribuita formalmente una egual quota di diritti di partecipazione politica, dove non ci sono i diritti di libertà fondamentali (libertà personale, di espressione, di associazione, di riunione) il gioco è truccato, la democrazia è puramente apparente, è un gioco politico travestito da democrazia. Ma la stessa cosa vale per almeno alcuni diritti sociali. Senza diritto all'equa istruzione, che vuol dire istruzione pubblica gratuita, ci saranno individui egualmente titolari di diritti politici con *diseguali* capacità di esercitarli, e alcuni con capacità nulla di esercitarli: individui plasmabili, malleabili, manipolabili. Perciò il diritto all'istruzione (così come, a mio avviso, il diritto alla sussistenza) è una precondizione della democrazia"⁹.

L'analisi dei due elementi che compongono il modello della democrazia costituzionale nel pensiero di Norberto Bobbio ci permette in conclusione di dare una definizione esplicativa del modello stesso nella sua prospettiva teorica: "democrazia costituzionale" è un modello di costituzione in cui i diritti fondamentali posti alla base della convivenza politica comprendono diritti che possono essere considerati *condizioni* della democrazia, e diritti che possono essere considerati *precondizioni* della democrazia. Tra i primi emergono in primo piano i *diritti politici*, cioè l'egual diritto di ciascuno ad avere egual peso nell'avviare e orientare la formazione del processo decisionale politico; tra i secondi, come abbiamo visto, i diritti di libertà e alcuni diritti sociali. I diritti che stanno a fondamento della convivenza, insomma, nel modello della

7 M. Bovero, *Il concetto di democrazia. Per una ridefinizione radicale*, «Il ponte», LIX, n. 2 2003, p. 79.

8 Ivi., p. 80.

9 Ivi., pp. 80-81.

democrazia costituzionale, non sono affatto indeterminati. Al contrario, per essere “democratica”, la costituzione deve logicamente contenere i diritti fondamentali di libertà, politici e sociali che costituiscono i suoi presupposti necessari¹⁰. Il modello della democrazia costituzionale, dunque, guardato dal punto di vista della democrazia, vede i diritti fondamentali come *condizioni* e *precondizioni* di essa; guardato dal punto di vista della costituzione, vede i diritti fondamentali come clausole della convivenza, stipulate in un (ipotetico) patto sociale, che stabiliscono vincoli di forma (la forma democratica) e di sostanza (la garanzia e la realizzazione dei diritti di libertà, politici e sociali) all’esercizio del potere politico.

1.2 La democrazia costituzionale di Luigi Ferrajoli. Democrazia sostanziale, garantismo e diritti fondamentali

La teoria bobbiana del costituzionalismo è stata ripresa e sviluppata da Luigi Ferrajoli. Nel ricostruire il suo modello di democrazia costituzionale cominciamo con l’analizzare l’elemento “costituzione”. Anche Ferrajoli sottolinea la natura pattizia della nozione di costituzione. Come per Bobbio, anche per Ferrajoli tale natura pattizia è una diretta eredità del contrattualismo (giusnaturalismo) moderno. Egli, come abbiamo anticipato, si spinge ad affermare che “Le carte costituzionali e le dichiarazioni dei diritti altro non sono che patti sociali in forma scritta, le cui clausole sono i principi e i diritti fondamentali che da “naturali” divengono, grazie alla loro stipulazione, “positivi” e “costituzionali”¹¹. Le costituzioni sono perciò, secondo la prospettiva di Ferrajoli, la realizzazione storica dell’idea del contratto sociale propria del giusnaturalismo moderno, ed hanno una fortissima implicazione normativa, perché se i diritti fondamentali positivizzati nelle costituzioni assumono il ruolo di condizioni alle quali l’individuo accetta di sottoporsi alle decisioni collettive (al diritto dello stato), essi devono dallo stato essere resi effettivi. In caso contrario a livello teorico (ma sotto certi aspetti anche pratico), il patto si scioglierebbe.

Ferrajoli parte dalla nozione di *garantismo*. Il garantismo è per Ferrajoli – almeno in una delle accezioni che egli propone come definizione, e che è ai nostri fini la più rilevante – l’“insieme di vincoli e di regole razionali imposte a qualunque potere a tutela dei diritti di tutti”¹². Da questa definizione emerge che “garantismo”, nel lessico di Ferrajoli, è una variante o una specificazione di “costituzionalismo”, o meglio una sua interpretazione e riproposizione teorica. Il costituzionalismo stesso è infatti per Ferrajoli una teoria (e una pratica) che mira alla

10 Come sottolinea Mauro Barberis le relazioni tra *diritti* e *democrazia*, prima ancora che storiche e assiologiche, sono «anzitutto [...] relazioni logiche tra concetti». Tali relazioni si caratterizzano in due specie: l’*implicazione* e la *presupposizione*. La democrazia infatti «*implica* [...] i diritti politici», diritti che vengono tradotti da Bobbio, come abbiamo visto, nelle *regole di competenza e di procedura* e che costituiscono le *condizioni* della democrazia; e «*presuppone* i diritti civili o liberali, le libertà di pensiero, di stampa, di riunione, di associazione, [ed anche] alcuni diritti sociali», che costituiscono le *precondizioni* della democrazia (*Diritti e democrazia. Un’interpretazione pluralista di Bobbio*, «Teoria politica», XX, n. 3 2004, pp. 115-116).

11 L. Ferrajoli, *Democrazia e costituzione*, cit., p. 234.

12 L. Ferrajoli, *Garantismo e poteri selvaggi*, «Teoria politica» XIV, n. 3, 1998, p. 15.

limitazione di *qualunque* potere attraverso regole finalizzate a tutelare i *diritti di tutti*. I diritti di tutti sono i *diritti fondamentali*, che Ferrajoli definisce come “i diritti di cui tutti sono titolari in quanto persone naturali, o in quanto cittadini oppure, ove si tratti di diritti potestativi, in quanto capaci d’agire o in quanto cittadini capaci d’agire”¹³, oppure ancora, in una definizione precedente nella sostanza coincidente come “tutti quei diritti soggettivi che spettano universalmente a “tutti” gli esseri umani in quanto dotati dello *status* di persone, o di cittadini, o di capaci d’agire”¹⁴. Nella teoria di Ferrajoli essi si contrappongono ai *diritti patrimoniali*, cioè a quella specie di diritti che spettano a singoli titolari con l’esclusione di tutti gli altri. La definizione ferrajoliana di diritti fondamentali è diversa da quella che propone Bobbio. Essa dà risalto alle caratteristiche essenziali dell’*universalità* e della logicamente implicata *indisponibilità* proprie di questi diritti. Tuttavia le due definizioni possono essere considerate convergenti. La definizione di diritti fondamentali di Ferrajoli infatti, suggerisce Bovero, “sembra voler esprimere l’idea che tali diritti sono quelli eminentemente “non contingenti”, saldamente ancorati alle identità giuridiche (*status*) principali, attribuite a diverse (e variamente estese) classi di soggetti umani dai diversi ordinamenti”¹⁵. Ma proprio perché non contingenti, essi possono essere considerati il fondamento dei diversi ordinamenti giuridico-politici, così come emerge dalla definizione di Bobbio e dalla stessa teoria complessiva di Ferrajoli.

È opportuno sottolineare che Ferrajoli, volendo muoversi essenzialmente nel campo della *teoria del diritto*, considera la sua definizione di diritti fondamentali *formale* ed *analitica*, non *normativa* – ci dice cioè *che cosa sono*, non *quali devono essere* i diritti fondamentali –, e infatti sostiene in più luoghi che i diritti fondamentali rappresentano una *tecnica giuridica* per tutelare certi bisogni o interessi come fondamentali, quali che siano tali bisogni o interessi (anche, per esempio, quello ipotetico di fumare, o un altro interesse o bisogno difficilmente giustificabile dal punto di vista etico come fondamentale).

Al di là della peculiare definizione di diritti fondamentali, la prima caratteristica che emerge dalla variante ferrajoliana del concetto di costituzione è che il potere da vincolare e limitare non è solo il potere politico bensì *qualsiasi* potere¹⁶. La tesi di Ferrajoli è che qualsiasi potere ha la tendenza ad assolutizzarsi, cioè a svincolarsi da ogni limite. Richiamandosi al modello teorico di Kant (e di Hobbes), egli definisce il diritto come la negazione del potere del

13 L. Ferrajoli, *Principia iuris. Teoria del diritto e della democrazia*, Volume 1, Laterza, Roma-Bari 2007, p. 727.

14 L. Ferrajoli, *Diritti fondamentali, un dibattito teorico*, Laterza, Roma-Bari 2001, p. 5.

15 M. Bovero, *Diritti e democrazia costituzionale*, ora in L. Ferrajoli, *Diritti fondamentali, un dibattito teorico*, cit., p. 238.

16 In realtà questa è anche la *ratio* di fondo della teoria bobbiana. Lo sottolinea Giovanni Sartori, il quale, con particolare riferimento ai diritti di libertà afferma che «in tutti i suoi scritti sulla democrazia Bobbio torna sul punto che i diritti di libertà devono essere affermati non soltanto “nei confronti dei poteri pubblici, ma anche nei confronti dei poteri che continuano a chiamarsi privati”» (*Maestro tra azione e riflessione*, in AA. VV., *Bobbio ad uso di amici e nemici*, Marsilio Editori, Venezia 2003, p. 187).

più forte – quel potere che Kant aveva chiamato *libertà selvaggia e sfrenata*, e che si manifesta dove non esiste il diritto –. Nelle parole di Ferrajoli: “Tra stato di diritto e libertà selvaggia esiste dunque, secondo questa tesi kantiana che poi riprende l’ipotesi hobbesiana, un rapporto di opposizione. E poiché il potere conserva sempre qualcosa di irriducibilmente selvaggio, un rapporto di virtuale e permanente opposizione esiste più in generale tra diritto e potere. Il potere – tutti i poteri, siano essi pubblici o privati – tendono infatti, immancabilmente, ad accumularsi in forme assolute e a liberarsi dal diritto”¹⁷. Con queste premesse Ferrajoli può presentare così un’altra definizione di diritto (oggettivo): “[il diritto] si configura, almeno nell’età moderna, come una tecnica di limitazione, di disciplinamento e quindi di minimizzazione del potere”¹⁸. È questa secondo Ferrajoli la natura del diritto moderno e dello stato di diritto. Il principio di legalità, la divisione dei poteri, la soggezione di tutti i poteri alla legge – incluso, nei sistemi dotati di costituzione rigida, il potere legislativo – altro non sono che le “tecniche volte a garantire la limitazione e la regolazione del potere altrimenti assoluto”¹⁹.

Il diritto come “negazione del potere del più forte” e proprio per questo, suggerisce Ferrajoli, designabile anche come “legge del più debole”, è inquadrato in ciò che egli chiama il “modello garantista”, e nasce con la modernità giuridico-politica: “Il mutamento di paradigma del diritto che si è prodotto con il trapasso dal diritto premoderno al diritto moderno è precisamente l’affermarsi del principio di legalità come fonte di legittimazione di tutti i poteri attraverso la loro subordinazione alla legge. E questo mutamento si è perfezionato in questo secolo con le costituzioni rigide, che hanno sottoposto anche il legislatore alla legge costituzionale; sicché nelle odierne democrazie costituzionali non esistono poteri sovrani o assoluti, nel senso di *legibus soluti*, essendo tutti i poteri soggetti alla legge, non solo quanto alla forma delle decisioni con cui sono esercitati ma anche quanto al contenuto di ciò che può o deve essere deciso”²⁰. Quest’ultima affermazione è dirimente per la tesi di Ferrajoli: nelle odierne democrazie costituzionali tutti i poteri sono soggetti alla legge “non solo quanto alla forma [...] ma anche quanto al contenuto”. I limiti al potere (ai poteri pubblici) vengono perciò ad essere non solo formali ma anche *sostanziali*. Questi limiti *anche* sostanziali sono i limiti dati dagli obblighi derivanti dal riconoscimento e dalla protezione dei diritti fondamentali, e costituiscono la peculiarità dell’idea di costituzionalismo sia in Bobbio, sia in Ferrajoli. Idea che si è realizzata, seppur in modo imperfetto e lacunoso, nelle odierne democrazie costituzionali. Ferrajoli, sulla base della sua teoria che indica come “modello garantista” il nuovo paradigma del diritto moderno, propone di distinguere

17 L. Ferrajoli, *Garantismo e poteri selvaggi*, cit., p. 11.

18 *Ibid.*

19 *Ivi*, p. 12.

20 *Ibid.*

questi limiti e vincoli in due grandi classi: e le chiama *garanzie primarie* e *garanzie secondarie*. “Le *garanzie primarie* sono i limiti e i vincoli normativi – ossia i divieti e gli obblighi, di forma e di sostanza – imposti, a tutela dei diritti, all’esercizio di qualunque potere; le *garanzie secondarie* sono le diverse forme di riparazione – l’annullabilità degli atti invalidi e la responsabilità per gli atti illeciti – conseguenti alle violazioni delle garanzie primarie”²¹. La grande sfida che si presenta agli occhi di Ferrajoli è quella di rafforzare, dove vi sono, e di introdurre, dove ancora non vi sono, sia le garanzie primarie sia quelle secondarie, contro le tendenze assolutistiche che caratterizzano qualsiasi potere²². Queste garanzie sono a suo parere, come abbiamo visto, la sostanza del costituzionalismo rigido: ossia di quel modello di diritto e di sistema politico affermatosi nella seconda metà del secolo scorso nelle democrazie costituzionali e caratterizzato dalla soggezione di tutti i poteri a vincoli giuridici, incluso quello legislativo, non più solo quanto alle forme e alle procedure ma anche quanto a determinati contenuti del loro esercizio. Il potere politico dovrà perciò da un lato, *negativamente*, non impedire il godimento dei diritti fondamentali (anzitutto nel senso di non legiferare in contraddizione con essi); dall’altro, *positivamente*, renderli effettivi. Tutto ciò si concretizza secondo Ferrajoli in un *obbligo giuridico* in capo al legislatore di legiferare in materia di garanzie dei diritti fondamentali; obbligo forte perché *giuridico* (quindi non solo morale) e *sostanziale* (quindi non soltanto formale, perché concerne anche i contenuti delle norme che devono essere adottate). Questa forte implicazione non era presente nella teoria bobbiana, lo è invece in quella di Ferrajoli. Può però essere considerato uno sviluppo logico delle premesse della loro comune lettura e interpretazione teorica del costituzionalismo.

Volendo riassumere quanto detto sinora in relazione all’elemento “costituzione” del modello della democrazia costituzionale nella teoria di Ferrajoli, possiamo dire che esso può essere inteso come la forma archetipica del diritto (oggettivo). Se il diritto infatti è considerato in rapporto di logica opposizione al potere, la costituzione, che è il diritto che sottopone a sé tutti i poteri, privati e pubblici, compreso il potere legislativo ordinario e in una certa misura anche il potere di revisione costituzionale, non può che rappresentare il modello archetipico (ideale) del diritto stesso. Ferrajoli chiama questo modello “garantista”, in quanto la sottoposizione di tutti i poteri al diritto non è fine a se stessa, bensì ha lo scopo di *garantire* i diritti fondamentali degli individui (nei due livelli delle garanzie primarie e secondarie). Detto in altri termini, il paradigma costituzionale (o garantista), attraverso la garanzia dei

21 L. Ferrajoli, *Garantismo e poteri selvaggi*, cit., p. 15.

22 Ferrajoli distingue quattro tipi di poteri selvaggi: In primo luogo distingue tra *poteri illegali* e *poteri extra-legali*, cioè poteri anti-giuridici per violazione del diritto e poteri extra-giuridici per assenza di diritto; in secondo luogo distingue tra *poteri privati* e *poteri pubblici* a seconda che appartengano alla società o allo stato. Sia i poteri privati, sia quelli pubblici, possono caratterizzarsi come illegali o extra-legali, ed anzi hanno la tendenza a farlo. In quanto poteri extra-legali essi sono insofferenti delle garanzie primarie, in quanto poteri illegali lo sono altresì delle garanzie secondarie. Cfr. Ivi, pp. 13-16.

diritti fondamentali (e perciò *universali e indisponibili*), mira a realizzare il principio di legalità, esemplificabile *negativamente* come eliminazione di privilegi e discriminazioni che l'esercizio di qualsiasi potere (sia esso pubblico o privato) produce quando non sottoposto al diritto; e *positivamente* come realizzazione dell'eguaglianza *nel* godimento (nella garanzia, primaria e secondaria) dei diritti fondamentali.

Se sul versante “costituzione” la teoria di Ferrajoli può essere considerata, come abbiamo visto, una ripresa e uno sviluppo della teoria bobbiana, sul versante “democrazia” la teoria ferrajoliana si discosta da quella bobbiana. È vero che Ferrajoli considera quella che egli chiama “democrazia politica” in termini analoghi a quelli in cui Bobbio considera la democrazia *tout court*, e cioè secondo la sua definizione *formale-procedurale*. Tuttavia il concetto *formale* di democrazia, che per Bobbio è l'unico plausibile in quanto la democrazia può essere rigorosamente intesa solo come una *forma* di governo, cioè come un *metodo* per prendere decisioni collettive, per Ferrajoli rappresenta solo una delle dimensioni del concetto stesso, alla quale si affiancano altre dimensioni. Una di esse è designabile, secondo Ferrajoli, come dimensione “sostanziale” della democrazia, ed è ricavata dalla sua teoria dei diritti fondamentali, proprio in opposizione alla dimensione “politica” o “formale”²³. Secondo Ferrajoli infatti “i diritti fondamentali vengono [...] a configurarsi, diversamente dagli altri diritti, come altrettanti vincoli sostanziali normativamente imposti – a garanzia di interessi e bisogni di tutti stipulati come vitali, ovvero appunto “fondamentali” [...] – così delle decisioni di maggioranza come al libero mercato [...]. Sono infatti per l'appunto “sostanziali”, cioè relative non alla “forma” (al *chi* e al *come*) ma alla “sostanza” o “contenuto” (al *che cosa*) delle decisioni (ossia al che cosa non è lecito decidere o non decidere), le norme che ascrivono – al di là e magari contro le contingenti volontà delle maggioranze – i diritti fondamentali: sia quelli di libertà che impongono divieti, sia quelli sociali che impongono obblighi al legislatore. Ne risulta smentita la concezione corrente della democrazia quale sistema politico fondato su di una serie di regole che assicurano l'onnipotenza della maggioranza. Se le regole sulla rappresentanza e sul principio di maggioranza sono norme formali in ordine a ciò che dalla maggioranza è *decidibile*, i diritti fondamentali circoscrivono quella che possiamo chiamare la *sfera dell'indecidibile*: del *non decidibile che*, ossia dei divieti corrispondenti ai diritti di libertà, e del *non decidibile che non*, ossia degli obblighi pubblici corrispondenti ai diritti sociali”²⁴. Facendo riferimento alla “sostanza” delle decisioni, questa dimensione della “democrazia” fondata sui diritti fondamentali può ben essere perciò, secondo Ferrajoli, designata come “democrazia sostanziale”: “Questa identificazione del paradigma dello “stato di diritto” con la dimensione “sostanziale” della democrazia può certo apparire

23 È opportuno sottolineare, a scanso di possibili equivoci, che Ferrajoli non usa l'espressione “democrazia sostanziale” nei termini in cui è stata usata dalla tradizione comunista, e cioè in opposizione a “democrazia formale” intesa come “democrazia apparente”. La democrazia formale, lungi dall'essere “apparente”, rappresenta nella sua teoria infatti una delle dimensioni, tra l'altro irrinunciabile, della democrazia.

24 L. Ferrajoli, *Diritti fondamentali*, cit., pp. 18-19.

singolare, se non altro per i molteplici usi ideologici che hanno in passato logorato l'espressione "democrazia sostanziale". E tuttavia è proprio con la sostanza delle decisioni che hanno a che fare gli obblighi e i divieti imposti alla legislazione dai diritti fondamentali stipulati nelle norme sulla produzione che possiamo perciò chiamare "sostanziali" [...]: le quali, a differenza delle norme che ho chiamato "formali" [...] e che dettano le condizioni del loro vigore, stabiliscono le condizioni della loro validità. Se infatti le *norme formali* sul vigore s'identificano, nello Stato democratico di diritto, con le regole della *democrazia formale* o *politica* in quanto disciplinano le *forme* delle decisioni che assicurano l'espressione della volontà della maggioranza, le *norme sostanziali* sulla validità, vincolando a pena d'invalidità la *sostanza* (o il significato) delle medesime decisioni al rispetto dei diritti fondamentali e degli altri principi assiologici in esse stabiliti, corrispondono alle regole con cui ben possiamo caratterizzare la *democrazia sostanziale*"²⁵.

2. Dal modello teorico alla realtà: evoluzione (o involuzione?) del costituzionalismo democratico

Che cosa è successo al costituzionalismo democratico dalla sua teorizzazione, prima in embrione nelle teorie del giusrazionalismo moderno, poi compiutamente nelle teorie sviluppate dalla corrente di pensiero del costituzionalismo contemporaneo, in particolare (e paradigmaticamente) dai due autori da noi presi in considerazione? Le costituzioni (formali e materiali) nate dopo il secondo conflitto mondiale, che possono essere la "positivizzazione" di tali modelli politici, sono riuscite a raggiungere un accettabile grado di effettività?

Sicuramente in una prima fase si è potuta osservare una evoluzione in tal senso, con l'introduzione di norme "attuative" che hanno dato un grado di effettività accettabile ai diritti sociali (con lo sviluppo, almeno nei paesi europei, dello stato sociale e la conseguente introduzione di norme per garantire il diritto alla salute, all'istruzione, al lavoro), ai diritti politici (allargando il suffragio che diviene "universale") e ai diritti di libertà (perfezionando le loro tutele giuridiche).

Purtroppo però nell'ultima fase storica, individuabile dagli anni ottanta del secolo scorso ad oggi, la tendenza si è invertita, e si può constatare sempre più un'involuzione e un regresso dello spirito del costituzionalismo e conseguentemente della tutela e della garanzia dei diritti fondamentali. Luigi Ferrajoli parla di "processo de-costituente"²⁶ proprio per descrivere questo fenomeno.

Le cause di tale fenomeno sono svariate, e sono principalmente riconducibili alle dinamiche dell'economia che hanno portato all'impoverimento di una fascia sempre più ampia della popolazione mondiale e al conseguente diffondersi di sentimenti, costumi e ideologie opposte a

25 Ivi, pp. 19-20.

26 L. Ferrajoli, *I crimini di sistema e il futuro dell'ordine internazionale*, «Teoria politica», IX, 2019, p. 402.

quelle su cui si fonda il costituzionalismo, quali il nazionalismo e il populismo.

Il problema principale è legato alla dimensione internazionale, e alla mancata espansione a livello sovranazionale della garanzia dei diritti fondamentali. La tutela sovranazionale dei diritti fondamentali avrebbe dovuto essere la naturale attuazione dei principi del costituzionalismo, che promuovendo i diritti fondamentali come diritti della persona e non del cittadino – con eccezione dei diritti politici –²⁷, non solo non sono legati concettualmente alla dimensione giuridica territoriale degli stati, ma anzi possono essere meglio tutelati e garantiti da istituzioni sovranazionali.

Alla globalizzazione economica però non è seguita – o lo è stata solo molto parzialmente – la globalizzazione politica e giuridica, e il cosmopolitismo, che avrebbe dovuto rappresentare la naturale evoluzione del costituzionalismo (almeno nella declinazione qui presentata) non ha proceduto nella misura sperata. Il risultato di questa disomogenea globalizzazione ha portato, come argomenta Ferrajoli, al passaggio dalla sovranità degli stati alla sovranità dei mercati, che grazie alla loro dimensione globale hanno potuto imporre le loro regole (*lex mercatoria*) e soprattutto hanno potuto eludere in modo evidente quelle degli stati. Questa situazione ha prodotto disuguaglianze sempre più marcate e un divario sempre più profondo tra la fascia più povera della popolazione (sempre più povera e numericamente sempre più consistente) e la fascia più ricca (sempre più ricca e numericamente sempre più limitata). Inoltre, ed anzi di conseguenza, i diritti fondamentali, che avevano conosciuto un grado di tutela e garanzia crescente come detto precedentemente, sono ora sempre più ineffettivi in quanto violati dai titolari del potere economico le cui violazioni non riescono ad essere sanzionate dalle istituzioni giuridiche locali (statali). Così argomenta Ferrajoli: “[Le] violazioni massicce dei diritti fondamentali sono principalmente il prodotto dell’odierna globalizzazione, la quale ha investito i mercati e l’economia, ma non la politica e il diritto. Ne sono seguiti l’asimmetria tra il carattere globale dell’economia e della finanza e il carattere ancora statale della politica e del diritto e perciò il ribaltamento del loro rapporto, in forza del quale non sono più i governi e i parlamenti che dettano regole all’economia, ma viceversa. Si capisce come l’assenza di una sfera pubblica in grado di imporre limiti, vincoli e controlli ai mercati ha determinato la sovranità tendenzialmente assoluta dei poteri economici e finanziari e il carattere sistemico di quelle violazioni di massa dei diritti umani il cui tratto caratteristico consiste nel fatto che ne sono vittime non già singoli individui determinati, bensì popoli interi e in taluni casi, come nelle aggressioni all’ambiente, l’intera umanità”²⁸.

Il disagio sociale che ne è derivato ha prodotto fenomeni di crescita del consenso di mo-

27 In realtà questo vale per ciò che concerne le costituzioni positive e non a livello teorico nel modello di democrazia costituzionale che abbiamo provato a ricostruire. Infatti anche i diritti politici a rigore dovrebbero essere considerati diritti della persona, in quanto, almeno se si sposa la definizione minima di democrazia qui proposta come forma di governo in cui i destinatari delle decisioni collettive hanno egual diritto-potere di partecipare con egual peso alla formazione stesse, l’unico criterio razionale per l’assegnazione di tali diritti non è il criterio della cittadinanza ma quello della residenza (cfr. M. Bovero, *Contro il governo dei peggiori. Una grammatica della democrazia*, cit., pp. 107-124).

28 L. Ferrajoli, *I crimini di sistema e il futuro dell’ordine internazionale*, cit., p. 402.

vimenti nazionalisti e populistici, per lo più designati come “sovranisti”²⁹, che hanno una vocazione anti rappresentativa e anti costituzionale. Questa vocazione, che in Italia assume i tratti di vera e propria rivendicazione, proviene a giudizio di Ferrajoli da due “perversioni ideologiche dell’idea di democrazia. La prima è l’identificazione dei vincitori delle elezioni con il popolo, degli eletti con gli elettori, della volontà del ceto politico con la volontà popolare, dei rappresentanti con i rappresentati. La seconda è la riduzione della democrazia all’onnipotenza della maggioranza governativa assunta quale espressione diretta della sovranità popolare, e quindi la negazione di quel tratto distintivo della democrazia costituzionale che è l’insieme dei limiti e dei vincoli sostanziali imposti dalla Costituzione alla legislazione e più in generale ai poteri politici”³⁰. La propaganda che attuano tali movimenti “sovranisti” per raccogliere consenso politico crea artificiosamente e scientemente una tensione sociale tra “gli ultimi”, in particolare tra la larga fascia della popolazione ormai disagiata dei paesi occidentali e i migranti ancor più disagiati che per ragioni umanitarie raggiungono i paesi occidentali. Ne deriva un clima nel quale i diritti fondamentali sono percepiti come privilegi validi unicamente per coloro che si considerano a pieno titolo “cittadini”, negando con ciò lo statuto logico dell’universalità di tali diritti e da ultimo il senso stesso del costituzionalismo democratico.

La risposta a questa degenerazione dei costumi e a questo processo decostituente dovrebbe essere, soprattutto da parte degli intellettuali, coraggiosa e non di ripiego. In generale è necessario promuovere i principi del costituzionalismo, attraverso il confronto instancabile e l’argomentazione razionale. Più nello specifico l’obiettivo dovrebbe essere in primo luogo promuovere le norme di attuazione dei diritti fondamentali tramite l’introduzione delle loro garanzie primarie e secondarie, e cioè divieti e obblighi di forma e di sostanza che rendano effettivi tali diritti, e forme di riparazione quali l’annullabilità degli atti invalidi e la responsabilità degli atti illeciti qualora vi siano violazioni; in secondo luogo promuovere il rafforzamento e la democratizzazione di istituzioni politiche sovranazionali quali l’Unione Europea e l’Organizzazione delle Nazioni Unite, così come il rafforzamento e la coattività delle istituzioni giuridiche sovranazionali che dovranno giudicare sulle violazioni dei diritti fondamentali, quali ad esempio la Corte penale internazionale per i crimini contro l’umanità, alla quale non hanno neppure aderito le maggiori potenze.

Il programma è arduo e complesso, ma l’alternativa è il completamento del “processo decostituente” in atto, con la conseguenza che il diritto (la “legge del più debole”) cederà completamente il passo ai poteri selvaggi (al “potere del più forte”).

29 Sovranismo «designa una specifica versione del nazionalismo legata al suo nesso con il populismo. Grosso modo si intende di solito, con questa espressione, la rivendicazione della sovranità nazionale e popolare contro la dipendenza della politica da vincoli internazionali e specificamente europei. Si tratta di una rivendicazione illusoria, nell’età della globalizzazione, e tuttavia avanzata con radicalità come la risposta più idonea a generare consenso anche tra i ceti più deboli, il cui crescente disagio è stato certamente provocato dalle politiche liberiste di restrizione dei diritti sociali e del lavoro promosse dalla globalizzazione dei mercati e sostanzialmente avallate dall’Unione europea» (cfr. L. Ferrajoli, *L'alleanza perversa tra sovranismo e liberismo*, «Costituzionalismo.it», 1 2019, p. 1).

30 *Ibid.*

Riferimenti bibliografici

BARBERIS, M. **Diritti e democrazia. Un'interpretazione pluralista di Bobbio**, "Teoria politica", XX, n. 3 2004.

BOVERO, M. **Costituzione e democrazia**, "Teoria politica", X, n. 3, 1994.

_____. **Contro il governo dei peggiori**, Laterza, Roma-Bari 2000.

_____. **Il concetto di democrazia. Per una ridefinizione radicale**, "Il ponte", LIX, n. 2 2003.

_____. **Decisioni collettive e diritti individuali. Nuove riflessioni su democrazia e costituzione**, introduzione a P. Salazar, **La democrazia costituzionale. Una radiografia teorica**, FCE, Mexico 2005.

FERRAJOLI, L. **Democrazia e costituzione**, "Ragion pratica", II, n. 3, 1994.

_____. **Garantismo e poteri selvaggi**, "Teoria politica" XIV, n. 3, 1998.

_____. **Diritti fondamentali, un dibattito teorico**, Laterza, Roma-Bari 2001.

_____. **Principia iuris. Teoria del diritto e della democrazia**, Volume 1, Laterza, Roma-Bari 2007.

_____. **I crimini di sistema e il futuro dell'ordine internazionale**, "Teoria politica", IX, 2019.

_____. **L'alleanza perversa tra sovranismo e liberismo**, "Costituzionalismo.it", 1 2019.

SALAZAR, P. **La democrazia costituzionale: una proposta (globalmente) praticabile?**, "Teoria politica", XIX, n. 2-3, 2003.

SARTORI, G. **Maestro tra azione e riflessione**, in AA. VV., **Bobbio ad uso di amici e nemici**, Marsilio Editori, Venezia 2003.

VITALE, E. **Costituzionalismo**, in A. Dorsi (a cura di), **Gli ismi della politica**, Viella, Roma 2010.

SOBRE O AUTOR:

Fabrizio Cattaneo

Dottore in Studi Politici Europei ed Euro-americani presso l'Università degli Studi di Torino. Autore di diversi articoli e della monografia *L'idea di repubblica. Da Kant a Habermas*, Giappichelli, Torino 2013.

DESC
DIREITO, ECONOMIA &
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

**AUX ORIGINES DE LA CRITIQUE
POSTMODERNE**
Imaginaires collectifs de 1967-69

THE ORIGINS OF POSTMODERN CRITICISM
Collective imaginations of 1967-69

DESC
DIREITO, ECONOMIA &
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

AUX ORIGINES DE LA CRITIQUE POSTMODERNE

Imaginaires collectifs de 1967-69

THE ORIGINS OF POSTMODERN CRITICISM

Collective imaginations of 1967-69

Simon Ridley

Université de Nanterre

simon.ridley@hotmail.fr

Résumé: Dans cette reconstruction de l'importance des mouvements sociaux étudiants qui a marqué les années 1967-1969, notre tentative de reformuler les termes d'une critique variée et multipolarisée de l'institutionnalisme et de l'académisme de la connaissance est combinée à une analyse des espaces constitutifs de la relation sociale (à savoir sur des campus de Berkeley et Nanterre). L'analogie possible entre le campus en tant qu'espace de production de connaissances et les compétences « reproductives » du savoir et l'usine en tant qu'espace de production de connaissances techniques incarnées explique également la force imaginaire d'un mouvement étudiant ou ouvrier capable de marquer la mémoire et l'imaginaire collectifs à ce jour.

Mots clés: Mémoire collective, mai 1968, postmodernité.

Abstract: In this reconstruction of the importance of the student social movements that marked the years 1967-1969, our attempt to reformulate the terms of a varied and multipolarized critique of institutionalism and academicism of knowledge is combined with an analysis of the constituent spaces of the movementist social relation (campuses of Berkeley and Nanterre). The possible analogy between the campus as a knowledge-producing space, the “reproductive” skills of knowledge, and the factory as a place of production of embodied technical knowledge also explains the imaginary strength of a student movement able to mark the global collective imagination and his memory to date.

Keywords: Collective memory, may 1968, postmodernity.

Un entre-deux mondes

Université Nanterre la Folie, c'est le nom du campus universitaire de Nanterre lorsqu'il sort de terre au beau milieu des années soixante. Un lieu-dit, un oxymore qui promet à ce

« haut lieu » du savoir un avenir schizophrène. Dans une perspective lacanienne¹, il semble invraisemblable que cette association de termes soit fortuite. Lorsqu'on arrive sur ce campus à personnalités multiples – les nombreuses modifications de ses dénominations en un faible laps de temps sont l'indice d'un trouble de l'identité – on est en droit à s'attendre à « la folie » : prénotions d'un passé célébré de militants (surtout des hommes) qu'on s'attend à voir surgir, bomber sur un mur, ou un tract à la main. Mais en réalité, cela fait longtemps que Cohn-Bendit n'est plus « Danny le Rouge ».

Depuis sa célébration comme « leader » étudiant libertaire, star de la nouvelle gauche, il le réclame lui-même : « Forget 68 ». Nous vivons dans un autre monde oui, et il n'a peut-être pas oublié le fait d'avoir été « entarté » par des militant·e·s anarchistes de la Confédération Nationale du Travail lors de sa venue sur le campus à la fin des années 1990. Le monde est désormais celui de sa nomination au Conseil d'administration de l'université au début de la décennie 2010 et de la cérémonie qui lui décerne un doctorat *honoris causa*, une occasion pour lui de voler la vedette à Angela Davis, présente pour les mêmes raisons.

Alors que les cérémonies commémoratives du cinquantenaire de 68 sont lancées un peu partout dans le monde, et à la folie de Nanterre en particulier, il peut être intéressant de questionner, sur le campus même de Nanterre, les mémoires collectives étudiantes à propos de leur passé engagé/enragé. Y'a-t-il une mémoire collective des années 68 chez la population étudiante d'aujourd'hui ? Si oui, quelles en sont les traces ? Peut-on sortir de l'enfermement de la mémoire au sein d'une histoire officielle faite de clichés et de récits surplombants ?

La mémoire est dotée d'une importante polysémie qu'il est important de questionner. C'est un point d'entrée nécessaire afin de rechercher les liens qui se créent ou se délient entre souvenirs, mémoire collective, oubli historique et espace social. Il convient de ne pas dissocier le passé du présent, en se fondant sur l'idée du sociologue Maurice Halbwachs, pour qui « le présent (entendu comme s'entendant sur une certaine durée, celle qui intéresse la société d'aujourd'hui) ne s'oppose pas au passé comme se distinguent deux périodes historiques voisines. Car le passé n'existe plus, tandis que, pour l'historien, les deux périodes ont autant de réalité l'une que l'autre. La mémoire d'une société s'étend jusque-là où elle peut, c'est-à-dire jusqu'où atteint la mémoire des groupes dont elle est composée »². Pour donner force à ce *continuum* mémoriel entre passé et présent, on peut rappeler que les années soixante représentent une compression spatiotemporelle – dite « post-moderne » – sans précédent permettant pour la première fois des analyses historiques et des critiques « en direct » du mouvement de masse. Ces travaux « à chaud », qui répondent souvent des impératifs éditoriaux, émergent aussi bien du pôle objectiviste scientifique que du

1 L'intérêt de Jacques Lacan pour les jeux de mots, volontaires ou non, est bien connu. Il dit d'ailleurs qu'« il faut toujours profiter des équivoques littérales », voir : Jacques Lacan, *Le séminaire. Livre XVII* (Paris, Seuil, 1991) : p. 16.

2 Maurice Halbwachs, *La mémoire collective* (Paris, Albin Michel, 1997) : p. 134.

pôle volontariste militant, les deux s'entrecroisant parfois. La masse de productions textuelles et audio-visuelles qui en résulte n'a-t-elle pas été une formidable opportunité pour permettre une transmission mémorielle intergénérationnelle ? Car, on le sait, ces discours vont générer des publics pour qui la mémoire sert d'enjeu de lutte dans une diversité d'arènes.

Les travaux portant sur l'effet de 68 sur le monde des idées savantes et qui passent en revue les analyses successives qui en ont été faites sont aujourd'hui trop nombreux pour être cités. Cette entreprise a débuté en 1968 et se poursuit systématiquement à chaque décennie. Il est donc quelque peu paradoxal que, malgré le fait que la première historicisation française des événements de 1968, qui met l'accent sur le fait que « Mai 68 » est à situer dans un contexte spatiotemporel aux bornes beaucoup plus élargies, le 68 soit devenu un tel porte bonheur pour les maisons d'éditions, un symbole de leur prospérité. Prophétie autoréalisatrice du monstre de papier, rien ne semble pouvoir arrêter la frénésie de publications chaque année terminant en 8 à laquelle il n'y a nul autre choix que de participer, si ce n'est que pour brouiller les pistes du présent perpétuel. On se retrouve alors d'emblée devant une double limite : impossible de n'en citer aucune, impossible de les citer toutes. Cette position d'entre-deux est d'ailleurs une des caractéristiques communes à de nombreuses analyses du mouvement.

Les publications aiment quasi-systématiquement rappeler que la population étudiante forme un groupe social particulièrement hétérogène, et qu'elle se trouve de surcroît dans une position sociale transitoire, entre le monde des enfants et celui des adultes. Elle aurait néanmoins une spécificité : il s'y déroulerait systématiquement, selon le sociologue Lewis Feuer, un « conflit de générations » qui pousse la jeunesse idéaliste à se rebeller contre ses parents et leur monde. Staline, lui-même renvoyé du séminaire de Tbilisi en 1899 pour son activisme, voit dans le monde étudiant une force capable de se placer à l'avant-garde de la lutte pour la liberté³. Cette position sociale étudiante, sa situation d'entre-deux, fait, toujours selon Staline, que la population étudiante n'aurait pas à se soucier de ses conditions matérielles d'existence, ce qui lui laisserait alors toute liberté pour se focaliser sur les aspects idéels de la lutte.

Mais trouver dans le milieu étudiant un espace d'espoir pour l'impulsion d'une transition autonome vers une société sans classes est une utopie quelque peu douteuse, surtout lorsque la réduction des mouvements sociaux à « un sympathique chahut étudiant » sert souvent à masquer l'implication des autres segments de la société⁴ (en particulier les femmes, les personnes racisées, ou plus généralement la force de travail), plus vulnérables et dont la population étudiante d'alors (l'élite) semble vouloir être le porte-parole. Prenons de la distance par rapport aux « inépuisables querelles, indigènes ou savantes, sur le « sens » authentiques de ces épisodes historiques »⁵. D'autant plus qu'il est effectivement indéniable que le monde a

5 Michel Dobry, *Sociologie des crises politiques. La dynamique des mobilisations multisectorielles* (Paris, Presses de Science Po,

effectivement bien changé, la démocratisation de l'université et sa soumission – ainsi que celle du monde de manière plus générale – aux impératifs de l'industrie et du capital ayant forcément des effets sur la masse étudiante. La contrainte à trouver du travail ou à souscrire à un prêt bancaire (quand ce n'est pas les deux) rend désormais irrecevable l'argument d'un détachement vis-à-vis de la situation matérielle.

La mémoire collective entre psychologie et politique

Il n'y a pas de souvenirs purement individuels

(Maurice Halbwachs)

L'approche socio-anthropologique avec ses focalisations multiniveaux, que ce soit sur tous les comportements individuels ou collectifs, et sur leurs articulations à travers une diversité de groupes, me paraît être particulièrement féconde pour les enquêtes portant sur la mémoire sociale. Les outils sont alors avant tout ceux de l'immersion et de l'observation plus ou moins participante. Ce sont ces outils qui ont été mobilisés lors d'une recherche que j'ai effectué il y a cinq ans⁶. Elle a été couplée à des entretiens semi-directifs avec des « passeur·e·s de mémoires », choisi·e·s pour leur statut de témoins des événements de 68 à Nanterre et qui sont toujours présent·e·s à l'université, ainsi qu'avec la population militante et étudiante, pour la plupart en sociologie ou en droit à l'Université de Nanterre. Le but était de pouvoir comparer le spectre des diverses mémoires. Le temps qui me sépare de ce travail m'a permis de le mettre à distance, en quittant le monde étudiant pour entrer dans le monde enseignant. Être passé « de l'autre côté » me confère un regard transformé sur cette recherche et ses résultats.

Le corpus de la recherche repose sur une méthode inspirée du « test projectif » utilisé en psychologie, consistant à projeter une série d'images et à demander aux enquêté·e·s de les commenter une à une. Les dix photos sélectionnées représentaient l'environnement des personnes interviewées – le campus et ses environs – à divers moments de son histoire. Ces images ont été choisies car je les jugeais être ce qu'on pourrait appeler des « référents mémoriels »⁷. Si cette conception reste à débattre, avec le risque évident d'introduire certaines de mes propres représentations, on peut rappeler, avec les mots du sociologue Howard Becker, que « les images comportent souvent une grande richesse d'informations, il n'est pas étonnant que l'on puisse dire plus d'une vérité à partir d'une seule image.

2009 [1992]) : p. 26.

6 Cet article est principalement issu de ma recherche de Master 1, effectué sous la direction d'Anne Steiner, pendant l'année académique 2012-2013.

7 Ces images sont successivement : le chantier de l'université surplombant le bidonville ; l'occupation de la salle du conseil le 22 mars 1968, les étudiant·e·s le poing levé ; une assemblée générale étudiante lors d'un vote à main levée dans un amphithéâtre bondé ; le couloir de la « barre des SSA » avec les graffitis où l'on peut lire « Professeurs, vous êtes vieux... votre culture aussi. Le savoir est en miettes créons » ; une image des dizaines de cars de CRS stationnés avec l'université en arrière-plan ; Daniel Cohn-Bendit tout sourire face à un CRS casqué ; une manifestation parisienne avec en gros plan une banderole sur laquelle est inscrite « Pouvoir aux travailleurs, Mouvement du 22 mars » ; une banderole dans un amphithéâtre avec pour inscription « de la critique de l'université à la critique de la société » ; des CRS qui tabassent une personne allongée sur les pavés parisiens à coups de crosse de fusil ; une photo d'une intervention des CRS venus sur le campus en 2007 pour expulser les bloqueur·e·s devant le bâtiment F (Droit et Sciences Politiques).

Si cela se produit, cela signifie seulement que nous lui posons différentes questions qui méritent et reçoivent différentes réponses »⁸. Il est alors clair que le lien entre l'image et la mémoire est très productif, comme en attestent d'ailleurs les études neuroscientifiques selon lesquelles « les images s'imprègnent plus fortement dans la mémoire que les mots »⁹. Sur le plan pratique, la présence du cliché établit entre le chercheur et la personne interviewée un rapport plus souple et convivial que lors d'un entretien classique. Selon l'anthropologue Fabienne Duteil-Ogata, l'usage de l'image au cours de l'enquête « tend à réduire la distance qui pourrait exister entre l'ethnologue et l'informateur »¹⁰. Cette méthode a d'abord été mise en place de manière individuelle avec les « passeur·e·s de mémoire » et je l'ai ensuite adaptée en réalisant des entretiens projectifs collectifs formels avec plusieurs petits groupes d'étudiant·e·s (cinq groupes de 3 à 30 personnes). S'il est impossible de rendre compte de la totalité des représentations individuelles que se sont forgé les étudiant·e·s de leur campus et du mouvement de 68, on peut chercher à comprendre les quelques structures déterminantes de leurs mémoires collectives. Insistons aussi sur le fait que cette étude n'avait aucun objectif de recension exhaustive des mémoires de la population étudiante de l'université, mais avait plutôt comme ambition de concilier les aspects psychologiques et sociologiques de la mémoire en adoptant une posture socio-anthropologique, et de chercher à faire surgir une image du paysage mémoriel collectif de 68 chez une partie de la population étudiante de l'université de Nanterre au XXI^e siècle.

La mémoire collective fait aujourd'hui partie de ces notions qui sont entrées de manière fracassante dans le sens commun. Souvent mobilisée de manière imprécise et sans aucun contenu, il est nécessaire de donner quelques précisions sur ce que recouvre le concept avant de pouvoir considérer l'impact de la mise en récit mémorielle de « Mai 68 ». La mémoire « individuelle » est autobiographique, elle est limitée au vécu d'un individu (la perception sensorielle, l'expérience personnelle, etc.). Or c'est bien le groupe qui joue un rôle de conservation de cette mémoire. En effet, Maurice Halbwachs montre que « si nous ne nous rappelons pas de notre première enfance, c'est qu'en effet nos impressions ne peuvent s'attacher à aucun support, tant que nous ne sommes pas encore un être social »¹¹. C'est en ce sens « qu'un grand nombre de souvenirs reparaissent parce que les autres hommes nous les rappellent ; on nous accordera même, lorsque ces hommes ne sont point matériellement présents, qu'on peut parler de mémoire collective quand nous évoquons un événement qui tenait une place dans la vie de notre groupe »¹². Lier

8 Howard Becker, « Les photographies disent-elles la vérité ? », *Ethnologie française* (n° 37, 2007) : p. 36.

9 Denis Peschanski, *Entretiens avec Boris Cyrulnik : Mémoire et traumatisme. L'individu et la fabrique des grands récits* (Paris, INA Éditions, 2012) : p. 7-8.

10 Fabienne Duteil-Ogata, « La photo-interview : dialogues avec des Japonais », *Ethnologie française*, (n° 37, 2007) : p. 71.

11 Maurice Halbwachs, *op. cit.*, p. 67.

12 *Ibidem*, p. 65.

la mémoire et le groupe social, en tant que support nécessaire au souvenir, est une des idées force pour définir la mémoire collective chez Maurice Halbwachs. Ainsi, si les souvenirs sont composés d'une part qui peut sembler être individuelle, c'est un aspect qui est à relativiser tant le processus de transmission mémorielle est un phénomène social. Plus un événement s'éloigne dans le temps et plus le processus social de la mémoire devient important, et ce jusqu'à l'oubli complet, la création d'une mémoire collective qui s'entrecroise avec la mise en récit historique qui n'est autre qu'une extension, plus ou moins orientée, de la mémoire collective.

Lors de l'enquête, le cas d'une étudiante de sociologie m'a semblé être évocateur. C'est la seule personne enquêtée qui affirme avoir entendu parler du Mouvement du 22 mars, ce qui témoigne déjà d'une véritable méconnaissance du passé et un manque de culture institutionnelle cirant. Ainsi, la raison pour laquelle cette personne a entendu parler du mouvement qui s'est formé à la suite de l'occupation de la salle du conseil en haut de la tour administrative du campus, n'est pas à mettre sur le compte de l'université, ou d'un quelconque cours d'histoire. Elle explique que sa mère est née un 22 mars et que, comme celle-ci a été étudiante à Nanterre, « elle s'est passionnée pour cet événement ». La socialisation familiale, bien sûr, joue de manière très forte dans la transmission mémorielle. Ainsi, la journaliste Charlotte Rotman a écrit un livre sur les années 68, paru en 2008¹³, soit près de vingt ans après la parution des deux livres de son père¹⁴, qui a aussi consacré des documentaires à la « génération » 68¹⁵ ; et je pourrais citer encore beaucoup d'exemples. Il faut le dire, la politique se fait bien souvent dans la sphère familiale. On pourrait alors s'amuser à catégoriser les écrits sur 68 selon les statuts d'*insider* de 68 et d'*outsider*, d'héritier et de curieux, mais l'importance attribuée aux événements fit que – à l'image de la résistance – beaucoup de personnes s'en réclament tout en n'y ayant participé en rien, et vice-versa.

Quoiqu'il en soit, aujourd'hui, un nombre important d'étudiant·e·s sont enthousiasmé·e·s à l'idée d'étudier à Nanterre car un certain imaginaire collectif de 68 reste vigoureux. 68 est devenu synonyme de contestation et de libération, mais il faut le dire, pour beaucoup il est difficile de se confronter à la déception d'une vie de campus plutôt impersonnelle, une usine à diplômes où les quelques étudiant·e·s de droit avec qui je réalise un entretien m'expliquent connaître Daniel-Cohn Bendit seulement dans la mesure où il y a un arrêt du Conseil d'État à son nom qui a fait date dans la jurisprudence du droit administratif français.

Dans *Les cadres sociaux de la mémoire*¹⁶, Maurice Halbwachs adopte une position à l'échelle politique de la mémoire, au sens où la société et les groupes sociaux produisent un effet

13 Hervé Hamon et Patrick Rotman, *Génération. vol. 1, Les années de rêve* (Paris, Seuil, 1987) et *Génération. vol. 2, les années de poudre : Récit* (Paris, Seuil, 1988).

14 Patrick Rotman et Charlotte Rotman, *Les années 68* (Paris, Seuil, 2008).

15 Patrick Rotman, *68* (film documentaire, France, 110min.).

16 Maurice Halbwachs, *Les cadres sociaux de la mémoire* (Paris, PUF, 1952 [1925]).

sur toute mémoire. Or, toute la difficulté réside dans le mouvement connexe en sens inverse, la société étant aussi le produit des multiples mémoires individuelles. La société façonne, et est façonnée simultanément par la multitude des mémoires qui la composent. De ce fait « ce que nous appelons cadres collectifs de la mémoire ne seraient que le résultat, la somme, la combinaison de souvenirs individuels de beaucoup de membres d'une même société [...] Mais ils n'expliqueraient point la mémoire elle-même, puisqu'ils la supposeraient »¹⁷. C'est précisément cette construction collective de la mémoire d'une série d'événements qui n'ont pas été vécus par le groupe en question (la population étudiante aujourd'hui) qui nous intéresse. À la manière de Jean Piaget, il est intéressant de chercher à dépasser l'empirisme associationniste qui se focalise sur la mnémonique (les procédés de stimulus-réponse et de conditionnement), ainsi que le modèle cybernétique (qui vise à un codage de la mémoire par analogie avec l'ordinateur), en se focalisant sur l'interaction entre les sujets et leur environnement. C'est en ce sens qu'il peut être intéressant de tenir compte des différents niveaux de la mémoire, qui sont successivement la reconnaissance, la reconstitution, et l'évocation (stade le plus élaboré de la mémoire qui apparaît avec la formation des images mentales et le langage), et se focaliser sur la dimension sociale de la mémoire¹⁸.

Le langage, les récits, les références au passé, les repères symboliques et temporels, les souvenirs, sont tous influencés par les cadres sociaux de la mémoire. Qu'évoque alors l'expression « Mai 68 » pour la population étudiante de Nanterre ? Référent important dans le récit familial pour certains, synonyme de révolte pour d'autres, repère temporel par rapport à divers moments de révolution en France, mythe centré autour du personnage symbolique de Daniel Cohn-Bendit autant honni qu'admiré, ou imaginaire des barricades... Pour certain·e·s, « Mai 68 c'était la révolution », ou encore « la plus grande grève générale », « Mai 68 : c'est interdit d'interdire » ; pour d'autres « 68 ça ne veut plus rien dire ». En réalité, il ne s'est pas passé grand-chose sur le campus pendant le mois de mai. Le campus est fermé par l'administration tout en étant maintenu ouvert par une poignée d'étudiant·e·s qui habitent à la cité universitaire. Associer « Mai 68 » à « Nanterre » relève de la pure imagination collective, c'est typiquement un effet de cadre. En outre, on observe alors une polarisation entre des étudiant·e·s qui ont intégré le référent historique dominant de « la révolution », quelques slogans et clichés, alors que d'autres refusent la création mythique, estimant que « Mai 68 » a été producteur de discours mystificateurs : c'est ce que François Cusset nomme « le contre-discours de Mai ». De façon assez logique, les étudiant·e·s, en particulier de sociologie, se sont montrés très intéressé·e·s par les aspects sociaux de 68 : il y a eu de longues discussions sur les bidonvilles et la situation politique du pays, en particulier sur la place du Parti Communiste. L'intérêt des étudiant·e·s pour cette histoire était telle que les images

17 *Ibid.*, p. VII.

18 Pour une épistémologie de la mémoire, voir : Alain Lieury, *La mémoire : résultats et théories*, (Bruxelles, Dessart et Mardaga, (1992 [1975])).

ouvraient souvent sur des questionnements de leur part. La mémoire collective étudiante de 68 à Nanterre est courte et elle se termine par un point d'interrogation.

Réduction des mémoires collectives et méta-mémoire saturée de « Mai 68 »

La mémoire autobiographique, qui relève du témoignage et de l'autoscopie, participe à la création de la mémoire historique et du récit mythique. Lors d'un entretien passé avec une passeuse de mémoire, l'enquêtée a pu prendre position dans plusieurs groupes, et mobiliser plusieurs mémoires collectives différentes. En tant qu'employée de l'administration universitaire, sa mémoire du groupe est non-équivoque : « Ah oui, lorsque je travaillais pour l'administration, les jeunes militants c'était vraiment l'ennemi ! ». En tant que résidente d'un immeuble à proximité du campus la mémoire est tout autre. L'enquêtée déclare de manière nostalgique que « c'était l'époque des indiens... [moi : des hippies ?] ... Il y avait beaucoup de couleurs, des tissus extraordinaires, des odeurs, euuh... Tout le monde voulait aller en Inde^[19]... Des hippies oui... Et même le week-end il y avait beaucoup d'activités à la fac, des cours en amphitheâtre ouverts à tous, des débats politiques... C'était toujours très animé et on s'y amusait beaucoup plus [qu'aujourd'hui] (rires) ».

On voit bien ici de manière empirique comment le cadre social influence la mémoire collective. La mémoire de cette personne qui a travaillé toute sa vie pour l'administration est à deux faces. Les contestataires sont « l'ennemi » – le terme est fort – lorsqu'il s'agit de la mémoire collective de l'administration. Par contre, la conception plus personnelle liée aux souvenirs du voisinage est tout autre, l'animation et les activités du week-end sont particulièrement appréciées. Ici déjà, émerge une mémoire à double face, une mémoire trouble et bipolaire. Bien entendu, il est souvent beaucoup plus difficile de faire le tri entre les différents niveaux collectifs de la mémoire, et nul doute qu'un travail psychologique démontrerait que les mémoires collectives ont des effets d'influence réciproque, et qu'il n'y a pas de séparation stricte entre les mémoires collectives, pas de cloisonnement, mais plutôt une variété de mémoires collectives concomitantes rattachées à une grande diversité de groupes d'appartenance. Maurice Halbwachs ne dit pas autre chose lorsqu'il explique que « dans le développement continu de la mémoire collective, il n'y a pas de lignes de séparation nettement tracées, comme dans l'histoire, mais seulement des limites irrégulières et incertaines »²⁰. Il paraît inconcevable aujourd'hui qu'une université puisse traiter ses propres étudiant·e·s comme un « ennemi » de l'intérieur. Mais une oscillation bipolaire de la mémoire collective semble bien justifiée dans le cadre social de la fin des années soixante, marquées par l'autoritarisme gaulliste, la rigidité du communisme

19 Les *Beatles* font un voyage en Inde de février à avril 1968. Des tracts conservés aux archives de la BDIC montrent qu'un groupe étudiant organise un voyage en Inde pour l'année 1969/1970.

20 Maurice Halbwachs, *La mémoire collective*, op. cit. p. 134.

orthodoxe, la guerre froide, la guerre du Viêtnam et les luttes mondiales contre la ségrégation raciale, contre l'impérialisme, etc.

On peut trouver une illustration de de la façon dont se recourent et s'emmêlent les cadres sociaux, mémoire collective du groupe (plus spécifiquement du groupe des historiens ainsi que du groupe des étudiant·e·s à Nanterre en 1968) et des référents mémoriels, dans un article de Jacques Guilhaumou intitulé « Mémoires d'un étudiant en mai 1968 : le flux des manifestations et le protagoniste de l'événement ». Il écrit, en 2010, à propos de ses premières manifestations en tant qu'étudiant en première année d'histoire à Nanterre en 1968. « Nous étions là, apprentis historiens, pour en témoigner. À chaque tournant de rue, ce souvenir de la révolution du peuple la plus oubliée de toutes les Révolutions françaises, celle de 1848, se présente à ma mémoire. C'est sans aucun doute pourquoi la lecture du livre de Maurizio Gribaudi et Michèle Riot-Sarcey^[21], alors que j'envisageais d'écrire sur mai 1968, m'apparaît si passionnante, si présente à ma pensée du moment »²². On voit bien ici les entrelacs entre la mémoire autobiographique, le témoignage personnel, le souvenir d'une mémoire empruntée, la mémoire collective des historiens, ou encore la mémoire intellectuelle et l'historiographie.

L'espace temporel est ici très intéressant : « la pensée du moment » suggère une sorte de fusion entre le passé et le présent. La mémoire collective serait alors en quelque sorte un magma composé de l'agglomération de ces différentes strates mémorielles. Qui plus est, la mémoire collective a pour particularité d'être vivante, mouvante et changeante. Des mutations s'observent particulièrement bien pour 1968, lors des différents anniversaires successifs qui apportent autant de nouveaux éclairages du passé à la lumière du présent. Les rituels commémoratifs varient sensiblement selon la mode du moment ou le parti politique au pouvoir. Dans les mots de Boris Gobille²³, « les interprétations successives de « l'esprit de Mai », qu'il s'agisse de le célébrer ou de le dénoncer, ont en commun une *méthode* : interpréter l'événement à l'aune de ses conséquences supposées »²⁴.

Se souvient-on bien aujourd'hui de la volonté exprimée par Nicolas Sarkozy de « liquider » l'héritage de 68 lors de son discours du meeting de Bercy en 2007 ? Celui-ci peut être interprété comme l'acte de renaissance d'un parlementarisme décomplexé, qui ne cherche pas forcément à liquider le mai culturel, comme il semble l'affirmer, mais plutôt de manière subreptice à liquider le mai ouvrier et les quelques acquis sociaux qui en ont découlé. La mémoire

21 Maurizio Gribaudi, Michèle Riot-Sarcey, 1848. *La Révolution oubliée* (Paris, La Découverte, 2008).

22 Jacques Guilhaumou, « Mémoires d'un étudiant en mai 1968 : le flux des manifestations et le protagoniste de l'événement », *Le Mouvement Social* (n° 233, 2010) : p.170.

23 Boris Gobille s'est intéressé à « la mémoire ouvrière de Mai 68 », voir : Boris Gobille, « La mémoire à demi-mots. Analyses d'une commémoration impossible », *Genèses* (n° 28, 1997).

24 Boris Gobille, « "L'événement Mai 68" Pour une sociohistoire du temps court », *Annales. Histoire, Sciences Sociales* (vol. 63, n° 2, 2008) : p. 321.

collective sert ici comme outil pour promouvoir un agenda particulier : diviser pour mieux régner. Le facteur politique est un déterminant de premier ordre dans la construction de la mémoire collective clivée, les tentatives d'instrumentalisation systématiques entraînant l'effacement et l'amalgame de certains aspects – par exemple la réduction de la mémoire collective ouvrière, rejetée hors de l'espace public – alors que d'autres sont exagérés de manière spectaculaire²⁵, en particulier les récits de vie héroïques des nombreux « leaders » autoproclamés.

Dans son article « Écrire sur 68 en spécialiste, tournant ou accomplissement ? »²⁶ le géographe Olivier Orain commente une demi-douzaine d'ouvrages portant sur 68 et parus en 2008 à l'occasion du quarantième anniversaire. Il se pose la question du panégyrique de l'histoire de « Mai 68 » et pointe l'abandon d'un régime d'explication mono-causal en faveur de bilans mosaïques, avec une multitude de discours qui s'entrecroisent. Avec cette multiplication des groupes, des discours et des positionnements intermédiaires des individus entre les groupes, il peut être intéressant de mobiliser la grille d'analyse développée par Joël Candau²⁷ afin d'éviter tant que possible les confusions « entre la métamémoire et la mémoire collective »²⁸. La métamémoire est définie « d'une part [comme] la représentation que chacun de nous se fait de sa propre mémoire, la connaissance que nous en avons et, d'autre part, ce que nous en disons »²⁹, c'est-à-dire sa mise en récit et son autoscopie individuelle. En d'autres termes, il convient de prendre garde à ne pas confondre la mémoire collective d'un groupe particulier avec le discours qui peut être donné et construit sur sa propre mémoire. Ainsi ce n'est pas parce qu'un·e étudiant·e se représente sa mémoire comme étant radicale et dit que « Mai 68 ne veut rien dire », ou au contraire que « 68 c'est la plus grande grève générale [de France] » dans un aspect nationaliste, que c'est véritablement le cas. La métamémoire est d'autant plus complexe qu'elle opère une distinction au niveau de la représentation. De plus, les analyses « à chaud » qui ont commencé de façon concomitante aux événements viennent nourrir cette métamémoire, tout comme les médias, écrits ou audiovisuels, qui excitent la frénésie commémorative marchande³⁰. Car depuis longtemps, « les événements de Mai 1968, en France, ont été « plus commémorés qu'historicisés » »³¹, ce qui a pour effet de

25 Pour plus de détails voir : Laurence De Cock, Fanny Madeline, Nicolas Offenstadt, Sophie Wahnich, (dirs.), *Comment Nicolas Sarkozy écrit l'histoire de France* (Marseille, Agone 2008).

26 Olivier Orain, « Écrire sur 68 en spécialiste, tournant ou accomplissement ? », *Genèses* (n° 76, 2009).

27 Joël Candau, « La métamémoire, ou la mise en récit d'une mémoire partagée » (à paraître), *La irrupcion del cuerpo. Oralidad: memorias, relatos y textos*, LOM Ediciones, (publication des Actes de la 5^{ème} École France Chili - *L'oralité : mémoires, récits et textes*, Université du Chili, mai 2011).

28 Joël Candau, *Mémoire et identité* (Paris, PUF, 1998) : p. 25.

29 *Ibid.*

30 Aubaine pour les éditeurs, « Mai 68 » est devenu « une sorte de géant bibliographique » (Jean-François Sirinelli, *Mai 68 : l'événement Janus* (Paris, CNRS éditions, 2008) : p. 9) et médiatique. Les universités commencent désormais à effectuer une récupération nécessaire de leur passé contestataire, qui est désormais devenu une plus-value importante sur un marché de l'enseignement supérieur de plus en plus compétitif. La question demeure ouverte quant à quel *sens* donner à ce passé.

31 Michelle Zancarini-Fournel, « 1968 : histoire, mémoires et commémoration » (*Espaces-Temps*, 1995) p. 152.

troubler les représentations. On se trouve alors face à un double processus de réduction polarisante de la mémoire collective combinée à une saturation de sa métamémoire par le biais des références et analyses systématiques. La commémoration crée ses propres publics³² qui vont ensuite lutter pour imposer leur définition du passé. Ce processus est en cours et n'a sans doute jamais été aussi fort qu'à l'aube du cinquantième anniversaire dont l'espace médiatique est déjà saturé, perpétuant une mémoire collective vidée de sens historique par la répétition orwellienne des clichés habituels.

Dès la première commémoration décennale de « Mai 68 », des enquêtes ont été réalisées par la presse nationale. La sociologue Ludivine Bantigny questionne la focalisation médiatique sur la jeunesse et son pseudo changement en l'espace de dix ans. Elle estime qu'il n'est « pas très étonnant qu'au terme de cette décennie, *Le Nouvel Observateur* ait choisi de titrer le commentaire d'un nouveau sondage “la bof génération”, en affirmant : “ils ne connaissent pas Cohn-Bendit, et Mai-68 appartient pour eux à une histoire lointaine” »³³. En 1977, « à la question “quel est l'élément de l'histoire de France qui vous fait le plus impression, qui soulève en vous le plus d'émotion ?”, seuls 3% des huit cents jeunes de 18 à 25 ans interrogés répondaient “Mai 68”, [...] 32,7% seulement auraient été heureux d'un nouveau Mai 68, contre 40,6 % que cette perspective mécontentait »³⁴. Ne revenons pas ici sur les biais des commémorations décennales de 68, mais indiquons que si ce « conflit de générations » est toujours évoqué par bon nombre d'étudiant·e·s aujourd'hui, c'est surtout un effet du dixième anniversaire.

Lors de notre enquête, tous et toutes sans exception connaissaient Daniel Cohn-Bendit. Pour cause, il est le personnage le plus célébré par les médias eux-mêmes. Ceci montre la force de la métamémoire sur le long terme. Lors du test projectif, une question revenait de manière récurrente, surtout lors des photos de l'occupation de la salle du conseil ou de l'assemblée générale : « Où est Cohn-Bendit ? », inquiet·e·s peut-être de ne pas voir ce référent mémoriel national. Lorsque son portrait apparaissait ensuite, dans une sorte de soulagement, les étudiant·e·s s'exclamaient : « Ah ! Le voilà », « Enfin ! », « lui on le reconnaît ! ». Ce plébiscite ne nous dit pas grand-chose sur la connaissance de la mémoire en soi, mais reflète plutôt la puissance symbolique du déferlement médiatique qui a fait, et continue de faire, de Cohn-Bendit une « célébrité ».

Les discours récurrents sur des aspects spécifiques du mouvement et les témoignages répétés de certains acteurs iconiques peuvent glisser vers la mémoire processuelle. Les commémorations dressent la mémoire comme un réflexe pavlovien. Ainsi, ce n'est pas parce que les médias ont créé « l'icône-Bendit » – pour reprendre le terme de Nadine Flourney et Denis Pérais – que cette mémoire fait consensus, ni qu'elle est forcément une réalité. Ainsi, « Cohn-

32 Sur ce thème voir les nombreux travaux de Daniel Cefaï.

33 Voir : Ludivine Bantigny, « “Que jeunesse se passe ?” Discours publics et expertises sur les jeunes après Mai 68 », *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, (n° 98, 2008) : p. 18.

34 *Ibid.*

Bendit est apprécié autant pour ses qualités d'invité que pour sa contribution à l'élaboration d'une version consensuelle de Mai 68 qui s'impose dans les médias : une présentation qui met en avant la révolte culturelle, générationnelle et estudiantine mais laisse à l'arrière-plan la mobilisation ouvrière et la grève générale »³⁵. C'est exactement ce que nous dit Boris Gobille, pour qui « une vision lettrée de Mai 68 qui, s'interrogeant sur le sens à donner au mouvement, ses origines, sa philosophie, voire sa "vérité", reste trop souvent focalisée sur le mai étudiant au détriment du mai ouvrier »³⁶. Et c'est en ce sens que Gilles Deleuze et Félix Guattari en sont arrivés à la conclusion que « Mai 68 n'a pas eu lieu »³⁷, car des problématiques multiples qui restent d'actualité aujourd'hui ont été enterrées sous la vision prépondérante et récurrente de « l'événement 68 ».

Paradoxalement le déclin du monde ouvrier en France aujourd'hui entraîne la quasi-inexistence d'un cadre social pour sa mémoire. D'autant plus que l'auto-exploitation bénévole du monde étudiant, avec ses stages, son travail en alternance, et sa précarité organisée, en a fait l'une des pièces instrumentales du déclin ouvrier. Paradoxalement, il faut s'intéresser à la mémoire collective des étudiants aujourd'hui même pour s'apercevoir que dans le cadre social de la précarité généralisée, la bipolarisation de la mémoire n'en est qu'accentuée. On l'a dit en introduction, lorsque Cohn-Bendit est retourné à l'université en 1998 pour participer à un colloque intitulé « 1967-68 qu'en reste-t-il 30 ans après ? », il a fait l'objet d'un attentat à la crème, commis par des étudiant·e·s de la Confédération nationale du travail. *L'Humanité* s'est empressée de titrer « Daniel Cohn-Bendit "entarté" par les anarchistes à Nanterre »³⁸. Dans la mémoire collective des militant·e·s anarchistes, il est le symbole de « ce que nous ne commémorerons jamais : la compromission, la collusion avec un système qui l'a adopté, intégré à ses rouages »³⁹.

Lors de sa dernière visite à l'université, célébrant cette fois-ci son cinquantenaire, c'est un doctorat *honoris causa* qu'il a reçu. Ici commence à s'ébaucher une différence entre la désactivation des mémoires collectives par leur réduction, c'est-à-dire par la tentative d'enfermement dans un cycle de commémorations hégémoniques, et au contraire leur activation qui se fait dans l'action hétérodoxe, souvent contestataire, militante, résistante ou révoltée, grâce à « un *détour* par le passé vers un avenir émancipé »⁴⁰.

35 Nadine Floury, Denis Pérais, « Mai 68 - 10 millions de grévistes, un seul survivant : Daniel Cohn-Bendit ? », *Acrimed*, 2008, voir : <http://www.acrimed.org/Mai-68-10-millions-de-grevistes-un-seul-survivant-Daniel-Cohn-Bendit#nh10>.

36 Boris Gobille, « La mémoire à demi-mots. Analyses d'une commémoration impossible », *Genèses* (n° 28, 1997) : p. 96.

37 Gilles Deleuze, Félix Guattari, « Mai 68 n'a pas eu lieu », *Les nouvelles littéraires*, (3-9 mai 1984).

38 « Daniel Cohn-Bendit «entarté» par les anarchistes à Nanterre », *Journal L'Humanité*, 1998, voir : <http://www.humanite.fr/node/182509>.

39 *Ibid.*

40 Kévin « bimpertinent » Victoire, « Michael Löwy : « Mai 68, c'est la rencontre du romantisme révolutionnaire et de la révolte

Inscription spatiale palimpseste des mémoires collectives : des murs aux amphithéâtres

Toute sociologie, à écrire, de l'imaginaire, ne peut s'échafauder qu'à partir d'une sociologie préalable de la mémoire

(Roger Bastide)

Les critiques du discours médiatique dominant sont nombreuses, et ce en particulier lors des commémorations académiques du quarantenaire de Mai 68. Ainsi le colloque « Mai 68 en quarantaine » tenu en 2008 à l'ENS Lyon, propose dans son programme de « se soustraire à ces batailles de mémoire, [...] de proposer des perspectives d'analyse rigoureuses qui ne saisissent pas Mai 68 simplement comme un événement mais aussi comme un processus affectant un contexte »⁴¹. Les commémorations sous leurs formes multiples, les discours médiatiques et aussi académiques, contribuent à la (dé)formation de la mémoire, qui peu à peu, devient une réalité, un régime de présent perpétuel⁴², remplaçant la mémoire collective des luttes par la réécriture palimpseste de l'histoire de ses échecs. Comme le suggère le sociologue Jérôme Truc, « quand des hommes considèrent leurs souvenirs comme réels, ils sont réels dans leurs conséquences, et tout particulièrement dans leurs conséquences spatiales. Réciproquement, un souvenir qui échoue à être localisé est un souvenir qui risque de ne pouvoir être attesté comme véritable, et par conséquent de se perdre »⁴³.

Les seules personnes qui semblent être intéressées par les murs du campus sont les militants politiques, qui collent régulièrement affiches et autocollants, et l'administration, qui ordonne à ses petites mains de les décoller ou de les repeindre. La parole des murs est importante, ce qui a été compris d'une manière quelque peu exagérée ces derniers temps : des grandes fresques commémoratives ont été érigées sur le campus, peintes par des grands noms du « *street art* », pour marquer une année de commémorations de 68. En quelques minutes, « La liberté guidant le peuple » a été réalisée au pochoir par C215, de bleu, de blanc et de rouge. Paradoxalement, il faut noter qu'au préalable, tous les graffitis « sauvages » ont été soigneusement effacés, et que toutes les traces de la mémoire du mouvement contre la loi travail qui décoraient les murs du campus ont été recouvertes, alors qu'aucun espace n'a été pensé pour l'expression libre.

Bien entendu, le campus est un lieu en changement physique permanent. La création *ex*

populaire » », *Le Comptoir*, 2015, (souligné dans le texte original), voir : <https://comptoir.org/2015/02/17/michael-lowy-mai-68-cest-la-rencontre-du-romantisme-revolutionnaire-et-de-la-revolte-populaire/>.

41 Colloque « Mai 68 en Quarantaine », Ecole normale supérieure Lettres et sciences humaines, les 22, 23 et 24 mai 2008 : <http://colloque-mai68.ens-lyon.fr/IMG>

42 Pour plus de développements sur le concept de présent perpétuel, comme syndrome de la fin de l'histoire proclamée par le néolibéralisme, voir Jérôme Baschet, « L'histoire face au présent perpétuel. Quelques remarques sur la relation passé/futur » in François Hartog, Jacques Revel (dirs.), *Les usages politiques du passé* (Paris, éditions de l'EHESS, 2001) : p. 55-74.

43 Jérôme Truc, « Mémoire des lieux et lieux de mémoire. Pour une socio-ethnographie halbwachsiennne de la mémoire collective », *revue internationale des sciences sociales* (n° 205, (à paraître)).

nihilo d'un pôle universitaire d'une telle ampleur implique des travaux conséquents et le site de l'université est donc en état de quasi-perpétuelle construction. Ceci impose des déplacements périodiques. Des bâtiments préfabriqués inadaptés qui ont duré passent la main à des bâtiments plus durables, signés par des architectes connus comme Paul Chemetov ou Pascal Gontier. Ici encore l'environnement spatial de l'université est souvent troublé. Difficile de reconnaître son reflet dans le miroir après cinquante ans.

N'oublions pas que « la stabilité de l'espace urbain fait partie de notre stabilité mentale »⁴⁴. La physionomie de l'intérieur des bâtiments a aussi quelque peu changé. Si on reconnaît les carrelages et les escaliers, les cloisonnements de certaines parties des bâtiments, la fermeture de certaines portes pour réguler les flux d'étudiant·e·s tout en les faisant passer devant les vigiles installés dans des « boxes », le déplacement et les fermetures successives des cafétérias, et ainsi de suite, répondent à des impératifs normatifs toujours plus importants. Mais les amphithéâtres, pour beaucoup d'entre eux, sont restés quasiment identiques à ce qu'ils étaient dans les années 60.

Leurs appellations, à l'image du campus, demeurent strictement fonctionnelles et sont le plus souvent constituées d'une lettre suivie d'un chiffre. Il y a néanmoins quelques exceptions avec les amphithéâtres « Henri Lefebvre » et « Pierre Grappin », figures antagonistes qui permettent en quelque sorte de donner un équilibre à la mémoire collective des universitaires. Depuis l'écriture de ce texte, l'université, toujours à la recherche de son identité, a lancé à grand coût, un plan visant à donner des noms à tous les bâtiments. Les militant·e·s, en 1968, avaient bien essayé de rebaptiser les amphithéâtres d'après des personnalités révolutionnaires : Castro, Guevara, Lénine, Lumumba, Luxemburg, Marx ou encore Mao, furent choisi·e·s pour marquer à la fois une volonté d'appropriation de l'espace et un usage de l'histoire tourné vers l'émancipation. Ces noms ne sont pas restés, la ferveur révolutionnaire ayant sans doute succombé ici aux couches successives de peinture couleur blanc cassé. Les marqueurs de la mémoire légitime sont entretenus consciemment dans les lieux de mémoire, mais si l'on gratte les couches, des traces toutes autres peuvent apparaître. On se demande alors ce que disent les murs, si on leur laisse la parole⁴⁵.

Prendre la parole de manière révolutionnaire nécessite la création d'un nouveau langage, d'une nouvelle culture. Celui-ci ne s'écrit pas dans un cahier bien tenu, ni dans un journal prétendument radical, mais il s'écrit haut et fort depuis son imaginaire, abolissant la morosité des murs blancs sans raison ni retenue. Les murs enregistrent l'histoire et retiennent le temps, « utilisés comme support de l'écriture, ils sont extrêmement froids et servent à unir les époques »⁴⁶.

44 Anne Raulin, « Résilience urbaine à Lower Manhattan. Raccords mémoriels et déni dans l'après 11 septembre 2001 » in Denis Peschanski (dir.), *Mémoire et mémorialisation*, (Paris, Hermann, 2013).

45 Julien Besançon, *Les murs ont la parole. Journal mural mai 68 : Sorbonne, Odéon, Nanterre, etc...* (Paris, Tchou, 2007).

46 Marshall McLuhan, *Pour comprendre les médias. Les prolongements technologiques de l'homme* (Paris, Seuil, 1977[1964]) : p. 42.

L'enjeu est de taille, le mur étant le support vierge permettant le fleurissement des slogans de la parole libérée. Le paradoxe est que tous les registres sont permis seulement sur ces espaces interdits. Il s'agit d'accrocher un regard, de stimuler une pulsion, une passion, de réveiller l'être de sa torpeur quotidienne. Mais les « slogans références », ont-ils toujours des effets aujourd'hui ? Les détournements auquel qu'ils visaient n'ont-ils pas été détournés à leur tour ?

Aujourd'hui, il est bien impossible de recenser tous les graffitis « sauvages », ne serait-ce que dans un seul bâtiment, le marché des pots de peinture blanche étant concurrent de celui des bombes et des marqueurs permanents. Seule différence pratique avec les années 68, on voit désormais fleurir un grand nombre d'autocollants militants à but de propagande qui se collent sur toutes les surfaces. Ceci-dit, bon nombre de graffitis « sauvages » me semblent situés dans une continuation des slogans dit « situationnistes » caractéristiques du mouvement étudiant de 1968. Les murs sont alors en quelque sorte un écho de leur message libertaire. Les toilettes sont de tous temps des lieux privilégiés pour un tag tranquille : « Votre éducation est notre marchandise ! La direction collectif banque mo-néo UNEF », pur détournement, pastiche peut-être moins évocateur que son original de 68 : « les syndicats sont des bordels, l'UNEF est une putain ».

Les étudiant·e·s qui écrivent ces graffitis sur les murs se réclament rarement d'un courant de pensée spécifique et ont souvent en horreur la catégorisation : tout comme leurs messages, ils et elles se veulent impénétrables. La similarité entre ces graffitis et ceux des années 1968, malgré le demi-siècle qui les sépare, réside dans leur aspect oppositionnel et insaisissable, leur refus d'une identification ou d'une détermination spécifique. Ces graffitis sont de l'ordre de la critique artiste. Ainsi, l'espace de liberté que représentent les murs de Nanterre est un éternel recommencement, jeu perpétuel du chat et de la souris entre étudiant·e·s et surveillant·e·s. « *Mouvement furtif, coup d'œil alentour, ces mots peints au vif, resteront-ils un jour ? Laissez-les vivre, un peu, au moins un dimanche, au lieu de vous armer rageux, de cette peinture blanche. Sachez alors, confrères, que dans ces mots parfois vulgaires, subsiste la flamme libertaire qui brûlera toujours à Nanterre* ». Comme ces tags inspirés, les mémoires collectives se font par couches successives, qu'il est nécessaire de renouveler en permanence, d'un côté comme de l'autre. Les murs sont de véritables lieux éphémères pour la mise en scène de la mémoire, où de son absence.

Conclusion : mémoires collectives en miettes

La mémoire collective des étudiant·e·s de Nanterre aujourd'hui est loin d'être fixée, surtout en ce qui concerne l'histoire contemporaine de l'institution, la culture et l'identité qu'elle cherche à véhiculer. Pourtant, la mémoire est un enjeu capital pour l'université qui doit se la réapproprier, si ce n'est pour attirer de nouvelles cohortes qui imaginent que venir à Nanterre leur permettra d'acquérir une socialisation politique contestataire contre un monde

dont il faut rappeler qu'il n'a jamais été aussi inégalitaire. Si des étudiant·e·s contribuent à la continuation contestataire par leur activité graphique et militante, il n'en demeure pas moins qu'on constate une véritable méconnaissance du passé de l'université. Celle-ci est sans doute responsable, car traiter son propre public comme un « ennemi », puis comme un « client » ne permet pas de donner du sens à ce que cela signifie de travailler, en tant qu'étudiant, enseignant ou personnel, à l'université de Nanterre. La stérilité des commémorations officielles à sens unique enferme un passé à facettes multiples dans un présent perpétuel. Pour reprendre une expression des étudiant·e·s, « ici on a l'impression que 68 est passé aux oubliettes ». Paradoxe d'une université qui n'assume pas ses multiples identités.

Le cadre social du capitalisme avancé des années 1968 qui semblait déboucher sur un monde où les besoins matériels de toutes et tous était pourvus, s'écroule en réalité dans un monde de plus en plus précaire et inégalitaire. Désactiver la mémoire collective en l'enfermant dans le cycle du présent perpétuel rythmé de commémorations marchandes semble être le parti pris de l'université, qui efface et réécrit l'histoire. C'est en ce sens que « l'événement en lui-même s'est trouvé dépassé par ses représentations successives »⁴⁷ par un processus de saturation et de réductions mémorielles. En témoigne la figure de Cohn-Bendit, devenu un référent mémoriel incontestable, réifié en marchandise par l'université elle-même.

Dans un contexte plus grave, Naomi Klein analyse la société comme étant maintenue dans un état de choc permanent par le biais des médias de masse et en conclut que « le premier acte de résistance consisterait peut-être à refuser qu'on efface notre mémoire collective »⁴⁸. Alors que la mémoire collective étudiante est effacée en permanence et que l'université peine à se définir elle-même, ne serait-il pas temps de célébrer la diversité et l'hétérogénéité de 68, par ailleurs mises en avant par toute recherche sérieuse à ce sujet ? Le problème ici n'est pas tant l'effacement de la mémoire que l'activation des thématiques de justice, d'égalité, d'espoir et d'émancipation liées à ces mémoires collectives et enterrées sous les couches successives du vernis commémoratif, cherchant à les figer dans une stase permanente. Alors qu'aujourd'hui des alternatives se construisent partout, l'université pourrait saisir la chance qui lui est offerte pour rejouer un rôle, non seulement de conservateur, mais d'activateur de mémoires collectives émancipatrices, comme elle a pu le faire par le passé.

Références bibliographiques

BANTIGNY, Ludivine. “Que jeunesse se passe?” Discours publics et expertises sur les jeunes après Mai

47 Kristin Ross, *Mai 68 et ses vies ultérieures* (Marseille, Agone, 2010 [2002]) : p. 7.

48 Naomi Klein, *The Shock Doctrine*, Michael Winterbottom, Mat Whitecross, scénario: Naomi Klein, Renegade Pictures, 2010, film documentaire, 80 min (1:08:30).

68. *Vingtième Siècle*, n. 98, 2008.

BASCHET, Jérôme. L'histoire face au présent perpétuel. Quelques remarques sur la relation passé/futur. In: HARTOG, François; REVEL, Jacques (dirs.). *Les usages politiques du passé*. Paris: EHESS, 2001.

BECKER, Howard. Les photographies disent-elles la vérité? *Ethnologie française*, n. 37, 2007.

BESANÇON, Julien. *Les murs ont la parole: journal mural mai 68*: Sorbonne, Odéon, Nanterre, etc... Paris: Tchou, 2007.

CANDAU, Joël. La métamémoire, ou la mise en récit d'une mémoire partagée. In: *La irrupcion del cuerpo. Oralidad: memorias, relatos y textos*. Santiago de Chile: Cátedra Michel Foucault, Universidad de Chile, 2013.

_____. *Mémoire et identité*. Paris: PUF, 1998.

CYRULNIK, Boris; PESCHANSKI, Denis. *Mémoire et traumatisme: l'individu et la fabrique des grands récits*. Paris: INA Éditions, 2012.

DANIEL Cohn-Bendit «entarté» par les anarchistes à Nanterre. *Journal L'Humanité*, 6 mai 1998. Disponible em: <http://www.humanite.fr/node/182509>.

DE COCK, Laurence; MADELINE, Fanny; OFFENSTADT, Nicolas; WAHNICH, Sophie (dirs.). *Comment Nicolas Sarkozy écrit l'histoire de France*. Marseille: Agone 2008.

DELEUZE Gilles; GUATTARI, Félix. Mai 68 n'a pas eu lieu. *Les nouvelles littéraires*, 3-9 mai 1984.

DOBRY, Michel Dobry. *Sociologie des crises politiques. La dynamique des mobilisations multisectorielles*. Paris: Presses de Science Po, 2009.

DUTEIL-OGATA, Fabienne. La photo-interview: dialogues avec des Japonais. *Ethnologie française*, n. 37, 2007.

DUTEUIL, Jean-Pierre. *Mai 68, un mouvement politique*. Mauléon: Acratie, 2008.

FEUER, Lewis S. *The Conflict of Generations: The Character and Significance of Student Movements*. New York: Basic Books, 1969.

FLOURY, Nadine; PERAIS, Denis. Mai 68 – 10 millions de grévistes, un seul survivant: Daniel Cohn-Bendit? *Acrimed*, 26 abr 2008. Disponible em: <http://www.acrimed.org/Mai-68-10-millions-de-grevistes-un-seul-survivant-Daniel-Cohn-Bendit#nh10>.

GOBILLE, Boris. "L'événement Mai 68". Pour une sociohistoire du temps court. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, vol. 63, n. 2, 2008.

_____. La mémoire à demi-mots. Analyses d'une commémoration impossible. *Genèses*, n. 28, 1997.

_____. La mémoire à demi-mots. Analyses d'une commémoration impossible. *Genèses*, n. 28, 1997.

GRIBAUDI, Maurizio; RIOT-SARCEY, Michèle. *1848. La Révolution oubliée*. Paris: La Découverte, 2008.

GUILHAUMOU, Jacques. Mémoires d'un étudiant en mai 1968: le flux des manifestations et le protagoniste de l'événement. *Le Mouvement Social*, n. 233, 2010.

HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: Albin Michel, 1997.

_____, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: PUF, 1952.

HAMON, Hervé; ROTMAN, Patrick. *Génération*. Vol. 1 – Les années de rêve. Paris: Seuil, 1987.

_____. *Génération*. Vol. 2 – Les années de poudre. Paris: Seuil, 1988.

LACAN, Jacques. *Le séminaire*. Liv. XVII. Paris: Seuil, 1991.

- LIEURY, Alain. *La mémoire: résultats et théories*. Bruxelles: Dessart et Mardaga, 1992.
- MCLUHAN, Marshall. *Pour comprendre les médias: les prolongements technologiques de l'homme*. Paris: Seuil, 1977.
- ORAIN, Olivier. Écrire sur 68 en spécialiste, tournant ou accomplissement? *Genèses*, n. 76, 2009.
- RAULIN, Anne. Résilience urbaine à Lower Manhattan. Raccords mémoriels et déni dans l'après 11 septembre 2001. In: PESCHANSKI, Denis (dir.). *Mémoire et mémorialisation*. Paris: Hermann, 2013.
- ROSS, Kristin. *Mai 68 et ses vies ultérieures*. Marseille: Agone, 2010.
- ROTMAN, Patrick; ROTMAN, Charlotte. *Les années 68*. Paris: Seuil, 2008.
- SIRINELLI, Jean-François. *Mai 68: l'événement Janus*. Paris: CNRS éditions, 2008.
- TRUC, Gêrôme. Mémoire des lieux et lieux de mémoire. Pour une socio-ethnographie halbwachsiennne de la mémoire collective. *Revue internationale des sciences sociales*, n. 205.
- VICTOIRE, Kévin «l'impertinent». Michael Löwy: «Mai 68, c'est la rencontre du romantisme révolutionnaire et de la révolte populaire». *Le Comptoir*, 17 fev 2015. Disponível em: <https://comptoir.org/2015/02/17/michael-lowy-mai-68-cest-la-rencontre-du-romantisme-revolutionnaire-et-de-la-revolte-populaire>.
- ZANCARINI-FOURNEL, Michelle. 1968: histoire, mémoires et commémoration. *Espaces-Temps*, n. 59-61, 1995.

SOBRE O AUTOR:

Simon Ridley

Docteur en sociologie de l'université Paris Nanterre, Simon Ridley a réalisé un thèse sur la liberté d'expression étudiante utilisant come étude de cas multisituée les campus de Berkeley et de Nanterre. Il enseigne la sociologie à l'université de Limoges et termine en ce moment un manuscrit sur l'alt-right. Membre du laboratoire Sophiapol, il participe à plusieurs groupes de travail dont l'ISA, l'ESA, l'AFS, l'AFSP, la FSHS, le GENA, la Cité des mémoires étudiantes et d'autres encore.

DESC
DIREITO, ECONOMIA &
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

MARXISMO, ECOLOGIA E COSTITUZIONE: una dibattito sul “Pianeta sfinito”

MARXISM, ECOLOGY AND CONSTITUTION:
a debate on the “exhausted Planet”

DESC
DIREITO, ECONOMIA &
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

MARXISMO, ECOLOGIA E COSTITUZIONE: una dibattito sul “Pianeta sfinito”

MARXISM, ECOLOGY AND CONSTITUTION: a debate on the “exhausted Planet”

Francesco Rubino

Università di Salerno
francescorubino.brasil@gmail.com
lattes.cnpq.br/9101785485781699

Riassunto: Questo saggio analizza le origini del consolidamento progressivo della sensibilità ecologica negli ultimi cento anni, le rapporti tra l'ecologia e la costituzione e l'ampiezza teorica dei concetti di diritti fondamentali, diritti umani, democrazia, socialismo per evitare la catastrofe, non dimenticando che il discorso ecologico è nato nella tradizione socialisti sovietici. Analizza anche dalla guerra come fonte di diritto e la legittima difesa ambientale nel diritto internazionale al 'ambiguo' ma necessario corollario del principio internazionale di solidarietà come uscita possibile alla crisi. La costruzione di altre nozioni come “beni pubblici globali” sembra, da molti, un'altra conseguenza di questa opposizione tra la protezione ambientale e gli interventi umanitari, entrambi su scala globale e planetaria. Salvare l'ambiente e salvare l'economia è il secondo grande problema: che cos'è la produzione ambientale e come funziona al di là delle tante assunzioni di responsabilità e dei tanti commitments che non hanno séguito? Esiste un “capitale naturale del mondo”? è l'ultima questione del saggio, come da una decina d'anni si è legittimato un modo di vedere che punta alla valorizzazione del “capitale naturale del mondo”. Dinanzi una somma di argomenti critici e storici a tutti questi concetti, l'articolo tende a concludere che l'atteggiamento politico è proprio invece quello di un “evasionismo” dal Pianeta, di un abbandono cioè nei confronti di un pianeta ormai in crisi irreversibile.

Parole-chiavi: marxismo, ecologia, costituzione.

Abstract: This paper analyzes the origins of the ecological sensitivity progressive consolidation in the last hundred years, the relationships between ecology and constitution and the theoretical breadth of the concepts of fundamental rights, human rights, democracy, socialism to avoid catastrophe, remembering that the ecological discourse was born in the Soviet socialist tradition. It also analyzes war as a source of law and legitimate environmental defense in international law to

the “ambiguous” but necessary corollary of the international principle of solidarity as a possible way out of the crisis. The construction of other notions as “global public goods” seems, by many, another consequence of this opposition between environmental protection and humanitarian interventions, both on a global and universal scale. Saving the environment and saving the economy is the second big problem: what is environmental production and how does it work beyond the many assumptions of responsibility and the many commitments that have not been accomplished? Is there a “natural capital of the world”? is the last question of the essay, as for the last ten years a way of seeing has been legitimized that points to the enhancement of the “natural capital of the world”. In front of a sum of critical and historical arguments to all these concepts, the article tends to conclude that the political attitude is precisely that of an “evasion” from the Planet, that is an abandonment towards a planet now in an irreversible crisis.

Keywords: marxism, ecology, constitution

È da molti anni (almeno, forse, dai primi disastri ambientali di una certa dimensione internazionale, legati a grandi trasformazioni politiche, come l’incidente nucleare di Chernobyl dell’aprile 1986) che la coscienza ambientalista tenta di imporsi come una sorta di *general intellect*, tanto attivo quanto passivo, un po’ dappertutto sul pianeta.

Pertanto l’affermazione di una visione, appunto, *generale* quale quella dell’Antropocene o del Capitalocene porta con sé più ambiguità e inesattezze di quante tenti di superarne. Il problema, semmai, non è tanto quello di accettare l’idea (o il fatto) che la specie umana abbia (o non) determinato causalmente (o contribuito a determinare) una crisi ecologica irreversibile (riscaldamento globale o generico cambiamento climatico). Quanto, piuttosto, quello di accettare la prospettiva che questa stessa specie si faccia ora carico della soluzione del problema! Per tentare di arrivare ad un incontro, mancato ma possibile, tra l’analisi critica del capitalismo e la prospettiva ecologica matura, sullo sfondo di un costituzionalismo che sia finalmente all’altezza della sfida.

Ma andiamo con ordine, e seguiamo alcune tappe che, da un ambientalismo legato alla rivoluzione degli stili di vita, ha portato all’*eco-criticism* e alla *deep ecology* e a visioni come quella del bioregionalismo, soprattutto negli Usa, del gruppo italiano *nonsprecare* di Antonio Galdo, o addirittura come quella di un “capitalismo naturale” proposta dall’economista premio Nobel Edmund S. Phelps, ma anche ad ampie ricognizioni antropologiche come *l’écologie des autres* di Philippe Descola.

1

Il consolidamento progressivo della sensibilità ecologica negli ultimi cento anni

La sensibilità ambientalista¹ si è di certo consolidata negli anni, e ha preso direzioni ormai diverse e estremamente diversificate, finanche eclettiche. Vediamone in rapida sinossi alcune tappe.

Dalla scuola di Ascona per gli anarchici e i comunisti germanofoni negli anni '20 del secolo scorso, si passa con un grande “salto” alla definizione dell’ambiente come “ecologia umana” degli anni '50, e quasi senza soluzione di continuità alla lotta contro la minaccia atomica negli anni '60, al Club di Roma di Aurelio Peccei e dei coniugi Meadows di Chicago negli anni '70.

Potremmo definire questa traiettoria di studio e di coscienza popolare come *catastrofismo controllato*. Le sue caratteristiche si rifanno sostanzialmente a due costanti: la coscienza olistica del Pianeta (come se fosse un paradigma in sé e autosufficiente, che include la vita umana e l'appartenenza della specie umana alla Natura) e il tradimento della sostenibilità ambientale da parte della specie umana. Questo tradimento è a sua volta intenzionale in alcune versioni (legate alla dicotomia tra le esigenze della vita umana grazie alla produzione industriale e allo sviluppo tecnologico, e la vita autonoma dell’ambiente messa invece in crisi proprio dalle esigenze umane, dalla chimica farmaceutica alla struttura urbana della convivenza, dalla consumazione di carne animale come cibo all’impiego di energie fossili, ecc.).

Un'altra traiettoria si origina dalla nascita dell’ecologia politica e dell’ecomarxismo negli anni '80, nonché dell’eco-femminismo nei primi anni '90, e arriva senza grandi novità interne alle grandi conferenze internazionali degli anni '80 e '90 (Rio e Kyoto per tutti). Semplificando forse un poco, a fini didattici, potremmo definire questa importante linea di pensiero a partire dalla testa di una celebre rivista, *Capitalismo, natura, socialismo*. Laddove il *capitalismo* si riferisce al contesto generale della crisi ecologica (ma anche economica e umanitaria), il *socialismo* richiama i soggetti e le prospettive anticapitaliste (non necessariamente, ma almeno implicitamente ambientaliste ed ecologiste, con molte sfumature di senso e in varie versioni storiche e politica), e la *natura* implica invece l'esistenza di un oggetto (il pianeta, in questo caso, con le sue leggi e i suoi ritmi, oltre che con i suoi abitanti) meritevole di tutela e rilancio (da parte delle prospettive socialiste) e non destinato alle sole attività di esplorazione o di sfruttamento.²

1 Utilizzo la nozione sociologica di *senso* (come *sensibilità*) rifacendomi in gran parte a Simmel.

2 Non si pensi che, per quanto “compatibili” sul piano politico, le correnti che ho ricompreso nella formula CNS siano anche compatibili sul piano scientifico, economico, o anche solo genericamente ecologico. L'ecosocialismo di Michael Löwy e l'ecomarxismo di James O'Connor, ad esempio, oltre ad essere difficilmente compatibili tra di loro (per vari motivi che vedremo rapidamente in seguito), sono anche incompatibili con un anticapitalismo di tipo “verde” propugnato da Daniel Tanuro o con la visione delle “tre ecologie” di Felix Guattari o con il cd. ecofemminismo. Senza neanche ricordare qui che la parte marxista o comunista o ambientalista di sinistra che ha lanciato e sostenuto le grandi conferenze mondiali (fino a quella di Parigi del 2015, forse l'ultima realmente marcata da una netta impostazione radicale e “di sinistra”) è oggetto da almeno un quarto di secolo di scissioni interne e contrapposizioni spesso molto dure (derivanti soprattutto, ma non solo, dall'impegno dei partiti ecologisti in deludenti esperienze di governo, ad esempio in Francia, Germania, Italia e Spagna). Sarebbe davvero improponibile anche una breve rassegna bibliografica su questi vastissimi temi, né posso rendere conto qui delle tante implicazioni di un dibattito sempre aperto e mai

Una terza linea di sviluppo della sensibilità ambientalista risulta quasi paradossale nel suo svolgimento, perché include tanto la Borsa dell'anidride carbonica degli anni 2000 (che è da tutti i punti di vista un'aberrazione incontestabile, prevedendo sostanzialmente la circolazione delle attività inquinanti dietro corrispettivo, pagato appunto in "quote" di anidride carbonica, come se quest'ultima fosse una sorta di moneta di cambio universale dell'inquinamento), quanto le evidenze del riscaldamento globale negli ultimi quattro anni (tre dei quali sono stati i più caldi di sempre), fino addirittura a un fenomeno mediatico (e, per ora appunto, *solo* mediatico) come quello della giovane studentessa svedese Greta Thunberg animatrice del movimento internazionale *Friday for future*.³ E questi ultimi due fenomeni, va da sé, sono di certo funzionali al primo. Possiamo provare a definire questo tipo di sensibilità nei termini di un *ambientalismo formale*.

Catastrofismo controllato, CNS e ambientalismo formale sono, a mio parere, le tre modalità principali che hanno caratterizzato il dibattito ecologista degli ultimi cento anni.

pur troppo approfondito tra ecologia e marxismo, nonostante i tentativi straordinari di molti marxisti, da Dussel a Prestipino. Mi limito ai testi a cui mi riferisco sopra, che sono i seguenti: GUATTARI, Felix. *Les trois écologies*. Paris: Galilée (1989), nonché l'imponente raccolta di testi GUATTARI, Felix. *Qu'est-ce que l'écologie ?* a cura di S. Nadaud. Paris: Lignes – Imec (2013); LÖWY, Michael. *Ecosocialisme. L'alternative radicale à la catastrophe écologique capitaliste*. Paris: Mille et une nuits – Fayard (2011), nonché *Ecologie et socialisme*. Paris: Syllepse (2005); TANURO, Daniel. *L'impossible capitalisme vert*. Paris: La découverte (2010, 2012). Quanto all'eco-femminismo, che al momento conta posizioni molto diversificate (più tardi ci riferiremo brevemente ad Ariel Salleh e ai suoi testi fondatori), preferisco menzionare un'autrice davvero originale quale Serenella Iovino, di cui ad esempio si può leggere IOVINO, Serenella. *Ecologia letteraria. Una strategia di sopravvivenza*. Milano: Edizioni Ambiente (2014).

3 Il "fenomeno" della quindicenne Greta Thunberg è davvero troppo semplice ma anche troppo complesso per poterne qui riportare anche brevemente le possibili implicazioni sociali, culturali, politiche, economiche, e anche di immaginario... Basti soltanto segnalare due aspetti, per il momento. Il primo è che (al di là della buona fede della protagonista e dei protagonisti, e al netto di ogni possibile visione del complotto, che come tale si applicherebbe anche al "fenomeno Greta" senza altra dimostrazione, con tutti i limiti di miopia che tali "teorie" spesso presentano) si tratta di un fenomeno essenzialmente mediatico che, come *molte* altri, si affianca alla tirata statunitense (obamiana, certo, ma anche trumpiana) che promuove la sostituzione e il decentramento delle fonti di energia fossile in favore di energie dette impropriamente "rinnovabili", e anch'esse altamente inquinanti e produttrici di riscaldamento globale (come, appunto, l'elettricità come fonte *universale*). Il secondo è che l'ambientalismo proposto dalla studentessa svedese e dai suoi promotori e "azionisti" costituisce di certo ben più di un notevole salto *indietro* rispetto alle conquiste ecologiche degli anni '50 e '60, che avevano ad esempio (su impulso dei paesi socialisti in sede ONU) concentrato l'attenzione ambientalista sui mari e sugli oceani. In termini più rigorosi, quella della studentessa non sarebbe neanche una proposta ambientalista, né ovviamente ecologista, ma un semplice invito alla militanza "globale" in favore del decentramento ai paesi più "poveri" delle tecnologie del carbone e del petrolio (risorse peraltro che allo stato naturale quei peraltro già hanno in abbondanza). Insomma, al netto della presumibile buona fede dei protagonisti (lo ripetiamo), si tratta di una militanza davvero insolita: cioè, in favore della borsa della CO2! Un po' più sfumato e articolato, con alcuni esempi relativi ai salmoni, era un discorso pressoché identico pronunciato dalla giovane canadese Severn Suzuki alla Conferenza Onu sull'ambiente di Rio de Janeiro nel giugno 1992. Si tratta di un discorso da cui quello della Thunberg sembra copiato alla lettera... ma tagliato (ad esempio quanto al "buco nell'ozono", che ormai non preoccupa più i governi promotori della riconversione energetica), inducendo ben più di un sospetto sulla molto probabile, e peraltro "naturale", esecrabile manipolazione politico-mediatica dell'impegno giovanile!

In effetti, quello che sembra davvero assurdo nelle vicende mediatiche che riguardano la visione "infantile" dell'ecologia e della politica non è tanto il fatto che si attribuisca una responsabilità enorme ai ragazzi. Almeno in Italia questo non è affatto scandaloso, e ne abbiamo nobili esempi sia nella letteratura sia nell'impegno politico, sia nella Resistenza antifascista, se almeno si pensa alle esperienze straordinarie di Lorenzo Milani e della Scuola di Barberia, o al Movimento di cooperazione educativa coordinato da Mario Lodi a Rho (esperienze certo piccole ma *quanto* importanti e avanzate!), per non parlare di Gennarino Capuozzo nelle quattro giornate di Napoli e dei tanti suoi coetanei nel Sud e nel Nord italiano dal 1943 al 1945. Non è questo, dunque. E anzi, magari questi eroi ecologisti avessero ereditato il coraggio di Gennarino! E anche in campo ecologista riconosciuto dall'Onu ci sono esempi encomiabili, come quello della giovanissima Ta'Kaiya Blaney e del progetto *Earth Revolution* portato avanti dal rocker e rappresentante della *First Nation* Robbie Romero. Quello che confonde è piuttosto che la visione che ci viene proposta da questo tipo di ecologismo spicciolo e superficiale e *solo* mediatico è veramente troppo provinciale ed è limitatissima. Perché dare insomma la responsabilità mediatica del pianeta a ragazzi che, per età e vita vissuta, non hanno mai conosciuto il mondo, non sono eredi di antiche sapienze, e il massimo che possono pensare di conoscere davvero è la loro casa o la loro città? *La nostra casa è in fiamme*, appunto. Quanto lontani siamo pur troppo dall'elegante gioco di parole della *Rivoluzione della Terra* cantata da Ta'Kaiya...

2

L'incontro mancato tra l'ecologia e la costituzione

Nello stesso tempo, il diritto e la politica hanno seguito questa evoluzione della scienza e dell'opinione pubblica tentando di fare una “guerra di trincea” contro il danno ambientale e i cambiamenti climatici. Alcune costituzioni hanno previsto un principio generale di tutela ambientale (al pari della tutela del mercato e della concorrenza, che da sempre sono considerati come i nemici principali proprio dell'ambiente, della Natura e della Cultura).⁴ Altre sono state più specifiche, e hanno previsto un principio di tutela del *paesaggio* e alcune limitazioni del mercato e delle attività economiche. Altre ancora hanno elaborato strumenti più raffinati (e molto meno efficaci), come le azioni collettive sulla base dei principi di precauzione, di prevenzione, di riparazione, ecc. Tutto questo è naturalmente molto noto. Ma devo rilevare che, nonostante l'indubbia bellezza di alcune norme costituzionali (ad esempio quella italiana che tutela il paesaggio), e nonostante la grande buona volontà di alcuni importanti organismi pubblici che sono stati istituiti dalle Costituzioni (come la *defensoria publica* brasiliana, che studio dal 2009 per tentare di portarla anche in altri paesi europei), manca del tutto, *dovunque nel mondo*, un principio generale di tutela ambientale. Voglio dire: manca del tutto, e *dovunque*, purtroppo, un principio che stabilisca la priorità assoluta della difesa dell'ambiente.⁵

In effetti, bisogna tentare di comprendere la struttura delle costituzioni (e in parte i testi e i contenuti propriamente relativi al diritto costituzionale) a partire da quattro processi storici che si sono svolti e affermati intrecciandosi tra di loro, a volte elidendosi o rafforzandosi a vicenda, e soprattutto *sempre* con velocità diverse.

I diritti fondamentali

Un primo processo è quello dei *diritti fondamentali* (o sociali), nelle varie generazioni in cui si sono succeduti. I brasiliani ne contano ad esempio sei (o sette se si considera anche l'efficienza dello stato, soprattutto dopo le complesse stagioni di amplificazione e studio dei

4 Per un inquadramento generale del fenomeno ambientalista legato alle costituzioni (nello specifico, a quelle europee, che lo hanno di certo anticipato, a causa del contesto di devastazione e alle esigenze della ricostruzione dopo la seconda guerra mondiale), si vedano ad esempio i lavori e le ricerche coordinate da Domenico Amirante: AMIRANTE, Domenico (a cura di). *Diritto ambientale e Costituzione. Esperienze europee*. Milano: Franco Angeli (2000). Tra i testi più diffusi in materia, OST, François. *La nature hors la loi. L'écologie à l'épreuve du droit*. Paris: La découverte (2003). Per un inquadramento sistematico e comparato della legislazione europea in materia ambientale, possono consultarsi i manuali (nelle differenti versioni ed aggiornamenti) di Michel Prieur. Il problema è che l'inquadramento “sistematico” del diritto dell'ambiente, anche quando è sviluppato in maniera tendenzialmente completa, risente dei paradigmi giuridici e dell'origine privatistica del diritto occidentale (come, per tutti, dimostra l'esempio della dogmatica del *danno ambientale*) e dunque si rivela, a mio parere, davvero inutilizzabile per la ricerca di nuovi paradigmi per un rapporto tra ecologia e costituzione. Un esempio è nei saggi raccolti in GRASSI, Stefano. *Problemi di diritto costituzionale dell'ambiente*. Milano: Giuffrè – Roma: Università LUISS Guido Carli – Firenze: Dipartimento di Diritto pubblico (2017).

5 Anche i principi di precauzione e di prevenzione, che sono i più antichi elaborati dalla giurisprudenza un po' in tutto il mondo (nonostante le differenze tra Civil Law e Common Law, tra legalità socialista e diritto occidentale), sono stati applicati alla salute (per esempio quando il danno ambientale abbia determinato una lesione importante del diritto alla salute: inquinamento, malattie, epidemie, ecc.), ma non all'ambiente in generale.

Potremmo quasi inferirne che in effetti manca una teoria della soggettività ambientale, dell'ambiente *in quanto soggetto*.

fenomeni di degrado della vita politica o di generica e diffusa percezione di corruzione). L'Europa, come è noto, ne conta solo tre (o forse quattro, se si considerano come autonome le rivendicazioni di genere e quelle identitarie in genere, le questioni bioetiche e biopolitiche, e soprattutto le tante contraddizioni della società dell'informazione).

I diritti fondamentali nascono assieme alle rivoluzioni industriali e tecnologiche (nell'antico Egitto dell'esodo ebraico come nel XVIII secolo inglese e francese) e alle fasi di modernizzazione e ristrutturazione capitalistica (nella neonata Unione sovietica all'indomani della Rivoluzione, nell'Europa del primo dopoguerra a Weimar o nell'Italia del secondo dopoguerra, nel Maghreb della seconda metà degli anni '60 dello scorso secolo, nel Vietnam post-unitario, nel Brasile post-dittatoriale, nel Brasile degli anni 2000 con i tre governi del PT, ecc.).

La forma storica e politica dei diritti fondamentali è incarnata dalle costituzioni, con pochissime eccezioni (ad esempio il Patto internazionale sui diritti economici, sociali e culturali in vigore dal 23 marzo 1976, figlio della stagione della Decolonizzazione africana e asiatica). Fin dalla "Costituzione della Repubblica partenopea dell'anno 1799", redatta dal rivoluzionario Francesco Mario Pagano, che segue quelle giacobine e per molti versi le anticipa anche, i diritti fondamentali si presentano con due caratteristiche principali, che li differenziano sostanzialmente e formalmente dalle altre tipologie di diritti che si 'agitano' nel mondo politico delle decisioni e in quello giuridico e filosofico delle norme e delle aspettative etiche.

Da un lato sono gli eredi di antiche saggezze e di antichi popoli (e anche di antiche Repubbliche, come espressamente scrive Pagano), tendenza interpretativa che da tempo si sta diffondendo.⁶ Dall'altro, e direi: soprattutto, i diritti fondamentali sono *il* prodotto principale delle Rivoluzioni politiche.⁷

I diritti umani

Quanto al secondo processo storico confluyente nella dinamica costituzionale moderna, diremo semplicemente che i *diritti umani* sono più diffusi nel mondo di quanto non siano

6 Per tutti, oltre a Hill, Rawls, Rorty, Scheffer, potremmo ricordare i lavori di Otfried Höffe, tra cui ad esempio HÖFFE, Otfried. *Kategorische Rechtsprinzipien. Ein Kontrapunkt der Moderne*. Frankfurt am Main: Suhrkamp (1990).

7 Nonostante quanto pensino alcuni formalisti "puri" (tra i quali ad esempio Robert Alexy e Stieve Peczenik, o più di recente Otto Pfersmann e Emmanuel Cartier), il rapporto tra la 'semplice' *rottura costituzionale* e un movimento *rivoluzionario* è molto complesso e articolato, e non può in alcun modo riassumersi nel solo risultato di una nuova costituzione. Secondo Alessia Magliacane, ad esempio, la transizione costituzionale che accompagna una rivoluzione politica (colpo di stato o insurrezione o altre forme storiche) trova lo sbocco *costituzionale* solo come fase di compromesso temporaneo e provvisorio, lasciando tuttavia inalterate le possibilità di Resistenza e soprattutto quelle di un più vasto sbocco *rivoluzionario*.

Si veda MAGLIACANE, Alessia. *Transition constitutionnelle et Résistance: une étude comparée*. 7 voll. Paris: Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales – Florence: Classi (2016). In questo straordinario lavoro di ricerca pubblicato in sette volumi di oltre 8mila pagine, unico nel suo genere, e fortemente pionieristico sul piano della metodologia, pur appoggiandosi su una solidissima base teorica (l'Autrice ha lavorato per alcuni anni con Otto Pfersmann alla Sorbonne di Parigi ed è specialista di transizioni costituzionali nel mondo), la Resistenza viene proposta come un *continuum* e la Costituzione come un semplice "momento" in costante "transizione" da una fase storica all'altra.

Numerosi sono i testi che hanno fatto seguito a questa ricerca seminale. Tra questi: MAGLIACANE, Alessia. *Continuité de la Résistance, rupture de l'histoire*. Firenze : Classi (2018) e i recenti *La nuit du fascisme*. Firenze : Classi (2019) e Rosa, *Lénine et la Révolution*. Paris: l'Harmattan (2019).

purtroppo i diritti fondamentali, ma sono anche molto peggio tutelati, perché la loro protezione è affidata ad una serie di livelli sovranazionali che li rendono difficilmente *giustiziabili* (sempre ammesso che siano almeno *esigibili*).⁸

Figli di una tradizioni filosofica attaccata con grande efficacia da Marx, ad esempio (nei celeberrimi articoli su *La questione ebraica* e sulla *Critica alla filosofia del diritto di Hegel*, per non parlare naturalmente del dibattito sulle costituzioni con Lassalle) ma non solo. Già la Patristica matura, infatti, e poi i tomisti, e prima di tutti loro gli stoici, ritenevano la libertà una semplice aspirazione (come la felicità) mentre il libero arbitrio era a sua volta una concessione di libertà in favore dell'obbedienza al potere (religioso e secolare) e alla forza delle istituzioni.

Sempre sul piano teorico e filosofico, il diritto considera ormai da secoli i *diritti umani* come 'semplici' esigenze etiche fondamentali, da un lato dunque svuotando il contenuto specifico dei diritti umani in favore di quello più comprensivo dei diritti fondamentali, e dall'altro denunciando l'insufficienza giuridica e politica del sistema dei diritti umani, che hanno spesso la funzione principale della propaganda).

Più recentemente, poi, la grande filosofa di Chicago, Martha C. Nussbaum, come è (ancora troppo poco) noto, ha sostituito la visione filosofico-giuridica-politica dei diritti con quella delle *capacità*.

Per finire, proprio l'ecologia politica, tanto nelle sue forme più avanzate quanto in quelle ancora necessariamente rivendicative (es. l'animalismo), pone un limite enorme alla visione dei diritti in quanto *umani*, rilevandone sia l'insufficienza (come dicevamo sopra) sia l'ideologismo e l'idealismo: quale statuto *speciale* (se non più di superiorità) avrebbe infatti la specie *umana* per imporre (anche con benevolenza encomiabile) i *suoi* diritti all'ambiente e alle altre specie animali?⁹

Il futuro dei diritti umani appare dunque limitato alla sola funzione rafforzativa della "propaganda" della specie umana in un contesto di crisi.

La democrazia

Di certo quello della democrazia è uno sviluppo storico più complesso dei due che precedono, che infatti sono *notevolmente* più antichi.¹⁰

8 Non possiamo non fare riferimento a quella autentica *summa* dei diritti umani che è il volume collettivo CAVALLARO, James L. – VARGAS, Claret – SANDOVAL, Clara – DUHAIME, Bernard (con Caroline Bettinger-Lopez, Stephanie Erin Brewer, Diana Guzmán & Cecilia Naddeo). *Doctrine, Practice, and Advocacy in the Inter-American Human Rights System*. Oxford – New York: Oxford University Press (2019).

9 E, ripetiamolo ancora, quale capacità di risoluzione dei problemi globali avrebbe fino ad ora dimostrato la specie umana?

10 I diritti, lo abbiamo accennato, nascono come esigenze etiche fondamentali, o come traduzione collettiva delle regole di comportamento o delle norme prescritte per la sopravvivenza di una comunità, per la sua migliore efficacia, per il mantenimento della sua struttura produttiva, ecc. La democrazia nasce migliaia di anni dopo, e in contesti demografici molto specifici. Le strutture *politiche* greche sono l'esempio più comune, ma a mio parere non quello migliore (soprattutto perché la durata storica di comunità politiche come quella di Atene, di circa cinque secoli, è troppo mutevole ed è comunque troppo breve per potere valutare la reale successione di modelli del potere pubblico nel corso del tempo, e le influenze di queste forme di potere sulle strutture della vita privata). Più

Peraltro, i (tanti) processi storici che portano ai modelli democratici della vita pubblica non sono soltanto politici o costituzionali, ma toccano essenzialmente *tutte* le sfere della vita individuale e collettiva delle comunità “democratiche”. E neanche solo di quelle, dal momento che forme di vita (*Lebenswelte* o *Lebensformen*) democratiche possono coesistere o resistere in contesti politici e costituzionali che non sono democratici, né liberali, né progressisti, ecc.

Da un lato, dunque, bisogna accettare un problema di difficile soluzione, legato alla *definizione* della democrazia. Che cosa significa, e cosa è, “democrazia”, se i fenomeni che la caratterizzano storicamente possono coesistere in contesti di “non democrazia”? Ne discende, sempre considerando questo stesso problema, un'altra domanda fondamentale e difficile da risolvere: se, infatti, questi fenomeni “democratici” fossero maggioritari nella comunità di riferimento, ma il governo fosse invece l'unica struttura decisionale a essere “non democratica”, potremmo parlare di *democrazia* oppure ancora no?¹¹

Non possiamo soffermarci già ora su questa complessità della democrazia, che dunque

interessanti per lo studio della democrazia come modello di gestione del potere potrebbero essere le *dittature* indiane, cinesi, asiatiche, o arabe e maghrebine, o centroafricane. Se si sgombera il campo dalla classificazione aristotelica (tutta filosofica, ma non storica), rimane comunque che le *dittature* e le *democrazie* non sono affatto incompatibili tra di loro, come dimostrano gli esempi storici delle repubbliche fondate (o “consigliate”) da Platone, o il Consolato a Roma, o le immense città-stato centroamericane e le contemporanee teocrazie europee e asiatiche, per non citare le monarchie costituzionali dell’Inghilterra o di altri paesi del Commonwealth britannico, la III Repubblica francese, i federalismi presidenziali dell’America Latina di metà e fine Ottocento, o, più di recente, le repubbliche sovietiche e consiliari del Novecento (governate da una “dittatura del proletariato, non solo in Urss), e ancora lo Stato francese di Vichy e la Repubblica sociale italiana di Salò. E senza volere entrare nel dibattito sul presidenzialismo come forma monarchica-dittatoriale della contemporaneità (dibattito sempre presente anche oggi, ad esempio in Francia).

11 Questione fondamentale, purtroppo soltanto sfiorata tra quelle che definiscono la *theory of justice* di John Rawls, e risolta in maniera forse troppo rapida nelle *frontiers of justice* di Martha C. Nussbaum. A proposito di quest’ultimo libro (interessantissimo e ancora prigioniero a quasi quindici anni dalla pubblicazione nel 2006), rileviamo che è purtroppo proprio sul piano della (teoria e pratica della) democrazia che il *capabilities approach* incontra limiti difficilmente sormontabili. Infatti, se da un lato (come giustamente stabilisce l’Autrice) sono la specie, il genere, e le minoranze, a stabilire un contesto democratico caratterizzato dallo sviluppo e dalla mediazione delle *capacità* di ognuno come singolo e come gruppo (e non solo dei diritti che di volta in volta sono riconosciuti a quei singoli e a quei gruppi), dall’altro questa condizione *necessaria* non può in alcun modo diventare anche *sufficiente*, se non, appunto, al prezzo di una grave limitazione dell’indagine e di un assunto del tutto aprioristico e (purtroppo) smentito costantemente dalla storia, e cioè che un regime *dittatoriale* o un governo *non democratico* siano anche forme politiche che *non riconoscono* i diritti democratici. Si veda NUSSBAUM, Martha C., *Frontiers of Justice. Disability, Nationality, Species Membership*. Cambridge (Ma) – London: the Belknap Press – the Harvard University Press (2006). Si veda in Italia, per un approccio tanto marxista quanto foucaultiano, TURCHETTO, Maria. *Economia e società*. Otto lezioni eretiche. Milano: Mimesis (2017).

Come è noto, anche Hannah Arendt si era occupata a lungo della questione, e non solo nelle varie versioni delle/alle *Origini del totalitarismo*. La soluzione era quella di una corrispondenza bilaterale tra totalitarismo e autoritarismo: una soluzione... sociologica, diremmo, ma anch’essa in fondo del tutto aprioristica e difficilmente confermabile, se non al prezzo di un’ulteriore semplificazione ideologica, e cioè che anche le società *democratiche* siano nel loro profondo società invece *autoritarie* e tendenzialmente *totalitarie*. Ciò che indubbiamente sul piano politico si rivela efficace e anche accettabile, ma come giustificare invece sul piano scientifico che non ci siano differenze rilevanti tra democrazia e autoritarismo, tra totalitarismo e a spirazioni democratiche?

Sul piano sociologico si potrebbe sostenere che le forme di autoritarismo sono più resistenti e diffuse rispetto a quelle democratiche o libertarie (una posizione rilanciata a più riprese da alcuni esponenti della Scuola di Francoforte, ma non da Adorno). In fondo, potremmo sostenere, sono proprio i *gruppi* a favorire la “dittatura” delle norme e dei valori dei gruppi stessi sulle aspirazioni e sui desideri dei individui (si pensi alla famiglia, al linguaggio, al diritto, all’informazione, e alle strutture che questi fenomeni sociali formano e dominano). Ma anche in questo caso, non sarebbe che un’altra versione del problema principale, e cioè di quale sia il *grado* minimo di democrazia affinché si possa parlare di *democrazia*: un tipico problema *fuzzy*, come quello della mela mangiata un morso dopo l’altro, e che non possiamo stabilire fino a quando sia una mela e quando invece cessi di essere una mela, e forse finanche il torsolo o i semi sarebbero ancora “mela”.

Una soluzione brillante, e purtroppo poco nota, è stata proposta dal filosofo politico André Tösel con la sua ipotesi del *comunismo della finitudine*. O anche, sulla stessa linea, dal grande filosofo politico italiano Giuseppe Prestipino. Così come da Enrique Dussel, con la sua *architettura della liberazione*, o con le ipotesi olistiche di David Bohm. In fondo anche dalla *struttura delle rivoluzioni scientifiche* di Thomas Kuhn ci viene un’ipotesi performativa interessante, cioè quella del “salto di paradigma”, che potrebbe valere sì per la scienza ma anche per la politica, naturalmente! Ed eccoci allora ad esempio a Frank Cunningham, o a Rosa Luxemburg prima di lui, e ad Adorno: potrebbe la democrazia essere una *via* al socialismo, proprio come il socialismo sarà una via al comunismo, e via di seguito verso una *futura umanità*? Non vi è dubbio che, sul piano dell’ecologia politica, questa sia la domanda principale.

assumiamo come un presupposto dell'analisi successiva, quella cioè della compatibilità delle forme democratiche e di quelle ecologiche. E chiediamoci allora: qual è la forma di democrazia più compatibile con l'ecologia politica matura?

Possiamo soltanto avanzare ipotesi, al momento. Tra queste, quella di una democrazia radicale, o di una democrazia anti-capitalista (e non 'solo' magari "anti-imperialista" o "anti-globalista", o ancora "anti-finanza" e "anti-monetarista", come si è teso per troppo tempo a semplificare a partire dalla fine degli anni '90).

Il socialismo

Se lo sviluppo storico della democrazia e delle forme in cui questo è confluito nelle costituzioni è di certo il più complesso, quello del socialismo è il più difficile da articolare.

Non vi è alcun dubbio, infatti, *da nessuna parte*, che la sensibilità ecologica internazionale sia nata dall'impulso dei paesi socialisti in seno alle Nazioni Unite, e che sia dunque storicamente anche direttamente debitrice di un quadro di principi e valori anti-capitalisti e anti-colonialisti.

Basti pensare, per tutti, all'esempio della soggettività giuridica degli *oceani*, elaborata e proposta dai sovietici e dai polacchi già negli anni '50, e che è ancora oggi pionieristica e forse incarna (o almeno dovrebbe incarnare) la forma più avanzata giuridicamente di protezione dell'ambiente e di sensibilità ecologica generale.¹²

Una visione ecologica socialista è peraltro, per definizione, anti-capitalista (almeno nella tendenza), e dunque, come ha sottolineato efficacemente Daniel Tanuro, non potrebbe esistere alcun "capitalismo verde".

Né sarebbe un problema, sul piano filosofico-politico, conciliare le diverse *utopie*, da quelle dei diritti a quelle di un pianeta migliore, più naturale e più giusto.¹³

Diventa però un problema non secondario (scientificamente e politicamente) quello di conciliare socialismo e costituzionalismo. Sul piano storico la visione marxiana e leninista del superamento dello stato e l'inutilità delle costituzioni e del diritto borghese è stata superata (ma quanto ingenuamente purtroppo, o quanto in mala fede!) dalla semplice e semplicistica *critica del diritto borghese*, mentre la forma storica della Costituzione (il *fatto* della costituzione, dirà Antonio Negri, rifacendosi scandalosamente a Rosa Luxemburg) è stata assimilata e nei principi

12 Dalla proposta di fuggire da una "casa in fiamme", e naturalmente di spegnere l'incendio, a quella di prendere semplicemente atto che il pianeta Terra è un pianeta di acqua e che la sua superficie è per la grandissima parte oceanica, c'è davvero un salto di paradigma! Forse perché sul presupposto di dovere impedire l'alterazione delle correnti e della salinità degli oceani lo sforzo ecologico e politico dovrebbe essere davvero globale, mentre sul presupposto di vendere le quote di anidride carbonica ai paesi meno sviluppati tecnologicamente bastano i soliti "gendarmi del mondo" e i vecchi "cani da guardia" del capitale.

13 Si tralascia spesso di considerare che le filosofie utopiste si sono sempre caratterizzate per una visione della natura come fonte di diritto e di ordine, oltre che di conoscenza.

subordinata alle finalità del socialismo. Queste ultime però sono state scritte, riconosciute o sancite, in maniera davvero ridicola, proprio... nelle costituzioni! Che sono diventate per questo solo, al prezzo di una contraddizione irrisolvibile, *socialiste*.¹⁴

3

La costituzione della guerra

I processi storici che sono stati brevemente introdotti sopra spiegano in gran parte la mancanza di un “capitolo” ecologico nelle costituzioni, nonché l’insufficienza purtroppo evidente di una “normatività della Terra” (come ho sostenuto spesso altrove).¹⁵ Ma vi è anche una ragione di tipo direttamente storico.

Questa mancanza deriva sul piano storico da molte altre cause, naturalmente, che non possono qui essere investigate. Posso indicarne con sufficiente fiducia una, però, quella che a mio parere è sicuramente la più importante: ed è la guerra. Cioè: la proliferazione dei conflitti armati nel mondo, e il “nuovo” tipo di guerre che si combattono dal 1979 in poi.¹⁶

Da un lato, le nuove guerre, quelle dette “umanitarie”, sono portate direttamente contro le popolazioni (e non contro gli eserciti). Dall’altro, e conseguentemente, sono portate anche contro il patrimonio culturale, ambientale, paesistico, delle popolazioni stesse.¹⁷

14 Se il socialismo è la finalità dello stato e della costituzione, come può la costituzione (che fonda peraltro lo stato e il suo diritto, le sue istituzioni e le sue norme) *scrivere* questi stessi principi? Non c’è dubbio che, così facendo (e infatti così è successo), le costituzioni socialiste, e la critica al diritto borghese, siano divenute il cavallo di Troia proprio delle costituzioni borghesi e del diritto borghese. E sia anche abbastanza chiaro qui che il problema *non* è quello di *non* avere norme o di *non* avere diritti e costituzioni, o di *non* avere governi (neanche democratici), ma quello di riuscire ad elaborare soluzioni per il futuro (rese peraltro necessarie ed urgenti dalle crisi ecologiche e umanitarie del pianeta). Possiamo, in tutta serenità, affermare che le costituzioni “borghesi” e il diritto “borghese” abbiano dato prova di riuscire a consentire una corretta impostazione dei problemi ecologici? Quelle dei paesi socialisti si sono forse districate meglio da questo punto di vista, e di certo le costituzioni “progressiste” e “progressive” come quella italiana hanno addirittura fatto sensibili passi avanti nella proposta (se non nella costruzione) di una sensibilità ecologica. Ma è altrettanto chiaro che all’ordine del giorno dovrebbe entrare una vera e propria *resistenza per il pianeta* (se non addirittura forme *rivoluzionarie* per il pianeta). Ne discuteremo un po’ meglio nei paragrafi successivi.

15 Ad esempio nel mio recente RUBINO, Francesco. *De la dialectique marxiste de la Nature à la science-fiction : une critique au jugement normatif à partir de la notion de temps*. In Sovrastrutture, 5 (2019) 23, pp. 133-154. Si veda anche MARTINI, Sandra Regina – RUBINO, Francesco. *Tredici volte Giove. La fraternità e i beni comuni dell’umanità su un pianeta ostile*. Firenze: Classi (2018).

16 Si veda ad esempio l’analisi di James O’Connor sull’economia politica della Guerra del Golfo e le sue implicazioni ecologiche in O’CONNOR, James, *Murder on the Orient Express: the Political Economy of the Gulf War*, in O’CONNOR, James. *Natural Causes. Essays in Ecological Marxism*, London – New York, Guilford (1998, p. 212). Ma già, ad esempio, su guerra e ambiente, da parte sovietica, KHOZON, Grigorii. *Biosphere and Politics*, Moscow: Progress (1979, 1987).

17 A un livello *indiretto*, tutte le guerre sono naturalmente contro le popolazioni, va da sé. Ma, appunto, ‘solo’ a un livello indiretto. Si pensi ai ponti di Firenze fatti saltare *tutti* (ad eccezione del solo Ponte Vecchio) dai tedeschi nella notte del 3 agosto 1944 (durante la pretesa ritirata dell’esercito), o alla miscela nota come Napalm (una ‘semplice’ benzina arricchita) usata massicciamente dall’esercito degli Stati Uniti durante la loro invasione dell’Italia del 9 settembre 1943, e da allora in poi, con l’aggiunta del fosforo (quello delle celebri e strazianti foto del Vietnam): ecco, per quanto infame sia stato il terrorismo di guerra condotto dagli eserciti, si trattava comunque di azioni di guerra (la Resistenza a Firenze fu davvero legata ai ponti, e non solo lì), mentre l’utilizzo del Napalm-B in Vietnam era principalmente legato (oltre al basso costo di produzione e alla facilità di trasporto) alle condizioni di temperatura e umidità del paese invaso, dunque a crudeli ma “comprensibili” esigenze belliche.

Nelle guerre “umanitarie” – cioè, diciamolo francamente: quelle *contro* l’umanità – è invece l’intero patrimonio umanitario, dall’ambiente alle tradizioni culturali, ad essere oggetto di distruzione generale, anche perché spesso è proprio la vita simbolica, religiosa e culturale, oltre che politica (con i suoi simboli a sé) o politico- religiosi (anch’essa con una simbologia a sé, come ad esempio nelle teocrazie afgane o iraniane) che costituisce l’oggetto e l’occasione della guerra (che è spesso “santa”, da un lato e dall’altro).

Se a queste considerazioni si aggiunge quella per cui gli ecosistemi non sono solo quelli naturali ma anche quelli urbanistici (la città, lo spazio di vita, le collettività, le comunità, ecc.), ne deriva che le guerre “umanitarie” hanno come oggetto specifico proprio la distruzione degli ecosistemi naturali e antropici...

Il riconoscimento della *legalità* degli interventi detti “umanitari” (con l’invasione dell’Iraq da parte degli Alleati nel 1991) ha poi costituito una base giuridica per dare priorità ai conflitti armati rispetto alla difesa dell’ambiente (cioè rispetto alla difesa delle Culture e dei sistemi ecologici, generali e locali).¹⁸

4

La guerra come fonte di diritto e la legittima difesa ambientale nel diritto internazionale

La questione delle guerre ha anche un’altra implicazione, che è quasi un paradosso. E riguarda tanto il diritto costituzionale quanto il diritto internazionale (nello specifico, il diritto internazionale *generale*).

Infatti, se è consentito effettuare un intervento militare di tipo aggressivo, per motivi “umanitari”, sulla base del diritto internazionale generale, allora è anche consentito (sempre ai sensi del diritto internazionale generale) effettuare un intervento militare di tipo aggressivo, per motivi “ambientali”.¹⁹

Anche a rischio di semplificare eccessivamente un dibattito lungo e articolato (che si è fino ad ora svolto con riferimento quasi esclusivo al diritto internazionale e a due nozioni in relazione dialettica e problematica tra di loro: quelle di *crimini degli Stati* e di *responsabilità erga omnes*), daremo comunque per consolidato il punto di equilibrio finale di tale dibattito, e cioè che non sussiste alcun ostacolo giuridico per questo tipo di interventi armati, dal momento che le violazioni ambientali sono violazioni *erga omnes* (e lo rimarrebbero anche se fosse possibile sostenere che *non* si tratta di violazioni criminali di *jus cogens*). L’unico ostacolo è ovviamente quello militare, a causa della grandissima asimmetria delle forze armate, della

18 Purtroppo questa osservazione tanto evidente (cioè che le guerre impediscono lo sviluppo del diritto ambientale) sfugge agli organismi internazionali di tutela ambientale, e non costituisce un *topic* delle conferenze internazionali come la COP 21 o la COP 24-25. Anche la divulgazione scientifica e la sensibilizzazione dell’opinione pubblica (ad esempio la fondazione di Al Gore e i documentari, spesso di pregevole livello, prodotti dalla stessa) mancano di rilevare questa connessione fondamentale tra la “legittimità” delle guerre e la mancanza della tutela ambientale.

19 La migliore dottrina di internazionalisti ha da tempo ormai studiato e riconosciuto questa legittimità. Si vedano ad esempio i volumi curati dal più importante internazionalista europeo, Paolo Picone, tra cui: PICONE, Paolo. *Comunità internazionale e obblighi “erga omnes”*. Napoli – Roma: Editoriale scientifica (2013, 2017). Ovviamente non intendiamo sottovalutare le gravissime omissioni e i pericolosi salti all’indietro che dal 2001 la dottrina degli obblighi *erga omnes* (peraltro poco e male applicata, ma con risultati interessanti in relazione alla protezione dell’ambiente marino), soprattutto con l’affermazione della cd. “dottrina Crawford” in seno alla Commissione del diritto internazionale sulla responsabilità degli Stati, con la quale si rinuncia sostanzialmente tanto ai crimini degli stati quanto alle fattispecie di violazione degli obblighi *erga omnes*, e si assume come unico punto di riferimento per la responsabilità degli stati nei confronti della comunità internazionale la sola “*serious breach*”, e peraltro riferita alle sole obbligazioni di diritto internazionale generale che derivino da “*peremptory norms*”. Il che costituisce naturalmente anche un salto all’indietro nella storia, dal momento che, con questo tipo di responsabilità tanto evanescente e sfumata, gli obblighi *erga omnes* coincidono (o almeno tendono a coincidere) con le norme di *jus cogens* previste dalla Convenzione di Vienna del 1969. Si veda in proposito PICONE, Paolo. *Obblighi erga omnes e condificazione della responsabilità degli Stati* (2005), in Id., *Comunità internazionale e obblighi “erga omnes”*. Napoli – Roma: Editoriale scientifica (2013, 2017, p. 517 ss.).

Secondo lo stesso autore, “tutte queste ‘esercitazioni teoriche’ non hanno molto senso”, dal momento che “le norme produttive di obblighi *erga omnes* possono avere ... un carattere inderogabile, o, invece, eccezionalmente ‘derogabile’, ma è del tutto erroneo confondere il loro contenuto *materiale* (esigibilità da parte di tutti gli Stati, per fare operare unitariamente la stessa Comunità internazionale) con una *qualità* solo eventuale delle medesime (inderogabilità o meno).” E del resto “l’inderogabilità può riscontrarsi in tutte le categorie di norme di un ordinamento, come anche quello internazionale, senza che le medesime vengano per questo a far parte di una ‘classe’ di norme unitaria”. Così PICONE, Paolo, *Gli obblighi erga omnes tra passato e futuro*. Relazione introduttiva al convegno su *Interesse collettivo e obblighi erga omnes nel diritto internazionale contemporaneo* (Ravenna, 7-8 maggio 2015).

diplomazia e della *intelligence* degli stati interessati.²⁰

A questo ostacolo fanno da corollario alcuni strumenti di diritto internazionale fino ad ora raramente applicati (oltre alla famigerata “ritorsione”), quali la “sostituzione” di uno Stato ad un altro, il che implica dunque anche un’indagine sul potere di “sostituzione” in generale, anche da parte di “gruppi” o “coalizioni” di soggetti internazionali, e di questi ultimi di per sé, in favore del *Common Heritage of Mankind* e delle *Shared Natural Resources*.²¹

Come ‘ambiguo’ ma necessario corollario vi è ancora quello del principio internazionale di *solidarietà*, con tutto il suo carico di senso filosofico, politico e giuridico, con le sue rilevanti ambivalenze e le altrettanto rilevanti aspettative di emancipazione (si pensi solo al diritto internazionale in epoca di guerra fredda e al funzionamento, ora emancipatorio e pacifista, ora purtroppo cautelare e repressivo, della *solidarietà tra i popoli fratelli*).²²

5

Obbligazioni *erga omnes* e beni pubblici globali

C’è anche un’altra conseguenza di questa opposizione tra la protezione ambientale e gli interventi umanitari, entrambi su scala globale e planetaria.

Anche in questo caso, si tratta davvero di un paradosso giuridico (un paradosso

20 Il Perù (ad esempio) non rischierebbe di condurre una ritorsione militare contro gli Stati Uniti a causa dell’inquinamento ambientale subito dalle trivellazioni geotermiche finanziate dal governo nordamericano (direttamente e indirettamente, in ragione dello statuto delle imprese estrattive negli Usa). Allo stesso modo, una “ritorsione” da parte degli Stati Uniti è stata possibile in Afghanistan e in Iraq (con motivi diversi, e con una diversa “legittimazione” giuridica), ma non sarebbe concretamente possibile da parte dell’Autorità Nazionale Palestinese contro lo stato d’Israele o contro la Francia (ad esempio a causa degli appalti delle infrastrutture urbane e interurbane). Tali questioni sono spesso affrontate nelle sedi dell’Organizzazione mondiale del commercio (tramite i *Dispute settlement bodies* di Ginevra), ma la verità è che si tratta invece di questioni molto importanti di diritto internazionale.

Anche in questo caso, vengono molto spesso analizzate le questioni che riguardano la legittimità della Resistenza e la natura giuridica degli atti di resistenza (se si tratti di terrorismo o non). Ma non vengono analizzate le questioni relative al *diritto internazionale generale*. Secondo il diritto internazionale generale, la Palestina potrebbe attaccare militarmente gli Stati Uniti, la Francia, ma anche Israele, ecc. Allo stesso modo, per gli stessi motivi di diritto internazionale generale, il Venezuela potrebbe attaccare militarmente gli Stati Uniti o la Gran Bretagna, il Messico avrebbe un diritto di ritorsione contro la Gran Bretagna, il Vietnam l’avrebbe ancora oggi contro gli Stati Uniti, ecc.

Questa posizione è sostenuta da alcuni importanti giuristi di tutto il mondo: ad esempio Mireille Fanon Mendès-France (di New York), Daniel Lagot e Alessia J. Magliacane (di Parigi), Paolo Picone (di Roma, quest’ultimo con numerosi e articolati interventi “correttivi” delle posizioni precedenti). Ed è anche la posizione che io stesso sostengo e ho sostenuto in molte occasioni a livello internazionale. (In effetti, anche l’Assemblea Generale delle Nazioni Unite ha più volte sostenuto questo principio, sulla base del Diritto internazionale generale, e non sulla base della Dichiarazione universale).

D’altra parte, bisogna dirlo infine, sarà comunque un po’ difficile legittimare una ritorsione militare contro l’India a causa del fatto che, nonostante la domanda energetica del paese risulterà raddoppiata nel 2040, il governo non ce la farà a stanziare i 150 miliardi di dollari necessari alla riconversione energetica. Su questo punto, e anche sulle difficoltà della riconversione energetica, rinvio alle osservazioni del saggio di Varun Sivaram (di Georgetown) su *Il peso dell’India nel riscaldamento globale* (apparso su “Scientific American” del giugno 2017), e ai contributi del volume curato da Suman Berry, *Energizing India. Towards a resilient and equitable energy system* (2017).

21 Il problema è anche quello ovviamente di individuare *chi* sia il soggetto legittimato, e dunque dei poteri funzionali esercitabili *uti universi* da alcuni stati in particolare, quali lo Stato costiero o lo Stato del porto nel caso della protezione del fondo marino, e dunque ammettere la possibilità che questi Stati siano eventualmente “sostituiti” da altri Stati in caso di loro inadempienza.

22 Si veda, anche come documento delle ambiguità che la nozione di solidarietà porta con sé, e che non sempre vengono adeguatamente rilevate e analizzate, RODOTA’, Stefano. *Solidarietà. Un’utopia necessaria*. Roma – Bari: Laterza (2014).

“apparente”, ma pur sempre un paradosso). Si tratta qui di una questione di diritto costituzionale, questa volta, e non di diritto internazionale. Ed è questa.

Se gli stati hanno un “diritto di intervento” in materia di protezione ambientale, lo stesso diritto avrebbero anche le nazioni, le etnie, i gruppi, le minoranze, ecc. Insomma, i *soggetti interessati*.

Pertanto, l’ampliarsi della categoria degli obblighi *erga omnes* sul piano del diritto internazionale è il riflesso dell’esigenza di proteggere sempre più (anche, appunto, in diritto internazionale) i beni comuni dell’umanità o cd. *beni pubblici globali*.²³ Questi vanno ben al di là dei beni e valori di ordine “securitario” tradizionalmente tutelabili attraverso il regime dei cd. *crimini internazionali*, e riguardano ormai aspetti fondamentali della convivenza tra gli uomini a livello internazionale: dal diritto all’acqua e al cibo, al diritto ai farmaci e all’obbligo di assistenza in caso di catastrofi ambientali, ecc..²⁴

In particolare, i gruppi avrebbero, non soltanto il diritto di *ritorsione* (che viene dal diritto internazionale, generale e pattizio), ma anche quello di *resistenza* (che viene dal diritto costituzionale). E gli atti di resistenza sono molto vicini a quelli di *terrorismo*. E il terrorismo (anche quando si tratta di resistenza legittima) innesca un circuito di interventismo umanitario armato (una guerra).

Dall’altro lato, una ritorsione o una resistenza che restino soltanto sulla carta, o che si svolgano unicamente in forme legali, soprattutto in materia di ambiente, si risolverebbero soprattutto in un’applicazione più vasta del principio di precauzione²⁵, magari estenderebbero le politiche di risarcimento del danno ambientale²⁶, favorirebbero forse una circolazione di

23 Per un quadro di riferimento si veda MARTINI, Sandra Regina – RUBINO, Francesco. *Tredici volte Giove. La fraternità e i beni comuni dell’umanità su un pianeta ostile*. Firenze: Classi (2018), e bibliografia ivi riportata. Per una diversa impostazione si veda MATTEI, Ugo. *Il benicomunismo e i suoi nemici*. Torino: Einaudi (2015). Preferiamo la nozione di “beni comuni dell’umanità” ad altre, quale quella ad esempio di di “beni pubblici globali”, in quanto limita l’importanza strategica di tali beni alla percezione della specie umana, senza volere dunque necessariamente attribuire loro una natura “globale”: l’informazione libera, ad esempio, è un bene comune dell’umanità, ma, appunto, *solo* dell’umanità, anche se tale bene ha come oggetto un’ampia e corretta informazione sulle catastrofi ambientali o sui rischi che corrono altre specie animali.

Quanto al versante *soggettivo* del “benicomunismo”, e cioè il *cosmopolitismo*, si veda la ricognizione approfondita di Jânia Saldanha, in SALDANHA, Jânia Maria Lopes. *Cosmopolitismo jurídico*. Teorias e práticas de um direito emergente entre a globalização e a mundialização. Porto Alegre: Livraria do Advogado (2018).

24 Si vedano le osservazioni di PICONE, Paolo, *Gli obblighi erga omnes tra passato e futuro*. Relazione introduttiva al convegno su *Interesse collettivo e obblighi erga omnes nel diritto internazionale contemporaneo* (Ravenna, 7-8 maggio 2015, p. 12 ss.).

25 Non si dimentichi che il principio di precauzione (meglio: le varie versioni del principio di precauzione) nacque in un contesto di diritto privato, e in particolare di diritto commerciale, e non ha nulla a che fare con il principio di precauzione che si ritrova in alcune costituzioni, e soprattutto è molto distante dal *metodo* della precauzione che potrebbe applicarsi in materia ambientale.

Per meglio chiarire: ci sarebbero molte osservazioni da fare, ma basti qui quella per cui il danno ambientale (soprattutto su scala planetaria, ad esempio l’immissione di gas-serra o l’alterazione della composizione salina dell’acqua degli oceani o l’assottigliamento del permafrost) è *irreversibile* rispetto al danno ambientale previsto dal principio di precauzione del diritto nordamericano (che riguarda ad esempio questioni che pure sono gravissime come l’inquinamento di falde acquifere o la distribuzione in commercio di prodotti alimentari tossici).

Infine, è l’idea stessa, ad esempio, del *ghetto* a minare da ogni punto di vista il principio di precauzione. Si veda il bel volume (anche di analisi delle teorie sociali) di DUNEIER, Mitchell. *Ghetto. The Invention of a Place, the History of an Idea*. New York: Farrar, Straus and Giroux (2016).

26 L’esempio delle *class actions* testimonia in maniera molto chiara che l’estensione della tutela giudiziaria *non* corrisponde necessariamente ad una migliore tutela.

Anche in questo caso si potrebbero fare numerose osservazioni (anche pratiche). Mi limito ad un’osservazione di carattere “politico”: nella decisione *giudiziaria* di un’azione collettiva le considerazioni *extra-giudiziarie* entrano pericolosamente nella motivazione della

*good practices*²⁷ e tuttavia non avrebbero alcun risultato concreto su scala planetaria (e infatti le misure adottate ai sensi degli accordi internazionali e delle politiche costituzionali *non* hanno avuto fino ad ora alcun risultato concreto su scala sovranazionale)²⁸.

Detto questo, bisogna comunque dire che la guerra *non* è un problema fondamentale, anche se è di certo un problema universale e generale rispetto alla protezione ambientale.

Vi sono infatti *due* problemi fondamentali, più fondamentali di quanto non sia quello dei conflitti armati e degli interventi “umanitari” (e, per altri versi, delle guerre terroristiche, o delle guerre “a bassa intensità”, e altre forme di conflitto).

E sono i seguenti:

a) il rapporto tra produzione economica e produzione ambientale, e, anche come conseguenza,

b) la ridefinizione della produzione ambientale.

Vediamoli molto brevemente, ma in maniera (mi auguro) chiara e articolata. Cominciamo con la difficile relazione tra economia ed ecologia.

6

Esiste un “capitale naturale del mondo”?

Da una decina d’anni si è legittimato, come è noto, un modo di vedere che punta alla valorizzazione del “capitale naturale del mondo”. *Salvare l’ambiente e salvare l’economia* è

sentenza. Ora, per quanta fiducia si possa avere nella preparazione e nell’imparzialità del giudice, il criterio resta davvero pericoloso: come si può infatti (in mancanza di principi costituzionali e di principi scientifici) pensare che il convincimento del giudice possa determinare una conseguenza catastrofica sul piano planetario?

Non voglio dire che un giudice dell’Estonia (o una sezione specializzata industriale di un tribunale qualsiasi italiano, o la Corte suprema della Nigeria, o una corte islamica, o un organo “tecnico” dell’UE, o un arbitro dell’OMC, ecc.) abbia il potere di emanare una sentenza che legittima l’innalzamento della temperatura o lo scioglimento dei ghiacciai in Groenlandia o l’estinzione dell’orso polare... Non è questo ad essere pericoloso, ovviamente. Ma è proprio il contrario ad essere assurdo: cioè che un qualsiasi giudice *non* possa avere alcun impatto favorevole sulla protezione ambientale!

Statisticamente, dunque (solo statisticamente, si badi bene), le azioni collettive sono *meno* favorevoli delle azioni individuali. D’altra parte, le azioni individuali sono più “difficili” e costose (ad esempio i ricorsi davanti ai tribunali supremi o alle corti costituzionali) ma hanno un grado molto più alto di definitività (nel bene o nel male).

A proposito della “giustizia ambientale” si vedano gli studi di Ariel Salleh in SALLEH, Ariel. *Eco-Sufficiency and Global Justice Women write Political Ecology*, London – New York: Pluto Press (2009).

27 Sicuramente il Brasile ha (o, almeno, aveva fino alle ultime elezioni del 2018) la legislazione (federale e locale) più avanzata al mondo (più della Svezia degli anni ‘60, in cui mancava la protezione giudiziaria), e una migliore formulazione ed applicazione dei principi costituzionali (si pensi alla salute, al credito, al consumo). Anche l’articolazione istituzionale brasiliana è molto più efficace di quella di altri paesi (si pensi soltanto agli organi della *defensoria publica*). Il dibattito teorico sul diritto ambientale è inoltre davvero molto avanzato, molto più di quanto non sia nei paesi europei. E lo è anche la giurisprudenza della corte costituzionale e delle giurisdizioni locali.

Eppure, la costituzionalizzazione del *danno ambientale* non implica una costituzionalizzazione della *priorità ambientale* o della cd. “opzione planetaria” (per usare il bel linguaggio della *First Nation*).

Naturalmente, sul piano delle scelte nazionali e locali, gli effetti vanno invece valutati con grande favore e attenzione: si vedano ad esempio, oltre al Brasile, il caso di “sviluppo locale comunitario partecipato e sostenibile”, e le teorie dello sviluppo eco-sociale, a Cuba, presentati nel corposo volume coordinato da Luciano Vasapollo: VASAPOLLO, Luciano (a cura di). *L’acqua è poca... ma la papera galleggia!* Per una critica della politica economica dominante. Milano: Jaca Book (2006).

28 Ad esempio, non vi è alcuna limitazione della produzione di gas-serra (a causa del sistema delle quote, che *trasferisce* il diritto di inquinare ai paesi meno sviluppati industrialmente), e non vi è alcuna riconversione *su scala planetaria* della produzione energetica verso fonti rinnovabili. Per non parlare, ovviamente, delle politiche demografiche (inesistenti *ad ogni livello*) e delle strategie di ricollocazione della popolazione tra campagne e aree urbane (tema affrontato per l’ultima volta durante la Rivoluzione d’Ottobre).

ad esempio il titolo italiano della recente *lectio magistralis* alla LUISS di Roma di Edmund S. Phelps, Premio Nobel per l'economia nel 2006.²⁹

Phelps (e molti altri) vedono nella interazione tra i soggetti dell'economia (da un lato) e le ragioni dell'ecologia (dall'altro) una chiave per la salvezza dell'ambiente. Sullo sfondo, si tratta del “vecchio” tema della riconversione industriale e del rinnovamento energetico.

Questa visione si sta diffondendo un po' dovunque. Peraltro, anche i giuristi sono particolarmente felici di questo modo di vedere degli economisti, perché valorizza proprio la funzione sociale dell'economia, e (per citare ancora Phelps) “la possibilità di usare le ragioni del profitto per il bene sociale”. Il che è proprio un principio fondamentale di molte costituzioni.

Ora, al di là del fatto che bisogna essere davvero molto ottimisti per pensare che “le ragioni del profitto” si lascino modellare da quelle dell'ecologia (o dal “bene sociale” in generale), bisogna comunque dire che è proprio questa visione ecologica (o del bene sociale, dell'interesse della collettività) che bisogna *urgentemente* definire con una maggiore precisione.

È davvero ingenuo (inaccettabilmente ingenuo) pensare che l'ambiente, e l'ecologia, e la Natura, significhino *oggi* quello che significavano *ieri* o fino a poco tempo fa. Oggi, infatti, il *massimo* della tecnologia, ad esempio, potrebbe convivere senza alcun problema con il *massimo* dell'ecologia.

Ma, appunto, se molti possono arrivare a ipotizzare che cosa possa significare “il massimo della tecnologia” (e soprattutto se pensiamo ai quattro grandi delle *Over the Top*: Amazon, Google, Facebook e Apple, in ordine di fatturato), solo pochi possono disegnare uno scenario relativo al “massimo sviluppo possibile dell'ecologia” (tanto che questo significa in una maniera ridicola prevalentemente il solo passaggio alle energie rinnovabili, pubblicizzato da Al Gore).

In altri termini, sappiamo benissimo che cosa significhi (e che cosa implichi, in termini anche di distruzione generale e irreversibile della *privacy* e della libertà di parola) *produrre* tecnologia, informazione, capitale immateriale e cognitivo.

Ma è molto più difficile riprendere invece il dibattito sulla *produzione ambientale*. Verso la metà degli anni '80 del secolo scorso cominciò a parlarsi negli ambienti marxisti (soprattutto la *Monthly Review* con alcuni celebri articoli di James O'Connor) della “sottoproduzione ambientale”. Ecco, penso che i lavori interessanti di Isabelle Stengers, Ilya Prigogine, e alcuni loro collaboratori come Daniel Tanuro, e i bei libri divulgativi di Jared Diamond, non abbiano

29 Il titolo originale della conferenza di Phelps del 18.1.18 (lo stesso giorno e la stessa occasione di questa mia conferenza, *in risposta* proprio a quella dell'economista) è il seguente: *A vital people. Key to inclusive prospering and flourishing*. Ovviamente il concetto di *Natural Capital* è ben più antico, e lo ritroviamo già nel 1973 (“coniato” da E. F. Schumaker), per poi conoscere un grande successo planetario con il volume di Hawken – Lovins – Lovins dal titolo *Natural Capitalism* (del 1999). Phelps aveva riassunto le sue idee in PHELPS, Edmund S., *Mass Flourishing. How Grassroots Innovation Created Jobs, Challenge, and Change*. Princeton (NJ) – Princeton University Press (2013).

fatto molti passi avanti da allora (se non in termini di *complessità*, e dunque nei termini di una visione sistemica dell'ecologia)³⁰.

In molti casi, potremmo anzi quasi dire che la filosofia politica e l'etica contemporanee abbiano forse compiuto finanche dei rimarchevoli passi indietro rispetto al radicalismo e all'esistenzialismo *naturalista* di filosofi quali Thoreau, Muir, Berry o Emerson, nei quali la soggettività umana e quella ambientale tentavano di dialogare a partire da un'inversa polarizzazione delle forze, dal naturale (selvaggio e produttivo, in ogni senso) all'umano (addomesticato, in ogni senso).

Insomma: rimane da risolvere il problema della produzione ambientale. Come si produce la *Natura*, come si creano i *sistemi ecologici*, come si trasforma l'*equilibrio ambientale*.³¹

8

Che cos'è la “produzione di ambiente” e come funziona

Ecco appunto il secondo grande problema: che cos'è la *produzione ambientale* e come funziona.

Intanto, bisogna dire che la produzione di *Natura* *deve* rompere gli equilibri ambientali.³²

L'ecologia è *anche* l'analisi e la comprensione della *biosfera*, ma non è *soltanto* questo: non è un paradigma, ma un *salto* di paradigma, una rivoluzione scientifica. È, ad esempio, *biosfera* più *infosfera* (e io aggiungo anche: più *ergosfera*).

L'ecologia politica ha opportunamente posto il problema dell'urgenza di comprendere

30 Il passaggio ad una visione *sistemica* è comunque molto importante, perché ci consente, ad esempio, di introdurre le dinamiche di *crisi ambientale* come dinamiche che sono *costitutive* dell'ecologia (e non sono invece patologiche o catastrofiche). In altri termini, è proprio la rottura degli equilibri di produzione e consumo che deve traghettarci ad un migliore equilibrio, ad una maggiore *performance* ambientale, ad una più elevata *fitness* ambientale (umana e ambientale).

Per questa visione, mi riferisco alla visione sistemica di uno Stuart Kauffman di Santa Fè (più che a quella dei post-luhmaniani europei). Per una visione sistemica ecologica applicata al caso delle *città* come *soggetto* si vedano le ricerche recenti di Alessia J. Magliacane, presentate soprattutto in Brasile, e in corso di pubblicazione.

31 Al momento, la produzione di *nuove* risorse naturali è dominata dall'industria farmaceutica, nutrizionale e della cura della persona. Un discorso diverso dovrebbe farsi a proposito degli OGM, che non sono *nuove* risorse naturali, ma sono, sul piano scientifico, risorse naturali *modificate* che si inseriscono in maniera “continuista” nella storia dell'agricoltura e non costituiscono la base di un nuovo paradigma scientifico e tecnologico. Il problema degli OGM, come è noto, è di tipo politico ed economico (ed è legato alla distribuzione mondializzata e ai monopoli produttivi) se non anche di tipo etico (ed è legato, in questo caso, alla “responsabilità” umana nei confronti dell'ambiente, ed all'obbligo di tentare di *conservare*, prima di *modificare*).

32 Anche qui, ad esempio, sono molto scettico su alcune azioni positive come (ad esempio) quella di condannare un'impresa che inquina a ripiantare una certa quantità di alberi o a ripristinare una certa qualità di colture.

Sul piano giuridico è sicuramente un grande passo in avanti. Sul piano ecologico, è una misura di grande civiltà. Sul piano ecologico, invece, è un passo indietro nell'evoluzione del sistema ambiente. Sul piano scientifico e tecnologico, *potrebbe* essere un progresso, ma non è detto che lo sia.

Sarebbe molto più utile, a mio parere, condannare un'impresa che abbia prodotto un danno ambientale a finanziare (stabilmente, mediante una rendita) istituti di ricerca biomedica.

In relazione alla svolta ecologica della fine degli anni '80 rinvio ad esempio all'analisi critica di Martin O'Connor in *Capitalism, Nature, Socialism: O'CONNOR, Martin. Codependency and Indeterminacy. A critique of the Theory of Production*, in “Capitalism, Nature, Socialism”, 3, 1989.

Oltre a questa rivista, altre importanti analisi sulla critica al produttivismo, e dunque sulla svolta ecologica degli anni '80 che questa critica incarnava, si deve menzionare almeno l'esperienza del collettivo di geografi e urbanisti (tra cui David Harvey e Richard Peet) riuniti nella rivista *Antipode* nata a Worcester nel 1969. Dobbiamo alla rivista *Antipode* ad esempio, ben prima che l'idea stessa di “azione positiva” nascesse, la visione di una *geography of women*, oltre a quelle di una *radical geography* o della *urban political ecology*, tra le altre.

cosa debba intendersi per “produzione ambientale”, ed è anche arrivata alla corretta conclusione che c’è una *sottoproduzione* delle risorse ambientali.

Ma, appunto, tutto questo (ad esempio il fatto di denunciare la sottoproduzione ambientale) andava bene negli anni ’80 del secolo scorso, quando ancora si poteva identificare l’ambiente con la Natura, e la Cultura con la tradizione (che è poi la visione No-Global di oggi, che è spesso davvero molto ingenua).

Se, invece, introduciamo nel sistema-ambiente (cioè nella “*biosfera*”) anche il concetto di “*infosfera*” e quello di “*ergosfera*”, su un fondo molto dinamico di “*ecosfere*” in competizione tra di loro, il risultato è nettamente diverso.³³ La sottoproduzione dell’ambiente funziona cioè in una maniera diversa da quella che gli “eco-marxisti” (tra cui io stesso) denunciavano quarant’anni fa.³⁴

La centralità della specie umana appare dominante e determinante nella *infosfera* e nella *ergosfera*, come è facile intendere (informazione, energia, tecnologia, economia, sfruttamento delle risorse, capacità tecniche, ecc.), mentre è solo dominante nella *ecosfera* (cioè le città e la dimensione urbana, per capirci, tanto nella loro complessità quanto nella competizione con altri spazi di vita), ed è di statuto incerto quanto alla *biosfera* (di cui la nostra specie sarebbe parte, ma anche carnefice e vittima, e salvatrice promessa).

33 Benché non usi espressamente queste definizioni, anche Jared Diamond ricorre agli stessi schemi: ad esempio nel recente DIAMOND, Jared. *Upheaval. How Nations Cope with Crisis and Change*. London – New York: Allen Lane (2019).

34 È fin troppo evidente che negli anni ’80 non c’era internet, e non c’erano gli I-Phones, non c’era Sky e non c’era lo spionaggio di Echelon, non c’era il satellite spaziale Hubble e non si osservava in diretta lo scioglimento di un ghiacciaio in Groenlandia, non si programmava di colonizzare Marte, e gli androidi sognavano ancora “pecore elettriche”. Il principio “responsabilità” di Jonas sembrava prevalere (anche se non di molto) sul principio “speranza” di Bloch, e prevaleva senza dubbio sul principio “disperazione” di Anders.

Oggi, invece, ci sono i mezzi tecnologici per controllare i flussi internazionali dei capitali (ma questi mezzi *non* si usano, e i capitali fuggono incontrollati da nazione a nazione, e al di sopra delle nazioni), gli hacker vengono arruolati dalla polizia, la vita su Marte viene studiata al Polo Artico, il genoma viene analizzato con pochi dollari ma le terapie geniche costano centinaia di migliaia di dollari, e altre follie. Insomma, il principio “speranza” (con la sua controparte “negativa”, ma “attiva”, legata a guerra e violenza, e non solo a distruzione) sta guadagnando terreno rispetto al principio “responsabilità”.

E c’è anche un’altra osservazione da farsi, che riguarda quell’aspetto dell’ecologia che viene ancora chiamato (in maniera un po’ enfatica, ma dappertutto, nelle neuroscienze come nella psicanalisi e nella teoria economica dei giochi) “natura umana” o “soggettività”. Rispetto al capolavoro filosofico-fantascientifico di Philip K. Dick, infatti, il problema si è invertito: si cerca di capire l’*umano* (cioè la Natura, nella sua evoluzione biologica e ambientale) a partire dall’*androide* (cioè la Cultura, nella sua evoluzione informatica e digitale). E, ovviamente, aveva invece ragione Dick: il problema è capire l’*androide* (il suo perché, il suo scopo, la sua funzione, il suo futuro), proprio come per Marx bisognava spiegare la coesistenza degli uomini e delle scimmie, e proprio come per Freud bisognava analizzare il disagio della civiltà.

In altri termini, bisogna comprendere l’*infosfera*, se vogliamo capire anche la *biosfera*, e non invece opporre l’una all’altra, come se fossero un passato da proteggere (la *biosfera*) e un futuro da temere (l’*infosfera*).

In altri termini ancora, senza l’*ergosfera* (cioè l’attività umana, il lavoro, la modificazione della natura, la creazione dell’informazione e del biologico, ma anche il *collasso* delle civiltà) tanto la *biosfera* quanto l’*infosfera* supereranno rapidamente le loro soglie critiche, e si disintegreranno, ognuna per conto suo oppure assieme e in maniera dipendente l’una dall’altra. Meglio che in *Collasso* (2005) Jared Diamond lo ha spiegato benissimo, con altri argomenti, ne *Il mondo fino a ieri* (2012). Si veda DIAMOND, Jared. *Il mondo fino a ieri*. Che cosa possiamo imparare dalle società tradizionali? Trad. A. Rusconi. Torino: Einaudi (2012).

Si veda anche la lunga e articolata riflessione di Pasquale Poliacastro sulla *biosfera* e sull’epistemologia in POLICASTRO, Pasquale. *Ma non è solo un inizio. Verso un’ecologia della biosfera*. (La Polonia e il Sahel, le foreste, i giovani, la ricerca scientifica). In *Sovrastrutture*, 16 (2018) pp. 9-53.

E si veda, quanto ad ecologia e antropologia, forse il tema più rilevante in questo contesto: DESCOLA, Philippe. *L’écologie des autres. L’anthropologie et la question de la nature*. Versailles: Editions Quae (2011), o il recente DESCOLA, Philippe. *Un’écologie des relations*. Paris : CNRS Editions (2019).

9

Esiste l'Antropocene?

Si tratta forse, secondo alcuni, di comprendere questa particolare *era* del Pianeta chiamata *Antropocene*, e di accettarne l'evidenza storica e antropologica. È un'era che implica, secondo altri, che bisogna cambiare radicalmente stile di vita nelle città, oppure cominciare a costruire le arche che salveranno i più fortunati dai devastanti cambiamenti climatici.

Il paradosso è che, più si attribuisce importanza (distruttiva o salvifica) all'uomo (tanto con la teoria dell'*Antropocene* quanto con l'urgenza dell'arca che ci tragherà altrove nello spazio o solo nel tempo), più si riduce (appunto, è un paradosso) la centralità del Pianeta (una delle arche possibili è infatti quella che porterà nel 2035 le prime colonie su Marte, cioè su un altro pianeta).

La cd. era dell'uomo, l'Antropocene, non è 'solo' un'invenzione della *Royal Society* di un quarto di secolo fa, che vorrebbe marcare un ultimo passaggio *geologico* (forse si mette spesso da parte che il termine è stato coniato dai geologi!). Ma è soprattutto un'anticipazione di un'era che non interesserà più soltanto il Pianeta (per vari motivi, tra cui quello più inquietante che è appunto il combinato dell'esaurimento delle risorse e della crisi ambientale).

Insomma, l'effetto psicologico di massa della crisi ecologica è paradossale.

Da un lato implica la presa d'atto della scelleratezza umana nella gestione delle risorse ambientali: condotta che emerge tanto nello spreco come modello di consumo (individuale e collettivo, con le tante contraddizioni del diritto del consumatore), quanto nel meccanismo della borsa della CO₂ (che si fonda sul riciclo costante della CO₂ prodotta e immessa nell'atmosfera, e sulla produzione e immissione di ulteriore CO₂ grazie al passaggio alle energie dette "rinnovabili"), quanto ancora nella guerra per le risorse fondamentali (acqua o ColTan sono su questo piano del tutto equivalenti). L'Antropocene sarebbe proprio lo specchio, su scala geologica, del *peso* determinante della specie umana sul Pianeta.

Dall'altro, al di là delle tante assunzioni di responsabilità e dei tanti *commitments* che non hanno séguito, l'atteggiamento *politico* è proprio invece quello di un "evasionismo" dal Pianeta, di un abbandono cioè nei confronti di un pianeta ormai in crisi irreversibile.³⁵ Che, sia chiaro, se anche non fosse crisi ambientale (ma lo è), sarebbe comunque una attestazione di *sovracriticità* del Pianeta, che in ultima istanza implicherebbe in ogni caso specifiche e irreversibili *catastrofi* ecologiche, economiche e (per il combinato delle due precedenti e delle guerre) umanitarie.

Insomma, se pure la Terra non fosse un pianeta *finito*, sarebbe comunque un pianeta *sfinito*.

³⁵ Prendo in prestito la definizione che il più grande scrittore di SF vivente, il cinese Cixin Liu, affibbia nel suo romanzo *The Dark Forest* (del 2008) a quelli che, davanti a una crisi planetaria allegorizzata da un'invasione extraterrestre che avverrà dopo quattro secoli dalla scoperta, elaborano varie strategie di abbandono della Terra.

Conclusioni: Un pianeta (s)finito

Per terminare, vorrei praticare anche io, come si vede, la tecnica del “pessimismo costruttivo” di Jared Diamond (tradotto: “se pensi di cadere per le scale, farai più attenzione a ogni singolo gradino”). Che era anche il motto del *Soviet Journal of Ecology*, che per primo al mondo, e forse in parallelo con la Scuola di Palo Alto, o con altri isolati straordinari analisti della realtà come Stephen Jay Gould o Gregory Bateson e Marcello Cini, tentò di introdurre in maniera sistematica i termini che poi diverranno quelli della bioetica, dell’ecologia politica, e finanche della biopolitica.

L’ecologia politica non era questione, in quegli anni, di grandi e visibili sconvolgimenti globali, ma di singole insignificanti specie animali che scomparivano ogni giorno (a causa dei mutamenti di microecosistemi o dell’inquinamento di un piccolo corso d’acqua o della costruzione di un nuovo quartiere in città).

La si vedeva meglio, l’ecologia politica, la si capiva meglio. Per Stephen Jay Gould si trattava di spiegare la competizione tra due specie di molluschi, una delle quali si sarebbe estinta perché spinta in un mare più profondo. Per altri ricercatori era invece questione di comunità di licheni su rocce che divenivano all’improvviso meno ferrose, o di fotosintesi e temperatura (si veda il *Soviet Journal* del 1979), e poi di variazioni sensibili della quantità di zooplankton nella riserva di Kuybishev (saltiamo al 1986, poco prima dell’incidente nucleare).

Insomma, temo che il *progetto* di fare e comprendere *di più* stia schiacciando le tante *opportunità* di comprendere e fare *meglio*.

Siamo soltanto *all’inizio* della ricerca sull’ambiente. Una ricerca che è ancora limitata, ad esempio, alle terre e non si è ancora risolta a considerare le sfide di un pianeta composto di acqua, e che dunque potrebbe evolversi in maniera vasta e creativa. Ma, purtroppo, questo inizio molto promettente e interessante, potrebbe coincidere anche con *la fine* del Pianeta. E non è tanto l’aspetto catastrofico che mi interessa qui, quanto l’aspetto culturale e antropologico: quello che per noi è cioè il pianeta.

Forse ha ragione Peter Berg, e, anche mettendo da parte che siamo retti dalle leggi matematiche della teoria delle catastrofi, dovremmo riuscire ad inserirci come specie tra le altre in questo mondo che ci ritroviamo, come una *casa* (la “casa planetaria”, viene chiamata dai bio-regionalisti) che dobbiamo imparare a conoscere, restaurare e *riabitare* (questa la parola usata da Berg in una celebre conferenza a Missoula, Montana, del 10 aprile 2001), per potere *diventare nativi* di nuovo ed entrare in un rapporto di reciprocità con gli spazi.

Ma, a mio parere, sul piano della “natura umana” stiamo già vivendo il *day after* (quello del dopo-bomba e quello del dopo-diluvio, profetizzato dalla lungimirante scrittura

“fantascientifica” di Philip K. Dick). Se il rapporto dell’Oxfam letto a Davos nel 2018 conferma che l’1% della popolazione mondiale è ricca quanto il restante 99%, e che soltanto 2000 persone sul Pianeta hanno capitalizzato l’87% dell’arricchimento globale (sulle spalle di 1.300.000.000 di “nuovi schiavi”)... Be’, questo significa, come mi piace spesso ricordare, a conferma di quanto sosteneva James O’Connor vent’anni fa a proposito di uno schema da *Omicidio sull’Orient-Express* della Christie, che la catastrofe planetaria si è già verificata.

In altri termini, nostro pianeta è ostile, e noi siamo i suoi visitatori alieni, in un momento di reciproco sfinimento.

Riferimenti

AMIRANTE, Domenico (a cura di). *Diritto ambientale e Costituzione*. Esperienze europee. Milano: Franco Angeli (2000).

CAVALLARO, James L. – VARGAS, Claret – SANDOVAL, Clara – DUHAIME, Bernard (con Caroline Bettinger-Lopez, Stephanie Erin Brewer, Diana Guzmán & Cecilia Naddeo). *Doctrine, Practice, and Advocacy in the Inter-American Human Rights System*. Oxford – New York: Oxford University Press (2019).

DESCOLA, Philippe. *Une écologie des relations*. Paris : CNRS Editions (2019) ;

_____ *L’écologie des autres*. L’anthropologie et la question de la nature. Versailles: Editions Quae (2011).

DIAMOND, Jared. *Upheaval*. How Nations Cope with Crisis and Change. London – New York: Allen Lane (2019);

_____ *Il mondo fino a ieri*. Che cosa possiamo imparare dalle società tradizionali? Trad. A. Rusconi. Torino: Einaudi (2012).

DUNEIER, Mitchell. *Ghetto*. The Invention of a Place, the History of an Idea. New York: Farrar, Straus and Giroux (2016).

GRASSI, Stefano. *Problemi di diritto costituzionale dell’ambiente*. Milano: Giuffrè – Roma: Università LUISS Guido Carli – Firenze: Dipartimento di Diritto pubblico (2017).

GUATTARI, Felix. *Qu’est-ce que l’écologie ?* a cura di S. Nadaud. Paris: Lignes – Imec (2013).

_____ *Les trois écologies*. Paris: Galilée (1989).

HAYFORD, Alison M., *The Geography of Women. An Historical Introduction*, in “Antipode”, 6, 1974, 2, pp. 1-19.

HÖFFE, Otfried. *Kategorische Rechtsprinzipien*. Ein Kontrapunkt der Moderne. Frankfurt am Main: Suhrkamp (1990).

IOVINO, Serenella. *Ecologia letteraria*. Una strategia di sopravvivenza. Prefazione/ C. Glotfelty, con uno scritto di S. Slovic. Milano: Edizioni Ambiente (2014).

KHOZON, Grigori. *Biosphere and Politics*, Moscow : Progress (1979, 1987).

LÖWY, Michael. *Ecosocialisme. L’alternative radicale à la catastrophe écologique capitaliste*. Paris: Mille et une nuits – Fayard (2011);

- _____. *Écologie et socialisme*. Paris : Syllepse (2005).
- MAGLIACANE, Alessia. *Rosa, Lénine et la Révolution*. Paris : l'Harmattan (2019) ;
- _____. *La nuit du fascisme*. Firenze : Classi (2019) ;
- _____. *Continuité de la Résistance, rupture de l'histoire*. Une introduction. Firenze : Classi (2018) ;
- _____. *Transition constitutionnelle et Résistance: une étude comparée*. 7 voll. Paris: Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales – Firenze: Classi (2016).
- MARTINI, Sandra Regina – RUBINO, Francesco. *Tredici volte Giove. La fraternità e i beni comuni dell'umanità su un pianeta ostile*. Firenze: Classi (2018).
- MATTEI, Ugo. *Il benicomunismo e i suoi nemici*. Torino: Einaudi (2015).
- NUSSBAUM, Martha C., *Frontiers of Justice*. Disability, Nationality, Species Membership. Cambridge (Ma) – London: the Belknap Press – the Harvard University Press (2006).
- O'CONNOR, James. *Natural Causes. Essays in Ecological Marxism*, London – New York, Guilford (1998);
- _____. *L'ecomarxismo. Introduzione a una teoria*, Roma – Milano, Datanews (1988, 1989).
- O' CONNOR, Martin. *Codependency and Indeterminacy. A critique of the Theory of Production*, in “Capitalism, Nature, Socialism”, 3, 1989.
- OST, François. *La nature hors la loi*. L'écologie à l'épreuve du droit. Paris: La découverte (2003).
- PHELPS, Edmund S., *Mass Flourishing*. How Grassroots Innovation Created Jobs, Challenge, and Change. Princeton (NJ) – Princeton University Press (2013).
- PICONE, Paolo. *Comunità internazionale e obblighi “erga omnes”*. Napoli – Roma: Editoriale scientifica (2013, 2017);
- _____. *Obblighi erga omnes e condificazione della responsabilità degli Stati* (2005), in Id., *Comunità internazionale e obblighi “erga omnes”*. Napoli – Roma: Editoriale scientifica (2013, 2017, p. 517 ss.);
- _____. *Gli obblighi erga omnes tra passato e futuro*. Relazione introduttiva al convegno su *Interesse collettivo e obblighi erga omnes nel diritto internazionale contemporaneo* (Ravenna, 7-8 maggio 2015).
- POLICASTRO, Pasquale. *Ma non è solo un inizio. Verso un'ecologia della biosfera*. (La Polonia e il Sahel, le foreste, i giovani, la ricerca scientifica). In “Sovrastrutture”, 16 (2018) pp. 9-53.
- RODOTA', Stefano. *Solidarietà. Un'utopia necessaria*. Roma – Bari: Laterza (2014).
- RUBINO, Francesco. *De la dialectique marxiste de la Nature à la science-fiction : une critique au jugement normatif à partir de la notion de temps*. In “Sovrastrutture”, 5 (2019) 23, pp. 133-154;
- _____. *Il possibile pianeta migliore e l'impossibile “capitalismo naturale” di Phelps*, in “Sovrastrutture”, 5 (2019), 23, pp. XI-XXIV.
- SALDANHA, Jânia Maria Lopes. *Cosmopolitismo jurídico*. Teorias e práticas de um direito emergente entre a globalização e a mundialização. Porto Alegre: Livraria do Advogado (2018).
- SALLEH, Ariel. *Eco-feminism as politics. Nature, Marx, and the Postmodern*, foreword V. Shiva – J. Clark, London: ZED Books (1997, 2017).
- SALLEH, Ariel (a cura di). *Eco-Sufficiency and Global Justice. Women write Political Ecology*, London – New York: Pluto Press (2009).

SODERBAUM, Peter. *Ecological Economics*, London: Earthscan (2001).

TANURO, Daniel. *L'impossible capitalisme vert*. Paris: La découverte (2010, 2012).

TURCHETTO, Maria. *Economia e società*. Otto lezioni eretiche. Milano: Mimesis (2017).

VASAPOLLO, Luciano (a cura di). *L'acqua è poca... ma la papera galleggia! Per una critica della politica economica dominante*, Milano: Jaka Book (2006).

SOBRE O AUTOR:

Francesco Rubino

Representante nacional italiano no Programa da União Europeia sobre Bioética e Biomedicina (“Biomed II”, 1994-1998), jurista redator do Tratado de Oviedo e da Declaração de Barcelona (1998); Doutor em Direito (Direito constitucional) pela Universidade “Federico II” de Nápoles (2002), professor de Direito público (Università della Calabria, 2003-2007), de Direito constitucional (Université de Paris Est – Créteil, 2012-2013, Paris Ouest – Nanterre 2013-2016), professor da PPGD em Direito (Université “Federico II” de Naples, 2013-2017), professor visitante da UFRGS (Projeto CNPq “Violência sistêmica”, coord. profa. Claudia Lima Marques – profa. Sandra Regina Martini, 2018-2019). Autor de “La procreazione alternativa” (Salerno 1995), “On dignity” (Copenhagen 1998), “Multilevel constitutionalism and multilevel governance” (Stuttgart 2004), “Governance” (com G. Borrelli 2004), “Questione meridionale e criminalità organizzata” (com C. Amirante, Napoli 2006), “Per la critica del modello europeo” (Trento 2008), “Peggio. La violenza, il Reale” (com A. J. Magliacane, Trento 2013), “La maledizione dello scorpione di giada e altre formule magiche del diritto” (Firenze 2015), “Le mani in tasca. Corruzione, alienazione e autonomia del politico” (com A. J. Magliacane e S. R. Martini, Firenze 2018).

revista.desc@facamp.com.br
desc.facamp.com.br

DESC
DIREITO, ECONOMIA &
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA